

Grupo Conj. Política JULHO

Índice

Introdução

- 1. A esquerda no mundo**
- 2. Os clássicos**
- 3. Conjuntura Nacional**
- 4. Coluna do Timm**
- 5. Lula Affair**

Introdução

Felipe Scama – FB acesso 25 julho - Entrevista do especialista em direito eleitoral, Luiz Fernando Casagrande Pereira. Para facilitar na discussão, eu recomendo assistir o vídeo a partir do minuto 7:25. O advogado responde a pergunta: O Lula conseguirá ser candidato? <https://www.facebook.com/estadao/videos/2658853364129709/>

Estado de espírito: Opinião de PARNAHYBABR - Por Gilson Victorino – 27 jul -

CENTRÃO, BLOCÃO, COOPTAÇÃO, PRESIDENCIALISMO DE COALISAO

Que democracia é essa na qual a sociedade, apesar de deter a possibilidade de votar tem, de fato, seus anseios encabrestados por políticos, por si mesmos, feitos irremovíveis em sombrias manobras parlamentares.

No fundo, vê-se a sociedade coadjuvante nas mãos de pessoas, absolutamente, desprovidas de espírito público, desditosos seres que, no afã de gozar imerecidos privilégios e benesses, se fazem de moucos ao estabelecido no & único do Art 1o da Constituição Federal. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição

Se tal se constata, se a sociedade é conduzida como bovinos em pacata comitiva, é bom olhar para a História e ver que para tudo há limites. Que sempre haverá os que não se

conformam com o determinístico abate. Então, como diz Fernando Gabeira em seu artigo de hoje veiculado na mídia Estado: “*Os filósofos discutem uma saída para essa maldição entre o suicídio e a revolta*”, é bom refletir!

Não é mais uma questão de caminhos à esquerda, direita ou centro. O cenário nos mostra Poderes sem a prescrita harmonia constitucional e instituições fragilizadas por aparelhamento nada republicano, a nos indicar que caminhamos, céleres, para um inevitável Estado totalitário dominado por uma ordem oficial cleptômana.

Eu não me conformo e não vou me suicidar!

NADA A BOMBORDO!

Palavra de AMIR

Oi, pessoal. Eu tive oportunidade de fazer uma série de análises sobre o panorama macroeconômico e político na RÁDIO MADALENA. No link abaixo vocês podem acessá-las...

<http://www.radiomadalena.com.br/economia-com-amir-khair/>



RADIOMADALENA.COM.BR

Economia com Amir Khair – Rádio Madalena

O economista e especialista em finanças públicas trata temas contemporâneos e polêmicos...

Neste sábado, nosso TÚNEL DO TEMPO nos leva a uma palestra por mim ministrada há bastante tempo, na qual analisamos a forma pela qual os bancos lucram tanto...

<https://youtu.be/Qun1bXF1Tfw>

YOUTUBE.COM

COMO LUCRAM OS BANCOS?

Vamos rever esse trecho da palestra dada em 2016 por Amir Khair, no...

<https://youtu.be/vV6D2WR6yU8>

GRANDES FORTUNAS

O imposto estabelecido pela CF88 volta a ser tema de análise de Amir Khair...

LUCIANO COUTINHO - PAÍS ESTÁ DIANTE DE UMA ESCOLHA HISTÓRICA

[HTTP://TUTAMEIA.JOR.BR/PAIS-ESTA-DIANTE-DE-UMA-ENCRUZILHADA-HISTORICA/](http://TUTAMEIA.JOR.BR/PAIS-ESTA-DIANTE-DE-UMA-ENCRUZILHADA-HISTORICA/)

26 DE JULHO DE 2018 - [ELEONORA DE LUCENA E RODOLFO LUCENA](#)

Indústria 4.0, inteligência artificial, nanotecnologia, robótica, biotecnologia. Esses conceitos estão no centro da poderosa revolução científica e tecnológica em curso no mundo. Num exemplo, a medicina vai deixar de ser praticada por tentativa e erro e terá um componente de personalização e genética.

Para falar sobre como os países e o Brasil estão enfrentando os desafios desse admirável mundo novo, TUTAMÉIA entrevista Luciano Coutinho, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estudioso dessa Quarta Revolução Industrial, o economista analisa neste vídeo as várias estratégias nacionais e se mostra apreensivo com o futuro.

“Eu temo que, se nós não formos capazes de estruturar um projeto de desenvolvimento para termos o país equilibrado e moderno –e com todas as implicações dessas transformações tecnológicas –, nós possamos perder terreno irreversivelmente. O Brasil está diante de uma disjuntiva histórica muito séria. Podemos retroceder de maneira irreversível, retroceder industrial e tecnologicamente e virar uma economia de commodities, secundária”, diz.

Ele alerta que esse retrocesso numa sociedade urbana, como a brasileira, “será uma tragédia. Porque uma economia de commodities e de serviços não vai oferecer uma perspectiva satisfatória para essa sociedade, de emprego, renda, igualdade. [Ficará] sem indústria, sem serviços novos e sem inovação”.

CORTES E AGENDA IGNORANTE

Avaliando o que acontece no globo, ele enfatiza que é necessário que o país tenha um projeto de longo prazo, com liderança do Estado, para enfrentar as mudanças.

“Essa eleição é uma encruzilhada para o Brasil. Dependendo das escolhas que possam ser feitas, podemos tomar um rumo que, nas circunstâncias de fragilização, certas coisas podem se tornar irreversíveis ou difíceis de reverter. É preciso que haja unidade nas forças desenvolvimentistas em torno de um projeto nacional. Elas precisam estar unidas, olhando o futuro do país, sem sectarismos e com generosidade para pensar o futuro”. E declara:

“Esse governo vai acabar daqui a pouco. Espero que em 2019 um mínimo de noção de interesse nacional e de desenvolvimento do país possa oferecer uma agenda minimante condizente com que está acontecendo no mundo. O que me preocupa é uma agenda medíocre, pobre, ignorante do que se passa hoje em termos de mudança industrial e tecnológica em termos da esfera global”.

Coutinho critica o retrocesso nos investimentos, nos orçamentos federais de ciência, tecnologia e inovação, que ficaram reduzidos a menos da metade dos valores alcançados em 2013, conforme dados a Academia Brasileira de Ciência. “Isso precisa ser revertido. Para que inovação e tecnologia ganhe centralidade nas políticas de desenvolvimento”.

ENCOLHIMENTO DO BNDES É DESSERVIÇO AO PAÍS

Nesta entrevista, Coutinho trata também dos impactos da 4ª revolução industrial nos empregos, de políticas necessárias para não deixar o trabalhador desprotegido. Fala da necessidade de uma agenda de investimentos em infraestrutura e da centralidade do Estado em todo esse processo. Na sua análise, é pouco realista achar que o mercado de capitais possa sozinho encarar os desafios do desenvolvimento.

“É ingenuidade supor que não é necessário um banco público de investimento. Ao contrário. O encolhimento do BNDES é um desserviço ao país. Ele já foi longe demais. Precisaria ser preservado para o futuro. Vamos precisar de um BNDES para projetos de maior prazo”.

Professor da Unicamp, Coutinho fará a conferência de abertura do congresso do Centro Celso Furtado que ocorre no dia 9 de agosto, às 10h, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro (Av. Rio Branco, 124, 20º andar). O tema do encontro é “Indústria e Desenvolvimento: A Nova Onda da Indústria 4.0 e o Futuro do Brasil”.

ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO

Ao TUTAMÉIA, Coutinho ressalta que a revolução em curso está baseada no aumento da complexidade científica, na profundidade nos conhecimentos necessários para sua execução e na multidisciplinaridade.

“Não é mais possível o velho paradigma de pesquisa e desenvolvimento no laboratório de uma empresa, com alguma colaboração com universidade. Hoje é necessário estruturar um ecossistema de inovação em torno do qual há uma rede colaborativa, onde estão centros de excelência nas universidades, centros de outras empresas parceiras, de usuários, fornecedores e até de concorrentes. Os processos são mais sofisticados. As ferramentas, subsídios e incentivos, a formatação dos programas é colaborativa, exige mais coordenação e uma sintonia fina entre o sistema empresarial, o acadêmico, o Estado e as políticas públicas”.

VENDA DA EMBRAER PREOCUPA

No Brasil, diz Coutinho, há muito poucos sistemas organizados assim. Um deles é a Embraer, que “tem um ecossistema uma capacidade de desenho e de desenvolvimento de produto, tem uma rede de inovação, uma capacidade diferenciada”. Por isso, a venda da empresa brasileira para a Boeing preocupa.

“O grande impacto é menos de perder emprego ou linha de produtos. A Embraer desenvolveu um ecossistema de inovação precioso. É, em parte, cobiçada pela sua grande capacidade desenvolvimento de produto. Seria muito ruim, negativo se essa capacidade de desenvolvimento de produto e de inovar fique subordinada a outras circunstâncias. É preocupante. [É preciso] preservar a autonomia da empresa para desenvolver produtos e processos. Não se improvisa. Não se cria uma Embraer da noite para o dia. Foram décadas! De investimento e desenvolvimento”.

MUDANÇAS PARTEM DO TOPO E BUSCAM DIÁLOGO

Tendo realizado amplo estudo mundial sobre o tema para a Confederação Nacional da Indústria 9º Projeto Indústria 2027), Coutinho identificou duas características presentes nas estratégias nacionais:

- partem do topo de comando no executivo, do presidente, dos primeiros ministros, o que provoca um engajamento muito forte;**
- buscam um diálogo e alguma legitimação na sociedade, já que se trata de uma temática nova que precisa ser discutida. Um exemplo é a discussão da privacidade dos dados.**

TRUMP EXPRESSA LIMITES DA GLOBALIZAÇÃO

Coutinho observa que Donald Trump reforçou os orçamentos de ciência e tecnologia, numa nítida estratégia de “retomar a liderança, preservar a liderança científica e recuperar a liderança tecnológica em certas áreas – inclusive estabelecendo restrições de acesso a tecnologia, à aquisição de empresas norte-americanas por parte de empresas estrangeiras”.

Historiando as fases de desenvolvimento nas últimas décadas –com a ascensão da China–, ele afirma agora “está em xeque aquele modelo de cadeias globais de valor, que era louvado em prosa e verso. Esse modelo se aplica a um conjunto de indústria, não é para toda a indústria”.

Para ele, “esse modelo de globalização chegou num limite, e o governo Trump expressa esse limite. Porque começa a pôr em risco a hegemonia industrial americana. É disso que se trata. Ele quer dar uma meia volta. Só que ele faz disso uma maneira truculenta, inconveniente até”.

Já a China, na sua visão, “tem uma estratégia única de longo prazo, olhando para 2059 (quando a revolução liderada por Mao completa 100 anos). Coutinho fala de Alemanha, de França. De Japão, de Coreia. “Mesmo a Inglaterra, com Teresa May, abandonou a visão liberal que caracterizou o partido conservador e adotou políticas muito afirmativas de desenvolvimento científico e tecnológico”.

Posicionamento dos Candidatos – 23/7/2018

Luciano Pires - 23/07/2018 - <http://www.portalcafebrasil.com.br/iscas-intelectuais/posicionamento-dos-candidatos-2372018/>

Planilha feita por Ariel Marquezin com o posicionamento dos candidatos à Presidência sobre diversos temas importantes. A planilha está sendo atualizada conforme novas informações recentes e confiáveis chegam.

Explicando a planilha.

Legenda e preenchimento:

– O “50-50” é usado quando o pré-candidato não tem total certeza sobre aquele assunto ou não concorda com ele em sua totalidade (ou maioria dele), deixando assim um estado de atenção à aquele tema.

– O “0-0” é usado quando não se tem uma resposta confiável, seja porque o candidato nunca falou sobre o assunto ou porque quando perguntado, não respondeu ou desviou do assunto.

Esta planilha é colaborativa. Se você tem informações que podem ajudar a atualizá-la, envie para

PROPOSTAS		ESQUERDA				CENTRO-ESQ.	CENTRO	CENTRO-DIR.	DIREITA
		CIRO GOMES (PDT)	LULA (PT)	D'ÁVILLA (PCdoB)	MARINA (PV)	ALCKMIN (PDSB)	AMOEDO (NOVO)	FLÁVIO ROCHA (PRB)	BOLSONARO (PSL)
SEGURANÇA	REVISÃO CÓDIGO PENAL	0-0	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	PORTE/POSSE DE ARMA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	AUTONOMIA DA POLÍCIA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	POLÍCIA/EXÉRCITO COM RESPALDO JURÍDICO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	CONSTRUIR PRESÍDIOS	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
ENSINO	CONTROLE DA FRONTEIRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	50-50	0-0	A FAVOR
	ESCOLAS MILITARES E/OU RELIGIOSAS	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	50-50	A FAVOR	A FAVOR
	HOMESCHOOLING	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	ESCOLA SEM PARTIDO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	ESCOLAS/UNIVERSIDADES PÚBLICAS	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	50-50	50-50	50-50
FAMÍLIA	VOUCHER PARA ESCOLAS E UNIVERSIDADES	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	AGENDA TOTALITARISMO GAY	0-0	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	0-0	50-50	0-0	CONTRA
	IDEOLOGIA DE GÊNERO	0-0	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	0-0	0-0	0-0	CONTRA
	AUTORIDADE DOS PAIS	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
MEDICINA/ SAÚDE	SEXUALIZAÇÃO INFANTIL	0-0	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	0-0	50-50	0-0	CONTRA
	REGIONALIZAÇÃO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	IMPOSTO/BUROCRACIA SOB A HERANÇA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA
	ABORTO	CONTRA	50-50	A FAVOR	CONTRA	0-0	0-0	CONTRA	CONTRA
	DROGAS	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	0-0	50-50	0-0	CONTRA	CONTRA
RELIGIÃO	CASTRACÃO QUÍMICA	0-0	CONTRA	CONTRA	CONTRA	0-0	0-0	0-0	A FAVOR
	HOSPITAIS PRIVADO/RELIGIOSO/MILITAR	CONTRA	50-50	CONTRA	CONTRA	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	EUTANÁSIA	0-0	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	0-0	0-0	0-0	CONTRA
	PLANEJAMENTO FAMILIAR	0-0	A FAVOR	CONTRA	CONTRA	0-0	0-0	0-0	A FAVOR
	DESCENTRALIZAÇÃO DA ADM. MÉDICA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
ECONOMIA	VALORES CRISTÃOS	CONTRA	CONTRA	0-0	50-50	0-0	CONTRA	0-0	A FAVOR
	CASAMENTO HOMOGÂMETIVO	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	CONTRA	A FAVOR	50-50	50-50	50-50
	LIBERDADE DA IGREJA	CONTRA	CONTRA	0-0	A FAVOR	0-0	50-50	0-0	A FAVOR
	TEMPLO RELIGIOSO PAGAR IMPOSTO	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	0-0	50-50	0-0	0-0	CONTRA
	CONTROLE ESTATAL	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	CONTRA	CONTRA	CONTRA
CHEFE DE GOVERNO	LIVRE COMÉRCIO	CONTRA	50-50	50-50	50-50	50-50	A FAVOR	A FAVOR	50-50
	LIVRE MERCADO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	AUMENTO DE IMPOSTOS	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	CONTRA	CONTRA	CONTRA
	ESTADO MÍNIMO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	DEMARCAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLAS	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	0-0	50-50	0-0	CONTRA
CHEFE DE ESTADO	FEDERALISMO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	FORO PRIVILEGIADO	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	CONTRA	CONTRA	CONTRA
	CLT	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	CONTRA	CONTRA	CONTRA
	DIREITOS HUMANOS (ENTIDADE)	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	50-50	50-50	CONTRA
	VENDA ESTATAIS	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
CHEFE DE ESTADO	REFORMA PREVIDÊNCIA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	PREVIDÊNCIA PRIVADA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	DESBUROCRATIZAR O AGRONEGÓCIO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	VOTO IMPRESSO	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	DIPLOMACIA AMÉRICA DO NORTE	CONTRA	CONTRA	CONTRA	CONTRA	0-0	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	DIPLOMACIA AMÉRICA DO SUL	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	50-50
	DIPLOMACIA EUROPA	50-50	50-50	50-50	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR
	DIPLOMACIA ORIENTE MÉDIO	0-0	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	0-0	A FAVOR	A FAVOR	50-50
	DIPLOMACIA ÁFRICA	0-0	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	50-50	A FAVOR	0-0	50-50
	DIPLOMACIA ÁSIA	A FAVOR	A FAVOR	50-50	50-50	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	50-50
DIPLOMACIA OCEANIA	0-0	0-0	0-0	0-0	0-0	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	
GLOBALISMO	ONU	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	50-50	CONTRA
	GLOBALISMO	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	A FAVOR	0-0	CONTRA

Criação: Ariel Marquezin
Design: Diego A.

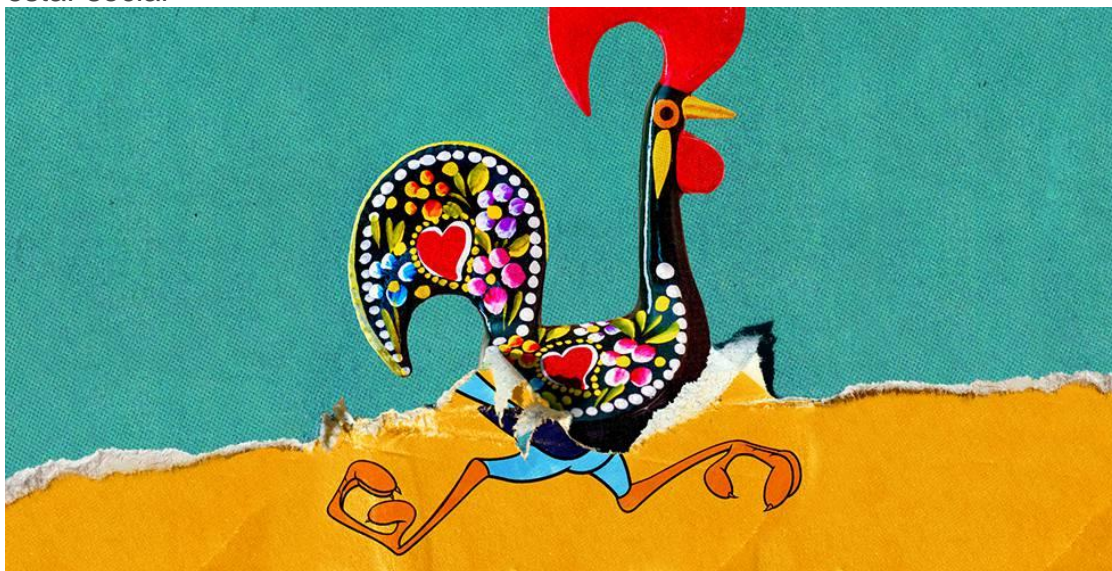
LEGENDA	
A FAVOR	FAVORÁVEL À PROPOSTA
CONTRA	NÃO FAVORÁVEL À PROPOSTA
50-50	NÃO CONCORDA/DISCORDA 100%
0-0	SEM POSIÇÃO DEFINIDA

1. A esquerda no mundo

Esquerda portuguesa encontra a fórmula do sucesso econômico

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/28/economia/1522235817_475112.html?id_externo_rsoc=FB_CC

País lusitano, que fez os ajustes mais duros durante a crise na Europa, encontra um caminho para combinar crescimento e uma progressiva recuperação do bem-estar social



LUIS TINOCO

JAVIER MARTÍN DEL BARRIO

- [Twitter](#)
- [Google Plus](#)

Lisboa 1 ABR 2018 - 15:15 CEST

“Pela primeira vez desde a adesão ao euro, [Portugal](#) cresce acima da média da União Europeia”. O Parlamento Europeu escutou há algumas semanas o primeiro-ministro português, o socialista [António Costa](#), contar a fórmula do sucesso de sua política econômica. “Definimos uma alternativa à política de austeridade centrada em mais crescimento, mais e melhor emprego e mais igualdade”, explicou Costa. “Virar a página da austeridade” foi o lema eleitoral dos socialistas. Se não deu a vitória ao partido, conseguiu atrair o apoio de [comunistas e do Bloco de Esquerda para formar governo](#). A fórmula, batizada depreciativamente como *a gerigonça*, [se transformou em um sucesso](#) dois anos depois, apesar do receio de organismos como a Comissão Europeia e o FMI,

que velavam pelos bilhões de euros emprestados em 2011 para impedir que o país quebrassem.

MAIS INFORMAÇÕES



- **Português inimigo da austeridade presidirá os ministros da Economia europeus**



- **Presidente de Portugal: “A coalizão de esquerda superou as expectativas”**



- **António Costa, premiê de Portugal: “Queremos estimular o Mercosul”**

Não parece que se passaram somente dois anos. O salário mínimo subiu de 505 a 580 euros – 600 no ano que vem – (respectivamente, 2.057, 2.362 e 2.444 reais). Muitos previam uma destruição do emprego, mas aconteceu o contrário: se em 2013 o desemprego chegou a 16,2%, hoje é de 8,9%. Os funcionários públicos tiveram os salários descongelados, há quatro dias a mais de feriados no país, as aposentadorias subiram e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de produtos básicos deixou de ser taxado em 23%.

Agora os órgãos internacionais [elogiam a política do Governo](#). Portugal fechou 2017 com um crescimento de 2,7% (o maior do século); mas não só isso. O déficit, acima de 3% há dois anos, é de 1,1% e no próximo ano será de 0,3%. A presidenta do Conselho das Finanças Públicas, Teodora Cardoso, nem um pouco dada a elogiar governos, reconhece “uma evolução muito favorável do saldo orçamentário que nós, pouco tempo atrás, consideraríamos impossível”. Há dois anos, os relatórios de Cardoso eram contínuas pancadas ao “otimismo militante” do primeiro-ministro. “Portugal não só cresce como nunca nesse

século, como cresce bem”, diz o ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral. “E não por um aumento de gasto público; vem das exportações, com um aumento de 11,7%. O investimento subiu 9%, especialmente o privado e o estrangeiro”. Também ajudou muito o [espetacular aumento do turismo](#): no ano passado, o país superou seu recorde de visitantes, com 20 milhões, quase o dobro da população portuguesa.

Naturalmente, nem todos aplaudem. “Dizer que o crescimento de 2,7% é o melhor registro do século é uma afirmação triste”, diz Maria Luís Albuquerque, ministra das Finanças do Governo anterior de centro-direita. Irene Mia, diretora editorial da *The Economist Intelligence Unit*, lembra que Portugal está crescendo no mesmo ritmo da Alemanha apesar de ser uma economia muito mais pobre. A dívida, que chegou a alcançar 132% do PIB, caiu a 126% em 2017 e em 2022 será de 114%. A revista *The Economist* alerta que a promessa de virar a página da austeridade pode ser difícil de ser mantida se o crescimento enfraquecer. Já se prevê que o crescimento cairá nesse ano (quatro décimos), por isso o Governo deixou vaziar que em 2019 não ocorrerá aumento salarial aos funcionários públicos e que manterá a legislação trabalhista imposta pelas instituições europeias. Ainda assim, nesse jogo político da *geringonça*, socialistas e aliados à esquerda estão acertando medidas para reduzir a contratação temporária. “O Governo precisa de empresários e o empreendimento, atrair empresas estrangeiras. Não pode entrar nos devaneios de uma esquerda que quer a lua”, alerta o secretário geral do sindicato socialista UGT, Carlos Silva.

A bonança ainda não chegou ao setor industrial. “O setor bancário está melhor, mas o índice de dívidas não pagas continua elevado e é um fator de risco”, diz Irene Mia. Nada comparável ao panorama encontrado por esse Governo, com vários bancos em situação muito grave e que conseguiu resolver com diversas fórmulas mais ou menos engenhosas. Esperando o retorno do crédito empresarial, o hipotecário dispara. Se nos últimos cinco anos os empréstimos às empresas caíram 36,7%, o empréstimo para comprar apartamentos subiu 327%. A venda de casas aumentou 20,6% no último ano e seu faturamento, 30,6%.

Com os Amorim – reis da cortiça e muito mais – e os Azevedo – telefonia e centros comerciais –, a família Soares dos Santos completa o tripé do grande empresariado português. Nesse caso no setor da alimentação, com sua rede de supermercados Pingo Doce, que emprega mais de 100.000 pessoas na Polônia, Colômbia e Portugal. Seu presidente executivo, Pedro Soares dos Santos, é muito crítico com os governos: “Em Portugal investimos porque somos portugueses, porque se olhássemos o investimento do ponto de vista do crescimento e do retorno, a perspectiva é zero. Para nosso grupo, todas as grandes oportunidades estão fora. Quando a rentabilidade se perde, o investimento estrangeiro deixa de chegar”. Falta uma visão estratégica de país, segundo Soares dos Santos: “O que queremos ser, onde queremos construir nossa base de crescimento, nosso diferencial. Portugal poderia ser a Califórnia europeia, mas para isso falta um acordo sobre as áreas onde investir”.

Ainda que os organismos internacionais continuem pedindo mais reformas, o ministro da Economia, Caldeira Cabral, responde: “O que acontece é que nossas reformas são diferentes. As reformas do período de ajuste se centraram na legislação trabalhista, muito discutíveis por seus efeitos perniciosos. Meio milhão de jovens qualificados deixaram o país, hoje por outro lado a força de trabalho cresceu em 50.000 pessoas. Nossas reformas, que estão reduzindo o déficit e a dívida, se dirigem à modernização do país. São reformas que o FMI hoje não sabe ver e quantificar, mas que serão vistas a médio e longo prazo. Como o FMI mede o programa Simplex?”. O Simplex é uma das bandeiras do Governo: a eliminação de burocracias e a anulação de milhares de leis, normas e decretos obsoletos e contraditórios. “Antes de abrir uma empresa era necessário conseguir 11 licenças ambientais, agora uma basta”, diz o ministro.

Epílogo de uma fantasia (Jose Casado)

- O Globo - 10 Jul 2018

•
Custou R\$ 220 milhões. Parece um prédio parado no ar, com vidros refletindo montanhas ao fundo e cercado por espelhos d'água. Tem 19,5 mil metros quadrados distribuídos em cinco andares e dois subsolos. Desde a inauguração, em 2008, abrigou três dezenas de diplomatas, um para cada 650 metros quadrados de construção. Em dez anos, eles quase nada tiveram para fazer, além de receber salários de R\$ 60 mil por mês e desfrutar mordomias.

Era símbolo do principal projeto petista para a política externa brasileira, traçado no 1º de janeiro de 15 anos atrás em jantar no Palácio da Alvorada, quando Lula celebrou a posse na Presidência da República. Nasceu da ambição de líderes regionais que desejavam impor um contraponto à influência dos Estados Unidos na Organização dos Estados Americanos (OEA).

No fim de semana, o governo do Equador mandou a polícia interditar o edifício-sede da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), na Metade do Mundo, periferia de Quito. Quer o prédio de volta, para instalar uma universidade. Lenín Moreno, presidente equatoriano, alega razões objetivas: seu país gastou uma fortuna numa fantasia política, porque, na prática, a Unasul nunca funcionou, e há anos sobrevive em coma político.

Metade dos países associados abandonou a entidade — inclusive o Brasil, que pagou 39% das despesas na última década, o equivalente a R\$ 168 milhões. “Me pergunto se algum dia a Unasul serviu para alguma coisa”, argumenta Moreno.

Dos quatro presidentes-fundadores, Lula está preso, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro; a argentina Cristina Kirchner e o equatoriano Rafael Correa têm prisão decretada, acusados de corrupção, fraudes, sequestro e associação a grupos terroristas; e o venezuelano Hugo Chávez morreu. A Unasul foi comandada por ex-presidentes com biografias turvadas por episódios de corrupção. O primeiro, Néstor Kirchner, falecido marido de Cristina, enriqueceu na Presidência argentina. Assumiu em 2003 com patrimônio de US\$ 1,9 milhão, saiu cinco anos depois com fortuna 7,5 vezes maior (US\$ 14,2 milhões), segundo as próprias declarações juramentadas. Kirchner morreu em 2010. A viúva gastou US\$ 116 mil dos contribuintes para homenageá-lo com uma estátua de 2,2 metros de altura, plantada na entrada da sede da Unasul. O último secretário-geral da entidade foi o ex-presidente colombiano Ernesto Samper, cuja biografia está marcada por vínculos com cartéis de drogas. Em 1995, na Presidência da Colômbia, ele assistiu a confissões públicas sobre o patrocínio do narcotráfico à sua eleição. Os principais doadores foram os irmãos Miguel e Gilberto Rodríguez Orejuela, na época chefes do Cartel de Cáli. Até hoje, Samper não pode entrar nos Estados Unidos. Se passou década e meia desde que o entusiasmado chanceler brasileiro Celso Amorim apresentou o projeto da Unasul ao venezuelano Hugo Chávez, e sorriu ao ouvi-lo dizer: “O que vocês estão propondo é uma ‘Alquita’”, referência à versão menor, regionalizada, do projeto dos EUA para uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A iniciativa do governo Lula foi festejada e apropriada por Chávez e pelo casal Kirchner. Dela sobraram um prédio vazio na Metade do Mundo e dúzias de burocratas bem remunerados, absolutamente sem nada para fazer. É o epílogo melancólico de uma fantasia política chamada Unasul.

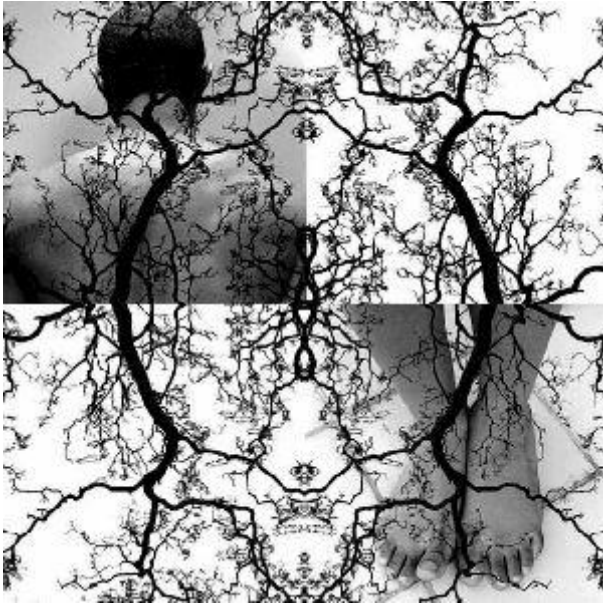
Principal projeto de política externa nos anos Lula, a Unasul acabou com a sede interdita no fim de semana e burocratas absolutamente sem nada para fazer.

2. Intérpretes do Brasil: Os clássicos

As raízes da consciência brasileira, segundo um gênio

Mauro Rosso

23/03/2004 0- <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/As-raizes-da-consciencia-brasileira-segundo-um-genio/12/6301>



A
É
É UM BEM PÚBLICO.

INFORMAÇÃO

NÃO
MERCADORIA,

Venha se somar aos mais de 100.000 leitores cadastrados.

CADASTRE-SE

Uma das questões mais presentes no pensamento político brasileiro do século XX é a que diz respeito à dificuldade em atingir a plena modernização do país. Por que é tão difícil chegarmos a ela?

Poucos chegaram tão próximos e tão profundamente ao âmago dessa questão como um dos maiores intelectuais que este país já teve (parece locução no estilo do presidente Luis Inácio Lula da Silva)— para muitos, o maior : Sergio Buarque de Holanda.

Reconhecido internacionalmente, é autor de dois grandes clássicos da historiografia e sociologia brasileiras: *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso* (escreveu outras sete obras de peso ; é autor também de, pelo menos, um grande filho: Chico Buarque de Holanda). Antonio Candido, por exemplo, considera *Raízes do Brasil* um dos três livros fundamentais para se entender o país. Os outros são *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. Esta opinião é compartilhada pela maior parte dos historiadores até hoje.

O que diferencia *Raízes do Brasil* de outras obras , como *Casa-grande e Senzala*, é sua preocupação com o futuro, sua intenção transformadora, contendo uma proposta política que aspira à superação do passado brasileiro, de nossa herança ibérica; nesse sentido, segundo Candido, ela foi revolucionária. Mas revolucionária, sobretudo, por conter propostas para que o Brasil atingisse um desenvolvimento democrático. Na obra de Sérgio Buarque

de Holanda já estão presentes vários aspectos retomados em estudos posteriores sobre o processo de modernização do Brasil.

Para Holanda, somente o advento da racionalidade poderia trazer um desenvolvimento democrático moderno, cujo modelo é a racionalidade legal e burocrática de Max Weber. Concluiu que nossas raízes ibéricas, aventureiras, instáveis, e os elementos do passado privatista não favoreciam a implantação de normas democráticas e a formação do indivíduo.

Seria necessário, portanto, acabar com essa ética da sociabilidade privada, cujos valores eram, para ele, não-rationais. Somente uma separação do público e do privado levaria a uma queda do personalismo e ao aumento da racionalidade.

O objetivo de Holanda era bastante claro: a vitória da doutrina democrática. A questão passava a ser então: por quais meios atingi-la?

Holanda afirmava, por exemplo, que o isolamento entre as elites e o resto do país deu-se pelo fato de as classes mais baixas jamais terem tido oportunidades favoráveis para crescerem "mentalmente". Observava também que o aparelhamento político brasileiro "empenha-se em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional".

Restaria alguma esperança para Holanda? Ele sustentava que "apesar de tudo, não seria justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos", pois haveria uma possibilidade de articulação entre nossa cordialidade e as construções dogmáticas da democracia liberal. Por "cordialidade" (no célebre conceito de Sergio sobre o brasileiro como "um homem cordial"), entende-se emotivo, passional, "que funciona por emoção" - "cordialidade" não significando "amistosidade, "simpatia", ou mesmo "subserviência", "passividade" etc.

Holanda defendia que a concretização da doutrina democrática só seria efetivamente possível quando tivesse sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo. Em suma, seria necessário "superar as raízes".

Haveria, portanto, um sentido claro do rumo que a história deve tomar, cuja síntese seria a democracia. O uso do termo "irrevogável" reforça essa idéia. E essa visão é oposta à de Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*, na qual já está presente a idéia de uma civilização brasileira existente e consolidada.

Mas a vitória da democracia, se tivesse que passar pelos caminhos da política, ou seja, pela via da superação racional, da articulação entre nossa cordialidade e as construções dogmáticas da democracia liberal, seria necessariamente lenta. Holanda observava que a tradição brasileira nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de

ideologias.

De onde viria então a força necessária para vencer a resistência e acabar com a velha ordem colonial e patriarcal? Como absorver o racionalismo de uma forma que fosse "colada" à vida social e não imposta superficialmente, sem alterar as estruturas sociais?

Holanda, ele mesmo, vaticinava: "Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo; o Estado entre nós não precisa e não deve ser despótico - o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio - mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude". Eis um dos aspectos porque Antonio Candido considera *Raízes do Brasil* uma obra revolucionária : sua proposta política aspira a superação do passado brasileiro.

Ao final, Sérgio Buarque de Holanda concluía que as formas superiores da sociedade devem emergir continuamente das necessidades específicas dessa sociedade e jamais de escolhas caprichosas, mas há um demônio pérfido e pretensioso que se ocupa em obscurecer aos olhos dos brasileiros essa verdade singela.

Além de considerar que os princípios do liberalismo no Brasil eram uma inútil e onerosa superfetação, para ele o isolamento entre as elites e o resto do país ocorria por culpa das próprias elites, que jamais deram oportunidades para que as classes mais baixas crescessem "mentalmente".

Na obra de Sérgio Buarque, já estão presentes vários pontos que foram retomados em estudos posteriores: o liberalismo distante de nossas essências mais íntimas, a política separada da vida social, a dificuldade da formação de uma esfera pública, o papel das elites como obstáculo à formação deste espaço público, a falta de vida política como empecilho à modernização, a cordialidade como reforço da esfera privada.

Existe alguma dúvida, prezado leitor, de que Sérgio Buarque de Holanda, um homem de seu tempo, tenha registrado em toda sua obra conceitos e fatos da mais perfeita atualidade? Existe algo mais aplicável e propício à nossa realidade de hoje - de agora e das últimas seis décadas?

3.Conjuntura Nacional

Vladimir Safatle

Com a estabilização dos votos em Jair Bolsonaro e a inanição de outros candidatos conservadores, o Brasil começa a ver a máscara cair. Aos poucos, setores do empresariado nacional, dos pequenos comerciantes, das classes tradicionalmente privilegiadas e das igrejas aparecem para expor sua adesão à brutalidade do profascismo nacional.

De fato, esse fenômeno é recente. Quando empresários da CNI aplaudem alguém como Bolsonaro, eles estão a dizer que não estão mais dispostos a pacto social algum, que confiam agora que ganharão em um confronto aberto com seus empregados e com os grupos que procuram, ao menos, regular os excessos do processo produtivo.

Conflitos trabalhistas poderão ser resolvidos a bala, fazendeiros poderão passar por cima de licenças ambientais com trator, qualquer traço de solidariedade social poderá ser chamado impunemente de vitimismo.

Pouco importa qual é, de fato, o "programa econômico" do candidato ou suas promessas. Liberalismo e protecionismo poderão andar de mãos juntas, já que a questão realmente não passa por aí. Ela passa pelo desejo inconfesso de esconjurar toda e qualquer possibilidade de transformação da sociedade brasileira.

Da mesma forma que Bolsonaro parece ter fixação em banheiros masculinos e femininos, seu eleitorado se volta contra qualquer coisa que pareça colocar a sociedade brasileira fora do eixo de suas formas tradicionais de reprodução.

Nada disso seria compreensível sem lembrarmos dos desdobramentos de 2013. As manifestações de 2013 expuseram a possibilidade de abalar os alicerces do poder governamental brasileiro em profundidade.

Prédios públicos foram queimados, carros de imprensa foram virados, o país viu 2.030 greves em apenas um ano e manifestações todos os dias, ao menos até o mês de novembro.

No entanto toda verdadeira possibilidade de transformação traz no seu bojo sempre uma outra possibilidade, a saber, a emergência de um sujeito reativo. Esse sujeito reativo será composto por aqueles que, diante da decomposição virtual da adesão ao poder, aumentam ainda mais sua violência a fim de fazer a roda girar para trás.

Diante da possibilidade de uma mutação no conceito de "força" que dá forma à democracia —esta "força do povo"—, haverá aqueles que procurarão recolocar a força em seus fantasmas mais hierárquicos e soberanos.

Contra uma força que se metamorfosearia em dissolução do centro, em destituição do poder e na abertura a uma sociedade descontrolada, haverá sempre aqueles que procurarão a segurança paranoica de uma força que é adesão a um corpo social unitário, estático e violento.

Soma-se a isso o fato de essa regressão social poder agora ser vendida sob a forma de revolta anti-institucional, do poder que não respeita mais as negociações necessárias à "governabilidade" corrompida.

Não foram poucos aqueles que perceberam que, nos tempos presentes, a extrema direita consegue se colocar como o discurso da ruptura, enquanto os setores progressistas se apresentam como o discurso da preservação (de direitos, de pactos, de garantias).

Em uma sociedade que apresenta a consciência tácita de que suas instituições e sua "democracia" fracassaram, essa mistura de reação e ruptura é extremamente atraente para alguns.

Por isso, há de se admitir que o fenômeno Bolsonaro não desaparecerá do cenário político brasileiro, mesmo se seu representante-mor for trocado por uma figura mais palatável a certos setores da sociedade brasileira.

Esse desrecalque protofascista é um encontro do país com uma parte de si mesmo. Esse encontro ganha agora uma função maior para a definição do futuro. De nada adiantará tentar fazer um jogo miserável entre "radicalização" e "moderação", entre "discurso do ódio" e "discurso do vamos viver juntos".

Como dizia Jean Baudrillard (que tem ao menos o mérito de uma bela frase), "melhor morrer pelos extremos do que pelas extremidades".

Lula a Stedile: “A partir de janeiro vamos mudar o Brasil”

Ex-presidente falou sobre diversos assuntos da atualidade durante visita de João Pedro Stedile e Rui Falcão, no dia 5/7

Por: Leonardo Fernandes

No dia 5 de julho, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso na sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR) desde o dia 7 de abril, recebeu a visita do ex-presidente do PT, Rui Falcão, e o dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile.

Durante a conversa, o ex-presidente voltou a reafirmar sua candidatura à presidência da República, e se posicionou sobre vários temas, relatados em seguida pelos visitantes.

Confira:

Economia e USA

A cada dia fica mais claro os interesses dos capitalistas dos Estados Unidos para controlarem a economia do Brasil. Essa visita do vice-presidente ao Brasil, a subserviência do governo golpista, demonstram que os Estados Unidos estão perdendo terreno a cada dia para a China e Europa e querem voltar a controlar a economia da América latina, como forma de obter vantagens e ter melhores condições de riquezas naturais do que seus concorrentes.

Privatização

O governo golpista e ilegítimo está acelerando ao máximo a entrega do petróleo e do patrimônio de energia que é a Eletrobras. E devem tirar o valor das ações do governo na Vale, para que ela possa transferir a sede para outro país.

Judiciário

Estou indignado, sou inocente. Não há nenhuma prova apresentada pelo Moro, apenas suposições. E agora essas manipulações que envolveram o TRF 4 e alguns ministros do STF. Só quero que o STF julgue meu processo, olhe as provas, os argumentos dos dois lados. Quero apenas justiça. Só quero o STF cumpra sua função de ser zelador da Constituição. E para isso, precisam julgar logo a consulta da ADC [Ação Declaratória de Inconstitucionalidade] do PCdoB, sobre a prisão ainda em segunda instância.

Candidatura

Sou candidato a presidente. Vou disputar. E vou lutar para isso até as últimas consequências.

O futuro do Brasil

A política apodreceu. Está totalmente afastada dos interesses do povo e da verdadeira democracia. Acho que depois de ganharmos as eleições, devemos convocar uma assembleia constituinte para fazer uma reforma política profunda, e devolver ao povo o direito de decidir sobre o futuro do país.

Nós precisamos radicalizar a política, no bom sentido. Mobilizar cada vez mais gente, organizar nosso povo, e prepararmos um programa de governo popular para fazer as reformas profundas que o país precisa, e enfrentar a crise econômica, social e política. E a partir de janeiro vamos mudar o Brasil

Mensagem aos militantes

Continuem firmes. Agradeço ao povo brasileiro que me apoia, e me dá energias, e mantém seu apoio [à minha candidatura] para presidente. Agradeço aos militantes que estão firmes, organizando o povo. Só o povo organizado pode barrar essas loucuras dos golpistas e do Poder Judiciário.

Aos militantes da vigília em Curitiba, que permanecem firmes comigo há mais de 90 dias, tenho o maior carinho e respeito. Acho que no futuro teremos que dar uma medalha a cada um deles.

Aos militantes do MST e da Frente Brasil Popular, envio o meu abraço de companheiro. Serei sempre grato a tudo o que estão fazendo.

Link da matéria:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/10/lula-a-stedile-a-partir-de-janeiro-vamos-mudar-o-brasil/>

Cansei de escrever a respeito.

Sempre fomos quintal dos EUA.

Tania Jamardo Faillace – Jornalista RS

Hoje somos botim da NOM, que compreende o sistema formado pelas megacorporações econômico-financeiras do mundo capitalista.

E há muito não se faz qualquer educação política do povo, que fica à mercê de todo e qualquer vigarista dono de jornal, rádio e TV, evidentemente controladas pelo poder econômico local associado ao internacional.

Em 1996, houve acerto entre a então oposição popular e de esquerda (PT, PDT e PCdoB) com FHC, a convite deste, para moderar seu reformismo a fim de poder atingir a alternância no poder.

Esse "acordo de governabilidade" não foi discutido nem mesmo comunicado às bases, a não ser em 2015, quando Lula o mencionou.

No acordo, os grupos "progressistas" se aliaram aos conservadores (PP e latifundiários) numa coalizão que elegeu Lula. Lula respeitou o trato: só fez reformas táticas, e não estratégicas.

Mas a direita não lhe agradeceu: queria mais.

Derrubou Dilma para poder avançar nos interesses estratégicos brasileiros, suas setatais, e riquezas nacionais.

Foi o que aconteceu, e ninguém notia, nem infoirma.

Só sabem disso os velhos militantes políticos - os demais não fazem ideia do que aconteceu, nem porque Dilma foi derrubada, nem porque a Petrobrás está sendo liquidada, nada de nada.

E as esquerdas, fazem o quê?

Queixam-se da vida, e não de sua própria omissão, covardia e irresponsabilidade.

Luta de classes neoliberal.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Diário do Centro do Mundo - 5 de julho de 2018

Bresser, um intelectual do desenvolvimentismo.

A economia brasileira enfrenta uma crise de longo prazo desde 1990, que resultou em desindustrialização e baixo crescimento, e uma crise econômica desde 2014 definida por uma crise fiscal, uma forte recessão e uma recuperação muito lenta.

Qual a causa fundamental dessa dupla crise? No longo prazo, é a armadilha dos juros altos e do câmbio sobreapreciado, que inviabiliza o investimento na indústria. No curto prazo, é a crise fiscal que impede que o governo realize uma política fiscal expansionista de caráter contracíclico e ampliar o investimento público. O pano de fundo dessas duas crises é o populismo fiscal – é o Estado gastar irresponsavelmente mais do que arrecada e incorrer em déficit público elevado; e o populismo cambial – é o estados-nação (o Brasil, seu setor público e seu setor privado) gastar mais do que arrecada e incorrer em déficit em conta-corrente.

Esta é a visão novo-desenvolvimentista, de centro-esquerda, que defendo. A solução é o ajuste fiscal, cortando a despesa corrente do Estado, não o investimento público; é baixar os juros; é administrar a taxa de câmbio impedindo que ela se aprecie; é aumentar a rentabilidade da indústria, tornando-a competitiva; é fazer a reforma da previdência, aumentar os impostos, e estimular o investimento público e privado na infraestrutura. Essa é uma política que exige sacrifício dos trabalhadores e principalmente dos rentistas, que resistem à baixa dos juros, e não querem nem ouvir falar em depreciação do real.

A perspectiva dos liberais ou da direita é muito diferente. Para eles existem apenas dois problemas – o populismo fiscal e os salários altos demais (que “não cabem no PIB”). A proposta é reduzir os salários através do ajuste fiscal que corte indiscriminadamente despesa corrente e investimento, é diminuir os direitos trabalhistas dos trabalhadores, e diminuir as despesas sociais do Estado; é manter a taxa de juros elevada e a taxa de câmbio apreciada.

A perspectiva liberal ou neoliberal é de luta de classes de cima para baixo. Os custos do ajuste ficam apenas para os assalariados. Não se mexe nos juros nem no câmbio; os rendimentos dos rentistas ficam, assim, plenamente preservados.

Hoje, as elites brasileiras, inclusive as industriais, estão dominadas por essa perspectiva. Por essa visão das coisas que está em plena crise nos países ricos, onde a ordem neoliberal está ameaçada pelo populismo de direita. Elas não hesitaram em apoiar um golpe parlamentar; e agora parecem estar dispostas a apoiar até um candidato fascista para impedir que um candidato de centro-esquerda seja eleito. Não é surpreendente que rentistas e financistas ajam assim; eles não têm compromisso com a nação e seu povo. É, porém, muito triste ver também empresários embarcando nessa luta de classes neoliberal que manterá a economia brasileira semiestagnada e a população cada vez mais indignada.

O DCM vai mostrar os furos no processo do sítio de Atibaia — e contamos com você

Acesse aqui

Acompanhe as publicações do DCM no Facebook. Curta aqui.

Clique aqui e assine nosso canal no youtube



“Bilionário leu o Duplo Expresso e também pede anistia a Lula? – Parte 4 de MDB e a governabilidade”

10 de julho de 2018 Duplo Expresso

Por Gustavo Galvão*, para o Duplo Expresso

O golpe não é mais aquele. Há 2 anos o golpe era uma unanimidade absoluta nas elites políticas, jurídicas e empresariais brasileiras.

Hoje não mais. Uma parte do STF quer a volta da legalidade e da democracia. Sabemos que a democracia só poderia pensar em voltar depois da liberdade da candidatura Lula, porque não é Lula que está preso, mas sua candidatura, impedi-la sempre foi o maior objetivo da Lava-Jato, que controla o Judiciário.

Cláudio Lembo um jurista sério da elite paulista já disse publicamente que a justiça brasileira não existe mais, que ela já não tem nenhuma credibilidade e legitimidade. Parabéns Moro!

Hoje vimos que até naquele antro de fascistas do TRF4 de Porto Alegre há um juiz sério.

Por acaso, hoje (08/07/18) também no Estadão há uma entrevista que exhibe uma divergência pública importante no meio empresarial, mais especificamente um

dos maiores bilionários do Continente, Elie Horn, da Cyrela, que se tornou um dos gigantes mundiais da construção de residências nos governos do PT com ajuda fundamental das políticas do governo Lula.

A divergência desse bilionário em relação ao golpe é especialmente interessante, porque parece que ele está lendo o Duplo Expresso.

Há menos de uma semana o Duplo Expresso publicou um artigo e um projeto de lei defendendo a importância de uma nova lei Anistia regulamentando o artigo referente esse assunto na Constituição: [“Anistia Geral para pacificar o Brasil e gerar emprego”](#)

Dias depois, o bilionário Elie Horn aparece publicamente concordando com nossa proposta. Segundo ele: “é necessário pensar numa espécie de **anistia para políticos**”.

Para isso seria importante para Brasil sair da crise e “**diz não temer as eleições e clama por um novo ‘começo’ de país**”.

“ (...) Temos de evoluir, ter ideias. **Cada dia que passa há crianças morrendo de fome, de doenças. Isso não pode ser permitido. Qual a solução? Acabar com tudo isso. (...)**”

“(…) Só que tem de haver recomeço total, uma espécie de reestruturação do País, com regras novas. Temos de partir do zero. Muito melhor do que corrigir com emendas. Muitas vezes procurar o passado não vai ter fim. Pega um ponto zero, esquece todo o passado e começa a viver com regras novas, rígidas. Daqui em diante, quem infringir terá problemas, punições. Não se consegue consertar tudo. É impossível. Então, corta: hoje é hoje e ontem já morreu.”

Estadão: Teme o desfecho das eleições?

“Tivemos uma crise grave no setor imobiliário [durante o governo Temer]. Dizem que foi a pior. Falam o mesmo das eleições. Não acho. Em 2002, foi pior? Não houve problema, porque Lula passou a ser um gestor democrático, liberou bastante as regras dos negócios. O país balança, mas não cai. Aprendi a não ter medo”.

Estadão: O sr. tem candidato?

Segredo político. Sou antirradical e anti-extremismo.

Estadão: Qual seria o melhor desfecho?

“Um presidente que faça leis a favor do liberalismo, que acabe com a miséria. Qual é esse candidato? Não sei ainda.”

Não sabe ou não quer dizer?

Se ele não sabe, o povo brasileiro sabe. As pesquisas mostram que já o escolheu novamente. Só que dessa vez no primeiro turno.

No resto da entrevista a gente percebe que esse bilionário é neoliberal e não é um petista ou lulista por convicção. Ao contrário é um neoliberal convicto e elogia o governo Temer. Ele se diz, em outra reportagem publicada no mesmo jornal, sócio e admirador de Paulo Guedes, guru econômico de Bolsonaro.

Esse empresário não foi perseguido pela Lava-Jato como tantos outros. Por sorte, seus negócios não atrapalhavam governos estrangeiros.

Mesmo assim, ele deixa claro, ainda que de forma comedida, que já é hora de parar com os expurgos políticos promovidos pela Lava-Jato e voltarmos à democracia, porque o governo Temer-Lava-Jato já prejudicou demais os negócios.

Sigamos o conselho do bilionário e vamos levar ao Congresso o projeto de lei de anistia lançado aqui no Duplo Expresso: [“Anistia Geral para pacificar o Brasil e gerar emprego”](#).

Fontes:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-a-economia-do-pais-o-ano-ja-esta-perdido,70002393641>

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundador-da-cyrela-avalia-investir-no-setor-financeiro,70002393649>

*Gustavo Galvão é economista pela UFMG, doutor em economia pela UFRJ, funcionário do BNDES, assessor parlamentar e comentarista de economia do Duplo Expresso.

Roberto Tardelli, sobre Moro e o TRF-4: “Que Tiro Foi Esse?”

Moro tinha tanto direito de impedir HC de Lula quanto Tite de mexer no time da Bélgica

Roberto Tardelli é procurador aposentado do Ministério Público de São Paulo e advogado

10 de julho de 2018 às 21h50

Vamos pular as introduções desnecessárias. Com a condenação de Lula pelo TRF-4, absurdamente (matéria ainda não votada pelo STF) decretou-se sua prisão, para início de cumprimento de pena.

Esse processo acabou na vara de origem, presidida pelo juiz Sergio Moro, e também se encerrou com o acórdão condenatório e com a decisão de seguimento do caso para o STJ — recurso ordinário — e com a interposição de agravo para o STF — recurso extraordinário.

Moro e Gebran encerraram suas atividades de juízes, no processo. Terminaram seus trabalhos.

Com a prisão de Lula, deu-se início à execução da pena, desta feita a cargo de uma Juíza de Direito, de outra Vara, que nada tem a ver com o juiz Sérgio Moro.

A prisão de Lula não revogou uma série de direitos que ele possui, como ex-presidente da república e o que acabou ocorrendo era aquilo que se previa: Lula acabou em ilegal e abusivo isolamento.

Ademais, Lula permanece com seus direitos políticos inteiramente preservados e, nessa condição, pode exercê-los, votar e ser votado, exatamente porque é pré-candidato à presidência, nas eleições de outubro próximo.

Se não puder se manifestar, haverá evidente cerceamento a seu direito político.

Os demais candidatos estão circulando e apresentando suas idéias ao país e Lula, ao contrário, sequer visitas pôde receber, permanecendo em ilegal isolamento.

Essa questão foi levada à Juíza que nada fez para alterar a situação de Lula e os advogados, que a gente em Direito chama de Impetrantes, entraram com Habeas Corpus.

Todas as discussões sobre a responsabilidade criminal de Lula são estranhas ao HC, que se preocupou apenas com a sua situação política e seu isolamento prisional.

Não existe data para impetrar-se um HC, que pode ser apresentado ao Tribunal de Justiça de segunda a domingo e feriados.

O HC foi impetrado na sexta-feira à noite e, por sorteio, havia dois desembargadores no plantão, foi destinado ao Desembargador Rogério Favreto.

Ele estudou a situação na noite de sexta-feira e no sábado, proferindo sua decisão liminar, no domingo, por força da qual concedia a liberdade ao Presidente Lula, entendendo fortes e coesos os argumentos da defesa e afastando o parecer contrário do MP.

O mundo caiu e um festival de desinformações e informações estapafúrdias teve início, com cenas constrangedoras e, diria, abusivas e que percorrem, sim, o Código Penal.

Rogério Favreto era competente para a decisão? Sim.

A matéria era relativa ao plantão? Sim, na medida em que se noticiava um estado permanente de grave ilegalidade na execução da pena de Lula.

Era cabível HC nessa situação? Em tese, sim, porque havia uma grave afronta ao direito do preso, não contornável por outra medida.

O Desembargador determinou a expedição de ofício ao diretor do presídio da polícia federal, em verdade, ao delegado de plantão, comunicando-lhe que Lula deveria ser posto em liberdade.

Num passe de mágica, surge de suas férias, o juiz Sérgio Moro, que determinou ao delegado federal que não cumprisse a ordem recebida.

Sérgio Moro poderia ter feito isso? Evidentemente que não.

Por várias razões, a primeira delas é que Moro não mantém com o processo mais nenhuma relação, sendo pessoa inteiramente estranha a esse Habeas.

Não é o juiz da execução da pena, não era o que se cuida chamar de autoridade coatora e não poderia, jamais, como juiz de primeira instância, determinar a uma autoridade policial que descumprisse uma ordem emanada de um desembargador, regularmente expedida, no bojo de um pedido específico.

Podemos dizer que Moro agiu por interesse ou satisfação pessoal e praticou ato contrário à lei; em outras palavras, cometeu, pelo menos, em tese, crime de prevaricação, previsto no Código Penal:

Art. 319 – Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Qual a competência de Moro para determinar ao Delegado de Polícia que não cumprisse a ordem de soltura?

A mesma competência que teria Tite para determinar uma substituição na seleção da Bélgica ou da França...

Tudo piora para ele, Moro, se lembrarmos que ele se encontrava em gozo de férias regularmente concedidas.

Isto é, fora do país — encontrava-se em Portugal — e fora da função julgante, ele jamais poderia ter dado a ordem que deu e revelou sua completa perda de serenidade para julgar qualquer outra causa que tenha Lula como acusado.

Moro deixou de ser juiz e passou a ser perseguidor de Lula e seu comportamento nos permite dizer que ele é, efetivamente, obrigado a declarar-se impedido (suspeito) para processar Luiz Inácio Lula da Silva, porque desfez-se de qualquer sentido de imparcialidade.

É ver para certificar-se. Moro ficou nu.

No trem que se descarrilhava na curva, um outro componente completamente maluco se agregou.

Rompendo a cena, o Desembargador Relator do processo de Lula, Desembargador João Pedro Gebran Neto, dizendo-se ser ele a verdadeira e única fonte de emanção de Direito, também ele sem se dar conta que sua atividade havia se encerrado, veste sua beca de super-juiz e, de ofício, sem ser provocado, oficia também ao atônito Delegado Federal, determinando-lhe que se abstinhasse de cumprir o alvará (que é uma ordem) para soltar Lula.

Lula ficou solto, mas permaneceu preso, ou continuou preso, permanecendo solto. Um caos.

O Desembargador Gebran poderia ter dado a ordem que deu?

Não, porque há maneiras processualmente corretas até de revogar a ordem emanada pelo desembargador Favreto, cujos trâmites se dão no interior do próprio TRF-4, através de recurso próprio da parte contrária, o esquecido Ministério Público, primo pobre nessa briga.

Sim, o MPF poderia recorrer, através de um agravo interno, que levaria a soltura a conhecimento da Turma processante, que poderia manter ou revogar a liminar concedida.

Nunca vi um cavalo de pau desses para fazer descumprir uma ordem, repita-se, regularmente dada.

Não sou menino e carrego algumas dezenas de milhares de processos criminais nas costas e nunca, mas nunca, vi uma rave processual dessa animação.

Tenho certeza que ninguém viu. Nossos limites estão revogados no que toca à maluquice jurídica.

Endurecendo o jogo, o Desembargador Favreto chuta de bico e, reitera pela terceira vez, a ordem de soltura, dando uma hora para seu imediato cumprimento.

Uma hora em juridiquês tem duzentos, trezentos minutos.

A ordem é dada e segue para que funcionários operacionais trabalhem para que ela chegue a seu destinatário, o delegado federal.

Carimba daqui, carimba de lá, cafezinho, calor, abre a janela, fecha a janela, computador está lento, essa uma hora espichou e...

Novo terremoto.

O Presidente do TRF-4, Desembargador Thompson Flores, vestiu sua capa preta e tirou sua espada de Jedi, envolvendo naqueles dois ofícios, de Gebran e de Favreto, um caso raro de conflito positivo de competência, em que dois desembargadores se apresentavam como competentes para decidir de forma diversa sobre o mesmo caso.

O baile da loucura estava atingindo seu auge e ninguém era de ninguém, quando ele emitiu uma quinta ordem à mesma autoridade policial, que, naquela ocasião, já pensava em prender-se, ele próprio a si mesmo.

Loucura por loucura, seria apenas mais uma pereba num caso constrangedor.

Em outro ofício, ele determina que a ordem deve ser ignorada e determina, sem revogá-la expressamente, uma vez que o caso seria devolvido ao Desembargador Gebran.

Isso se deu hoje e o Desembargador Gebran anulou todos os atos de seu colega de Tribunal, inclusive, quase para deixar a gente cantando QUE TIRO FOI ESSE?, anulando tanto e tudo, mas tanto que anulou uma das ordens de Favreto, que foi a de dar ciência dos fatos ao CNJ e à Corregedoria da Justiça pela esdrúxula intervenção de Sérgio Moro.

Ele determinou, quase num surto formalista, que não se levasse ao conhecimento de ninguém a vexaminosa atuação do Juiz Moro.

Como se isso fosse necessário.

Nesse surto midiático, com juiz e desembargadores disputando o cargo de JUIZ MARVEL, quem perdeu foi o Estado Democrático de Direito, quem perdeu foi a democracia, quem perdeu foi a população que percebeu que a Justiça cedeu a impulsos narcísicos.

Quando a vaidade se sobrepõe, todos perdemos.

Favreto mostrou ser independente e mostrou ser um juiz exemplar porque não se intimidou, não se curvou às pressões e tinha competência para decidir porque estava no lugar certo e na hora certa.

Sua decisão foi eminentemente jurisdicional e ele também foi alvo de um ataque jurisdicional de que nunca teve notícia.

Colunistas, blogueiros e jornalistas da extrema-direita ultrapassaram todos os limites da insanidade e até telefones pessoais foram divulgados nas redes sociais.

A Globo o associou criminosamente ao PT, sem se dar conta de que o próprio Moro desfila pelo mundo a tiracolo com Dória e outros expoentes do PSDB.

Favreto nunca teve questionada sua honestidade e probidade e se tornou vítima desses lobos que vagam no mundo virtual e na grande mídia.

Um grande juiz a ser preservado e defendido por todos nós.

Acha o nosso trabalho importante? Reforce a nossa causa em apenas 2 segundos: apoie a sua divulgação tornando-se um Patrono do Duplo Expresso

<https://duploexpresso.com/?p=95700>

Por Gustavo Galvão*, para o Duplo Expresso

O golpe não é mais aquele. Há 2 anos o golpe era uma unanimidade absoluta nas elites políticas, jurídicas e empresariais brasileiras.

Hoje não mais. Uma parte do STF quer a volta da legalidade e da democracia. Sabemos que a democracia só poderia pensar em voltar depois da liberdade da candidatura Lula, porque não é Lula que está preso, mas sua candidatura, impedi-la sempre foi o maior objetivo da Lava-Jato, que controla o Judiciário.

Cláudio Lembo um jurista sério da elite paulista já disse publicamente que a justiça brasileira não existe mais, que ela já não tem nenhuma credibilidade e legitimidade. Parabéns Moro!

Hoje vimos que até naquele antro de fascistas do TRF4 de Porto Alegre há um juiz sério.

Por acaso, hoje (08/07/18) também no Estadão há uma entrevista que exhibe uma divergência pública importante no meio empresarial, mais especificamente um dos maiores bilionários do Continente, Elie Horn, da Cyrela, que se tornou um dos gigantes mundiais da construção de residências nos governos do PT com ajuda fundamental das políticas do governo Lula.

A divergência desse bilionário em relação ao golpe é especialmente interessante, porque parece que ele está lendo o Duplo Expresso.

Há menos de uma semana o Duplo Expresso publicou um artigo e um projeto de lei defendendo a importância de uma nova lei Anistia regulamentando o artigo referente esse assunto na Constituição: [“Anistia Geral para pacificar o Brasil e gerar emprego”](#)

Dias depois, o bilionário Elie Horn aparece publicamente concordando com nossa proposta. Segundo ele: “é necessário pensar numa espécie de **anistia para políticos**”.

Para isso seria importante para Brasil sair da crise e “**diz não temer as eleições e clama por um novo ‘começo’ de país**”.

“(…) Temos de evoluir, ter ideias. **Cada dia que passa há crianças morrendo de fome, de doenças. Isso não pode ser permitido. Qual a solução? Acabar com tudo isso. (…)**”

“(…) Só que tem de haver recomeço total, uma espécie de reestruturação do País, com regras novas. Temos de partir do zero. Muito melhor do que corrigir com emendas. Muitas vezes procurar o passado não vai ter fim. Pega um ponto

zero, esquece todo o passado e começa a viver com regras novas, rígidas. Daqui em diante, quem infringir terá problemas, punições. Não se consegue consertar tudo. É impossível. Então, corta: hoje é hoje e ontem já morreu.”

Estadão: Teme o desfecho das eleições?

“Tivemos uma crise grave no setor imobiliário [durante o governo Temer]. Dizem que foi a pior. Falam o mesmo das eleições. Não acho. Em 2002, foi pior? Não houve problema, porque Lula passou a ser um gestor democrático, liberou bastante as regras dos negócios. O país balança, mas não cai. Aprendi a não ter medo”.

Estadão: O sr. tem candidato?

Segredo político. Sou antirradical e anti-extremismo.

Estadão: Qual seria o melhor desfecho?

“Um presidente que faça leis a favor do liberalismo, que acabe com a miséria. Qual é esse candidato? Não sei ainda.”

Não sabe ou não quer dizer?

Se ele não sabe, o povo brasileiro sabe. As pesquisas mostram que já o escolheu novamente. Só que dessa vez no primeiro turno.

No resto da entrevista a gente percebe que esse bilionário é neoliberal e não é um petista ou lulista por convicção. Ao contrário é um neoliberal convicto e elogia o governo Temer. Ele se diz, em outra reportagem publicada no mesmo jornal, sócio e admirador de Paulo Guedes, guru econômico de Bolsonaro.

Esse empresário não foi perseguido pela Lava-Jato como tantos outros. Por sorte, seus negócios não atrapalhavam governos estrangeiros. Mesmo assim, ele deixa claro, ainda que de forma comedida, que já é hora de parar com os expurgos políticos promovidos pela Lava-Jato e voltarmos à democracia, porque o governo Temer-Lava-Jato já prejudicou demais os negócios.

Sigamos o conselho do bilionário e vamos levar ao Congresso o projeto de lei de anistia lançado aqui no Duplo Expresso: [“Anistia Geral para pacificar o Brasil e gerar emprego”](#).

Fontes:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-a-economia-do-pais-o-ano-ja-esta-perdido,70002393641>

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundador-da-cyrela-avalia-investir-no-setor-financeiro,70002393649>

*Gustavo Galvão é economista pela UFMG, doutor em economia pela UFRJ, funcionário do BNDES, assessor parlamentar e comentarista de economia do Duplo Expresso.

O Cabaré pegou Fogo

por Beatriz Vargas Ramos

Um desembargador de plantão defere um pedido liminar em Habeas Corpus (o HC foi impetrado contra o juízo da execução penal). Coisa que às vezes acontece, nada de mais, não seria a primeira vez. Aí então, um juiz de primeiro grau, que já não tinha jurisdição no caso (porque já havia sentenciado - processo findo, jurisdição esgotada), "decide" que precisa de uma orientação para saber "como proceder" (quando a ele não competiria proceder nem para A nem para B).

Decide que alguém precisa decidir o que o fazer com a decisão do desembargador de plantão. Não foi uma decisão, foi um alarme. Alarme acionado, segue-se uma verdadeira caçada à decisão do desembargador do plantão. Todo mundo volta das férias. Todo mundo quer ser juiz de plantão. Parece que o processo tem dono e que o tribunal não tem regimento interno. Aí o relator que já não era mais relator, dizendo-se juiz natural do processo, e sem ser provocado, entra em campo para anular a decisão do juiz de plantão, avoca os autos para si, ao argumento de que o pedido é mera reiteração de outros que foram indeferidos (o que significa dizer que não há nenhum outro enfoque ou perspectiva jurídica possível).

Fabrica um conflito de jurisdição, um falso conflito de jurisdição. O fundamento da avocação: aquilo que a oitava turma decidiu é algo que pertence à ordem do imutável (do tipo "quem manda aqui sou eu"). O réu não pode ser solto – é a decisão de fundo. O ex-relator não quer aguardar a distribuição do habeas corpus. O desembargador de plantão volta a determinar o cumprimento da ordem de soltura. A polícia finge que não descumprir, mas também não cumpre, até que, na queda de braço, o presidente do tribunal (no caso, o terrefê-4) anula a decisão do juiz de plantão, porque é a primeira vez que aparece uma questão de conflito de competência entre um juiz de plantão e um ex-relator em férias que resolve voltar das férias e tomar para si um processo que foi distribuído no plantão (eis o falso conflito).

Aí a polícia não precisa mais fingir que ia cumprir a ordem do plantão. E, no final das contas, qual é o barbarismo jurídico? Não é nenhum dos anteriores. O absurdo é que "há um desembargador petista!" O absurdo é o "desembargador petista" achar que pode decidir no plantão habeas corpus em favor do réu, de acordo com sua liberdade de convencimento e argumentação jurídica – na pior das hipóteses – razoável. Se a decisão é certa ou errada, se há fato novo ou não há, essa é uma questão que deve ser resolvida no mérito, pelo colegiado competente, não no vale-tudo, fora do molde legal ou à margem do procedimento aplicável. A impressão que fica, mais uma vez: o que importa é a luta pelo poder.

O terrefê-4 não ia correr tanto para prender Lula antes das eleições, para deixar que um "desembargador petista" pudesse soltá-lo por um dia que fosse. O terrefê-4 só autoriza o cumprimento de decisão de juiz antipetista. O terrefê-4 se tornou um tribunal tão "politizado" que o regimento interno e a lei processual já

foram às favas há muito tempo. As ações sobre a constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal dormem nas prateleiras do STF Como diz meu primo, “o cabaré pegou fogo”!

Beatriz Vargas Ramos –

professora de direito na UnB

A SUCESSAO NO D.F. -Brasilia

[Leiliane Rebouças](#) .

Algumas considerações sobre o debate dos "Buritizáveis" organizado pelo portal Metropoles:

1. A organização do debate foi boa, e gostei da forma como foi realizado. Não deve ter sido fácil com tantos candidatos.
2. As claques dos candidatos atrapalharam um pouco.
3. O nível dos candidatos estava muito aquém do mínimo esperado.
4. Temas importantes como por exemplo, gestão dos recursos hídricos, política habitacional, preservação do patrimônio (só falaram do viaduto) desenvolvimento do turismo, judicialização da saúde por falta de leitos e UTI, leis urbanísticas, Escândalos de corrupção como a máfia do cemitério; o DFTRANS, o escândalo da Saúde (Dracon) entre outros; o meio-ambiente... todos esses assuntos deixados de lado...
5. Os candidatos perderam oportunidades de fazer boas perguntas capciosas aos concorrentes.
6. Todos se perderam nas respostas em algum momento e fugiram dos temas.
7. Todos foram superficiais e falaram dos temas (quando não fugiram do assunto) de modo geral e sem apontar soluções práticas demonstrando como fazer.
8. Nenhum deles parece saber conquistar o eleitor com carisma.
9. A maioria confundiu serviços com indústria.
10. Observações:

[Jofran Frejat](#) precisa se atualizar. Ficou feio não ter resposta para políticas públicas para a população LGBT. Também não apresentou soluções, não soube explicar por que e como vai realizar suas propostas. Transformar o centrad em universidade do DF? Tá, como ? Com que dinheiro? Por que? O DF precisa de universidade estadual? O DF conseguirá mantê-la ou vai virar um caso sério como a UERJ lá no Rio sem recursos e dependendo do governo federal? Que cursos vai ter e por quê?

Alexandre Guerra fala demais do partido Novo e fica maçante. Ainda não passa segurança para o eleitor. Perdeu ótimas oportunidades de fazer boas perguntas e colocar o Rollemberg na parede.

[Rodrigo Rollemberg](#) parece que se empolgou demais com a própria claque que levou. Fala as mesmas coisas de sempre. Orla, orla, orla... Eu mandaria ele de ônibus num domingo a tarde na orla sul saindo de Planaltina de ônibus pagando passagem pra três pessoas recebendo um salário mínimo por mês. E queria ver se ele encontraria um lugar pra cagar naquele lugar ou se tem coragem de nadar naquela água podre. Será que Isso mudaria sua perspectiva de prioridade de governo? Seus secretários não tem indicação política? Mas uma parte deles são do PSB óbvio. Subestima nossa inteligência.

[Izalci Lucas Ferreira](#) mostrou que está tão despreparado quanto os outros, fugiu a pergunta sobre o PSDB -DF como o diabo foge da cruz. Não da pra entender como foi escolhido pela coligação sendo tão fraco.

Eliana Pedrosa O comentário geral da platéia era que foi mais machista do que os candidatos homens na questão sobre oportunidades de trabalho para as mulheres. Ah um detalhe: perdeu pontos ao falar de educação infantil sem falar das creches. Nisso o Alexandre Guerra foi perfeito. Mas faltou dados.

O Coronel : Sem noção é a frase que define.

Professora Fátima: também não "se encontrou" no debate. Só se saiu muito bem quando falou que a universidade do Frejat é uma gambiarra na educação.

Por fim, espero que melhorem nos próximos debates ou o eleitor vai continuar sem querer sair de casa para votar. Sai com uma impressão que o DF está com candidatos aventureiros que não tem de verdade um programa de governo e nem projeto de Estado. E são muito mal assessorados nos debates. Tá faltando marqueteiro político em Brasília?

No mais, faltou um pouquinho de humor pra alegrar a noite.

o Rollemberg não mandou tirar o painel do debate... Kkkkkk.

Ou Tô com medo de falar mal do senhor e seus filhos me processarem...

Renato Riella Completo a sua avaliação com outras observações. 1. O Metrópolis perdeu público porque muita gente não conseguiu acessar o debate. O site precisava ter facilitado isso, com link, dicas de acessar, etc. 2. Não se faz debate tão longo. A segunda bateria de perguntas entre os candidatos foi demais. 3. As perguntas do povo foram péssimas. O site devia ter gravado umas 50, para escolher sete fortes. 4. Rollemberg fechou o debate eufórico, como se tivesse ganho a Copa, mas não respondeu a quem disse que o governo dele tem 80% de rejeição. 5. Alexandre Guerra é amador e podia ter promovido seu candidato ao Senado, Paulo Roque, que estava presente e é muito mais conhecido. 6. Rollemberg devia ter promovido a candidatura de Leany, que está fazendo boa campanha ao Senado. 7. Para completar, um minuto para comentários finais: meu Deus, nenhum dos sete preparou uma bomba para fechar o debate. Faltou mesmo assessoria. Teria de ser algo que marcasse o debate e abrisse o noticiário. Resultado: os sete não geraram notícia. Jogaram pelo empate.

ESTOURA O PRAZO CONCEDIDO PARA QUE LIBERTEM LULA. TENSÃO MÁXIMA

Apesar das manobras de Moro e de Gebran, que tentaram impedir a liberdade de Lula, o desembargador Rogério Favretto mandou soltar imediatamente Lula, sob pena de desobediência; manifesto de 125 juristas aponta que Moro e Gebran agiram fora da lei e, assim, tornaram-se suspeitos para continuar no caso Lula; prazo para libertar Lula venceu pouco depois de 17h; desembargador pede que Corregedoria do TRF-4 e pelo Conselho Nacional de Justiça abram processo contra Moro

8 DE JULHO DE 2018 ÀS 16:36

247 – Apesar das manobras de Sergio Moro e de João Pedro Gebran, que tentaram impedir a liberdade de Lula, o desembargador Rogério Favretto soltou às 16h04 novo despacho mandando soltar Luiz Inácio Lula da Silva no prazo de uma hora, sob pena de desobediência; manifesto de 125 juristas aponta que Moro e Gebran agiram fora da

lei e, assim, tornaram-se suspeitos para continuar no caso Lula. Em seu despacho ele pede que insubordinação de Sergio Moro (que está em férias) seja analisada pela Corregedoria do TRF-4 e pelo Conselho Nacional de Justiça

Leia abaixo:

Juiz do plantão acaba de bater o martelo: soltem sob pena de desobediência:

Sobre o cabimento da apreciação da medida em sede plantão judicial, suficiente tratar-se de pleito de réu preso, conforme prevêem as normativas internas do TRF e CNJ. Ademais, a decisão pretendida de revogação - a qual não se submete, no atual estágio, à reapreciação do colega - foi devidamente fundamentada quanto ao seu cabimento em sede plantonista.

Outrossim, extraia-se cópia da manifestação do magistrado da 13ª Vara Federal (Anexo 2 -Evento 15), para encaminhar ao conhecimento da Corregedoria dessa Corte e do Conselho Nacional de Justiça, a fim apurar eventual falta funcional, acompanhada pela petição do Evento 16.

Por fim, reitero o conteúdo das decisões anteriores (Eventos 3 e 10), determinando o imediato cumprimento da medida de soltura no prazo máximo de uma hora, face já estar em posse da autoridade policial desde as 10:00 h, bem como em contado com o delegado plantonista foi esclarecida a competência e vigência da decisão em curso.

Assim, eventuais descumprimentos importarão em desobediência de ordem judicial, nos termos legais.

Dê-se ciência aos impetrantes, demais interessados e autoridade policial.

Ante o exposto, indefiro o pedido de reconsideração mantendo a liminar deferida e reitero a determinação de imediato cumprimento.

Documento eletrônico assinado por ROGERIO FAVRETO, Desembargador Federal, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador 40000566932v15 e do código CRC 391a95c9.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROGERIO FAVRETO
Data e Hora: 8/7/2018, às 16:4:21

ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA
DA/MUSEU NACIONAL – UFR

Lula e o punitivismo penal

ANTONIO MARTINS

– ON 10/07/2018 CATEGORIAS: BRASIL, CAPA, POLÍTICAS

Sua prisão é política, assim como a de centenas de milhares de brasileiros vítimas do encarceramento em massa. A partir de setembro, o ex-presidente e o país terão uma nova chance

<https://outraspalavras.net/brasil/lula-e-o-punitivismo-penal/> I.

Num país sob estado de exceção e em crise, certas imagens podem ser muito perigosas. Por isso, o juiz Sérgio Moro e os desembargadores Gebran Neto e Thompson Flores, do IV Tribunal Regional Federal, mandaram às favas as férias e o domingo e se esfalfaram para impedir a todo custo que se produzisse, no fim de semana, uma fotografia de Lula livre. Não bastava o poder – que tinham – de mandar prendê-lo horas depois de solto. Era preciso evitar que o país o visse liberto; que surgisse um registro material de outra realidade possível, de uma sociedade capaz de superar a agenda de retrocessos.

Moro e os desembargadores venceram um *round*, embora com grande desgaste. Mas as próximas semanas prometem ser duras para os que defendem – em especial no STF – a prisão arbitrária de Lula e a de centenas de milhares de brasileiros. A ministra Cármen Lúcia deixará a presidência do tribunal em setembro. Já não terá poder para evitar um debate que bloqueia a todo custo, há dois anos. O Supremo terá, enfim, a possibilidade de julgar se é possível prender réus que ainda não esgotaram os recursos legais para demonstrar sua inocência. Uma decisão provisória em favor destas prisões, adotada em fevereiro de 2016, jamais foi examinada em definitivo. Ela reforça uma tendência social conservadora – o punitivismo penal – que vê no encarceramento em massa o caminho para uma sociedade mais segura. Embora particular, por suas consequências políticas óbvias, a prisão de Lula é também consequência da força desta visão.

II.

O eterno adiamento do debate, pela atual presidente do STF, é um ato assumidamente político. Ele distorce o papel do tribunal – que deveria ser o defensor da Constituição – e gera o caos jurídico que leva a população a

suspeitar ainda mais do Supremo e do Judiciário. Desde março, diversos colegas de Cármen Lúcia no STF [têm reivindicado](#) que a ministra inclua, na pauta de deliberações em plenário, a proibição de prender cidadãos condenados apenas em segunda instância. O apelo é reforçado por um [conjunto de entidades jurídicas](#) lideradas pela OAB.

Mas ao invés de ouvir seus próprios colegas e as entidades, Cármen Lúcia prefere agradar a facção do mundo jurídico e político que pensa como ela. Em 19/3, convidada especial num dos noticiários da TV Globo, [afirmou](#) que “não há razão nenhuma” para levar o tema a consideração coletiva. Assegurou que a prisão após segunda instância é um instrumento para “combater o crime”. Dias depois, chegou a [articular](#) a defesa desta postura com o movimento “Vem pra rua”, conhecido por seu extremismo direitista. A atitude foi comemorada por um site da mesma tendência. “Cármen Lúcia trancou a pauta do Supremo até o fim de seu mandato”, [escreveu](#) *O Antagonista*.



Este site é sustentado por seus leitores. [Clique aqui para contribuir](#)

Para dar aparência de normalidade a este *trancamento* do debate, os partidários da prisão de réus após julgamento em segunda instância alegam que a decisão a respeito já foi tomada pelo STF. “Revê-la”, segundo eles, seria um casuísmo para beneficiar Lula. O argumento revela desonestidade intelectual. O Supremo *nunca* definiu posição de mérito sobre o tema. Um [artigo](#) da professora Eloísa Machado de Almeida (Direito FGV-SP), publicado pela *Folha de S.Paulo* em 23/3, explica didaticamente a questão. Em outubro de 2016, o tribunal decidiu *cautelamente* (ou seja, de maneira urgente e provisória) que a prisão, nestas circunstâncias é possível. Mas, embora transcorridos mais de 20 meses desde então, “ainda não há decisão definitiva”, frisa Eloísa, o que “deixa o tribunal dividido”.

É exatamente esta ausência que transformou os julgamentos a respeito do tema no que muitos chamam de “uma loteria”. O STF tem duas turmas, com entendimentos opostos. O recurso de um réu é ou deixa de ser atendido segundo... o azar. Se o impetrante cai na primeira turma (apelidada de “Câmara de Gás”), permanece preso. Se o sorteio lhe favorece com a segunda turma (“Jardim do Édem”), será provavelmente solto. Um Supremo Tribunal que se permite tal tipo tal capricho jamais poderá ser respeitado como promotor de *Justiça*. No entanto, uma questão que poderia ser resolvida com facilidade é postergada indefinidamente – porque Cármen Lúcia e seus parceiros temem ser

derrotados e não se importam com as consequências institucionais deste partidarismo.

O ministro Dias Toffoli, que em dois meses substituirá Cármen Lúcia na presidência do STF, parece disposto a encerrar a manobra desonrosa. Se isso enfim ocorrer, e a depender da decisão do plenário, Lula será libertado e aguardará livre o julgamento de seu recurso à sentença do TRF-4. Seu direito a disputar as eleições dependerá de outras ações – nos tribunais e sobretudo nas ruas. Mas a liberdade do ex-presidente, embora importantíssima em si mesma, é parte de um problema político mais amplo: o avanço do punitivismo penal e político, componente central do pensamento conservador que tanta influência exerce sobre o país, nos últimos anos.

III.

O punitivismo propõe, para problemas que exigem mudanças sociais profundas, soluções aparentemente fáceis e imediatas. Para o aumento da violência, uma chaga real, ele sugere o linchamento (“bandido bom é bandido morto”) ou, em uma versão mais branda, o encarceramento em massa. Não se trata de um fenômeno apenas brasileiro – mas aqui assumiu proporções incomuns, por razões que se verá adiante.

Entre 2001 e 2014, mostra [um estudo](#)¹ do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim), a taxa de encarceramento da população brasileira mais que dobrou. Saltamos de 135 presos por 100 mil habitantes para 306/100.000. Ultrapassamos a marca de 720 mil prisioneiros, terceira maior população carcerária do mundo. Dentre eles, a proporção de negros tornou-se ainda maior; e a de mulheres nunca foi tão alta. Mas dos privados de liberdade, cerca de 10% apenas praticaram crimes contra a vida. Os novos presos são, especialmente, autores de pequenos delitos, relacionados à venda de drogas consideradas ilícitas e a furtos e roubos. Nestes casos, nota com sarcasmo o estudo do Ibccrim, os valores “são de monta muito menor que o custo de manter os autores atrás das grades”...

O encarceramento maciço foi produzido por novas leis, vendidas como “salvadoras” a uma população apavorada tanto pela insegurança real quanto por sua exploração em programas de TV manipuladores. Entre elas, destacam-se a Lei dos Crimes Hediondos (1990), entre os quais foi incluído, espantosamente, o tráfico de psicotrópicos; a Nova Lei de Drogas (2006), que um Judiciário ultra-

draconiano usou como licença para aprisionar ainda mais indiscriminadamente; e a decisão provisória do STF que autoriza a prender réus antes de esgotados todos os recursos a que têm direito.

Em termos concretos, o fracasso do encarceramento é clamoroso. Quanto mais se prende, mais a violência aumenta. Entre 1996 e 2017, o número anual de homicídios no Brasil pulou de 35 mil para 54 mil. Num [outro estudo](#)², o jurista Marcelo Semer explica parte das razões. Foi totalmente abandonada a ideia do papel correcional da prisão; e se esqueceu o uso de penas alternativas. Transformados em depósito de indesejáveis, os presídios converteram-se, também, em fortalezas do crime.

Mas os resultados patéticos do punitivismo não levaram, ainda, a um recuo da tendência – inclusive, porque a esquerda despreza o tema da Segurança Pública e mantém espaço aberto para o discurso conservador. Vale notar, por exemplo, que o avanço do encarceramento *coincide* com o período dos governos do PT e que Dilma Rousseff deu sua contribuição particular ao crescimento da tendência. Em 2015, ela propôs e conseguiu aprovar uma [“Lei Antiterrorismo”](#) que estende para o campo político a tentativa de resolver temas complexos com tratamento simplório e, em particular, com violência do Estado.

IV.

Moro e os desembargadores do TRF-4 que não suportaram ver Lula livre farão, nos próximos meses, campanha acirrada contra uma decisão do STF que respeite o direito Constitucional à presunção de inocência. A mídia lhes dará respaldo. Se mantiverem o *status-quo*, eles ganham duplamente. Mantêm encarcerado (e impedido nas eleições presidenciais) seu principal adversário político. E continuam a oferecer à população uma narrativa falsa e simplória – porém eficaz – para os grandes problemas do país.

Diversas e às vezes contraditórias como são hoje, talvez as esquerdas brasileiras pudessem lançar um esforço para superar as divergências em relação a um tema tão decisivo. Certos setores permanecem indiferentes, ou ao menos pouco propensos a se mobilizar, diante da prisão arbitrária de Lula. Alegam que, nas periferias, a ditadura nunca terminou. É verdade, evidentemente. Mas não é da mesma forma óbvio que, enquanto vivermos um estado de exceção capaz de encarcerar o líder popular de maior prestígio no país, haverá cada vez mais violência contra os mais pobres?

Enquanto isso, alguns defensores de Lula parecem enxergar a prisão arbitrária do ex-presidente como uma perseguição isolada da direita – e não como parte da restrição geral às liberdades, num país dividido entre Casa Grande e Senzala. Ao fazê-lo, deixam de examinar em profundidade o punitivismo e repetem um erro que já cometeram. Para mudar o país de fato, basta eleger um novo presidente? Mais uma vez serão esquecidas as reformas estruturais já abandonadas no primeiro período da esquerda no governo?

A procrastinação patife de Cármen Lúcia está no fim – assim como o reinado de Temer. Mas, como se vê, os próximos meses serão, além de determinantes para o futuro do Brasil, muito reveladores.

1 “Encarceramento em massa e a tragédia prisional brasileira”, de Giane Silvestre e Felipe Athayde Lins de Melo, no *Boletim do Ibccrim*, número 293, Abril de 2017: https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5947-Encarceramento-em-massa-e-a-tragedia-prisional-brasileira

2 “O pior do grande encarceramento brasileiro é o que ainda está por vir”, de Marcelo Semer, no site *Justificando*: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/12/16/o-pior-do-grande-encarceramento-brasileiro-e-o-que-ainda-esta-por-vir/>

<https://outraspalavras.net/brasil/lula-e-o-punitivismo-penal/>

Ah, Brasil.

Pablo Vilaça.

Quando achamos que o país atingiu o fundo do poço, o judiciário brasileiro arranja um jeito de cavar mais um pouco e aprofundar nossa vergonha. Feliz ou infelizmente, acho que já aprendi um pouco e em nenhum momento celebrei a possível soltura de Lula por decisão do desembargador Rogério Favreto, já que me parecia óbvio que, de um modo ou de outro, não deixariam o ex-presidente solto por muito tempo. Se preso ele é o líder disparado das pesquisas, nas ruas se tornaria imbatível.

A questão não era nem o tempo que permaneceria livre, mas o desespero e a ilegalidade exibidos no esforço para mantê-lo encarcerados.

E os políticos do judiciário não desapontaram. Sérgio Moro, o juizeco que enxerga em Lula seu único passaporte para a relevância (efêmera, como ele logo verá), tirou férias de suas férias e voltou a trabalhar por algumas horas

apenas para afirmar que não cumpriria a decisão da instância superior. (Não, peraí, faltou a caixa alta: da INSTÂNCIA SUPERIOR.)

O curioso é que, pouco tempo antes, o mesmo Moro dissera que não poderia julgar o tucano Beto Richa pois estava sobrecarregado de serviço. Pelo jeito, quando se trata de Lula, ele abandona até as férias para se meter - ainda que não tivesse NADA a ver com o assunto, já que quem deveria cumprir a ordem seria a Polícia Federal que mantém Lula no cárcere. Pois vejam só que milagre: a PF decidiu não soltar Lula, o que obrigou o desembargado a emitir nova ordem a ser cumprida em um curto prazo.

E o que Moro fez então? Como todo bom garoto mimado que não consegue o que quer na escola, foi chorar nos ouvidos do pai, o relator da Lava-Jato Gebran Neto, que TAMBÉM ESTAVA DE FÉRIAS, mas encontrou um tempo para tentar anular a decisão. Favreto então publicou uma terceira ordem para soltar Lula até que o presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, bateu o martelo que determinava que o ex-presidente seguiria encarcerado.

E quem é Thompson Flores? O mesmo que em 2017 elogiou a sentença de Moro contra Lula mesmo sabendo que seu tribunal o julgaria poucos meses depois (e também os recursos), acelerando todo o processo para que, em tempo recorde, pudessem encarcerá-lo.

Ou seja: em um espaço de poucas horas, a soltura de Lula foi determinada três vezes, levando a três outras para revogá-la.

É este o Brasil de hoje. Uma república de bananas (com o perdão do clichê) cuja democracia só é válida caso o judiciário permita. Enquanto isso, o "jornalista" Claudio Tognolli, comentarista na Jovem Pan e, pasmem, PROFESSOR da USP, achou por bem divulgar os dados pessoais do desembargador Favreto ao mesmo tempo em que apontava que este havia sido filiado ao PT. (Tognolli não achou necessário apontar também todas as fotos de Moro confraternizando com VÁRIOS tucanos e nem que o ministro do STF Alexandre de Moraes, que recusou o habeas corpus de Lula, era filiado ao PSDB até ANO PASSADO.)

O resultado? Favreto e sua família passaram a receber AMEAÇAS. Esta é a democracia para a direita brasileira: uma que só vale quando os seus são beneficiados e na qual todos os oponentes devem ser calados à força, por prisão, ameaças ou pior. (A propósito: me enviaram os dados do próprio Tognolli, mas, para sua sorte, não compartilho de sua visão antidemocrática e não os compartilhei.)

De todo modo, duas coisas ficaram bem claras hoje (se já não eram suficientemente claras antes): primeiro, que a esquerda pode desistir de esperar que a justiça recupere seu "j" maiúsculo e aja de forma apartidária; se há alguma solução, esta não se encontra mais nos ritos democráticos, que foram todos corrompidos. É triste dizer isso, mas também a verdade.

E, segundo, que Sérgio Moro enlouqueceu de vez e agora acredita ser investigador, juiz, júri, carrasco, carcereiro e imune a qualquer decisão contrária à sua - mesmo que esta venha de instâncias superiores.

Se você não enxerga o perigo que tudo isso representa só porque detesta Lula... deveria. A História já cansou de provar que os cães loucos não demoram muito a morder os próprios donos.

FATOS NOVOS DO HC DE LULA: NEGAM, MAS EXISTEM

Ao conceder uma liminar em Habeas Corpus libertando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o desembargador Rogério Favreto, no plantão de final de semana no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), justificou sua decisão falando de fatos novos que existiam no Processo de Execução Provisória da pena do réu. Desde então está sendo criticado. Mas tais fatos existem. Não se trata de o ex-presidente ser pré-candidato. São cinco pedidos de autorização para entrevistas e atos de campanha que estão anexados nos autos desde 11 de maio e sobre os quais a juíza Carolina Lebbos, responsável pela execução desta pena – que foi antecipada, apesar de ainda ser provisória – silenciou-se.

Leia os detalhes e veja os documentos em: <https://marceloauler.com.br/fatos-novos-do-hc-de-lula-nega.../>

AOS LEITORES: Esta é mais uma postagem com informações exclusivas que o Blog traz aos seus leitores. Fruto de um trabalho de conquista de fontes e garimpagem de notícias ao longo dos últimos meses. Resultado também das muitas viagens que temos feito a Curitiba (PR), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). Como é público, sobrevivemos com a ajuda dos leitores/apoiadores. Ajuda imprescindível na divulgação de nossas postagens, para atingir a um maior número de pessoas. Como também com contribuições financeiras que servem para o sustento da página e o pagamento de despesas de nossas viagens. Contribuições que podem ser feitas em qualquer valor, em qualquer periodicidade, na conta bancária exposta no quadro ao lado. Mais uma vez agradecemos aos que já contribuem e àqueles que vierem a contribuir.

Xadrez do golpe na era da hipocrisia, por Luís Nassif

TER, 10/07/2018 - ATUALIZADO EM 11/07/2018 - 07:34

<https://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-do-golpe-na-era-da-hipocrisia-por-luis-nassif#.W0Y8NvJ0Cwo.facebook>

Peça 1 – chocando o ovo da serpente

No evento dos 80 anos da Folha, em 2001, foi constituída uma mesa de debates e uma colega enalteceu a grande vitória da democracia: as algemas colocadas pela Polícia Federal no senador Jader Barbalho. Já havia, então, a celebração da selvageria. Fiz-lhe ver que se tratavam assim um senador, o que não fariam com os anônimos?

A lógica bisonha de que a igualdade dos direitos consiste em todos terem seus direitos desrespeitados – como propõe o inacreditável Ministro Luís Roberto Barroso – era apenas um álibi para não tratar dos abusos contra os menos favorecidos.

Mas o ovo da serpente vinha sendo chocado desde a campanha pelo impeachment de Fernando Collor, depois do ensaio com os tais “fiscais de Sarney”. E quem tentava se colocar contra a besta, pagava caro.

Exemplo 1

Ainda nos anos 90, me envolvi em uma pinimba pesada com o Ministério Público Federal, Judiciário e mídia sobre os abusos das denúncias anônimas e das prisões preventivas.

Fui alvo de ataques de procuradores da República em sua lista não-oficial. Um deles me passou o link. Entrei e me pus a discutir com os críticos. No mesmo dia, recebi um e-mail da subprocuradora Delza Curvello, contando a maneira como foi denunciada por dois colegas, associados à mídia.

No e-mail, [já estava claro o jogo de parte do MPF](#) com a mídia, conforme coluna de **9 de agosto de 2.000**:

"Prezado Luís,

(...) "É certo que o Ministério Público não se resume às pessoas contra as quais representei.

"A turma é grande e boa, mas está amedrontada -tanto quanto eu- diante da cobertura que essas ações temerárias vêm recebendo da mídia, colocando-os como "os salvadores da pátria" (como se nós outros -que não nos utilizamos da mesma "metodologia" por eles utilizada- fôssemos os "traidores").

"(...) Creio que ambos -imprensa e Ministério Público- necessitam se sentar e se repensar, pois são duas forças que, juntas, poderão, se assim desejarem, levar uma nação ao caos.

"(...) Peço que você e a redação desse conceituado jornal façam uma reflexão profunda em torno do papel da imprensa na formação da opinião pública, não permitindo que ela seja manipulada, que seja um instrumento contra o indivíduo e em consequência contra a própria sociedade.

"Tenho pensado muito sobre minha instituição -e sei que, da forma como ela vem se comportando em face do indivíduo, ela está muito mal.

"Fique certo, Luís, que aqui fora não está nada fácil sobreviver.

Exemplo 2

Em **novembro de 2002** fui condenado a três meses de prisão pela juíza substituta da 6ª Vara Criminal de São Paulo, Érika Soares de Azevedo Mascarenhas, devido ao seguinte texto:

Fim da aventura

Fracassou, e foi pouco notado, uma das mais atrevidas aventuras já tentadas contra os cofres públicos: a ação de indenização proposta pela Mendes Júnior contra a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) por atrasos nos pagamentos. A indenização pedida era de R\$ 10 bilhões, muitas vezes maior do que o preço total da obra. No mês passado, o Superior Tribunal de Justiça liquidou definitivamente com a aventura.

Três meses de prisão por ter denunciado um golpe preparado pela Mendes Junior contra a CHESF, através de uma ação na Justiça pretendo

corrigir pelas taxas de hot money um atraso de pagamento nos anos 80 que havia sido devidamente quitado de acordo com o que estipulava o contrato. [Quando a aventura chegou ao fim, o valor pleiteado estava em inacreditáveis R\\$ 20 trilhões.](#)

Na ocasião, dois Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) saíram em minha defesa: [Marco Aurélio de Mello e Gilmar Mendes](#). Nenhuma surpresa, portanto, com sua postura garantista atual no STF.

Disse Marco Aurélio, que estava na presidência do STF:

Qualquer postura que, de alguma forma, contribua para inibir o exercício da liberdade jornalística não pode ser agasalhada pela estrutura do Judiciário, sob pena de retrocesso. Porque emudecer a imprensa não fará bem a ninguém.

No dia **23 de novembro de 2002**, [a Folha saiu em minha defesa em editorial](#):

(...) A juíza entendeu que o texto "manifesta a intenção inequívoca de difamar".

Nassif, sem dúvida, exprimiu-se de maneira crítica em relação à tentativa da Mendes Júnior de obter do erário, a título de indenização por atraso de pagamento, um valor várias vezes superior ao custo total da obra em questão (R\$ 10 bilhões equivalia, em 2000, a 1% do PIB brasileiro).

(...) A crítica constante de supostos dogmas de opinião e de comportamento públicos é uma das marcas das colunas de Luís Nassif. A disposição questionadora do jornalista não tem poupado atitudes da própria imprensa -desta Folha inclusive.

Não é justo que uma condenação venha a ameaçar o livre exercício da crítica, cuja conquista custou tanto à sociedade brasileira. Espera-se, portanto, que essa sentença imprópria seja reformada pelo Judiciário.

O que se depreende disso? Que o desrespeito aos direitos individuais foi um processo gestado lentamente, mesmo após a Constituição cidadã, pela absoluta incapacidade prospectiva do Judiciário, mídia e políticos.

Mas, na época, ainda havia mais vozes denunciando os atos arbitrários.

Exemplo 3

De um artigo do Advogado Arnaldo Malheiros, publicado na Folha no dia **21 de agosto de 2007**, sob o título "[Que saudades do AI-5](#)":

Recentemente, temos visto abusos do Estado que nos tempos negros do AI-5 não ocorriam: os DOI-Codi poupavam os juízes de autorizar violências. Hoje, porém, há um consenso segundo o qual qualquer arbitrariedade, se praticada com ordem judicial, é legítima; as megaoperações meramente pirotécnicas, à custa da imagem dos atingidos; a invasão de escritórios de advocacia em busca de provas contra clientes, coisa que os militares jamais fizeram. (...)

(...) O regime hoje não é militar, mas há civis -pior, há até magistrados-capazes de fazer coisas muito mais graves contra os direitos individuais.

Nem mesmo a ditadura militar, com todo o seu aparato autoritário e antijurídico, chegou a propor a "limitação" do habeas corpus a "situações muito pontuais", chegou a proibir aos réus o direito de recorrer.

O ovo da serpente vinha sendo chocado há muito tempo.

Exemplo 4

Na Operação Anaconda, o juiz federal Ali Mazloum descobriu que um dos suspeitos havia sido grampeado por dez meses, mas ele, titular da ação, só havia recebido trechos selecionados de uma semana de grampo. Exigiu o restante dos responsáveis pelo grampo, policiais federais rodoviários. Como não foi atendido, telefonou a um deles e cobrou de maneira enérgica a íntegra dos grampos.

Sua conversa foi grampeada e [Mazloum crucificado por uma combinação fatal de vazamentos da Anaconda em parceria com a mídia](#), comprometendo gravemente sua carreira funcional.

Peça 2 – as ilegalidades do HC de Lula

As sementes plantadas resultaram no pântano atual e na sucessão de fatos que marcam o início da nova fase do estado de exceção.

O Ministro da Defesa, Roberto Jungman, ordenou à Polícia Federal que desobedecesse a uma ordem judicial, atendendo a um pedido do presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Thompson Flores.

Ao mesmo tempo, o juiz Sérgio Moro telefonou para o diretor-executivo da PF do Paraná, Roberval Ré Vicalvi, com a mesma demanda.

O relator do processo, João Pedro Gebran Neto, atropelou o desembargador de plantão, avoca a si o caso e tenta impedir a denúncia de Moro ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Com o incêndio lavrando, a presidente do STF, Carmen Lúcia, informa que Minas Gerais está onde sempre esteve e dali não arredará pé.

Há discussões sobre a oportunidade ou não do HC pelo desembargador Rogério Favretto. Mas nenhuma dúvida sobre os demais episódios:

- Jungman e Vicalvi incorreram em crime de responsabilidade, ao não acatar uma decisão da Justiça.
- Moro atropelou a hierarquia do Judiciário ao ordenar, de Lisboa, que a medida não fosse cumprida.
- Thompson e Gebran não seguiram os ritos e recursos próprios do Judiciário, que consistiria em aguardar o fim de semana para encaminhar as ações contrárias.

Solto, não haveria motivos para temer a fuga de Lula. Os únicos efeitos da medida seriam políticos.

O colunista de O Globo, o surpreendente Ascânio Seleme, seguidor tardio da escola Marco Antônio Villa, [explicitou sem meias palavras o que estava em jogo](#):

“Imagine se Lula (...) fosse solto num lapso do plantão da Justiça e da Polícia Federal. Pense como estaria a esta hora o Sindicato do Metalúrgicos do ABC. Seria uma catarse para a militância petista. Mesmo os mais reticentes, os que não saem de Copacabana, mas postam suas verdades absolutas sentados de frente para o mar, seriam excitados pelo frenesi de Lula solto e desembaraçado”.

As próprias manchetes de O Globo deixaram isso claro. Ou seja, houve motivação política óbvia todos os envolvidos no episódio. Mais que isso, acabou de vez o pudor em revestir o jogo político com alguma capa de legalidade.

Peça 3 – a era da hipocrisia

E aí se chega ao final do processo, quando se ingressa na era da hipocrisia.

O golpe atual obedece a uma posologia comum a todos os golpes, um método repetido desde tempos imemoriais.

1. A fase de preparação.

Uma campanha sistemática de descrédito do grupo a ser derrubado, tirando a besta (o efeito-manada) da jaula, visando intimidar os que se opuserem à escalada. A rápida virada de posição do ex-PGR Rodrigo Janot e dos Ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin coincidiram com ataques desfechados contra eles.

2. A catarse.

A noite de São Bartolomeu, que coloca à tona os piores sentimentos de todos os setores envolvidos, de procuradores agindo de ofício a PMs atacando manifestações contrárias. Tudo é permitido até que o inimigo seja derrubado. É o momento da catarse.

3. A institucionalização do golpe.

Conquistada a vitória, com o Judiciário e o Legislativo sob controle, tenta-se baixar a fervura, conferir aparência de legalidade ao golpe e de disfarce do estado de exceção implantado. Firma-se um pacto de invisibilidade entre Judiciário, Ministério Público e mídia: só é considerado fato aquilo que a imprensa publica. E a imprensa só publica um lado das questões.

Hoje em dia, por exemplo, as críticas contra a Lava Jato têm gerado um vagalhão de processos e condenações pecuniárias na Justiça Federal do Paraná contra jornalistas de fora do sistema. Como a mídia não deu, não aconteceu. E, como não são jornalistas do sistema, não merecem a defesa nem do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nem do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que montou um conselho exclusivamente para amparar os grupos jornalísticos contra as condenações excessivas.

O país é claramente dividido entre “nós” e “eles”. Anunciam-se providências para apurar atentados à caravana de Lula, ao acampamento em Curitiba, ao assassinato de lideranças populares. Passados alguns dias, tudo termina em pizza.

4. A era da hipocrisia.

Chega um momento em que, por excesso de abusos, não dá mais para esconder o jogo político. A estratégia final, da simulação de legalidade, falha pela ausência de candidaturas competitivas alinhadas com o golpe. Com isso, fecha-se o espaço para a continuidade da pantomima legalista. Bate meia noite, a carruagem da legalidade transforma-se em abóbora e parte-se para as vias de fato.

Peça 4 – o ensaio de ditadura

Entrando na era da hipocrisia, o próximo passo será a ditadura explícita. De certo modo, o momento atual está para o golpe jurídico-midiático como o AI-5 para o golpe militar.

Na época, poucas vozes se insurgiram contra o Ato, como o vice-presidente Pedro Aleixo. Mais à frente, um grupo de advogados passou a batalhar pe

la volta do habeas corpus.

Depois de sua atitude, o desembargador Rogério Favreto está sendo alvo de um massacre, com divulgação de seus telefones pelas redes sociais, disseminação da imagem de sua família e até um general da reserva insuflando as pessoas a agredirem-no. [Segundo os jornais, a Polícia Federal vai investigar novas ameaças contra o juiz Sérgio Moro](#). Nenhuma manifestação sobre as ameaças dirigidas a Favreto. A Ajufe (Associação dos Juízes Federais) solta uma nota em defesa das prerrogativas de Sérgio Moro, e nenhuma linha a respeito das ameaças recebidas por Favretto.

Peça 5 – a volta da serpente

A insubordinação do TRF4, a interferência de Sérgio Moro, se impôs sobre a debilidade do STF.

O país chega, então, a um desses momentos cruciais, em que todos os ritos são atropelados e instaura-se o vale-tudo contra o “inimigo”.

Solta, a besta se torna incontrolável. Os episódios dos últimos dias destruíram de vez hierarquias e procedimentos no Judiciário.

A história está repleta de exemplos em que o combate inicial ao inimigo gerou uma dinâmica incontrolável, produzindo episódios trágicos.

O avanço de Bolsonaro é uma consequência direta desse processo.

Quem irá segurar a onda?

O STF, que tem como presidente Carmen Lúcia e como inquisidores Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, que não resistiram aos primeiros ataques contra sua reputação?

O Superior Tribunal de Justiça (STF), com Laurita Vaz, ou o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), cuja presidente Carmen Lúcia montou um grupo de trabalho especificamente para defender os direitos absolutos da mídia, e nenhum grupo para discutir o direito à diversidade de opinião?

Não existe vácuo de poder. Essa balbúrdia desaguará, em pouco tempo, em alguma liderança autoritária. E a escolha será entre o déspota primário e o esclarecido.

COMPARATO: 'ESTOU CONVENCIDO DE QUE MORO É UM AGENTE DOS EUA'

"A interferência do juiz (Sérgio) Moro foi absolutamente escandalosa. Ele já não tinha mais competência", opina o jurista e advogado Fábio Konder Comparato, em entrevista à Rede Brasil Atual; "Estou convencido de que ele é um agente norte-americano", diz; "Me parece evidente que o Lula jamais será julgado de forma imparcial"

11 DE JULHO DE 2018 ÀS 20:24 // **INSCREVA-SE NA TV 247**

Por Eduardo Maretti, da RBA - "A interferência do juiz (Sérgio) Moro foi absolutamente escandalosa. Ele já não tinha mais competência. O processo estava no tribunal, e, no entanto, ele próprio telefonou para a Polícia Federal para que ela não cumprisse as ordens do Favreto." A opinião é do jurista e advogado Fábio Konder Comparato, sobre a guerra jurídica em torno do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após o habeas corpus em que o desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), determinava a soltura de Lula, no domingo (8). "Acontece que o Moro goza de total impunidade. Estou convencido de que ele é um agente norte-americano", opina o jurista.

A batalha, no domingo, terminou com a divulgação de despacho em que o presidente do tribunal, desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, determinou a manutenção da prisão do ex-presidente. Na terça-feira (10), a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, negou outro habeas corpus a Lula. Ela reafirmou a "absoluta incompetência do Juízo Plantonista (Favreto) para deliberar sobre questão já decidida" por tribunais de segunda e terceira instâncias. Nesta quarta, o STJ divulgou que a ministra negou 143 pedidos de habeas corpus para o ex-presidente Lula, apresentados nesta semana. As críticas à ministra por agir de forma parcial contra os direitos políticos de Lula ecoam nas redes sociais.

Para Comparato, a ministra do STJ, assim como os desembargadores do TRF4, foram parciais. "Os desembargadores do TRF4 se excederam, porque o assunto não tinha mais ligação com a ação criminal que deu origem à prisão. Eles já tinham julgado. Quando o juiz julga, não pode voltar atrás", diz o jurista.

"Sobretudo, a presidente do Superior Tribunal de Justiça também não mostrou nenhuma isenção. Só atacou o (Rogério) Favreto, e não os outros desembargadores, inclusive o Thompson Flores (presidente do TRF4). Me parece evidente que o Lula jamais será julgado de forma imparcial." E depois das eleições. "Mas depois das eleições, ele já não será mais candidato", ironiza Comparato.

Na opinião do jurista, porém, na guerra jurídica de domingo, "dos dois lados houve incorreções". O desembargador plantonista Rogério Favreto, "em

princípio, não tinha imparcialidade". "Ele trabalhou com o PT e no governo do PT." O argumento de que havia um fato novo, Lula ser candidato, não se cristalizou juridicamente, diz. "A candidatura não havia sido oficializada."

Em representação protocolada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) pediu investigação contra Sérgio Moro. Na petição, a entidade esclarece que o objetivo da representação não é analisar os atos dos desembargadores mas "os descumprimentos legais" praticados por Moro "nos episódios do dia 8 de julho de 2018".

Segundo a argumentação, é considerado um princípio básico de direito que a participação de um juiz em um dado processo se esgota ao proferir a sentença. "Toda e qualquer sentença, seja ela condenatória ou absolutória, possui um efeito inexorável: seu efeito acarreta esgotamento da instância", diz a petição. A competência do juiz de primeira instância se esgotou ao condenar Lula no dia 12 de julho de 2017, a 9 anos e 6 meses de prisão, segundo a argumentação.

"Desse modo, não há qualquer dúvida de que o juiz Sérgio Fernando Moro não possui competência para despachar em habeas corpus que verse sobre a liberdade de paciente cuja prisão decorra de sentença por ele mesmo proferida julgada em grau de apelação."

O corregedor do CNJ, João Otávio de Noronha, determinou abertura de investigação dos desembargadores do TRF4 Rogério Favreto e João Pedro Gebran Neto, além de Sérgio Moro.

<https://jornalggn.com.br/noticia/extinguindo-o-estado-nacional-fim-do-brasil-por-pedro-augusto-pinho>

Extinguindo o Estado Nacional - Fim do Brasil

por **Pedro Augusto Pinho** - QUI, 12/07/2018 - 13:13

Este artigo tem início com a reflexão sobre a minoria que aqui investe ou especula, daqueles que colocam seu dinheiro no "mercado" – um dos nomes do sistema financeiro internacional ou da banca, como o designo – em aplicações que lhe deverão proporcionar retorno satisfatório.

Como os banqueiros e especuladores com moedas e juros, para quem os golpistas de 2016, em menos de 90 dias, transferiram R\$ 233 bilhões sob o pretexto de "segurar a disparada do dólar". Dinheiro que saiu, na maior parte, das reservas internacionais do Brasil e do pequeno resultado positivo da balança comercial.

E neste domingo, 8 de julho, o judiciário, que já se notabilizava pela atuação político partidária e de extrema parcialidade, deu um verdadeiro show de insegurança jurídica.

Que garantia estes aplicadores terão quando o judiciário descumpra a lei, fraudar o processo, age como verdadeiro marginal para simplesmente fazer prevalecer seu ódio, sua idiosincrasia, seu pavor do povo? Ou quando recebe de militares - que ao invés de defender a soberania nacional, o patrimônio natural e o construído pela capacidade dos brasileiros - o apoio à entrega da forma mais vergonhosa destes bens, que são de toda nação, para o usufruto de capitais estrangeiros, daquele mesmo sistema financeiro internacional?

E, ainda mais, quando todo este enorme absurdo, as pessoas que dele fazem parte são, pela única razão de se transformarem em agentes estrangeiros no Brasil, objeto de louvor pela mais venal e perniciosa imprensa que se tem notícia: o sistema globo, metonímia que uso para todas as redes de televisão, rádio, imprensa escrita que unicamente manipula as informações, deturpa as notícias, falsifica os fatos para levá-lo, povo brasileiro, ao suicídio político, para trair sua nação.

Este episódio do domingo, dia 8 de julho, foi tão grotesco quanto a sessão da Câmara dos Deputados em outro domingo, dia 17 de abril de 2016, que votou pelo impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff.

Tal como o opróbrio cobriu os militares que levaram suas tropas para caçar escravos, a mesma repulsa, a mesma infâmia cobrirá o nome dos que, nos dias de hoje, destroem o Brasil, arruinam nosso patrimônio, dilapidam as riquezas por nós descobertas e aniquilam o que foi construído pelo saber e empenho dos brasileiros.

Os nomes do judiciário, das forças armadas estão nas decisões, na composição de tribunais e em seus pronunciamentos espontâneos, como buscando garantir um lugar entre os traidores da Nação, os agentes estrangeiros no Brasil: o agente Moro, agente Gebran, agente Santos Lima, agente Mourão etc.

Quem sabe se seus descendentes procurarão ocultar seus nomes por vergonha ou até para evitar repúdio ou mofa? O mesmo que ocorreu com comandantes militares que se transformaram em capitães do mato, caçadores de pobres escravos, destruidores de quilombos, que promoveram os genocídios em Canudos e dos indígenas da Cabanagem.

E ambos, magistrados e militares, que ao invés da defesa de seu País destilam ódio político, racial, demonstrando sua grave ignorância sobre os pensamentos e as ideologias contemporâneos.

Os políticos, responsáveis por este teatro de fantoches, são identificados pelos seus partidos, pelos votos a favor da morte – aprovando o uso de agrotóxicos proibidos nos países sede das empresas que nos vendem, impedindo alocação de recursos para o Sistema Único de Saúde para que as epidemias voltem a ceifar vidas de brasileiros, fechando as Clínicas das Famílias e assim impossibilitando o tratamento dos doentes – e contra o aproveitamento nacional

dos nossos recursos naturais, entregando o petróleo, o nióbio, o lítio e todos bens minerais brasileiros para o controle estrangeiro.

Estes políticos são filiados aos corruptos e golpistas partidos: PSDB, DEM, PP (Partido Progressista), PTB, PR (Partido da República), PPS, PSC, PRB (Partido do Bispo Macedo), PV, PSD (Partido Social Democrático), PRP (Partido Republicano Progressista), PSL (Partido Social Liberal), PHS, PTC (Partido Trabalhista Cristão), SD, DC (Democracia Cristã), Avante, PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), PROS, Patri, Rede e Novo.

Por conseguinte, votar em candidatos destes partidos é votar na morte da nação e na sua própria morte física.

Não cometo excesso ou exagero. Basta ver o que aconteceu com a chegada da farsa democrática na Líbia, no Iraque, na Ucrânia, no Afeganistão. Estes países só existem para dar voto em organismos internacionais a favor dos interesses da banca. São países que não tem forças armadas, mas milícias que defendem as instalações estrangeiras, não tem justiça, pois a justiça nas colônias é a do poder colonizador, e o povo sofre constantes assassinatos, saques, aviltamentos à dignidade humana, pois não existe quem o defenda. Aqueles que foram às ruas contra seus governos nacionais estão hoje sem trabalho, sem proteção social e sem segurança pública. Foram os ouvintes e espectadores dos sistemas globo locais, foram movidos pelo ódio aos pobres, aos descendentes de escravos.

Aos poucos o povo vai acordar, sair da hipnose global, das farsas midiáticas, vai tomando consciência da mentira que lhe é impingida pela comunicação de massa e por redes sociais robôs. E, do mesmo modo que já aconteceu na Bolívia e agora no México, o nacionalismo triunfará e construirá a grande nação, soberana, livre e cidadã que queremos.

E estes agentes estrangeiros, pagos ou estultamente aliados da banca, ganharão o opróbrio dos brasileiros, a desonra para seus nomes, como os escravistas e assassinos de escravos.

Pela Pátria Livre, pelo Brasil Soberano.

Pedro Augusto Pinho, avô, administrador aposentado

Distopia: o dia em que o STF, com 21 ministros, fechou o

Congresso

•
12 de julho de 2018 - [Por Lenio Luiz Streck](#)

*Resumo: 13 novos ministros assumem no Novo STF, entre eles Camarotti, eleito novo presidente da corte, Datena, Janaina, Cabo Antoninho, um professor de cursinho e dois comentaristas da **ConJur**.*

Aquilo que o conceito de *utopia* representa deve ser o maior exemplo articulável de algo alheio à nossa realidade como tal. Basta ver que chamar uma ideia, um argumento, um ponto de vista de *utópico* é basicamente o mesmo que classificá-lo como impossível de ser realizado (*realizado*, isto é, concretizado, trazido à esfera do *real*).

Até nisso difere-se sua antítese. Para quem ainda não conhece o conceito de *distopia*, pense justamente no contrário de uma utopia. Exemplos culturais não faltam: desde o célebre *1984*, de Orwell, à contemporânea série *The Handmaid's Tale* (fundamentalistas assumem o poder nos EUA), todos expressam, em alguma medida, uma espécie de *utopia negativa*. Só que, antiteticamente ao conceito de utopia, as distopias, por vezes, têm uma relação muito próxima — assustadoramente próxima — com a realidade que vivenciamos.

Explico: muitas vezes, as distopias são utilizadas como um recurso pelo qual aquele que o concebe transmite uma espécie de aviso aos seus interlocutores. Se, com a *utopia*, alguém diz aquilo que desejaria que fosse, com a *distopia*, a partir daquilo que é, diz-se o que se pode *vir a ser*. Com *1984*, Orwell não está apenas escrevendo sobre uma sociedade totalitária; está alertando sobre os rumos que o mundo parecia tomar à época. Se ele acertou? Deixo que o leitor interprete e diga.

Por que falo tudo isso? Porque, como Orwell, quero apresentar a vocês minha distopia. Se o cenário que imagino parece fidedigno diante de nosso cenário atual? Deixo que o leitor interprete e diga.

Vamos lá. Vamos à minha ficção.

Imagine, leitor, que, nesta manhã de quinta-feira, você percebe que alguma coisa fez com que você dormisse por muito mais tempo que o normal. Na medida em que o dia vai passando, você vai percebendo que muita coisa mudou desde o dia anterior.

Com os demais candidatos batendo cabeça e Lula preso — Moro, cognominado no novo regime de Grundmoro (algo como a norma fundamental, a Grundnorm), proibira sua liberação em despacho proferido em férias do interior de Portugal —, Bolsonaro foi eleito já no primeiro turno. Ganhou com 33%, porque os votos dados a Lula foram anulados. Festa na avenida Paulista. A GloboNews instalou um gabinete especial às margens do Paranoá para acompanhar a formação do novo governo. Claro, junto estavam aqueles professores de Direito do RJ que servem de escada a Camarotti e Cia. Que coisa incrível: as opiniões deles sempre coincidem com as dos jornalistas da GloboNews.

A primeira emenda constitucional (PEC) *bolsonariana* aumentou o número de ministros do STF para 21 membros. Bolsonaro (de ora em diante, PB) seguiu o que fora feito na Polônia e Venezuela. Afinal, havia prometido na campanha que aumentaria o STF de 11 para 21 ministros, conforme constou na revista *Veja* e na *Folha* (ler [aqui](#)). PB, na campanha, criticou fortemente o STF ([aqui](#)). Com três aposentadorias ocorridas em 2018, aumentou para 13 o número de vagas para nomeação a partir de 1º de janeiro de 2019. Formaram-se cotas (sem problemas com essas). Professores: Janaína e um professor de cursinho; juízes: uma

desembargadora do RJ, conhecida por seus *tweets*, um juiz famoso que usa a Bíblia na audiência, um procurador que faz jejum; dois comentaristas da **ConJur**, sendo que um escolhido entre os que mais destilaram ódio contra a coluna "Senso Incomum" e o outro escolhido entre seus pares, que poderiam atuar inclusive com seus *nicknames*. Cota pessoal do PB: Gerson Camarotti, Datena e William Waack. Não, Merval Pereira não foi para o STF, e sim para o Ministério da Verdade. Os outros três: Cabo Antoninho, indicado pela base aliada do novo regime, Kim Katiguri (ou algo parecido com isso), preenchendo a cota de asiáticos e um ministro rotativo (nova categoria criada por sugestão do ministro Camarotti), representando a bancada da bala, dos agrotóxicos (agro é pop) e dos banqueiros. Não, Moro também não foi, pois preferiu ser o Mentor Geral da República (MEGER), cargo acima do Ministério da Justiça. Os demais ministérios foram ocupados por generais, como era a [promessa](#) de PB.

O primeiro fato marcante no Novo STF — assim passou a se chamar (NSTF)^[1] — foi a retirada do ministro Toffoli da Presidência da corte. A partir do *princípio da colegialidade futura* (PCF), caberia à nova maioria nomear o presidente. O eleito foi o próprio ministro Camarotti, para mandato de 20 anos (na Presidência do NSTF).

Depois da última greve dos caminhoneiros em setembro de 2018 — na qual o lema era “intervenção militar já” —, já havia quase tudo sido vendido-privatizado, dos hospitais públicos, Embraer, Braskem, Detrans à Petrobras, passando pela Eletrobras e todas as estradas federais e vicinais (venderam até o laguinho do Planalto, os prédios da Explanada dos Ministérios e o Palácio do governo, que passaram a pagar aluguel para uma imobiliária chamada MBL), PB teve pouco trabalho no que restava para privatizar. Liberou-se também a exploração da Amazônia (afinal, pouco índio e muita terra). O ministro das Privatizações, da cota das Lojas Riachuelo, era incansável. Foi fácil vender o sistema prisional para um consórcio americano-tailandês (o preço teve deságio de 60% por causa da superlotação). A base aliada do PB, comandada pelo deputado Cabo Russo, passou um rolo compressor na pequena oposição no parlamento.

Só deu problema na hora de vender o SUS: racha na base aliada. Metade queria vender para os EUA; a outra metade, para os chineses. A GloboNews enviou repórteres à China e aos EUA e, de lá, mostravam as maravilhas dos sistemas de saúde desses dois países (professores de Direito do RJ comentaram o episódio, concordando com a GloboNews). A questão se arrastava e a oposição entrou em obstrução. Nada mais se votava. Congresso parou. Merval, agora falando em rede nacional, chamava o povo para as ruas. Camarotti articulava com PB uma solução.

PB, então, consultou a NAGU (Nova AGU), que tomou uma medida drástica: construiu cuidadosamente, uma ADI com pedido de interpretação conforme à Constituição para fechar o Congresso, passando ao NSTF a função de legislar. A argumentação, douta e magnífica — para se ter uma ideia, na petição da ADI constou o nome charmoso de *verfassungskonforme Auslegung zum Abschluss des Parlaments* —, passou logo a ser elogiada nos cursinhos, palestras e *workshops*. E, como fundamento principal, PB invocou o *princípio do presidencialismo invertido* (*Zasada odwróconego prezydentckiego* — “princípio” que fora invocado pelo presidente polonês para aposentar compulsoriamente 27 ministros da Suprema Corte — [aqui](#)), pelo qual o governo é dissolvido caso negue apoio ao presidente. O raciocínio é simples (e óbvio): se PB foi eleito, é

porque o povo queria que governasse; o parlamento, se não lhe der apoio, impede o avanço iluminista do país; logo, em vez de inviabilizar o governo, inviabilize-se o parlamento (aqui, para delírio dos pamprincipiologistas de Pindorama, foi invocado o novo *Princípio da Proibição de Inviabilização do Governo* – PPIG). Binguíssimo.

Aliado a isso, a ADI se baseava no *princípio da voz das ruas* (*Prinzip des Sprachanrufs der Leute* — tese elogiadíssima na GloboNews), que havia sido invocado no *ancien régime* por um conhecido ministro do VSTF e agora, como feitiço, voltava-se contra o feiticeiro. A votação pelo fechamento do Parlamento foi 13x8. Justiça seja feita, todos os 8 ministros do *ancien* STF votaram contra, inclusive a ministra adepta da colegialidade.

Parte dos 8 ministros do VSTF achou absurdo que os ministros do NSTF achassem que a voz das ruas e as opiniões pessoais dos ministros e de PB pudessem valer mais que o texto da CF. O ministro-procurador invocou a convicção e a fé no novo! Antes, jejuou. “Longa vida ao Direito 4.0”, disse! Já o ministro da Bíblia invocou o artigo 142 da CF sobre as Forças Armadas (ele havia já postado um *tweet* sobre isso), dizendo que ou o NSTF decretaria a medida, ou poderia ser acionada a “clausula moderadora” do artigo 142. A ministra do RJ que-posta-muito-no-face postou o longo voto de quatro linhas no Twitter.

Já a ministra Janaina deu o voto em pé, invocando a tese da aceleração da história e a teoria da graxa, fazendo menção a precedentes do VSTF, especialmente daqueles ministros que sustentavam, no *ancien régime*, que, entre a realidade social e a realidade normativa, tinha-se que optar pela realidade social, a voz das ruas (claro que ela disse isso de outro modo, mas um intérprete conseguiu sacar isso, mediante a linguagem de sinais). Um dos “precedentes” citados por Janaina foi o do caso do indulto, em que o relator do VSTF dissera que o Executivo não soubera entender o sentimento popular. Ou seja, a voz do povo vale mais que a CF. Já os dois ministros-comentaristas da **ConJur** votaram nesta linha: “Direito é questão de prática. Não venham com essas coisas complicadas tipo Lenio Streck”.

Os demais votos vencedores apenas repetiram os chavões: “O Direito é aquilo que o NSTF diz que é”. Por vezes, Camarotti os ajudava. Citaram, várias vezes, doutrina e precedentes de um ministro do VSTF, que se sentiu extremamente desconfortável, apartando os novos colegas — com veemência. Houve forte discussão. Mas era tarde. *Inês jazia morta no meio do salão do Pretório Excelso*. Claro, citaram também outros juristas (realistas, voluntaristas e quejandos) que sempre sustentaram, em livros e teses de doutorado, que o *Direito-é-aquilo-que-o-Judiciário-diz-que-é*. Outros fechavam os votos espumando: “*Há que ser prático. Pragmático. Não me venham com esse negócio de teoria*”. Enfim, a standardização do Direito vencera.

É. Assim se formou o novo Brasil — que, esqueci de dizer, era agora com *z. Brazil*. Ah: com o Congresso fechado, o SUS foi vendido para um consórcio EUA-China, com participação coreana-chinesa. Finalmente, nada mais era público. Enfim, o Estado ficou mínimo. As ações do novo Brazil foram lançadas no *Manhattan Connection*. Tão mínimo era o novo-estado que nem gastava mais com o parlamento, exatamente como queriam radialistas, jornalistas, jornaleiros e taxistas (e juristas — estudantes e carreiras jurídicas). A Justiça do Trabalho foi extinta, como [queriam Pazzianoto e o empresário Walter Schalka](#) e parcela majoritária do empresariado. A CLT foi revogada por um assento do NSTF. Aposentadoria agora toda era privada (um fundo indiano-

paquistânês comprou a carteira), conforme a reforma da Previdência baixada também por um decreto referendado por um assento do NSTF. As ruas das cidades também foram vendidas e em cada uma o comprador pode colocar pedágio (para pessoas, carros, motos e bicicletas). Não mais se exige licença ambiental, porque isso atrasava o desenvolvimento. As universidades foram vendidas, é claro. Muitas, fechadas (algumas já estavam). Foi liberado o uso de armas (até 5 por brasileiro), com base em experiência empírica de alguns ministros e pesquisa do *pool* das universidades Matocagao I, Scheiřwald III e Unifundo do Brasil, que mostra a correção da tese “mais armas, mais paz, menos violência”. O Ministério da Paz passou a cuidar das armas. Camarotti aprovou. Voltou o ensino obrigatório de Moral e Cívica. Os autênticos valores retornaram. Foi criado o Ministério dos Bons Costumes, regulamentando as relações sexuais. E o ensino religioso se tornou obrigatório inclusive nos cursos jurídicos, onde o Direito Penal foi substituído por *Êxodo 22:6; 21:12; 21:16; 24:7* e *Deuteronômio 22:25*. Voltou também EPB – Estudo dos Problemas Brasileiros. Refundaram o Mobral (neste caso, houve muitos protestos — a multidão queria fazer, direto, sem atalhos, o curso de Direito...).

Como ficou a advocacia no Novo Brasil? Bem, complicou “um pouco” (vejam o futuro dos advogados no [filminho](#)). Foi extinto o Exame de Ordem, a presunção da inocência (já estava extinta desde 2016) e o devido processo legal. O CPP foi transformado em Regimento Interno. O CPC? Bem, tudo passou a depender dos novos assentos (AIAS).

Afinal, a advocacia vai servir para que no novo regime? De todo modo, conto: a primeira súmula — agora chamada de AIA[2] — **assento da interpretação autêntica do NSTF** — diz: “Todos julgamentos são feitos a partir do princípio *in dubio pro societate*”; **AIA 2:** Se a prova ilícita for obtida visando o bem da sociedade, vale; **AIA 3:** Se, de antemão, o réu assume a culpa, ou havendo provas conclusivas a critério do delegado, este poderá aplicar a pena, segundo tabela do NCNJ; **AIA 4:** Fica vedado o uso de RESP e RE para rediscutir prisão de segundo grau; **AIA 5:** Direitos humanos são só para humanos direitos[3]; **AIA 6:** O não pagamento de carnês de lojas e dívidas bancárias acarreta recolhimento da CNH, passaporte e identidade, nos termos do artigo 139, IV, do CPC; **AIA 7:** Entre a moral e o Direito, deve-se optar pela Moral; **AIA 8.** Nenhuma prisão preventiva pode ultrapassar o prazo de 5 anos; **AIA 9:** Juiz no gozo de férias, mesmo estando no exterior, pode alterar ou recusar — por oportuna precaução — o cumprimento de decisão de ministros e desembargadores, se com ela não concordar; **AIA 10:** “lava jato” [não precisa seguir](#) regras de casos comuns.

A joia da coroa é o **AIA 11:** “Todos os atos decorrentes destes AIAs são insuscetíveis de apreciação judicial; juízes e tribunais, sob pena de demissão ou fechamento do tribunal, estão proibidos de interpretar os AIAs, que são os novos e únicos precedentes do “sistema de precedentes”, que são produtos de um ato de vontade do NSTF” (parece que alguns dos defensores das teses do “sistema de precedentes” emplacaram a tese de que os precedentes são produto de um ato de vontade. Venceram! Eis o novo!).

Ah, PB tinha receio de ter o poder usurpado pelo vice, do MDB, depois que este divulgou uma carta aberta, na qual dizia “sentir-se deixado de lado pelo presidente”. PB, assim, mandou projeto de AIA ao NSTF que, de pronto, lançou o AIA 12: “Com base no princípio da precaução e do princípio *caracídeo hoplias malabaricus*, o vice-presidente fica suspenso até segunda ordem”.

Em meio a isso... Epa, hora de parar de escrever. Acaba de ser lançado, por iniciativa dos Ministérios da Verdade, da Nova Inteligência, dos Bons Costumes e da Mentoria Geral da República, uma Medida Provisória-Permanente - MPP (não há mais parlamento) com o seguinte teor: “*Fica proibido o uso de livros que não sejam resumidos ou facilitados, abrangendo esta proibição o ato de escrever colunas ou artigos em revistas*”.

Essa, leitor, é minha distopia, na qual a inscrição na bandeira do Brazil — que, no lugar de estrelas, agora tinha balas — agora era “*Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força*”.

Bom, isso é uma ficção. Torço contra minha distopia. Com veemência!

[1] O que aconteceu com os demais tribunais, com exceção do TST — que foi extinto junto com a Justiça do Trabalho —, fica para outra coluna. Não há espaço na de hoje.

[2] É mera coincidência a sigla AIA, nada tendo a ver com a tradução portuguesa da distopia *The Handmaid's Tales* — *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood.

[3] Observação: por justiça, informo que todas as súmulas foram aprovadas por 13 ministros, vencidos os 8 integrantes do VSTF.

[Lenio Luiz Streck](#) é jurista, professor de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito. Sócio do escritório Streck e Trindade Advogados Associados: www.streckadvogados.com.br.

Revista **Consultor Jurídico**, 12 de julho de 2018, 8h00

Bolsonaro e a autoverdade

Como a valorização do ato de dizer, mais do que o conteúdo do que se diz, vai impactar a eleição no Brasil

ELIANE BRUM - [HTTPS://BRASIL.ELPAIS.COM/BRASIL/2018/07/16/POLITICA/1531751001_113905.HTML](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html)

16 JUL 2018 - 20:34 CEST



Jair Bolsonaro é recepcionado em Salvador U.MARCELINO REUTERS

[LEIA MAIS ARTIGOS DE ELIANE BRUM](#)

A pós-verdade se tornou nos últimos anos um conceito importante para compreender o mundo atual. Mas talvez seja necessário pensar também no que podemos chamar de “autoverdade”. Algo que pode ser entendido como a valorização de uma verdade pessoal e autoproclamada, uma verdade do indivíduo, uma verdade determinada pelo “dizer tudo” da internet. E que é expressa nas [redes sociais](#) pela palavra “lacrou”.

O valor dessa verdade não está na sua ligação com os fatos. Nem seu apagamento está na produção de mentiras ou notícias falsas (“*fake news*”). Essa é uma relação que já não opera no mundo da autoverdade. O valor da autoverdade está em outro lugar e obedece a uma lógica distinta. O valor não está na verdade em si, como não estaria na mentira em si. Não está no que é dito. Ou está muito menos no que é dito.

Assim, a questão da autoverdade também não está na substituição de verdades ancoradas nos fatos por mentiras produzidas para falsificar a realidade. No fenômeno da pós-verdade, as mentiras que falsificam a realidade passam elas mesmas a produzir realidades, como a eleição de [Donald Trump](#) ou a aprovação do [Brexit](#). A autoverdade se articula com esse fenômeno, mas segue uma outra lógica.

O valor da autoverdade está muito menos no que é dito e muito mais no ato de dizer

O valor da autoverdade está muito menos no que é dito e muito mais no fato de dizer. “Dizer tudo” é o único fato que importa. Ou, pelo menos, é o fato que mais importa. É esse deslocamento de onde está o valor, do conteúdo do que é dito para o ato de dizer, que também pode nos ajudar a compreender a ressonância de personagens como [Jair Bolsonaro](#) e, claro, (sempre), Donald Trump. E como não são eles e outros assemelhados o problema, mas sim o fenômeno que vai muito além deles e do qual são apenas os exemplos mais mal acabados.

Uma [pesquisa de junho do Datafolha](#) mostrou, mais uma vez, que a maioria das pessoas que declaram voto em Jair Bolsonaro (PSL) são jovens: seu eleitorado se concentra principalmente na faixa dos 16 aos 34 anos. O capitão do exército também lidera as intenções de voto entre os mais ricos e os mais escolarizados do país. O candidato de extrema-direita está em primeiro lugar na disputa presidencial de outubro. Isso num cenário sem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com Lula, Bolsonaro cai para o segundo lugar. Mas Lula, como sabemos, [está preso e impedido de se manifestar](#) num dos mais controversos episódios da história recente do Brasil, um país hoje assinalado pela politização da justiça.

Em pesquisa recém divulgada, a professora Esther Solano entrevistou pessoas na cidade de São Paulo para compreender o crescimento das novas direitas e especialmente da [extrema-direita](#) mais antidemocrática, representada por Jair Bolsonaro. Os selecionados cobrem um amplo espectro de posição econômica, de emprego, de idade e de gênero. Solano é professora da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Mestrado Interuniversitário Internacional de Estudos Contemporâneos de América Latina da Universidad Complutense de Madrid. Ela tem se destacado como uma das principais estudiosas do perfil dos participantes dos protestos no Brasil desde 2013, quando foi uma das poucas a [escutar os adeptos da tática black bloc em profundidade](#).

A pesquisa, financiada pela Fundação Friedrich Ebert, é ótima, importante e [deve ser lida na íntegra](#). Aqui, me limito a reproduzir um trecho que ajuda a iluminar a questão que apresento nessa coluna:

“Ele (Bolsonaro) é um mito porque fala o que pensa e não está nem aí”, diz estudante de 15 anos

“No começo da roda de conversa com os alunos de São Miguel Paulista, assistimos a um vídeo com as frases mais polêmicas de Bolsonaro. No final do vídeo, muitos alunos estavam rindo e aplaudindo. Por quê? *Porque ele é legal, porque ele é um mito, porque ele é engraçado, porque ele fala o que pensa e não está nem aí*. Com mais de cinco milhões de seguidores no Facebook, o fato é que Bolsonaro representa uma direita que se comunica com os jovens, uma direita que alguns jovens identificam como rebelde, como contraponto ao sistema, como uma proposta diferente e que tem *coragem de peitar os caras de Brasília e dizer o que tem de ser dito. Ele é foda*.

O uso das redes sociais, a utilização de vídeos curtos e apelativos, o meme como ferramenta de comunicação, a figura heroica e juvenil do ‘mito’ Bolsonaro, falas irreverentes e até ridículas, falas fortes, destrutivas, contra todos, são aspectos que atraem os jovens. Se, nos anos 70, ser rebelde era ser de esquerda, agora, para muitos destes jovens, é votar nesta nova direita que se apresenta de uma forma cool, disfarçando seu discurso de ódio em formas de memes e de vídeos divertidos: *O Bolsomito é divertido, o resto dos políticos não*”.

Na roda de conversa na escola de São Miguel Paulista, na Zona Leste, a mais precarizada de São Paulo, os alunos negam que Bolsonaro faça a difusão de um discurso de ódio. Mas valorizam a sua coragem de dizer coisas fortes. Um garoto de 16 anos resumiu: “Ele não tem discurso de ódio. Tá só expondo a opinião dele, falando a verdade”.

A opinião de Bolsonaro, ou a “verdade” de Bolsonaro, que circula em vídeos de “lacrção” do “Bolsomito”, é chamar uma deputada de “vagabunda” e dizer que [não a estupraria porque ela não merece](#), por considerá-la “muito feia”; a afirmação de que sua filha, caçula de cinco homens, é resultado de uma

“fraquejada”; a declaração de que seus filhos não namorariam uma negra ou virariam gays porque foram “muito bem educados”. E, claro, sua performance na votação do impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Ao declarar seu voto pelo afastamento da presidente eleita, Bolsonaro [homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra](#). O herói de Bolsonaro, hoje estampado em camisetas de seus apoiadores, é um dos mais notórios torturadores e assassinos da ditadura civil-militar, um sádico que chegou a levar crianças pequenas para ver as mães torturadas, cobertas de hematomas, urinadas, vomitadas e nuas, como forma de pressioná-las. Sobram ainda declarações racistas de Bolsonaro contra índios e quilombolas.

“Ele (Bolsonaro) não está nem aí com o politicamente correto, diz o que pensa e ponto, mas não é homofóbico. Ele gosta dos gays. É o jeitão dele”, diz uma mulher

Uma das entrevistadas por Esther Solano assim justifica as falas de seu escolhido: “É que ele tem esse jeito tosco, bruto de falar, militar mesmo. Mas ele não quis dizer essas coisas. Às vezes exagera, não pensa porque vai no impulso, porque é muito honesto, muito sincero e não mede as palavras como outros políticos, sempre pensando no politicamente correto, no que a imprensa vai falar. Ele não está nem aí com o politicamente correto, diz o que pensa e ponto, mas não é [homofóbico](#). Ele gosta dos gays. É o jeitão dele”.

Na minha própria escuta de pessoas nas periferias de São Paulo e na região do Xingu, no Pará, em diferentes classes sociais e faixas etárias, escuto seguidamente uma variação destas frases: “Ele é honesto porque ele diz o que pensa” ou “Ele não tem medo de dizer a verdade”. Quando questiono o conteúdo do que Bolsonaro pensa, a “verdade” de Bolsonaro, em geral aparece um sorriso divertido, meio carinhoso, meio cúmplice: “Ele é meio exagerado, mas porque é um sincerão”.

Assim, Bolsonaro não seria homofóbico ou misógino ou mesmo racista para aqueles que aderem a ele, mas um “homem de bem” exercendo a [“liberdade de expressão”](#). Estes são os adjetivos que aparecem com frequência colados ao

candidato de extrema-direita por seus eleitores: “sincero”, “verdadeiro”, “autêntico”, “honesto” e “politicamente incorreto” (este último também como um elogio).

Embora o conteúdo do que Bolsonaro diz obviamente influencie no apoio do seu eleitorado, me parece que ele é mais beneficiado pelo fenômeno que aqui estou chamando de autoverdade. O ato de dizer “tudo” e o como diz o que diz parece ser mais importante do que o conteúdo. A estética é decodificada como ética. Ou colocada no mesmo lugar. E este não é um dado qualquer.

Por isso também é possível se desconectar do conteúdo real de suas falas, como fazem tantos de [seus eleitores](#). E por isso é tão difícil que a sua desconstrução, por meio do conteúdo, tenha efeito sobre os seus eleitores. Quando a imprensa mostra que Bolsonaro se revelou um deputado medíocre, que ganhou seu salário e benefícios fazendo quase nada no Congresso, quando mostra que ele nada tem de novo, mas sim é um político tão tradicional como outros ou até mais tradicional do que muitos, quando mostra que falta consistência no seu discurso, assim como projeto que justifique seu pleito à presidência, há pouco ou nenhum efeito sobre os seus eleitores. Porque o conteúdo pouco importa. As [agências de checagem](#) são um bom instrumento para combater as notícias e as declarações falsas de candidatos, mas têm pouca eficácia para combater a autoverdade.

A lógica em que a imprensa opera, que é a do conteúdo, não atinge Bolsonaro porque seu eleitorado opera em lógica diversa

Simple assim. Complexo demais. A lógica em que a imprensa opera, quando faz jornalismo sério, que é a do conteúdo, não atinge Bolsonaro porque seu eleitorado opera em lógica diversa. Esse é um dado bastante trágico, na medida em que os instrumentos disponíveis para expor verdades que mereçam esse nome, para iluminar fatos que de fato existem, passam a girar em falso.

Se Bolsonaro participar dos debates ao vivo durante a campanha eleitoral, para uma parcela significativa do eleitorado brasileiro o que vai prevalecer é a estética marcada pelo “dizer tudo” e dizer tudo lacrando. Também por isso [Ciro Gomes](#)

[\(PDT\)](#), por sua própria personalidade mais agressiva e sua falta de freio na língua, é visto por uma parcela preocupada com a ascensão de Bolsonaro como o mais capaz de enfrentá-lo.

Se esse quadro permanecer, a disputa entre testosteronas infláveis – e inflamáveis – será mais importante do que o conteúdo na eleição brasileira, porque mesmo quem tem conteúdo terá que deixá-lo em segundo plano para ganhar a disputa da dramaturgia. Mais um degrau escada abaixo na apoteótica descida do país rumo à irrelevância.

Se este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, no Brasil há uma particularidade que parece impactar de forma decisiva a autoverdade. Essa particularidade é o crescimento das igrejas evangélicas fundamentalistas e sua narrativa do mundo a partir de uma leitura propositalmente tosca da Bíblia. A retórica do bem contra o mal atravessa fenômenos como a “bolsonarização do país”.

A autoverdade atravessa o discurso religioso fundamentalista como conceito e como estética

Embora os pastores fundamentalistas exaltem a perseguição do “povo de Deus”, a prática mostra exatamente o contrário, ao perseguirem os LGBTQs, as mulheres e, em alguns casos de racismo, os negros. Mas a prática são os fatos, e os fatos não importam. O que importa é a retórica e a forma. A autoverdade atravessa o discurso fundamentalista como conceito e como estética. O milagre da transmutação aqui é justamente fazer com que a estética seja convertida em ética.

Formados nessa narrativa, uma geração de brasileiros é capaz de ler ou assistir a uma reportagem da imprensa mostrando verdades que Bolsonaro gostaria que não subissem à superfície não pelo seu conteúdo, mas pela ótica da perseguição. O conteúdo não importa quando quem questiona o inquestionável é automaticamente um inimigo, capaz de usar qualquer “mentira” para atacar um “homem de bem”. Afinal, as imagens de malas de dinheiro (de dízimo, no caso) foram inauguradas por alguns pastores neopentecostais, muito antes do que

pela [investigação da Lava Jato](#), e mesmo assim suas igrejas não pararam de crescer. Bolsonaro torna-se o “perseguido” na luta do bem contra o mal, o que faz todo o sentido para quem é bombardeado por uma visão maniqueísta do mundo.

Produtos de entretenimento como as novelas e os filmes supostamente bíblicos de uma rede de TV como a Record, por exemplo, colaboram para formatar um determinado olhar sobre a dinâmica da vida. Se alguém só vê o mundo de um mesmo modo, não consegue mais ver de outro. Não há mais interpretação, a decodificação passa a ser por reflexo.

Este é o mecanismo que tem se alastrado no Brasil. E que é imensamente beneficiado pela tragédia educacional brasileira. Não é por acaso que a escola pública, já tão desvalorizada e desprestigiada, esteja sofrendo o brutal ataque representado pelo movimento político e ideológico nomeado como “[Escola Sem Partido](#)”. O pensamento múltiplo e o debate das ideias são os principais instrumentos para devolver importância aos fatos e ao conteúdo, assim como recolocar a questão da verdade.

Não é um risco que os protagonistas das novas direitas queiram correr. No jogo das aparências, seu truque é sempre o mesmo: fazer um movimento ideológico afirmando que é para combater a ideologia, agir politicamente mas afirmar-se antipolítico, apoiar partidos de direita dizendo-se apartidários. Esse mascaramento só funciona se aquele a quem a mensagem se destina abdicar do pensamento em favor da fé.

A adesão à política pela fé é a grande sacada dos protagonistas da articulação religiosa-militarista que disputa o Brasil deste momento

A retórica supostamente bíblica está educando aqueles que não estão sendo educados. Como produto de entretenimento, as novelas e filmes se articulam com os programas policiaiscos sensacionalistas da TV, muitas vezes na mesma rede de TV, e os ampliam. Já existe uma geração formada tanto na desumanização dos mais pobres e dos negros, tratados como coisas que podem levar bala nas imagens desse tipo de programa, quanto na adesão à política pela

fé, a grande sacada dos atuais protagonistas da articulação religiosa-militarista que figuras como Bolsonaro representam.

A personificação, a valorização do indivíduo, do “Um” que é só ele, jamais um+um, garante que personagens como Bolsonaro e até mesmo Sergio Moro possam encarnar como “O Um”. “O Um” contra o mal, ungido pelas “pessoas de bem”, dispostas a linchar quem estiver no caminho. Afinal, se a luta é do bem contra o mal, tudo não só é permitido como abençoado.

Não testemunhamos apenas a politização da justiça, mas algo possivelmente ainda mais perigoso: a “religiosização” da política

Não há nada mais perigoso numa eleição do que o eleitor que acredita ser “um instrumento de Deus”, absolvido previamente por todos os seus atos, mesmo que eles sejam sórdidos ou até criminosos. Como a lei que vale não é a terrena, laica, mas ditada diretamente do alto e, com frequência, diretamente ao indivíduo, tudo é permitido quando supostamente “Deus estaria agindo”. Não testemunhamos apenas a politização da justiça, mas algo possivelmente ainda mais destruidor: a “religiosização” da política. E ela tem como primeiro efeito a política da antipolítica.

Figuras como Bolsonaro se beneficiam da crise econômica, do crescimento da violência e da produção de medo, sim. Mas sua força vem de uma população treinada para aderir pela fé ao que não diz respeito à fé. Por isso é possível até mesmo fazer política e se dizer apolítico. Se o imperativo é crer, a adesão já está garantida não importa o conteúdo do discurso, desde que a dramaturgia garanta entretenimento, espetáculo. Embora pareçam desacreditar de quase tudo em suas manifestações na internet, ninguém se iluda. Uma parte significativa do eleitorado brasileiro é formada por crentes. E ser crente hoje no Brasil tem um sentido e um alcance muito mais amplo do que em qualquer momento da história do país.

A autoverdade desloca o poder para a verdade do um, destruindo a essência da política como mediadora do desejo de muitos. Se o valor está no ato de dizer e não no conteúdo do que é dito, não há como perceber que não há nenhuma

verdade no que é dito. Bolsonaro não está dizendo a verdade quando estimula o ódio aos gays, mas sendo homofóbico. Não está dizendo a verdade quando agride negros, mas sendo racista. Não está dizendo a verdade quando diz que não vai estuprar uma mulher porque ela é feia, mas incitando a violência contra as mulheres e sendo misógino. Há nome na língua para tudo isso e também artigos no Código Penal.

Os jovens da periferia que aplaudem Bolsonaro precisam perceber que o discurso da meritocracia é a sacanagem que os cimenta no lugar do qual gostariam de sair

Muitos daqueles que o aplaudem, especialmente os jovens nas periferias, não percebem que o discurso da meritocracia proclamado pela extrema-direita que Bolsonaro representa é justamente a sacanagem que os mantém no lugar cimentado do qual gostariam de sair. Não existe meritocracia, ascensão apenas por méritos próprios, sem partir de bases minimamente igualitárias.

Jair Bolsonaro é a encarnação de um fenômeno muito maior do que ele, do qual ele se aproveita. Tanto quanto Donald Trump, em nível global. A tragédia é que eles possivelmente sejam só os primeiros.

O desafio imposto tanto pela pós-verdade como pela autoverdade é como devolver a verdade à verdade

O desafio imposto tanto pela pós-verdade quanto pela autoverdade é como devolver a verdade à verdade. Não faremos isso sem tomar partido por escola de qualidade para todos, apoiando aqueles que lutam por isso de maneira muito mais contundente do que fazemos hoje, assim como pressionando por políticas públicas e investimento, e questionando fortemente os candidatos para além da retórica fácil. **Nem faremos isso sem a recuperação do sentido de comunidade, o que implica a reapropriação do espaço público para a convivência entre os diferentes, assim como a retomada da cidade.** Temos que voltar a conviver com o corpo presente, compartilhando os espaços mesmo e – principalmente – quando as opiniões divergem. Temos que resgatar o hábito tão humano de conversar. E conversar em todas as oportunidades possíveis.

E isso não amanhã. Ontem. A verdade do momento é que estamos ferrados. Outra verdade é que, ainda assim, precisamos nos mover. Juntos. Não por esperança, um luxo que já não temos. Mas por imperativo ético.

Eliane Brum é escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção *Coluna Prestes - o Averso da Lenda, A Vida Que Ninguém vê, O Olho da Rua, A Menina Quebrada, Meus Desacontecimentos*, e do romance *Uma Duas*. Site: desacontecimentos.com Email: elianebrum.coluna@gmail.com Twitter : [@brumelianebrum/](https://twitter.com/brumelianebrum) Facebook: [@brumelianebrum](https://www.facebook.com/brumelianebrum)



Benedito Tadeu César – FB 21 julho

12 h ·

Um amigo comentou meu post sobre a aliança do Alckmin afirmando que minha análise é muito otimista e expressa mais a minha vontade do que a avaliação fria dos fatos, pois sempre que o centro e a direita se uniram eles venceram as eleições no Brasil. Respondi a ele o que se segue:

"Tens razão em parte, Rafael, quanto às alianças que incluem o centro e a direita. Isso valeu por muito tempo e eu tenho insistido em afirmar que o PT do RS, por exemplo, tem perdido eleições por desconsiderar esta verdade. No entanto, não sei se essa constante histórica se manterá nas eleições deste ano, pois a população identifica claramente a centro direita com o golpe e com a crise. O discurso de que "o PT quebrou o país" já não é tão aceito. Lula terá grande chance, sendo ele o candidato ou quem ele indicar, de mostrar as diferenças entre os governos petistas e os do PSDB e o atual. PSDB e MDB, mesmo não coligados, não conseguirão se livrar facilmente da pecha de terem quebrado o país, produzindo desemprego e miséria. O contraste com os governos petistas será muito explorado."

Além disso, agrego aqui, nenhum presidente da República se elegeu no Brasil, desde a redemocratização de 1945, defendendo bandeiras ditas "liberais", o que indica que essa "verdade" da aliança centro-direita, vale para as eleições estaduais e municipais, mas não tem a mesma validade para as eleições nacionais, nas quais o eleitorado analisa muito mais os efeitos econômicos do seu voto do que nas eleições estaduais e municipais. Na verdade, as pessoas sabem avaliar onde o sapato lhes aperta o pé.

Eurico Gaspar Dutra elegeu-se devido o apoio que recebeu de Getúlio Vargas, em oposição a Eduardo Gomes, que era apoiado pela UDN. Jânio Quadros elegeu-se com a bandeira do combate à corrupção e seu símbolo de campanha era uma vassoura. Collor de Mello elegeu-se com a proposta da "caça aos Marajás". FHC se elegeu devido ao Plano Real e o combate à hiperinflação. Nenhum deles disse que iria privatizar algo ou que iria modificar a legislação social. Hoje, a bandeira do combate à corrupção está desgastada. Veja-se o prestígio de Moro, em queda livre. Eles gastaram a munição antes do tempo.

Se houver eleição e se o resultado for respeitado, as chances do PT e do seu candidato, seja ele Lula ou quem ele apoiar, será grande. O eleito conseguirá governar? Não sei, mas isso é outra história, que terá que ser enfrentada quando ela começar a acontecer.



1. Marcia Tiburi

18 de julho de 2018 - <https://revistacult.uol.com.br/home/lava-jato-e-o-fascismo-marcia-tiburi/>



Adolf Hitler, que não cansava de agradecer o apoio dos juízes alemães (Arte Revista CULT)

Ao longo da história, não há movimento autoritário que não tenha contado com o apoio de considerável parcela de juristas e juízes. Hitler, por exemplo, não cansava de agradecer o apoio dos juízes alemães. Esse fenômeno da adesão de juristas a regimes autoritários, prontos para justificar as maiores violações aos direitos humanos, foi estudado e diversos livros foram publicados sobre o que entrou para a história como “os juristas do horror”.

No Brasil pós-golpe não é diferente. Não faltaram “juristas” para justificar a “legalidade” de um impeachment sem a existência de um verdadeiro crime de responsabilidade. Também nunca faltaram “juristas” para defender a “legalidade” do encarceramento de multidões, peçoas que não interessam aos detentores do poder econômico, em desconformidade com a Lei de Execuções Penais. Há, inclusive, “juristas” que defendem a “legalidade” de atos praticados por juízes de férias e em violação às regras de competência, que existem (e deveriam ser respeitadas) justamente para evitar arbítrios e violações à impessoalidade.

Mais grave: muitos “juristas” passaram – para agradar aos detentores do poder, inclusive aos interesses dos meios de comunicação de massa – a defender a violação aos limites semânticos impostos pelas leis, como no caso da relativização do princípio constitucional da presunção de inocência.

Como na Alemanha nazista, “juristas” passaram a defender a necessidade de ouvir “a voz do povo” para decidir de acordo com a “vontade popular”. Se antes

a “voz do povo” era identificada com a opinião do Führer, hoje, “a voz do povo” é a opinião dos próprios juízes, os Führer dos processos, que, muitas vezes, não passa da opinião dos grupos econômicos que detêm os meios de comunicação.

O exemplo mais significativo da [ascensão do autoritarismo pela via judicial](#) está no complexo de ações que [passou a ser conhecido como “caso Lava Jato”](#). No âmbito dessa operação, que também virou uma mercadoria e foi vendida pela propaganda do poder econômico como “a maior ação de combate à corrupção no Brasil”, diversos procedimentos se caracterizaram pela violação aos limites legais e éticos que definiam a democracia.

Em outras palavras, a pretexto de combater a corrupção, a Operação Lava Jato revelou-se um instrumento de corrupção da democracia. Os princípios e as regras constitucionais, que foram conquistas civilizatórias e serviam como garantia contra a opressão e o arbítrio, passaram a ser ignoradas por juízes, procuradores e ministros, sob os aplausos de uma mídia que, em grande parte, segue fielmente as lições de Goebbels.

Nesse momento, vale lembrar que o “combate à corrupção” foi uma das principais bandeiras do nacional-socialismo e responsável pela adesão popular ao nazismo, embora pesquisas recentes revelem que nazistas enriqueceram por vias ilegais. Os “moralistas” de lá, assim como os daqui, se revelaram uma fraude.

Ao longo da história do Brasil, [o “combate à corrupção” sempre foi um exemplo de sucesso como arma política](#) contra inimigos dos detentores do poder econômico (Vargas, Jango, Lula e Dilma), mas um fracasso do ponto de vista de diminuir ou recuperar os prejuízos causados ao erário público. Vários exemplos poderiam ser citados, mas basta acessar os dados que demonstram que todos os valores que seriam objeto de corrupção apontados pelos “juristas” que estão à frente da Lava Jato são bem inferiores aos prejuízos suportados pela economia brasileira em razão da maneira como foi conduzida a operação.

Em outras palavras, diante dos descuidos dos neoinquisidores brasileiros, os efeitos negativos da Operação Lava Jato para a economia são bem superiores à recuperação dos ativos. O Brasil se deu mal com a Lava Jato, mas muitos donos do poder econômico se deram muito bem.

Se fosse apenas um fracasso em termos de defesa dos interesses nacionais, a Lava Jato já seria um problema. Mas, ao desconsiderar sistematicamente a Constituição da República e a legalidade democrática, instaurar perseguições penais extremamente seletivas, manipular a opinião pública (aliás, estratégia admitida pelo juiz Sérgio Moro em um dos poucos, senão o único, artigo acadêmico conhecido de sua lavra) e violar direitos e garantias fundamentais, a Operação Lava Jato contribuiu decisivamente para o crescimento do pensamento autoritário e para a naturalização das ilegalidades estatais em nome de uma “boa intenção”, daquelas que enchem o inferno.

A Lava Jato transformou-se em uma ode à ilegalidade seletiva dos donos do poder. Dentre tantos exemplos, pode ser citado o vazamento ilegal – trata-se de um fato típico penal – das conversas do ex-presidente Lula e da presidenta

democraticamente eleita Dilma Rousseff, por obra do juiz Sergio Moro, que – inacreditavelmente – continuou a julgar o ex-presidente, a [vítima dessa conduta vedada pelo ordenamento brasileiro](#), com a – inacreditável – aquiescência de outros órgãos do Poder Judiciário.

A lógica que direciona a atuação na Operação Lava Jato é tratar tudo e todos como objetos negociáveis. Nesse sentido, viola a ideia iluminista da dignidade da pessoa humana. Pessoas voltaram a ser presas para delatar outras pessoas, como acontecia na idade média. Trocaram-se apenas as bruxas por políticos indesejáveis aos olhos dos detentores do poder. A verdade e a liberdade, valores da jurisdição penal democrática, foram transformadas também em mercadorias.

Em delações premiadas sem suficientes limites epistêmicos e legais, a verdade, sempre complexa, acaba substituída pela “informação” que confirma a hipótese acusatória e que já foi assumida como a “adequada” por juízes e procuradores. Trata-se de um novo fundamentalismo, que não deixa espaço para dúvidas, uma vez que trata a mera hipótese acusatória como uma certeza, ainda que delirante. Pessoas são postas em liberdade ou tem a pena reduzida se falam aquilo, e somente aquilo, que os neoinquisidores querem ouvir.

A necessária [luta contra a corrupção foi distorcida](#). Criou-se um mundo pelo avesso no qual os direitos e garantias fundamentais, condições para uma vida digna, passaram a ser vistos como impedimentos à eficiência punitiva e ao crescimento do Estado Penal.

Um mundo pelo avesso no qual cumprir a Constituição é visto com desconfiança ao mesmo tempo em que se celebram as pessoas que violam os limites democráticos. Resistir ao crescimento do autoritarismo é também resistir à lógica de um poder sem limites em um mundo em que a pós-verdade tornou-se tão aceitável quanto à restrição ilícita da liberdade.

Nesse contexto, figurar como réu em um processo pode significar apenas que alguém foi escolhido como objeto de ódio ou perseguição.

Do Juremir Machado da Silva Algumas coincidências

Apenas quatro presidentes do país foram identificados com interesses populares. Os dois primeiros, oriundos das classes abastadas, foram sacrificados como traidores da classe. Um foi empurrado ao suicídio, o que só aumentou a sensação de traição, e o outro acabou derrubado e obrigado ao exílio voluntário. Os dois últimos completaram o quadro: um presidente vindo do nada, retirante cuja família migrou para fugir da fome, e uma presidente de classe média, que seria apeada do poder por ter cometido o hediondo crime de adiantar o pagamento de benefícios sociais e de financiamentos ao agronegócio com dinheiro, que seria reembolsado, de bancos públicos. Chama a atenção na história do presidente mais popular, chamado de analfabeto, que ele governou melhor do que os doutores. Terminou no auge da popularidade, com 80% de aprovação. Nunca os mais pobres viveram tão bem, nunca os não brancos conseguiram tantas vagas nas universidades, nunca os

mais vulneráveis ascenderam tanto, ainda que fosse pouco, nunca viajaram tanto de avião, nunca compraram tantos carros e nunca se sentiram tão valorizados. Os seus adversários garantem que isso não passa de uma narrativa. Afirmam que essa ilusória bonança quebrou o país. Num país de secular impunidade, decidiram colocar na cadeia esse governante irresponsável e perigoso.

Acusaram-no de corrupção e o condenaram por ter recebido como propina um apartamento de veraneio onde jamais morou e do qual nunca teve o título de propriedade. Alegaram que o crime, na sua sofisticação extrema, consistia justamente em não ter a escritura para encobrir sua posse. O presente teria sido dado em contrapartida a benefícios em contratos públicos jamais especificados. Contra a ideia de um complô para tirar do caminho um inimigo ideológico, encontrou-se um argumento irrefutável: falar em complô seria acreditar em teorias da conspiração, que evidentemente não acontecem, ainda mais envolvendo autoridades idôneas da justiça e da política. Mudou-se o conceito de prova para provar o improvável. De repente, a justiça ficou rápida. Com mais provas, outros ficaram livres e no poder. Se havia pressa em derrubar a presidente para que não causasse mais estragos, não havia a mesma celeridade em retirar o seu sucessor, ainda que em relação a ele as acusações fossem mais graves e robustas. Lembrava uma história inverossímil. Avisado em viagem que a sua casa fora invadida por um ladrão, o proprietário pensou por um segundo e respondeu: – Deixem que ele fique lá. Assim a casa não fica abandonada. Depois a gente tira ele de lá. Agora só provocaria mais confusão e estrago. Nesse país de ficção, o ex-presidente encarcerado continuou a liderar as pesquisas de intenção de voto para as eleições do ano em que foi preso. Isso alarmou as autoridades. Libertá-lo tornou-se muito perigoso. Ainda lhe cabiam recursos. A Constituição Federal, quase sempre obscura, era cristalina quanto a isso: prisão por sentença penal condenatória só depois do trânsito em julgado, isto é, depois de esgotados todos os recursos. Mas os doutos haviam decidido que não se deve aplicar a lei literalmente. Sempre se deve interpretá-la, o que significa até reescrevê-la ou produzir dúvida onde não há. Não fosse assim, para que eles serviriam? Que poder teriam? Uma lei inconstitucional, sancionada pelo presidente tornado presidiário para diminuir a pressão da mídia e dar satisfações ao Ministério Público, impedia candidatura de condenados em segunda instância, ainda que, pendendo recursos, devesse prevalecer a presunção de inocência.

Moral da história: nunca duvide das coincidências.

Marco Antonio Carvalho Teixeira

21 h ·

Maiores possibilidades de segundo turno no momento: 1) Alckmin versus Ciro; 2) Alckmin versus Marina. Lula não será candidato e o fato do PT insistir em levar o nome dele até bem próximo da eleição poderá promover a erosão do seu eleitorado no desenrolar da campanha. Ciro e Marina deverão herdar esse grupo que diante da insegurança da campanha petista fará opção por um campo político de oposição. O risco para Alckmin é ser visto como candidato governista e comprometido com o centrão, grupo político que vai

tensionar sua campanha como fez Paulinho da força na questão do imposto sindical. O eleitorado de Bolsonaro vai diminuir quando ele passar a se expor. Na melhor das hipóteses ele fica em 3 e na pior em 5 lugar. Ao flertar com o Centrão e ser abandonado no altar, Ciro acabou se enfraquecendo. Seu discurso de oposição perdeu ímpeto e o curioso é que ele não avançou em aliança sequer com o PSB, seu apoio mais provável. Marina vai sofrer com o isolamento e falta de estrutura política. Não a vejo buscando alianças sequer com legendas menores. Talvez aposte em formas alternativas de mobilização, o que tem demonstrado limites em competições eleitorais no Brasil. Tempo de TV e apoio de lideranças ainda contam muito. Possíveis novidades, Boulos e Amoedo, dois extremos em termos ideológicos, devem ter votações razoáveis nos grandes centros, mas não devem passar de 2 a 5% do universo de votos válidos. Haddad, na reta final, será o candidato do PT. O tempo curto de campanha inviabiliza-lo. Hoje, como algumas pesquisas demonstram, ele herdaria muitos dos votos destinados a Lula e seria competitivo. A demora, que é parte da estratégia do PT para manter holofotes sobre Lula, pode se voltar eleitoralmente contra qualquer candidato petista. Por fim, não acredito que Manuela mantenha sua candidatura, é um nome para vice, provavelmente do Ciro. Álvaro Dias certamente vai perder espaço.

Marco Aurélio Nogueira

21 de julho às 11:05 ·

Efeitos e significado da aliança do "Centrão" com Geraldo Alckmin têm animado o debate político desses últimos dias. Escrevi um artigo no site da Roda Democrática a esse respeito, no qual problematizo a aliança. Meu amigo Tibério Canuto se dispôs a debatê-lo e escreveu uma ótima resposta, que põe a discussão em alto nível e no terreno em que ela deve fluir: a política.

Penso que vale a pena acompanhar os argumentos apresentados nos dois textos

21 DE JULHO DE 2018 BY TIBÉRIO CANUTO

Diálogo fraterno com Marco Aurélio Nogueira

Tibério Canuto

Tenho por Marco Aurélio o maior apreço. Vejo-o como a minha principal referência nesta etapa da vida. Desde que nos reencontramos em 2015, tocamos sinfonia de ouvido, tal a coincidência entre nosso pensamento. Essa relação ficou mais densa na articulação da Roda, onde atuamos quase que como alma gêmea. Marco foi a primeira pessoa com quem conversei sobre a necessidade de tomarmos uma iniciativa capaz de contribuir para a aglutinação do campo democrático e reformista. Desde então, tem se dedicado a ela com paixão. Nossas principais formulações saíram de sua mente fértil e aberta. Intelectual refinado, diverge com elegância e sempre no terreno das ideias, sem qualquer adjetivação.

Sem ter a mesma formação florentina, ousou estabelecer um diálogo com meu guru, com base no seu [artigo “A boiada do Centrão”](#). Ressalvo que Marco teve de escrever no calor dos acontecimentos, diante da necessidade de o site da Roda ter de tratar um tema quentíssimo e em cima da hora.

Marco Aurélio faz alertas importantes: tem razão quando chama a atenção sobre a possível perda na parte substantiva com a adesão dos partidos do “Centrão” à campanha de Alckmin. Esse risco é real e na campanha Geraldo terá de esclarecer quais foram os compromissos assumidos e como será a montagem de seu governo, bem como o possível loteamento da máquina estatal; uma prática, diga-se, que causa repulsa nos brasileiros.

Mas vamos às minhas observações. O artigo me passou a impressão, e Marco me corrija se estiver errado, de uma leitura negativa do acordo entre o tucano e os partidos do “Centrão”, entre eles o PR de Valdemar Costa Neto. Minha leitura é diferente. Estes partidos, inclusive o Valdemar cortejado por Ciro, Bolsonaro e Lula, marchavam em direção às candidaturas populistas, o que colocava o país diante do risco iminente de ter de escolher entre o desastre e a tragédia em um segundo turno, para usar uma expressão extremamente feliz de Fernando Henrique.

Este risco não está eliminado, mas sem dúvida tornou-se menor com o fortalecimento da candidatura de Geraldo. Vejo isto como positivo e não enxergo outra maneira de desequilibrar a balança de uma maneira favorável, se não atraindo forças que estariam do lado de lá. É possível evitar esse perigo com uma “aliança com a sociedade”, passando por cima da “velha política”?

Não descarto essa hipótese, pois na vida impossível só a reversão da morte. E assim mesmo por enquanto, pois já estão dando um jeito de botar o córtex mental em uma máquina. Mas acho extremamente difícil e creio ser esse o calcanhar de Aquiles de Marina Silva que ainda não despertou para alianças mais amplas. Talvez estejam aqui as visões diferenciadas entre nós dois.

Não vou pinçar frases do artigo “A Boiada do “Centrão” para não distorcer o pensamento de Marco Aurélio. Este não é o método correto de se travar a boa polêmica. Mas me parece que o artigo subestimou o impacto da aliança Alckmin/”Centrão” no tabuleiro da disputa presidencial, que não se resume a maior tempo televisivo. Com a aliança, Geraldo, que vinha caindo pelas tabelas e não oferecia expectativa de poder, se reposicionou no tabuleiro eleitoral, adquiriu maior capilaridade nacional e palanques regionais competitivos. No meu modesto entendimento essas coisas, apesar de meio fora de moda, ainda pesam, e muito, nas eleições.

Pode ser que Marco não divirja disso e apenas não abordou em seu artigo porque esse não era o seu escopo. Se for assim, minhas observações vão mais como acréscimo, e menos como discrepâncias.

Ainda está para ser mais bem verificado qual será o peso da campanha na TV, na disputa deste ano. Claro que automaticamente ela não garante votos. Mas nada automaticamente garante votos. Tudo sempre depende de um conjunto de

coisas e é verdade que as redes sociais, a nova forma de fazer política e alianças com movimentos cívicos são fatores a levar em consideração. Mas tenho dúvidas sobre quantas divisões têm esses movimentos, entendendo por divisão a matéria-prima da eleição: votos.

Tempo de TV ainda pesará muito, também no meu modesto entendimento. Esse é um complicador terrível para Marina, que, corretamente, busca construir alianças com partidos como o PROS , o PHS e o PMN, que nada tem de ideológicos. Esses partidos se diferenciam do “Centrão” por uma questão de escala, de tamanho, mas não na sua essência. Não estou querendo com isso colocar na mesma balança as alianças de Alckmin e as de Marina, mas apenas alertar para a importância de alianças. Tampouco tem a pretensão de ensinar missa a vigário, pois, mais do que eu, Marco Aurélio sempre foi adepto de políticas de alianças.

Por fim, vou abordar uma questão incômoda, a figura de Valdemar Costa Neto. Ela me reporta a um episódio que vivi na Bahia, na eleição de 1974. O candidato do MDB ao Senado era um adesista, um pau mandado de Antônio Carlos Magalhães, bem pior do que o candidato da Arena, Luiz Viana Filho, um liberal conservador. Eu tinha recém saído da cadeia e rompido com a concepção do voto nulo. Fui consultado por vários ex-presos políticos se deveriam anular o voto. Disse para eles: a eleição é plebiscitária, é importante derrotar a ditadura, portanto tapem o nariz e votem em Clemem Sampaio. Penso o mesmo agora: se for para evitar um segundo turno entre dois populistas, aconselho: tapem o nariz e aceitem o dono do PR no palanque.

O maior ativo da Roda Democrática é o seu pluralismo. Ele nos permite a convivência respeitosa e fraterna. Marco e eu continuaremos com esse bom diálogo no nosso site e tomando um bom vinho na Mercearia do Francês.



Falando a sério sobre Alckmin

[20 de julho de 2018](#) [Marco Aurélio Nogueira](#) [Notas e comentários](#), [Política nacional](#)

É sabido que o presidenciável Geraldo Alckmin, do PSDB, tem trunfos importantes para vencer a eleição: um partido, experiência política como gestor, estilo moderado, torcida do mercado e acesso à máquina pública paulista, que há 20 anos vem sendo por ele modelada.

Apesar disso, não decola nas pesquisas e é alvo de todo tipo de críticas e restrições. Sua defesa tem argumentado que a disputa só começará mesmo quando a propaganda for para o rádio e a TV, quando então a candidatura arrancará, já num contexto em haverá uma inevitável depuração dos candidatos menos competitivos. O candidato mostra confiança e determinação, procura comer pelas bordas, quase em silêncio, como bom político interiorano que é. Pode ser que tenha razão. Mas sua campanha flerta ininterruptamente com a crise.

Alckmin é visto como insípido, conservador nos costumes, excessivamente fiscalista e neoliberal em economia, desatento para a questão social. Suas seguidas gestões em São Paulo dividem opiniões: há quem aprecie e quem critique, mas a rigor não há ninguém que se derrame em elogios e amores. O ex-governador é um democrata, mas não é um político que desperte paixões. Há muita injustiça no modo como é visto.

Como candidato, vem tentando dissolver a imagem negativa que fazem dele. Gosta de ser comparado a um maratonista, que avança lentamente, poupando

fôlego e energia, para dar um arranque final vitorioso. Confia que parte da massa de eleitores indecisos, que é enorme, migrará para ele às vésperas do pleito. Procura exibir indicadores de sucesso na administração paulista, números quase sempre questionados pela oposição e nem sempre devidamente compreendidos pela população. Vale-se, também, de uma conduta discreta e educada, que o faz ser tratado como um governante prudente, conciliador, flexível, que não carrega rancores nem ressentimentos, trabalha de forma colegiada e com equipes multipartidárias, integradas por diferentes correntes políticas.

Alckmin se apoia nesses dois blocos imagéticos, cada um dos quais contém boa dose de verdade. Seu entorno e mesmo diversos políticos e analistas acreditam que ele é o homem certo para o momento atual, graças à capacidade que teria de agregar pessoas e manter sob controle o timão do barco e a chave do cofre.

Mas Alckmin permanece estacionado nas pesquisas e parece destituído de poder de convencimento. Não conseguiu até o momento gerar entusiasmo entre os eleitores, nem obteve o apoio explícito dos partidos que poderiam tê-lo como opção. Algo que surpreende e merece reflexão.

Tem demonstrado enorme dificuldade para fixar uma posição nacional que o projete para a Presidência em nome de uma articulação democrática que dê sustentação a uma agenda reformadora que combine equilíbrio fiscal, crescimento econômico e igualdade social. Particularmente na dimensão da “questão social” e das “lutas identitárias”, ele não consegue ganhar impulso, como se estivesse travado pelo fiscalismo liberal. O empenho que teve em sanear as finanças públicas em São Paulo é interpretado como expressão de um garrote que sufocou as universidades públicas e as instituições técnicas da administração pública. Com isso, perde pontos preciosos entre a intelectualidade e os núcleos de ativistas.

Pode-se considerar, ainda, que a estratégia política por ele seguida em São Paulo não lhe favoreceu em nenhum momento. Primeiro porque foi o principal responsável pela ascensão de João Dória, que ajudou a eleger prefeito de São Paulo e agora, não só concorre ao governo do estado como faz uma espécie de sombra à candidatura de Alckmin. Obrigado a se equilibrar entre Dória, candidato do PSDB, e Márcio França, vice-governador (PSB) e seu aliado, Alckmin perdeu a exclusividade em São Paulo. Fomentou simultaneamente a reação dos que não gostam de Dória e a resistência do PSB. Foi um erro, a ser compartilhado com o partido e as correntes tucanas. De certo modo, Alckmin ficou emparedado em seu próprio estado, travando a indispensável projeção nacional.

Essa é uma das pedras que o mantém parado no mesmo lugar. Mas não é a única. Outras duas pedras também o atrapalham.

Uma é o desencanto da população com a política, fato que celebra o sacrifício de candidatos “excessivamente políticos”, que são vistos como corruptos e distantes dos problemas reais da vida cotidiana. Processo objetivo derivado da atual fase da globalização capitalista e da crise da democracia representativa, tal desencanto colou-se na pele de Geraldo e de praticamente todos os demais candidatos, dele escapando, a rigor, somente Marina Silva, e mesmo assim não por inteiro. Hoje parece cristalizada a tendência do eleitorado de torcer o nariz para candidatos identificados com o establishment político, em nome de uma vaga ideia de renovação. Fato que ajuda a explicar os indicadores das pesquisas

que dão conta de um enorme contingente de eleitores sem candidatos, desinteressados e dispostos a anular o voto.

A segunda pedra é [a crise do PSDB](#). Já faz tempo que o partido deixou de ser uma organização coesa. Suas alas se reproduzem com impressionante facilidade, ressentindo-se da falta de uma direção ativa e legitimada, de um corpo doutrinário atualizado e de um programa unificador. A ideia social-democrática, que serviu de inspiração para o surgimento do PSDB há trinta anos, já não é mais uma inspiração. O partido ainda tem bancadas expressivas, governa estados e cidades importantes, mas carece de vibração cívica e de ligações com a sociedade civil. Mesmo a intelectualidade que sempre emprestou apoio ao PSDB recuou, deixando o partido sem sustentação no plano do debate público. Sua longa temporada na oposição aos governos petistas não o fez mais forte, ao contrário, deixando no eleitorado a sensação de que o partido existe só para disputar o poder e não para oferecer uma perspectiva de Estado e sociedade para a população – problema idêntico ao que os tucanos identificavam no PT.

Em 2014, o PSDB perdeu a Presidência mas teve, paradoxalmente, sua maior oportunidade de reencontrar o eixo. A campanha de Aécio Neves ativou o sentimento antipetista e, no segundo turno, conseguiu articular uma ampla frente democrática de apoio. O candidato, porém, esteve sempre aquém dela, fez uma campanha pífia, sem vigor e identidade. Perdida a eleição, o partido nada fez para se reagrupar e ganhar energia. Pouco depois, as denúncias de corrupção contra Aécio não conseguiram ser processadas, retirando do partido a imagem ética e moral que sempre exibiu. Com o início do governo Temer, mais indefinições, num cenário em que se esperava que o PSDB funcionasse como o fator de estruturação do ministério e da atuação governamental.

Tudo isso empurrou o PSDB para a periferia do sistema. A postulação ética, cara ao partido, se dissolveu e ficou em suspenso. As seguidas denúncias de corrupção em obras no estado de São Paulo completaram o quadro, descarregando um caminhão de problemas na candidatura de Alckmin.

Com todas essas pedras bloqueando a estrada, não é de surpreender que Geraldo Alckmin permaneça estagnado. Faltando três meses para as urnas, muita coisa poderá mudar, mas a sensação é que aquilo que se cristalizou dificilmente será superado.

O candidato tucano tem a seu favor uma conhecida folha de serviços e boa estrutura de campanha (que poderá se traduzir em importante recurso governamental no caso de uma vitória), mas paga um alto preço pelos descaminhos e tropeços do PSDB. Enfrenta problemas de indefinição programática, não deixou claro que caráter terá seu eventual governo e, para complicar, não se reveste de uma fantasia cívica e democrática que mobilize a população.

Nessa marcha, corre o risco de chegar à fase decisiva das eleições sem conseguir sair do lugar.

A boiada do “centrão”

A anunciada adesão dos partidos do “centrão” à candidatura de Geraldo Alckmin, salvo melhor juízo, tem um corte aritmético: agrega alguns minutos a mais ao

tempo de rádio e TV do presidenciável tucano, roubando esse mesmo tempo de outros candidatos que também cortejavam as siglas. É um fato novo e importante, pois aprofunda o isolamento de algumas candidaturas e dá a Alckmin mais oxigênio e musculatura.

Mas a operação é complicada. A derivação feita pelo “Centrão” foi marcada por estimativas nada inocentes, de perfil pragmático. Não se passou um cheque em branco e almoço grátis só na casa da *mamma*, e olhe lá. Foi uma decisão que se afirma com pretensões eleitorais, de curto prazo, e com pretensões de longo prazo, com as quais seus representantes querem garantir a presença de suas digitais no eventual governo tucano. Se Alckmin não vencer, os políticos do “Centrão” imaginam que terão força suficiente para negociar espaços com o vencedor. De certo modo, ganham nos dois casos.

Há uma dimensão paradoxal no acerto: um dos candidatos que mais têm batido na tecla do gerencialismo racional, da ética pública e do rigor fiscal é forçado a se aproximar de um bloco fortemente identificado com o fisiologismo e a política tradicional do toma-lá-dá-cá. É um paradoxo que mostra a força do tradicionalismo político e revela que a “velha política” é em boa medida a política realmente existente. Com o gesto, com a aceitação da chegada do “centrão” à sua campanha, Alckmin dá mostras de realismo, da necessidade de “fazer política” com os dados da realidade: a *realpolitik* seria, assim, o suposto de uma governabilidade a partir da qual algo novo poderá ser proposto.

A aposta é que o poder de fogo do “centrão”, seu apetite desmesurado, poderá ser adequadamente administrado, para que não atrapalhe os planos presidenciais.

A aproximação agora anunciada repõe um problema que não foi até hoje devidamente equacionado pelos democratas: como dosar o apetite do fisiologismo tradicional, que tem se mantido ativo em todos os governos das últimas décadas, de FHC a Temer, passando por Lula e Dilma?

Não há qualquer certeza de que o apoio do “centrão” trará mais eleitores a Alckmin. Pode mesmo funcionar em sentido oposto. A aposta de que mais tempo de propaganda gera automaticamente mais votos deve ser sempre feita com um ponto de interrogação à frente. Ainda mais hoje, que nem TV direito as pessoas assistem.

Em contrapartida, fica-se com a percepção de que Alckmin armou para si próprio uma arapuca. Obrigou-se a fazer mais concessões programáticas e operacionais durante a campanha, por exemplo. Se for eleito, terá de entregar preciosos cargos de 1º e 2º escalão, que serão postos num cesto de difícil gestão racional ou realista. Seu governo poderá ficar refém de uma banda podre do Congresso Nacional e até mesmo ser asfixiado por ela.

Os jornais dão conta de que, para os políticos do “centrão”, tudo está sendo amarrado e colado para ser levado à prática a partir de janeiro de 2019. A deixa é dada pela ideia de “repartição do poder”, que no fundo nada mais significa do que o controle do poder pelo bloco dos que se coligarem agora, com direito a simplesmente tudo: dos ministérios e das diretorias de empresas à presidência da Câmara e do Senado.

Se vai dar certo, é outra questão.

Chama atenção o fato de que o desfecho do processo se deveu a Valdemar Costa Neto (PR), um dos campeões nacionais do fisiologismo, e implicou a defenestração do coordenador da campanha de Alckmin (Marconi Perilo) e a indicação do vice-presidente na chapa tucana, para cujo cargo foi oferecido o nome do empresário Josué Gomes.

Jogo sendo jogado.

Política é dinamismo, nuvens que se movem e se deslocam repentinamente. Pode ser que a anunciada articulação seja mesmo benéfica a Alckmin e lhe dê o impulso de que necessita. Ele está jogando com as regras prevalecentes na política brasileira. E conseguiu uma vitória, ao amarrar a noiva, que se oferecia, como sempre, para todos os demais pretendentes.

Para alguém que enfrenta dificuldades e tem mostrado, até agora, baixo poder de persuasão e convencimento, é algo para comemorar.

Mas o estrago na parte substantiva do jogo terá de ser incluído nos cálculos. Alckmin precisará dar nó em pingo d'água para se apresentar como propenso a renovar as práticas políticas e inovar em termos gerenciais. E terá de descobrir um modo de "disciplinar" a boiada que lhe será entregue caso vença as eleições.

Sem isso, poderá até governar, mas terá de arquivar eventuais planos racionalizadores e de inovação que tem tentado colar à sua imagem.

PERSPECTIVAS ELEITORAIS

[Paulo Baía](#)

20 h -

Não chega a ser uma contradição a perspectiva de uma polarização PSDB x PT ser projetada pela maioria dos analistas políticos. Os dados eleitorais do TSE e o papel de socialização de "MARCAS" pela televisão são um fato quase incontestes. O curioso é que a sociedade está alerta à dicotomia real de nosso drama societal.

A polarização existente é a dos que são contra a corrupção e dos contemplados pelo "Estado Corrupto".

Continuo com a convicção de que pelo menos 50% dos eleitores registrados não encontram alternativas no cardápio de opções impostas pelos partidos políticos. Consolidado o ambiente de escolhas entre "Geraldo Alckmin" e "Lula/PT substituto" teremos mais um governo "Temer/Dilma" ampliado e em dissonância com a sociedade.

A reforma política eleitoral desenhada sob medida pelo PT, PSDB, PTB, DEM, PPS e "Centrão" em 2017 será vitoriosa em outubro de 2018. O modelo de gestão "Dilma/ Temer", ao consolidar sua vitória com a eficiência das máquinas partidárias e governamentais, aumentará o tempo de agonia e desalento da maioria da sociedade brasileira; e não adianta responsabilizar a

sociedade e os eleitores pela tragédia anunciada, a população é vítima do monopólio das oligarquias partidárias e parlamentares que vivem em um sistema de autoreprodução e fechado em casta. O cotidiano de ilicitudes será soberano, afrontando a indignação desalentada da sociedade brasileira. Mas tenho esperança que os rumores da indignação desalentada de 2018 tomem outro formato após 2019. Sempre acredito na vida e não na morte das ideias generosas. Nos preparemos para o turbilhão de escândalos de um provável governo Geraldo Alckmin ou Lula/PT, já que Marina Silva, Jair Bolsonaro e Ciro Gomes parecem descartados pelo sistema eleitoral.

A ESTRATÉGIA DE LULA

Por que o ex-presidente adia a escolha de seu substituto

<https://piaui.folha.uol.com.br/estrategia-de-lula/>

MARCOS NOBRE

25jul2018_07h30

A escolha de Geraldo Alckmin pelo Centrão concluiu o leilão de privatização da candidatura unificada de centro-direita. Começou de fato a campanha. E a primeira ideia que ocorre é que a bola passou para a centro-esquerda, que seria obrigada a se mexer. Isso significa: Lula teria de indicar já quem vai substituí-lo na urna em outubro. Só que a estratégia do ex-presidente é bastante diferente. Mesmo preso, Lula conseguiu colaborar em muito para o adiamento da unificação da centro-direita. Se não se sabe quem será o adversário, fica difícil organizar estratégias eleitorais. Especialmente se o adversário preso é o líder isolado na intenção de votos. Já escaudada por quatro derrotas presidenciais contra Lula, a centro-direita pagou para ver qual seria a capacidade do ex-presidente de fazer articulações mesmo estando preso e sem poder ser candidato.

Ali pelo começo de julho, a cúpula do Centrão chegou à conclusão de que não podia mais esperar para dar seu passo de unificação. Suas chances eleitorais dependem das máquinas partidárias e de governo. E colocar máquinas como essas para funcionar é coisa que requer tempo. São muitos acertos, acomodações e selvagerias até que seja montada a correia de transmissão que leva do cabo eleitoral do bairro até a candidatura presidencial, passando por vereadores, prefeitos e demais cargos e candidaturas.

Em princípio, a mesma lógica eleitoral se aplica à centro-esquerda, o que deveria obrigar Lula a decidir seu substituto. Ainda mais porque, na prisão, sua capacidade de articulação permanecerá muito limitada. Ele teve o direito de receber visitas severamente restringido, foi proibido conceder entrevistas e gravar vídeos. A impressão geral é que o campo de centro-esquerda permanece desnordeado e fragmentado, sem uma estratégia unificada para a eleição. Não bastassem todas essas enormes dificuldades, é evidente que Lula não terá seu nome na urna no dia da eleição.

Em um quadro dramático como esse, por que Lula não resolve passar o bastão? A resposta mais óbvia é: porque nem ele nem o PT podem aceitar como legítima a exclusão judicial de sua candidatura. As respostas menos óbvias exigem analisar outras variáveis.

Ao indicar desde já alguém para substituí-lo, Lula racha o PT. Não há candidatura que unifique o partido. Há muitas razões para isso. Mas a principal está na divisão fundamental entre candidaturas ao Legislativo federal e candidaturas aos Executivos e Legislativos estaduais. Quem se candidata à Câmara ou ao Senado precisa que Lula leve a candidatura presidencial ao limite para aumentar suas chances de eleição e, principalmente, de reeleição. Quem se candidata a um governo estadual precisa fazer alianças, o que coloca o obstáculo inédito de fazê-las com base em uma candidatura presidencial que não estará na urna em outubro.

Essa não é uma divisão exclusiva do PT. Vimos isso, por exemplo, no episódio da natimorta candidatura de Joaquim Barbosa. Quem fazia parte das bancadas do PSB no Congresso fez de tudo para que o ex-ministro do STF fosse o candidato do partido. Os candidatos aos governos estaduais torpedearam a ideia de todas as maneiras possíveis.

Mas a divisão tem um sentido muito diferente no caso de um partido que desde 1994 colocou a eleição presidencial como prioridade absoluta e que ganhou quatro vezes essa eleição. Esse histórico levou à constituição de uma cúpula partidária que funciona hegemonicamente segundo a lógica congressual, em detrimento de governadores ou prefeitos. A estratégia adotada até agora por Lula – para desespero de quem se candidatou a um governo estadual (seja do PT, seja de partidos que querem ter Lula a seu lado na eleição) – é a que mais convém à cúpula do PT, que se orienta segundo o interesse de quem pretende se reeleger para o Congresso. Governadores e candidaturas ao governo em estados do Nordeste já mandaram reiterados avisos de que não aguentam mais esperar. Continuam esperando. Manuela D'Ávila declarou que abriria mão de sua candidatura em prol de uma candidatura unificada do campo. Foi ignorada. Acontece que, no momento em que indicar alguém para substituí-lo na urna, Lula sabe que o PT perderá automaticamente a liderança sobre o campo de centro-esquerda, uma liderança já bastante abalada. Se indicar um nome agora, Lula perderia a força que só seu próprio nome tem na construção de alianças com outros partidos, especialmente no Nordeste. Uma indicação de Lula agora significa jogar no sol e na chuva um nome que não terá no ponto de partida mais do que 5% dos votos, talvez. Adiar essa decisão significa preservar esse nome. Lula não vê razão para fazer isso enquanto sua intenção de voto não apresentar tendência de variação para baixo.

As chances eleitorais do PT estão amarradas à manutenção de sua hegemonia no campo da centro-esquerda. Uma coisa não vai sem a outra. Caso não vença a candidatura presidencial do PT, estará aberta a disputa pela liderança do campo. A estratégia de Lula é impedir o fortalecimento de qualquer força que possa se colocar como alternativa de liderança. E isso começa por sufocar a candidatura de Ciro Gomes.

É o outro trunfo de Lula além da liderança nas pesquisas. Ciro, única outra candidatura competitiva construída no campo da centro-esquerda, tem sua base eleitoral no Nordeste, onde Lula é líder disparado de intenções de voto. Ciro tem a vantagem de pertencer a um partido com poucas candidaturas fortes a governos estaduais, o que, em princípio, ajudaria muito nas composições locais.

Acontece que Lula bloqueou e continua a bloquear qualquer aliança com Ciro. Até o momento, conseguiu sufocar a candidatura do PDT. Não é por outra razão que Ciro se viu obrigado ao vexame de negociar a sério com o Centrão, com o resultado que se conhece.

Enquanto permanecer com uma expressiva intenção de votos, Lula tem o poder de isolar a candidatura de Ciro. Enquanto mantiver isolado o candidato do PDT, Lula não tem por que retirar seu nome na disputa. Se alguma dessas condições desaparecer, terá de indicar um nome para substituí-lo. Ou fazer uma composição com Ciro. Do contrário, nada muda no campo da centro-esquerda até que o TSE negue o registro da candidatura do ex-presidente, lá pelo começo de setembro.



MARCOS NOBRE

É professor de filosofia da Unicamp e autor de *Imobilismo em Movimento*, pela Companhia das Letras, e *Como nasce o novo*, pela Todavia



Sábado, 14 de abril de 2018

Nem patriota, nem honesto, nem cristão: desmitificando Jair Bolsonaro

Deputado Federal Jair Bolsonaro. Foto: Apu Gomes/AFP. Texto publicado originalmente no [Medium](#).

O mito nada mais é que uma concepção imaginária, fabulosa, que criamos ao longo da história para sustentarmos nossa vida. **Jair Messias Bolsonaro** é por muitas e muitos considerado um “mito” por que se enxergam nele, o colocam num patamar de divindade pois acreditam fortemente que ele é tudo aquilo que no fundo sonham ser. Ocorre, no entanto, que esse “mito” *tem perna curta*.

Em um vídeo recente, no meio de sua mudança para o PEN—Partido Ecológico Nacional [que terá sua sigla alterada para PATRIOTAS], Jair Bolsonaro [afirmou que pretende ser um presidente honesto, cristão e patriota](#). E não, este discurso não é novidade. Suas quase 3 décadas dentro da política como deputado federal têm sido sustentadas por estes pilares. Ou indo mais longe, a própria ditadura militar de 1964 usou destes “*bordões*” como base.

No fim das contas, Bolsonaro e a ditadura militar são lados da mesma moeda. Representantes da ignorância, do fascismo e da violência, que tentam se mascarar usando esses apelos populares como a corrupção, a religião e o amor ao país. E, pra variar, nos dois casos vemos que essas mascaras não encaixam dentro da realidade.

Como pode um suposto “patriota” votar favorável para que petroleiras estrangeiras explorem nosso pré-sal?

Há mais de século que o petróleo ganhou importância estratégica para as nações— a exploração do mesmo é um instrumento de interesse nacional que garante não só o desenvolvimento econômico do país mas também o social, principalmente pelos *royalties* vindos de sua exploração (aplicados atualmente no Brasil [no caso do pré-sal] em saúde e educação). Bolsonaro foi a favor de entregar esta nossa riqueza para o estrangeiro.

Não só o petróleo, o deputado também é a favor que empresas de fora **explorem a floresta Amazônica**. Numa visita recente em Manaus, o presidenciável criticou o uso da Amazônia pelos indígenas, povos originários da mesma, ao mesmo tempo que afirmava ser preciso buscar “parcerias” com países como os EUA para exploração das riquezas minerais da floresta. Onde está o patriotismo de Bolsonaro?

E quando vamos ver o manto de honestidade cujo tenta se esconder, é notável que não serve no mesmo. Bolsonaro já foi do PTB, do PP, agora é do PSC e tá de namorico com o PR, todos partidos cobertos até a cabeça por casos corrupção, e que repassam dinheiro do financiamento eleitoral de grandes empresas para ele durante as campanhas; por exemplo, os 200 mil reais da JBS S/A, investigada na operação “Carne Fraca”, em 2014 – em entrevista na Jovem Pan ele explica que devolveu o dinheiro para o partido (que o mandou a mesma quantia logo depois).

Igualmente, até hoje Jair Bolsonaro, acusado de receber 50 mil reais em propinas no esquema de caixa-dois em Furnas, não conseguiu explicar seu nome envolvido nessa maracutaia. Apesar de negarem, a “Lista de Furnas” teve autenticidade comprovada pela Polícia Federal, que concluiu *“que a lista não foi montada e que é autêntica a assinatura que aparece no documento, de Dimas Toledo, ex-diretor de engenharia de Furnas”*.

Bem como, recentemente, o renomado fotógrafo Lula Marques conseguiu registrar uma misteriosa conversa do deputado com seu filho, também parlamentar, Eduardo Bolsonaro, no Whatsapp, onde na prosa Jair diz para o

filho comprar "merdas por aí", mas que não iria o "visitar na Papuda" [prisão do Distrito Federal], e depois fala que se a imprensa descobrir o que ele estava fazendo iriam "comer o fígado" dos dois. Depois deste escândalo, o mesmo tentou justificar dizendo que o filho estava comprando armas na Austrália- historinha muito mal contada e até engraçada por sinal: repentinamente o maior defensor do armamentismo na Câmara dos Deputados iria dizer "compre merdas por aí" por conta de seu filho, que é policial, estar comprando armas? E por que a imprensa "comeria o fígado" de um ex-militar e um policial (agora parlamentares) por qualquer ligação com porte de armas? [Insira aqui aquele meme da Mônica no computador e no monitor escrito: ATA.]

Falando em armas, Jair Bolsonaro é autor de um decreto legislativo para proibir o uso de armas por fiscais ambientais-afinal, *bandido bom é bandido morto*, menos seus amigos latifundiários (muitos da *bancada do boi*) que exploram madeira e criam gado em áreas de proteção ambiental, caçadores, exportadores ilegais de animais silvestres ou multinacionais farmacêuticas praticantes de biopirataria. Criminoso mesmo é quem quer proteger o meio ambiente. Lembrando que o mesmo já foi pego praticando pesca ilegal em Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro, inclusive enfrentou processo no STF por conta disso (mas infelizmente não deu em nada pelo fato de ser um parlamentar).

Também, mais recentemente, descobriu-se que ele e seus filhos empregaram diversos familiares em cargos de gabinete na Câmara dos Deputados— o que pode ser lido pela justiça como nepotismo. Inclusive, a defesa da família é um dos jargões do mesmo quando se trata de sua suposta moral cristã. Mas como pode uma pessoa seguir os ensinamentos de Jesus Cristo e agir como o deputado age?

Recentemente, o padre Julio Lancellotti falou em uma de suas pregações que não podemos aceitar Bolsonaro, pois "propõe a violência, o assassinato e o extermínio dos gays [...] de que o homem é melhor do que a mulher e que a mulher tem que ser submissa ao homem, isso é inaceitável no tempo em que nós vivemos"

E realmente, Jesus Cristo de Nazaré sempre pregou a palavra do amor, do perdão e da empatia. Qualquer pessoa que siga seu evangelho sabe muito bem

disso, o famoso evangelho de João 8 que nos conta o caso da adúltera que estava sendo apedrejada é uma amostra explícita sobre como posições que Bolsonaro e tantos outros conservadores defendem vão totalmente contra as pregações de Jesus.

Mas nada disso importa. Está tudo bem dizer que se visse dois homens se beijando na rua ela iria agredir, que as minorias têm que se curvar às maiorias ou então desaparecerem, que o erro da ditadura militar foi ter matado pouco, ou falar pra uma colega parlamentar duas vezes que só não a estupraria pois ela não merece - é só se esconder atrás de uma falsa moral cristã, um discurso de patriotismo e parecer cumprir nada mais nada menos que a obrigação de não ser corrupta.

Já deu para ver o antro de contradições que circunda Bolsonaro, mas, infelizmente, sabemos que a maioria de seus apoios vem de muito mais fundo dentro dessa cova e o combate contra a corrupção e a religião são usados apenas de pretextos, mas enquanto tivermos voz seguiremos denunciando: o mito será desmitificado.

<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/04/14/nem-patriota-nem-honesto-nem-cristao-desmitificando-jair-bolsonaro/>

Otávio Pereira é graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Partidos que sustentaram Cunha na Câmara decidem apoiar Alckmin na eleição

Por Fábio Góis Em 20 jul, 2018 - 9:22 Última Atualização 20 jul, 2018 - 10:13

Eleições

Compartilhar



A cúpula do autodenominado "centrão", núcleo de partidos que reúne DEM, PP, PR, PRB e Solidariedade, anunciou apoio ao candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, nas eleições de outubro. O grupo é formado por 164 deputados na atual legislatura e, como outros partidos menores, servia como uma espécie de base de sustentação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ), cassado, condenado e preso em decorrência da **Operação Lava Jato**. A decisão foi tomada após reunião com Alckmin em São Paulo nesta quinta-feira (19).

A exigência para o apoio ao tucano, ele mesmo alvo da Lava Jato, é que o vice na chapa presidencial seja Josué Gomes (PR), filho do empresário e vice-presidente da República nos governos Lula (2003-2010), José Alencar, morto em 2011. Na última quarta-feira (18), Alckmin disse ter "grande estima" por Josué, proprietário da Coteminas (empresa do ramo têxtil fundada pelo pai), e que tinha proximidade com o ex-vice-presidente.

Embora o anúncio do apoio a Alckmin já tenha sido até levado a público por meio de nota conjunta, a decisão só poderá mesmo ser concretizada nas convenções nacionais de cada partido, que tem o dia 5 de agosto como prazo-limite. O desafio agora é convencer a ala do centrão disposta a apoiar o candidato do PDT à sucessão de Michel Temer (MDB), Ciro Gomes, cuja candidatura será definitivamente formalizada hoje (sexta, 20) na sede do partido em Brasília.

Leia mais

[Ana Amélia descarta ser vice de Alckmin e diz que convite é...](#)

24 jul, 2018

[Apoio do centrão a Alckmin motiva críticas ao tucano e a Ciro, aponta...](#)

24 jul, 2018

Anunciado o apoio, ao menos duas questões imediatas se apresentam: a primeira é a óbvia derrota de Ciro na queda de braço com Alckmin para ver quem teria o apoio do centrão – que, além da exposição protocolar em palanques Brasil afora, oferece mais tempo de propaganda de rádio e TV para quem o receber. O outro ponto é que, ao escolher apoiar um candidato de fora do grupo, caem por terra, embora ainda não oficialmente, as próprias aspirações do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em disputar o posto mais alto do Palácio do Planalto.

Na reunião em São Paulo, os caciques do centrão apresentaram a Alckmin uma pauta de reivindicações como condição para fechar o apoio. A composição de um eventual governo tucano, com postos estratégicos a serem distribuídos entre os partidos do centrão, é uma das imposições. Outra foi feita pelo deputado Paulinho da Força (SP), principal nome da Força Sindical: que Alckmin se comprometa com um novo modelo de financiamento de sindicatos, depois do fim do imposto sindical obrigatório na esteira da reforma trabalhista patrocinada pela gestão Temer.

Temperamento *versus* temperança

Como este *síte* tem mostrado, a indefinição em torno do apoio a Alckmin ou a Ciro preocupava os atores da corrida eleitoral à medida que se aproxima a data final das convenções. Mais cedo, em entrevista à rádio CBN, o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), admitiu que o temperamento explosivo de Ciro Gomes, em contraposição ao perfil de Alckmin, pode ter sido um dos fatores da escolha do centrão.

Nesta semana, o pedetista chamou a promotora que pediu investigação contra ele de "[filho da puta](#)". Alckmin é visto como mais ponderado.

Além disso, o "centrão" também desconfia que a candidatura de Ciro está inflada por causa das incertezas em relação ao ex-presidente Lula, preso desde 7 de abril e, mesmo assim, pré-candidato do PT à Presidência da República. Se o petista nomear um substituto para a disputa, como é esperado, observadores da cena político-eleitoral preveem que eleitores de centro-esquerda passem a apoiar o candidato do PT.

"O momento é de ponderar, em conjunto, o melhor caminho para o futuro do Brasil. Ciente dessa responsabilidade e do papel que o Centro Democrático vai desempenhar nesta eleição, cada partido vai realizar consultas internas nos próximos dias com o propósito de anunciar publicamente uma decisão comum na semana que vem", diz nota assinada pelo prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM-BA), espécie de porta-voz do grupo.

Partidos demoram a fechar alianças e adiam convenções para o final do prazo

<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/partidos-que-sustentaram-cunha-na-camara-decidem-apoiar-alckmin-na-eleicao/>

Fábio Góis - *Repórter do Congresso em Foco desde 2007, atuou antes como jornalista de cultura e assessor de imprensa do Ministério do Desenvolvimento,*

Indústria e Comércio Exterior e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entre outras instituições. Em 2014, integrou a equipe do Broadcast Político, serviço de reportagem em tempo real do jornal O Estado de S. Paulo.

A cúpula do autodenominado "centrão", núcleo de partidos que reúne DEM, PP, PR, PRB e Solidariedade, anunciou apoio ao candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, nas eleições de outubro. O grupo é formado por 164 deputados na atual legislatura e, como outros partidos menores, servia como uma espécie de base de sustentação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ), cassado, condenado e preso em decorrência da **Operação Lava Jato**. A decisão foi tomada após reunião com Alckmin em São Paulo nesta quinta-feira (19).

A exigência para o apoio ao tucano, ele mesmo alvo da Lava Jato, é que o vice na chapa presidencial seja Josué Gomes (PR), filho do empresário e vice-presidente da República nos governos Lula (2003-2010), José Alencar, morto em 2011. Na última quarta-feira (18), Alckmin disse ter "grande estima" por Josué, proprietário da Coteminas (empresa do ramo têxtil fundada pelo pai), e que tinha proximidade com o ex-vice-presidente.

Embora o anúncio do apoio a Alckmin já tenha sido até levado a público por meio de nota conjunta, a decisão só poderá mesmo ser concretizada nas convenções nacionais de cada partido, que tem o dia 5 de agosto como prazo-limite. O desafio agora é convencer a ala do centrão disposta a apoiar o candidato do PDT à sucessão de Michel Temer (MDB), Ciro Gomes, cuja candidatura será definitivamente formalizada hoje (sexta, 20) na sede do partido em Brasília.

Leia mais

[Ana Amélia descarta ser vice de Alckmin e diz que convite é...](#)

24 jul, 2018

[Apoio do centrão a Alckmin motiva críticas ao tucano e a Ciro, aponta...](#)

24 jul, 2018

Anunciado o apoio, ao menos duas questões imediatas se apresentam: a primeira é a óbvia derrota de Ciro na queda de braço com Alckmin para ver quem teria o apoio do centrão – que, além da exposição protocolar em palanques Brasil afora, oferece mais tempo de propaganda de rádio e TV para quem o receber. O outro ponto é que, ao escolher apoiar um candidato de fora do grupo, caem por terra, embora ainda não oficialmente, as próprias aspirações do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em disputar o posto mais alto do Palácio do Planalto.

Na reunião em São Paulo, os caciques do centrão apresentaram a Alckmin uma pauta de reivindicações como condição para fechar o apoio. A composição de um eventual governo tucano, com postos estratégicos a serem distribuídos entre os partidos do centrão, é uma das imposições. Outra foi feita pelo deputado Paulinho da Força (SP), principal nome da Força Sindical: que Alckmin se comprometa com um novo modelo de financiamento de sindicatos, depois do fim do imposto sindical obrigatório na esteira da reforma trabalhista patrocinada pela gestão Temer.

Temperamento *versus* temperança

Como este *site* tem mostrado, a indefinição em torno do apoio a Alckmin ou a Ciro preocupava os atores da corrida eleitoral à medida que se aproxima a data final das convenções. Mais cedo, em entrevista à rádio CBN, o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), admitiu que o temperamento explosivo de Ciro Gomes, em contraposição ao perfil de Alckmin, pode ter sido um dos fatores da escolha do centrão.

Nesta semana, o pedetista chamou a promotora que pediu investigação contra ele de ["filho da puta"](#). Alckmin é visto como mais ponderado.

Além disso, o "centrão" também desconfia que a candidatura de Ciro está inflada por causa das incertezas em relação ao ex-presidente Lula, preso desde 7 de abril e, mesmo assim, pré-candidato do PT à Presidência da República. Se o petista nomear um substituto para a disputa, como é esperado, observadores da cena político-eleitoral preveem que eleitores de centro-esquerda passem a apoiar o candidato do PT.

"O momento é de ponderar, em conjunto, o melhor caminho para o futuro do Brasil. Ciente dessa responsabilidade e do papel que o Centro Democrático vai desempenhar nesta eleição, cada partido vai realizar consultas internas nos próximos dias com o propósito de anunciar publicamente uma decisão comum na semana que vem", diz nota assinada pelo prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM-BA), espécie de porta-voz do grupo.

Partidos demoram a fechar alianças e adiam convenções para o final do prazo

[Aguinaldo Ribeiro](#)[Câmara](#)[Centrão](#)[Ciro Gomes](#)[DEM](#)[Eduardo Cunha](#)[Eleições](#)[Eleições 2018](#)[Geraldo Alckmin](#)[Governo Temer](#)[Imposto Sindical](#)[Michel Temer](#)[Paulinho Da Força](#)[PPPr](#)[PRB](#)[Reforma Trabalhista](#)[Rodrigo Maia](#)[Solidariedade](#)

[Compartilhar](#)

UMA CHANCE A UNIDADE

Tereza Cruvinel -

A recusa do empresário Josué Alencar em ser vice de Geraldo Alckmin, que parece consumada, foi um tropeço, mas isso não tira do tucano a vantagem conseguida com o apoio do Centrão. Este apoio, por sua vez, não é garantia automática de um crescimento que o leve ao segundo turno. Mas, com sua ampla coligação, Alckmin firmou-se como candidato do establishment, em situação que contrasta com a dos partidos de esquerda. Unindo suas forças, a direita agora vai com tudo em busca de uma vaga no segundo turno. A resposta tem que ser a unidade, gritam todos na esquerda, mas ninguém se move. Prevalece a velha dificuldade para avaliarem conjuntamente o quadro, definindo a estratégia e abdicando de ganhos partidários, em nome da vitória ou da mera sobrevivência.

Foi intensa a boataria ontem sobre os rumos do PSB, dividido entre apoiar Ciro Gomes ou o candidato do PT. A reunião do diretório nacional, no dia 30, empurrará a decisão para a convenção, dia 5. Ciro precisa deste apoio muito mais que o PT, seja para ampliar seu curto tempo de televisão, seja para provar alguma capacidade de agregação, depois de ter sido preterido pelo Centrão. Se a decisão do PSB for não apoiar ninguém, será igualmente ruim para Ciro e o PT, hoje também isolado. Em 2002, foi ampliando as alianças ao centro –

trabalho realizado por José Dirceu – que Lula finalmente se elegeu. O PCdoB, na ausência de qualquer disposição para a unidade, segue com a candidatura de Manuela D'Ávila.

Diz-se também que é tarde, porque o PT fincou pé na decisão de levar ao limite a candidatura de Lula. Nenhum partido que tivesse o líder nas pesquisas encarcerado por conta de uma condenação sem provas, num processo que correu com celeridade inédita para os padrões da justiça brasileira, tomaria posição diferente, abdicando por antecipação em favor do candidato de outro partido, com menor potencial. Esgotados os recursos jurídicos, o substituto será apresentado, numa aposta ousada e arriscada na transferência de votos.

UMA CHANCE?

Mas haverá um momento, e uma chance, para a unidade ainda no primeiro turno, dizem os utópicos da unidade. Quando Lula for definitivamente impedido, o que deve acontecer em meados de setembro, o PT pode não necessariamente lançar o nome a ser ungido por Lula. Nesta hora, será preciso avaliar o potencial de Ciro e as chances reais de transferência. Da mesma forma, nessa hora Ciro deverá considerar a hipótese de desistir para apoiar o candidato do PT, se os indicadores forem favoráveis a ele.

É difícil acreditar que isso possa acontecer, por tudo que já se viu em matéria de autofagia na esquerda. Para não ir longe, Collor não teria ganhado em 1989 se Brizola e Lula não tivessem disputado a segunda vaga. Anos mais tarde Lula admitiu que não estava preparado e que Brizola tinha precedência.

A propósito da incapacidade atávica da esquerda para a unidade, ouvi o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) relatar a um amigo conversações recentes com o PSOL, que o chamara a examinar a possibilidade de uma aliança local com o PSB. Ouvi inicialmente que a vaga de vice não poderia ser cedida ao PSB. Molon obteve o OK do partido. Quando foram discutir o Senado, o PSOL informou que teria de ficar com as duas vagas. Mais uma vez o PSB cedeu. Foram discutir o legislativo, e o PSOL informou que não haveria coligação para deputados estaduais, só para federais, mas com uma condição: o tempo de televisão teria que ser dividido igualmente. E o PSB tem um tempo cinco vezes maior. A conversa acabou. “ Na esquerda falta generosidade até para receber apoio”, diz Molon.

O PREFERIDO

O PR vendeu o nome de Josué Alencar a Alckmin sem consultá-lo. Muito antes, a preferência do tucano já era por Mendonça Filho (DEM-PE), embora ele vincule a chapa a Temer, de quem foi ministro.

UM CASO

Nem tudo é desunião na esquerda. A presidente do PCdoB, Luciana Santos, será vice na chapa do governador Paulo Câmara (PSB-PE).



Terça-feira, 24 de julho de 2018

Pesquisa mostra como pensam os eleitores de Bolsonaro

Imagem: Esther Solano, socióloga da Unifesp (Carta Educação)

<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/07/24/pesquisa-mostra-como-pensam-os-eleitores-de-bolsonaro/>

“Para combater um fenômeno como Bolsonaro, a primeira coisa que você tem que fazer é entender o que ele significa para as pessoas”. Foi com esse objetivo que, durante o ano de 2017, a socióloga Esther Solano, da Universidade Federal de São Paulo, entrevistou 25 simpatizantes de Jair Bolsonaro.

As conversas foram longas – entre três e quatro horas cada -, e os interlocutores, variados: eram jovens e pessoas mais velhas, ricos e pobres. Com as entrevistas, Solano buscou compreender qual era o denominador comum, o que faz com que pessoas com perfis tão diferentes fossem atraídos pelo discurso populista e antidemocrático de Bolsonaro.

O resultado das entrevistas foi compilado na pesquisa “Crise da Democracia e extremismos de direita”. Confira, a seguir, alguns dos principais pontos:

1 – Segurança Pública e direitos humanos para humanos direitos

De acordo com Esther Solano, apesar de o Brasil ser um dos países que mais encarcera no mundo, as pessoas continuam tendo uma sensação de impunidade e insegurança.

Você pode ser morto a qualquer momento! Este país é horrível. Você tem uma filha, sai à noite e ela pode ser estuprada. Roubo, assalto, por todo lado. (Entrevistada E.)

Uma fala recorrente de seus entrevistados foi a idéia de “vitimismo dos bandidos”, ou seja, de que “o ladrão virou a vítima”.

Eu só sei que, hoje em dia, é melhor ser bandido do que cidadão de bem. A gente sai pra rua com medo e eles não. Eles têm mais direitos que a gente e, depois, vêm como esse mimimi, tentando dar pena na televisão. Pena de bandido? Pena da gente, que não pode viver em paz! (Entrevistada M.)

O endurecimento das penas, o fim da “vitimização dos bandidos” e um maior poder aos policiais é visto pelos eleitores de Bolsonaro com uma solução para esse cenário:

A lei tem de ser dura. No Brasil, somos muito frouxos. Bandido na cadeia, pronto. Não quer cadeia, vá trabalhar. Fácil. (Entrevistada L.)

Leia também:

2 – Corrupção

Segundo pesquisa do IBOPE em 2017, a maior preocupação para 67% dos brasileiros foi a corrupção e, entre os eleitores de Jair Bolsonaro, o quadro não é diferente. Há entre eles um sentimento “antipolítico”, e a idéia de que “política é sinônimo de corrupção”. Nesse sentido, eles vêem em Bolsonaro uma alternativa para esse cenário:

Bolsonaro é um ícone de ética. O país vive numa crise ética e moral desde Collor. É indignante. Mensalão petista, tucano, Lava Jato. Ele não está envolvido, é ético. (Entrevistado J.)

Bolsonaro não é corrupto e é diferente dos partidos que estão aí. PT e PSDB são a mesma coisa. No Brasil só existe o poder e o dinheiro. Bolsonaro é diferente porque não é corrupto (Entrevistado D.)

Quando há denúncias de corrupção envolvendo o candidato, acreditam se tratar de uma “perseguição da imprensa”.

A imprensa quer acabar com ele porque sabem que é muito forte. Ninguém segura. Vão fazer de tudo para acabar com ele, mas a gente sabe que ele é honesto. (Entrevistada E.)

+ [ASSINANDO O + MAIS JUSTIFICANDO VOCÊ TEM ACESSO À PANDORA E APOIA O JORNALISMO CRÍTICO E PROGRESSISTA] +

3 – Meritocracia e Vitimismo

Durante as entrevistas, Esther Solano observou que há, entre os eleitores de Bolsonaro, um posicionamento que é, majoritariamente, a favor da meritocracia e contrário às políticas de redistribuição de renda. Para eles, o *self-made man* é o modelo de sucesso”, afirma a socióloga, e políticas como o Bolsa Família são negativas, “porque fomentam a preguiça, o clientelismo e fazem do cidadão alguém passivo, que parasita o Estado”.

O ideal é que não exista o Bolsa Família. Pode ser importante para algumas pessoas, mas a verdade é que é utilizado como moeda eleitoral, para fazer as pessoas votarem sempre no PT, comprarem o voto delas mesmo. Por que acha que tanta gente no Nordeste vota no PT? ” (Entrevistado C.)

O que tem de gente preguiçosa, que só quer mamar das tetas do governo. E a gente sustenta eles, né? Isso com Bolsonaro ia acabar. Quer comer? Trabalhe. Mas, não. É mais fácil dar uma de coitadinho. (Entrevistado A.)

A mesma idéia se aplica em relação às cotas raciais:

Por que negro tem de ter privilégio? Só porque ele é negro? Ele tem as mesmas oportunidades. É só ele se esforçar e estudar, se ele realmente quiser passar na universidade. (Aluna7, 16 anos)

4 – Minorias

Para seus eleitores, as frases polêmicas de Bolsonaro fazem parte de “seu jeito bruto, tosco de falar”, mas não configuram discurso de ódio.

Ele não tem discurso de ódio. Tá só expondo a opinião dele, falando a verdade. E quando é um pouco radical, se retrata. Não tem discurso de ódio porque quer o melhor para todos. Só que a esquerda exagera. Olha o caso da Maria do Rosário. Ela ofendeu primeiro. (Estudante7, 16 anos)

Em relação a grupos minoritários, como os LGBTQI, os fãs de Bolsonaro, muitas vezes, concordam que sofrem discriminação, mas se valem de um “exibicionismo exagerado” e de uma posição de “vitimismo e privilégio”.

Sou gay, mas não gosto da passeata LGBT, por exemplo, acho muito exibida, muito provocativa, qual é a necessidade disso? Ah, e eu tampouco sou vítima de nada. Essa coisa de os gays somos coitadinhos, vítimas, não sei o que. Não dá gente, vamos trabalhar e menos mimimi . (Entrevistado J)

E, assim como acreditam não haver contradição em ser homossexual e de direita, não vêem incoerência no fato de uma mulher se posicionar como “antifeminista”:

Sou mulher, sim, mas não sou feminista. O tempo todo de mimimi, com essa coisa de vitimismo, todas radicais, querendo passar por cima dos homens. “Feminazis”, não gosto nada disso. Olha eu sou empresária, vivo bem, estou bem na vida e nunca precisei de feminismo. (Entrevistada E.)



5 – Valores

De acordo com a socióloga da Unifesp, há na “nova direita” uma preocupação com a manutenção de valores como a família, a religião, a disciplina, a autoridade e a ética.

Eu não quero que meu filho seja doutrinado e no dia de amanhã vire um maconheiro, esquerdista. Eu quero que ele aprenda valores. E essa coisa da

pedofilia, vai me dizer que não é importante? A gente está numa crise moral.
(Entrevistado A.)

Para Solano, existe também entre eles uma “reinterpretação da ditadura”, em que na ditadura “a vida era mais segura e disciplinada”, e que na democracia “a vida é muito mais insegura, uma bagunça, libertinagem”.

Na ditadura tinha mais segurança. A gente tem liberdade de expressão agora, sim, mas não temos direito de ir e vir. Aqui na periferia pelo mesmo, não temos. Talvez seria bom colocar os militares temporariamente, porque agora a gente está sendo liderada por bandidos” (Aluna2, 15 anos)

O Justificando já publicou diversos artigos se posicionando contrariamente às posições extremistas e antidemocráticas de Jair Bolsonaro. Confira:

[Nem patriota, nem honesto, nem cristão: desmitificando Jair Bolsonaro](#)

[O dia em que Bolsonaro tomou posse na presidência do Brasil](#)

[Em breve, você será cobrado a se posicionar sobre Bolsonaro](#)

[Efeito Backlash – oportunismo no estilo Bolsonaro](#)

[Licença para falar e discurso de ódio: duplipensando os donos do poder](#)

Por Lígia Bonfanti

O **Justificando** não cobra, cobrou, ou pretende cobrar dos seus leitores pelo acesso aos seus conteúdos, mas temos uma equipe e estrutura que precisa de recursos para se manter. Como uma forma de incentivar a produção de conteúdo crítico progressista e agradar o nosso público, nós criamos a **Pandora**, com cursos mensais por um preço super acessível (R\$ 19,90/mês).

[Assinando](#) o plano [+MaisJustificando](#), você tem acesso integral aos cursos Pandora e ainda incentiva a nossa redação a continuar fazendo a diferença na cobertura jornalística nacional.

Tá difícil...

Benedito Tadeu César: FB 25 julho

Os cidadãos brasileiros, diferente dos argentinos, têm demonstrado que não se mobilizam para grandes manifestações populares, como as greves gerais ou as ocupações de ruas. Eles se mobilizam por eleições. Foi assim em 1950, 1966 (o que levou a ditadura militar a eliminar os partidos e as eleições diretas) e, acredito, será o que acontecerá agora, caso haja eleições e, claro, caso seu resultado seja respeitado.

Tenho dúvidas se o PT e Lula acertarão o timing para a indicação do candidato substituto, caso Lula seja definitivamente impedido, e se indicarão o melhor nome que, na minha leitura, é Celso Amorim.

Entendo, entretanto, que a manutenção da candidatura de Lula está sendo correta até agora e que a unidade das esquerdas se dará por ação da força de atração de Lula e do PT.

Defendi, durante, pelo menos, os últimos dois anos, a possibilidade é a necessidade de construirmos uma Frente Ampla Democrática e antifascista. O "centro" político brasileiro se revelou mesquinho e antidemocrático, quando se aliou ao dito "centrão" que é o que há de pior na política brasileira, muito próximo, ainda que não idêntico, ao lixo do Bolsonaro.

Hoje, sem Lula e sem PT não há como fazer frente ao "centrão".



Crédito: Ricardo Stuckert.

WANDERLEY GUILHERME: PT CONVERTEU “SOLIDARIEDADE” A LULA EM “INACEITÁVEL CULTO À PERSONALIDADE”

<https://www.ocafezinho.com/2018/07/24/wanderley-guilherme-pt-converteu-solidariedade-a-lula-em-inaceitavel-culto-a-personalidade/>

A SEDUÇÃO DA TIRANIA

Por Wanderley Guilherme dos Santos, no **Segunda Opinião**
24 de julho de 2018

A eleição presidencial de 2018 esteve ganha pela oposição enquanto a única referência dos conservadores era a associação com o monumental desastre de Michel Temer. Hoje, “Michel Temer” virou espantalho a ser inflado e agitado durante a campanha eleitoral. Mas não está claro se o eleitorado votará contra os conservadores por sua conexão ao golpe parlamentar ou se os favorecerá na renovada expectativa de derrotar um candidato, imbatível há quatro disputas, sustentado nuclearmente por PT, PSB, PDT e PC do B. Hoje, dilacerou-se o conjunto quatro vezes vencedor: o Partido dos Trabalhadores, hegemônico, não contará com os votos unânimes dos partidos que sempre o apoiaram e nem mesmo com a totalidade de seu próprio eleitorado.

Hoje, a nuvem da política mudou drasticamente de silhueta.

Depois de sucessivas derrotas jurídicas e tímida resposta dos movimentos nas ruas, o PT iniciou o afastamento da realidade com a campanha autodestrutiva de que uma eleição sem Lula seria fraude. Não registrou a indiferença do aparato judiciário e policial às ralas manifestações de adesão nas grandes cidades, adotando o contraditório movimento de negar legitimidade às decisões da justiça e a ela recorrer, confiando no nobre critério de neutralidade dos operadores.

Parecia agir na presunção de que ou as críticas contra o judiciário convinha como propaganda ou de que conseguiria persuadi-lo pela força dos argumentos.

As acusações da esquerda contra o Judiciário, contudo, têm granítica procedência. Infrações e arbitrariedades jurídicas fazem parte do consenso que inclui a avassaladora maioria dos partidos políticos, o eficaz mecanismo do sistema globo de informação para iludir a opinião pública, todos os órgãos de representação do capital e, por fim, a maioria do Judiciário, extensamente comprometido com aberrações jurídicas desde o julgamento da Ação Penal 470. E a cláusula pétreia do golpismo consiste em impedir o retorno da centro-esquerda ao circuito de poder político. Não se trata, aqui, de frívolo recurso de retórica partidária, mas refletido juízo sobre a dissimulada conspiração que o caricato impedimento de Dilma Rousseff desnudou.

Depois de reconhecido o vazio das ameaças de que o MST, substituindo a já clara impotência da CUT, ocuparia cidades e praças contra as arbitrariedades de Sergio Moro, a discussão sobre eventual resistência à ordem de prisão elevou os dirigentes petistas a superior patamar de desvario. Em seguida ao que jamais aconteceria, a prisão de Lula, o roteiro delirante aproveitou a solidariedade à indiscutível vítima de perseguição política, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, convertendo-a, por intimidação, em inaceitável culto à personalidade de um irreconhecível candidato presidencial Lula.

Hoje, há um Lula indulgente com o totalitarismo dos diretores do PT, da CUT, do MST, transtornado em fanatismo em muitos militantes, e candidato que mantém refém grande parte das forças populares. Mais preocupado em derrotar competidores em seu próprio lado do que impedir a vitória da reação. Todos os quadros do PT e partidos próximos, além de personalidades historicamente admiradoras do extraordinário ex-metalúrgico, têm sido apresentados a um enigmático Lula, messiânico e expropriador da vontade autônoma das forças populares.

Antes, o destino de Lula se associara ao destino dos pobres; hoje, Lula pretende que o destino das massas se associe ao seu, aprisionado a um combate mesquinho contra um personagem nanico – o juiz Sergio Moro. Os democratas esperam que o preço não seja a vitória da reação, com o encarceramento real da população pobre a seu destino miserável.



MIGUEL DO ROSÁRIO

Miguel do Rosário é jornalista e editor do blog O Cafezinho. Nasceu em 1975, no Rio de Janeiro, onde vive e trabalha até hoje.

A ÓPERA TRISTE

31 de julho de 2018 Segunda Opinião

A declaração do Partido dos Trabalhadores de que o candidato indicado será a sombra de Lula é uma declaração indecente. A naturalização da figura de “poste de Lula” como legítimo representante da população é acintosa. Trata-se de convite explícito ao eleitorado a que cooneste uma farsa, descrita com requinte. Segundo membros da Executiva do PT, o indicado terá que ser leal e limitar-se a ser o intermediário da palavra de Lula. Na campanha, dirá que todas as suas decisões serão decisões de Lula. Ora, jamais um candidato das forças populares teve a ousadia de se apresentar como boneco falante. As declarações, transcritas pelo jornalista Luiz Nassif, não foram contestadas.

Dilma Rousseff não foi porta voz de uma pessoa, mas de um projeto de nação. Talvez por isso leia-se em documentos pró-petistas, além de proclamado abertamente em conversas, ter sido ela a responsável pelo desastre do impedimento. Acusam-na de recusar ceder a candidatura, em 2014, ao imputado desejo de Lula de voltar ao poder. Na cegueira do descontrole, a oligarquia do PT não percebe a extensão do insulto com que recompensam a dedicação às causas populares de pessoas íntegras, de respeitabilidade independente de partidos, cujos nomes circulam como possíveis indicações de Lula. Na visão da Executiva do Partido dos Trabalhadores, seriam simplórios candidatos a moços de recado.

Causa amargor reconhecer a vitória dos reacionários curitibanos na tarefa de reduzir a histórica figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à de um obsessivo costureiro de futricas eleitoreiras e justiceiro de medíocres ressentimentos. Só um vírus de paranoia, inoculado pelas estrambóticas sentenças de Sergio Moro, explica o sacrifício de “leais” quadros partidários, como requer a Executiva, buscando, não a vitória, mas a derrota de supostos adversários. Por isso, mas não só, causa embaraço assistir Lula, sempre incorporado como um brasileiro comum, ignorado pelo poder elitista, anunciar em transe a própria transmutação em “ideia”, diante de enorme multidão, ali em apoio a um dos seus, pessoa de carne e osso, mortal como todos nós.

Mas Lula não é uma ideia, Lula é um brasileiro preso injustamente, vítima de notória perseguição política, e ao qual se castrou o direito de participar da vida pública. Razões mais do que suficientes para receber solidariedade ativa, não submissa, dos democratas socialistas e liberais. Restaurar a isonomia política no país, todavia, requer a derrota do continuísmo golpista nas eleições de outubro. Negligenciar a necessária vitória eleitoral dos democratas não equivale à celebração de uma derrota por ser moralmente reconfortante à facção islâmica do petismo. O custo real da derrota será exorbitante, inclusive para os moralmente extasiados.

A circunstancial ingratidão brasileira com um de seus maiores nomes não lhe acrescenta direitos além daqueles, cotidianamente feridos, de que dispõem brasileiros e eleitores comuns. Ser o arquiteto de uma estratégia, conforme vendida ao eleitorado, mas acobertando uma ópera, foi surpreendente; tê-la proposta ao eleitorado por “postes” partidários, uma ignomínia; tratar os militantes de primeira linha como abúlicos, um erro brutal. Lula comprometeu seriamente o descortino de estadista que possuiu enquanto um brasileiro homem comum. Vença ou perca a eleição, através de um mamulengo, Lula, o grande, sucumbirá ao nefasto projeto de Curitiba: não será mais um brasileiro comum; apenas um político comum

Xadrez da lógica do PT com as eleições, por Luis Nassif



Xadrez da lógica do PT com as eleições, por Luis Nassif

325

TER, 24/07/2018 - 18:49

ATUALIZADO EM 24/07/2018 - 21:08

Luis Nassif

Na terça-feira participei de uma reunião com estrategistas da Executiva do PT. O tema principal da conversa foi a decisão de manter a candidatura de Lula até o último momento.

No geral, concordam com todos os riscos apontados no artigo "[Xadrez da maior aposta de Lula](#)". Mas levantam argumentos sólidos a favor da tese da candidatura de Lula. Em todo caso, o que se tem, na opinião abalizada de um dos presentes, é uma nova etapa, caótica e imprevisível como foram os anos 30 e 80, tornando impossível definir como será o novo.

Peça 1 – os ativos do PT

Os dois principais ativos do PT são:

1. **Eleitoral:** garante as eleições imediatas.

É o partido com maior número de eleitores e o candidato, Lula, favorito absoluto para as próximas eleições. Mas tanto o governo Dilma quanto o candidato Lula alvos do golpe do impeachment, tentando impedir sua candidatura. Atropelando a Constituição e as leis, o golpe tenta impor uma derrota eleitoral a Lula.

2. **Político:** garante a perenidade do partido.

No caso de Lula-PT, seu acervo político é o projeto de desenvolvimento social do partido, já testado e aprovado no período Lula, com defesa da produção nacional e da distribuição de parte dos benefícios do desenvolvimento. É o que legitima partidos, garantindo sua perenidade.

A intenção do golpe não foi apenas inviabilizar eleitoralmente o PT, mas matar politicamente Lula. É o que explica os abusos reiterados contra seus direitos, desde os factoides dos pedalinhos até a invasão da sua casa, revirando até sua cama, o grampo nos escritórios de advocacia que o defendem, a condução coercitiva e a sequência monumental de acusações repetidas por todos os meios de comunicação.

E, no entanto, o resultado final representou uma derrota política do golpe. O movimento tornou explícitas as jogadas políticas no Judiciário, Ministério Público, Executivo, Mídia, vitimizou Lula, gerou reações internacionais, aumentou sua popularidade e aprovação, conferindo-lhe uma vitória política expressiva. Prenderam o homem, nasceu a lenda.

A intenção da candidatura Lula, para o PT, é preservar esse ativo.

Peça 2– os problemas da frente ampla

Como partido nacional, o PT padece das mesmas dificuldades do federalismo brasileiro: como manter a unidade nacional e, ao mesmo tempo, atender às peculiaridades de cada estado e cada candidato ao governo, cada qual montando seu arco de alianças?

Há convicção na Executiva do PT que, se não fosse o movimento em torno de Lula, o partido teria se dividido em arquipélagos regionais. Portanto, o **primeiro motivo** da candidatura Lula foi manter o PT unido.

O **segundo motivo** – e mais relevante – é a preservação da vitória política. A história está repleta de precedentes de partidos que abdicaram da disputa política e não mais se recuperaram. É o caso do PC italiano e do próprio PCB brasileiro pós 64, que perdeu o protagonismo na esquerda, sendo substituído pelo próprio PT.

No entendimento dos estrategistas do PT, montar uma frente de esquerda e entregar a cabeça de chave a alguém de fora do partido seria jogar fora o protagonismo futuro do PT. Ou, na expressão de um dos estrategistas do PT, “estariamos entregando de bandeja ao pacto autoritário a nossa visão de futuro. Assim, o golpe se materializaria”.

O **terceiro motivo** foi o fato do PT, e Lula, terem se aproximado novamente das bases, das quais se afastaram no período em que foram poder. As caravanas e conferências e, especialmente, o contraste violento com o governo Temer, os abusos contra Lula, elevaram sua mística a níveis inéditos entre as classes de menor renda.

As pesquisas qualitativas, mesmo as manifestações espontâneas em diversos locais públicos – como a rodoviária de Brasília – mostram o mesmo discurso da parte dos entrevistados: lembram o que ganharam no governo Lula, o que estão perdendo agora e encaram a volta de Lula como único ponto de esperança. O tema comum é: “Eu quero meu futuro de volta”.

Há a identificação cultural e afetiva com o homem do povo, fruto do carisma pessoal de Lula. Mas há também uma base profundamente material, reforçada pelo desalento atual com o desemprego e com a deterioração dos níveis de emprego.

Se Lula abrir mão da candidatura, poderá ser encarado como traição. Se for impedido de se candidatar, reforçará os laços com a base.

Há um **quarto motivo**, a resistência a Ciro Gomes devido à sua trajetória política errática, pelas posições que tomou, de claro antagonismo ao PT e a Lula.

Peça 4 – os trunfos

Há esperanças vagas de que os tribunais não impeçam a candidatura Lula. Aferram-se ao caso Rosa Weber, que não acolheu representação do MBL para julgar antecipadamente o direito de Lula se candidatar. Seria um indício de que não haveria veto prévio à candidatura de Lula.

Avança-se também na conversa com partidos de esquerda mais próximos.

- Com PCdoB há alguma ambiguidade. Mesmo que a cúpula vá com Ciro, a base é lulista, devido à penetração de Lula no Nordeste. O PCdoB precisará desse lastro nas eleições de Flávio Dino, no Maranhão, e da senadora Vanessa Graziottin, no Amazonas.
- Com PSB a diferença é mais profunda. O novo PSB, que votou contra a reforma trabalhista, é essencialmente nordestino. No Sul, o PSB é mais conservador. Em Minas, a candidatura de Márcio Lacerda poderá atrapalhar o governador Fernando Pimentel. O divisor de águas é Pernambuco, estado no qual o PSB precisará muito do PT, devido à possível candidatura de Marília Arraes. Fechando o acordo, o PT abrirá mão da sua candidatura.

No plano programático, foram anunciadas as cinco ideias centrais da campanha:

- Soberania popular
- Nova era de direitos
- Pacto federativo
- Novo modelo de desenvolvimento
- Transição ecológica para século 21

A entrevista de Fernando Haddad à Folha de hoje explicitou a proposta de casar responsabilidade social com ideias contemporâneas, de buscar a isonomia social através de leis e políticas testadas em grandes economias de mercado. Em suma, fugir da dicotomia rico x pobre, para modernos x anacrônicos.

Aliás, os setores liberais mais modernos já estão aceitando até acabar com a excrescência de isenção fiscal para ganhos de capital e dividendos.

Peça 3 – as agruras da direita

Considera-se que direita tem a força, mas não tem a legitimidade.

De uma lapada só o golpe liquidou com o pacto social de Lula, com a Constituição de 1988 e com a herança de Vargas. Foi gestada pelo PSDB, com a Ponte para o Futuro, implantada no governo Temer e será aprofundada no governo Alckmin.

É um projeto de poder que consiste em:

- Venda das riquezas naturais
- Privatização selvagem
- Apropriação da renda do trabalhador e dos fundos sociais.
- Eliminação das políticas sociais.
- Destruição do conceito de nação.

Esse projeto não pode ser explicitado eleitoralmente, exigindo enormes malabarismos retóricos de seus defensores.

Na avaliação dos estrategistas do PT, a situação da direita é mais periclitante:

- **O quadro internacional.**

A linha golpista dificilmente terá apoio do quadro internacional, devido ao acirramento da desglobalização. A Ponte para o Futuro tinha unidade de interesses externos e internos. A eleição de Donald Trump embolou. Agora, ficou difícil reconciliar o velho pacto do Real.

- **A armadilha recessiva.** Golpismo não conseguiu se legitimar economicamente. Antes, as pessoas acreditavam que o desemprego era um problema de cada um. Agora, tornou-se claro que é um problema estrutural, de política pública com 28 milhões de pessoas procurando trabalho e até os que trabalham não tendo mais segurança.
- **As propostas em off**

A direita não conseguiu produzir um projeto de país, uma visão de futuro minimamente razoável, nem um candidato competitivo. O único nome em que apostam, agora, é Geraldo Alckmin, que, na campanha, terá de esconder não apenas a natureza de suas propostas, como as alianças com o fisiologismo mais nefasto da República e as ligações com o governo Temer. É pouco?

Peça 4 – o plano B

Por tudo isso, a ideia é levar a candidatura Lula até o último momento. Sabem dos riscos, da aliança do golpe que junta Judiciário-mercado-mídia-Temer-PSDB. Mas entendem que o risco maior seria a esquerda passar por diluição no momento em que a direita radicaliza seu programa.

Para agosto, estão programados eventos em todo o país, pela libertação de Lula.

Se o Judiciário explicitar o estado de exceção e negar o registro, nesse caso lançar-se-á um candidato do PT que será a sombra de Lula. Terá que ter personalidade, lealdade, e, ao mesmo tempo, se limitar a ser o intermediário da palavra de Lula. Na campanha, ele falará em nome de Lula e dirá que todas suas decisões são decisões de Lula.

Há convicção de que o ungido teria condições de passar para o segundo turno.

As pesquisas de opinião são amplamente favoráveis a Lula.

Há duas regiões que se equilibram: Nordeste, com o lulismo avassalador; e São Paulo com sua dose de antilulismo. Mesmo assim, notam-se melhorias do apoio a Lula no estado.

No Sudeste – Rio, Minas Gerais, Espírito Santo – a situação é favorável. Pesquisa recente em Minas, feita pelo PSB, mostrou Lula com 43% das intenções de voto contra 30% da soma dos demais.

As incógnitas são o Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e o centro-oeste. Por lá, região mais conservadora do país, observa-se um crescimento surpreendente da candidatura Lula.

Mesmo assim, a expectativa maior é de derrota do segundo turno. Mas, na opinião dos estrategistas, evita-se o pior dos mundos: entrar em uma frente de esquerda, ser derrotado e perder a base social.

Resumo

No último Xadrez apresentei todos os riscos da candidatura Lula. Neste, os argumentos em favor da sua manutenção. O PT segue a lógica normal da sobrevivência partidária e de seu projeto de país.

O leitor que pese os argumentos de lado a lado e tire suas conclusões.

O pleito de outubro e a divisão das forças populares

De: Tania Faillace

Não existe uma esquerda teórica nem pragmática no Brasil.

Se existiu, esfacelou-se, ou melhor, diluiu-se com as indefinições de nosso processo nacional e nosso primarismo político.

Tanto assim que não há e não houve qualquer esforço no sentido da educação política da massa. Não falo da doutrinação, mas do acesso à informação correta e ao conhecimento das estruturas sociais e suas articulações. Por exemplo, o que é mercado, o que é acumulação, o que é mais-valia, conceitos fundamentais para que o cidadão veja com alguma clareza sua própria trajetória sem precisar apelar para os designios divinos ou o binômio sorte/azar.

Hoje, as coisas estão piores.

Nos anos 90, aqui, no Sul, houve uma tentativa de sistematizar alguns conhecimentos básicos sobre nossa realidade.

Porém os partidos de oposição fizeram acordo de governabilidade com FHC, a seu convite, e deixaram de se contrapor às privatizações e outros métodos do imperialismo na ilusão de pegarem faixas de poder.

Os governos que daí resultaram, alinharam-se à prática social-democrata, a qual, sabemos, só prospera enquanto não incomoda aos poderosos.

Foi o que assistimos.

Agora apresenta-se um outro momento - mas estrategicamente ligado ao anterior, e consequência temporal dele - e temos a alternativa de novamente aceitarmos a convivência cooptada e bem comportada, para voltarmos a respirar um pouco e nos alimentarmos melhor, desde que percamos a ideia fantástica de inverter o rumo da história que as forças crescentes da Nova Ordem Mundial pretendem.

E não há oposição de fato. Só estilismos.

A população está completamente por fora dos projetos que se estruturam e realizam, e dos eventuais entrechoques de poderes entre poderes locais e regionais e o imperialismo, e as "esquerdas" continuam a mover-se naquelas suas eternas vacilações - faz acordo, não faz acordo, junta-se com A, com B, fica sozinha, etc.

Mas não tenta acercar-se da massa para informá-la corretamente do que se passa, dando-lhe a chance de compreender estratégia e táticas do poder em ação, e muito menos, sua constituição estrutural, e o destino que os ricos projetam para os pobres, excluindo-os da existência através do uso dessa tecnologia feita sob medida para seus gostos - universidades e academias há muito só produzem para o engrandecimento do projeto capitalista.

E a esquerda sequer usa o termo "capitalismo" para se situar e permitir que seus interlocutores se situem.

A desinformação certamente é muito mais abrangente hoje que nos anos 80, e ainda mais que nos anos 40 e 50.

Em cima dessa crise existencial das esquerdas - cuja geração atual namorou em sua juventude com o *hippismo* e outras diversões culturais, - a direita se espalha, gorda e auto-suficiente e cada vez mais intolerante.

Tania Jamardo Faillace

jornalista e escritora de Porto Alegre, RS

Agouros e maldições

Aylê-Salassié F. Quintão*

Agosto está aí: semana que vem. É o mês dos agouros e dos azares . As igrejas e os terreiros de umbanda ficam cheios de políticos pedindo proteção. Pelo menos, 100 parlamentares, com rastros na Lava Jato, vão ser julgados pelas urnas e, se eleitos, poderão ter os mandatos cassados pelo TSE.

O governo nada como um cisne em águas turvas, aproveitando os recessos do Legislativo e do Judiciário. Agosto, ora! Isso é credence popular! Vale lembrar que Getúlio suicidou-se em agosto, Dilma caiu em agosto, o embaixador Sérgio Vieira de Melo morreu em agosto, a segunda guerra começou em agosto, as bombas atômicas que explodiram no Japão aconteceram em agosto e outros milhares de eventos dramáticos ocorreram nesse malfadado mês.

Há semanas, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, prorrogou por 60 dias a remessa ao Supremo dos resultados do inquérito que apura a assinatura, pelo Presidente Temer, de um decreto beneficiando a empresa de transporte marítimo Rodrimar, administrada com o apoio de amigos seus. O Presidente teria sido contemplado com a reforma, gratuita, da casa da filha em São Paulo. O processo pode entrar em pauta no Supremo já em meados de agosto. A denúncia está praticamente pronta.

Desde que tomou posse como Presidente, o vice Temer está na berlinda. No ano passado os analistas políticos profetizavam o seu impedimento, após a análise no Judiciário, de denúncia do Ministério Público. Por meio de ardis sucessivos, o Congresso negou, duas vezes, dar autorização ao STF para julgá-lo. Temer era acusado de receber propinas de empresários, em encontros reservados dentro do Palácio do Jaburu, residência oficial. Em seguida, por irregularidades cometidas pela chapa Dilma-Temer. O exame das acusações vindas da Procuradoria está agora entre os ministros Edson Facchin e Alexandre de Moraes . O encaminhamento do processo ao Supremo estava marcado para 2 de agosto. Ficou para uma data entre 15 e 20 de agosto.

Embora o Presidente e os demais envolvidos aleguem inocência, dificilmente poderá contar com uma maioria parlamentar para barrar o julgamento pelo STF, provavelmente em agosto. Os congressistas estão preocupados com as eleições e com os mandatos. Cerca de 180 deles estão arrolados nos processos de corrupção da Lava Jato. Pelo menos 100 pleiteiam a reeleição. Será, portanto, complicado para o vice Temer repetir a façanha anterior, que desautorizou o Supremo a julgá-lo. A maioria dos parlamentares não quer ser vista sequer como próxima ao governo. Para se safar , Temer terá de recorrer ao tapetão, como fez no Superior Tribunal Eleitoral .

Tudo indica que tudo isso vá ocorrer no mês de agosto, marcado sistematicamente por centenas de acontecimentos aterrorizantes em muitos países. O 13 de agosto é lembrado como o dia de todos os Exus no candomblé brasileiro, que o cristianismo estigmatizou como o dia dos maus agouros. O 24 de agosto é adotado em quase todo o mundo como o “Dia do Azar”. Em agosto, os brasileiros vão estar, portanto, diante do julgamento de um Presidente, por corrupção, ou da maldição que o cargo de vice -presidente carrega no Brasil

desde a Proclamação da República. Em 50, dos 129 anos republicanos , o país foi governado por vices.

COMENTÁRIO DIRETO DE BRASÍLIA

Jorn. Jose Voitechumas - 26-7-2018.

Meus caros leitores, reafirmo minha estranheza sobre o silêncio sepulcral dos tradicionais defensores dos direitos humanos sobre a morte da brasileira na Nicarágua e a violência do regime vigente naquele país e de quebra, em Cuba e na Venezuela. Reforço: será em nome da causa a permissão para oprimir, aprisionar, torturar e matar? Que causa é esta que faz com que mais de 100 mil venezuelanos estejam hoje fugindo para o Brasil? Será que são fascistas estes que fogem da violência de Nicolas Maduro, o paladino da democracia para pelo menos dois dos candidatos a Presidência no Brasil? Agora mesmo um teve que dar muitas explicações. Após ser criticado por juristas e analistas, [Ciro Gomes, candidato do PDT](#), afirmou que as declarações de que, se eleito, colocaria o Judiciário e o Ministério Público de volta em suas “caixinhas” foram tiradas de contexto para gerar intrigas. Na ocasião, também disse que o [o ex-presidente Lula "só teria chance de sair da cadeia se a gente assumir o poder"](#). A gente quem? Fala que o “é gente quando assumir o poder”, se referia aos democratas que o apoiariam. Que democratas são estes? Os do saco de gatos com quem está se reunindo? Tirando os exageros dos ditadores que cita, como Maduro e Ortega, suas atitudes precisam demonstrar mais sinceridade do que suas desculpas depois que dispara suas sandices. Num país democrático lugar de ladrão é na cadeia e decisões judiciais ou do Congresso Nacional, em respeito a

Constituição, devem ser acatadas. Por estas e outras que há temor sim sobre a formação das alianças para a conquista do poder a qualquer preço. O palanque onde subiu o pedetista no Pará e a fotografia do Centrão que rodeia Alkmin, só confirmam relatório feito pela Polícia Federal: Estados das Regiões Norte e Nordeste lideram, proporcionalmente, o ranking de crimes eleitorais cometidos nas seis últimas eleições. A permanência do voto de cabresto e a compra ou troca de votos, é vergonhosa herança que permanece. É educativo e esclarecedor o editorial do Estadão: “Seja pelas vinculações dos eleitores com a máquina pública, seja pela exploração da pobreza ou da sem-vergonhice, quando um voto pode valer um prato de comida, um pé de botina, uma dentadura ou um botijão de gás, fato é que, mais de três décadas após a redemocratização do País, a compra de votos e o voto de cabresto não romperam os grilhões do passado e ainda desafiam o viço de nossa democracia no século 21. Mas não é só nas cercanias do país. Nos grandes centros, inclusive nos Três Poderes, troca-se voto por emenda parlamentar, cargos e ministérios ou nomeações para um Tribunal Superior. Temos um antídoto. Voto secreto, independente, consciente. Antes era a saúva. Agora varremos os corruptos, cínicos e oportunistas ou eles continuarão aboletados no poder destruindo o Brasil. Infelizmente. Direto de Brasília, José Woitechumas.

Xadrez da lógica do PT com as eleições, por Luis Nassif

<https://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-da-logica-do-pt-com-as-eleicoes-por-luis-nassif>

1.2K

Luis Nassif

Na terça-feira participei de uma reunião com estrategistas da Executiva do PT. O tema principal da conversa foi a decisão de manter a candidatura de Lula até o último momento.

No geral, concordam com todos os riscos apontados no artigo "[Xadrez da maior aposta de Lula](#)". Mas levantam argumentos sólidos a favor da tese da candidatura de Lula. Em todo caso, o que se tem, na opinião abalizada de um dos presentes, é uma nova etapa, caótica e imprevisível como foram os anos 30 e 80, tornando impossível definir como será o novo.

Peça 1 – os ativos do PT

Os dois principais ativos do PT são:

1. **Eleitoral:** garante as eleições imediatas.

É o partido com maior número de eleitores e o candidato, Lula, favorito absoluto para as próximas eleições. Mas tanto o governo Dilma quanto o candidato Lula alvos do golpe do impeachment, tentando impedir sua candidatura. Atropelando a Constituição e as leis, o golpe tenta impor uma derrota eleitoral a Lula.

2. **Político:** garante a perenidade do partido.

No caso de Lula-PT, seu acervo político é o projeto de desenvolvimento social do partido, já testado e aprovado no período Lula, com defesa da produção nacional e da distribuição de parte dos benefícios do desenvolvimento. É o que legitima partidos, garantindo sua perenidade.

A intenção do golpe não foi apenas inviabilizar eleitoralmente o PT, mas matar politicamente Lula. É o que explica os abusos reiterados contra seus direitos, desde os factoides dos pedalinhos até a invasão da sua casa, revirando até sua cama, o grampo nos escritórios de advocacia que o defendem, a condução coercitiva e a sequência monumental de acusações repetidas por todos os meios de comunicação.

E, no entanto, o resultado final representou uma derrota política do golpe. O movimento tornou explícitas as jogadas políticas no Judiciário, Ministério Público, Executivo, Mídia, vitimizou Lula, gerou reações internacionais, aumentou sua popularidade e aprovação, conferindo-lhe uma vitória política expressiva. Prenderam o homem, nasceu a lenda.

A intenção da candidatura Lula, para o PT, é preservar esse ativo.

Peça 2– os problemas da frente ampla

Como partido nacional, o PT padece das mesmas dificuldades do federalismo brasileiro: como manter a unidade nacional e, ao mesmo tempo, atender às peculiaridades de cada estado e cada candidato ao governo, cada qual montando seu arco de alianças?

Há convicção na Executiva do PT que, se não fosse o movimento em torno de Lula, o partido teria se dividido em arquipélagos regionais. Portanto, o **primeiro motivo** da candidatura Lula foi manter o PT unido.

O **segundo motivo** – e mais relevante – é a preservação da vitória política. A história está repleta de precedentes de partidos que abdicaram da disputa política e não mais se recuperaram. É o caso do PC italiano e do próprio PCB brasileiro pós 64, que perdeu o protagonismo na esquerda, sendo substituído pelo próprio PT.

No entendimento dos estrategistas do PT, montar uma frente de esquerda e entregar a cabeça de chave a alguém de fora do partido seria jogar fora o protagonismo futuro do PT. Ou, na expressão de um dos estrategistas do PT, “estariamos entregando de bandeja ao pacto autoritário a nossa visão de futuro. Assim, o golpe se materializaria”.

O **terceiro motivo** foi o fato do PT, e Lula, terem se aproximado novamente das bases, das quais se afastaram no período em que foram poder. As caravanas e conferências e, especialmente, o contraste violento com o governo Temer, os abusos contra Lula, elevaram sua mística a níveis inéditos entre as classes de menor renda.

As pesquisas qualitativas, mesmo as manifestações espontâneas em diversos locais públicos – como a rodoviária de Brasília – mostram o mesmo discurso da parte dos entrevistados: lembram o que ganharam no governo Lula, o que estão perdendo agora e encaram a volta de Lula como único ponto de esperança. O tema comum é: “Eu quero meu futuro de volta”.

Há a identificação cultural e afetiva com o homem do povo, fruto do carisma pessoal de Lula. Mas há também uma base profundamente material, reforçada pelo desalento atual com o desemprego e com a deterioração dos níveis de emprego.

Se Lula abrir mão da candidatura, poderá ser encarado como traição. Se for impedido de se candidatar, reforçará os laços com a base.

Há um **quarto motivo**, a resistência a Ciro Gomes devido à sua trajetória política errática, pelas posições que tomou, de claro antagonismo ao PT e a Lula.

Peça 4 – os trunfos

Há esperanças vagas de que os tribunais não impeçam a candidatura Lula. Aferram-se ao caso Rosa Weber, que não acolheu representação do MBL para julgar antecipadamente o direito de Lula se candidatar. Seria um indício de que não haveria veto prévio à candidatura de Lula.

Avança-se também na conversa com partidos de esquerda mais próximos.

- Com PCdoB há alguma ambiguidade. Mesmo que a cúpula vá com Ciro, a base é lulista, devido à penetração de Lula no Nordeste. O PCdoB precisará desse lastro nas eleições de Flávio Dino, no Maranhão, e da senadora Vanessa Graziottin, no Amazonas.

- Com PSB a diferença é mais profunda. O novo PSB, que votou contra a reforma trabalhista, é essencialmente nordestino. No Sul, o PSB é mais conservador. Em Minas, a candidatura de Márcio Lacerda poderá atrapalhar o governador Fernando Pimentel. O divisor de águas é Pernambuco, estado no qual o PSB precisará muito do PT, devido à possível candidatura de Marília Arraes. Fechando o acordo, o PT abrirá mão da sua candidatura.

No plano programático, foram anunciadas as cinco ideias centrais da campanha:

- Soberania popular
- Nova era de direitos
- Pacto federativo
- Novo modelo de desenvolvimento
- Transição ecológica para século 21

A entrevista de Fernando Haddad à Folha de hoje explicitou a proposta de casar responsabilidade social com ideias contemporâneas, de buscar a isonomia social através de leis e políticas testadas em grandes economias de mercado. Em suma, fugir da dicotomia rico x pobre, para modernos x anacrônicos.

Aliás, os setores liberais mais modernos já estão aceitando até acabar com a excrecência de isenção fiscal para ganhos de capital e dividendos.

Peça 3 – as agruras da direita

Considera-se que direita tem a força, mas não tem a legitimidade.

De uma lapada só o golpe liquidou com o pacto social de Lula, com a Constituição de 1988 e com a herança de Vargas. Foi gestada pelo PSDB, com a Ponte para o Futuro, implantada no governo Temer e será aprofundada no governo Alckmin.

É um projeto de poder que consiste em:

- Venda das riquezas naturais
- Privatização selvagem
- Apropriação da renda do trabalhador e dos fundos sociais.
- Eliminação das políticas sociais.
- Destruição do conceito de nação.

Esse projeto não pode ser explicitado eleitoralmente, exigindo enormes malabarismos retóricos de seus defensores.

Na avaliação dos estrategistas do PT, a situação da direita é mais periclitante:

- **O quadro internacional.**

A linha golpista dificilmente terá apoio do quadro internacional, devido ao acirramento da desglobalização. A Ponte para o Futuro tinha unidade de interesses externos e internos. A eleição de Donald Trump embolou. Agora, ficou difícil reconciliar o velho pacto do Real.

- **A armadilha recessiva.** Golpismo não conseguiu se legitimar economicamente. Antes, as pessoas acreditavam que o desemprego era um problema de cada um. Agora, tornou-se claro que é um problema estrutural,

de política pública com 28 milhões de pessoas procurando trabalho e até os que trabalham não tendo mais segurança.

- **As propostas em off**

A direita não conseguiu produzir um projeto de país, uma visão de futuro minimamente razoável, nem um candidato competitivo. O único nome em que apostam, agora, é Geraldo Alckmin, que, na campanha, terá de esconder não apenas a natureza de suas propostas, como as alianças com o fisiologismo mais nefasto da República e as ligações com o governo Temer. É pouco?

Peça 4 – o plano B

Por tudo isso, a ideia é levar a candidatura Lula até o último momento. Sabem dos riscos, da aliança do golpe que junta Judiciário-mercado-mídia-Temer-PSDB. Mas entendem que o risco maior seria a esquerda passar por diluição no momento em que a direita radicaliza seu programa.

Para agosto, estão programados eventos em todo o país, pela libertação de Lula.

Se o Judiciário explicitar o estado de exceção e negar o registro, nesse caso lançar-se-á um candidato do PT que será a sombra de Lula. Terá que ter personalidade, lealdade, e, ao mesmo tempo, se limitar a ser o intermediário da palavra de Lula. Na campanha, ele falará em nome de Lula e dirá que todas suas decisões são decisões de Lula.

Há convicção de que o ungido teria condições de passar para o segundo turno.

As pesquisas de opinião são amplamente favoráveis a Lula.

Há duas regiões que se equilibram: Nordeste, com o lulismo avassalador; e São Paulo com sua dose de antilulismo. Mesmo assim, notam-se melhorias do apoio a Lula no estado.

No Sudeste – Rio, Minas Gerais, Espírito Santo – a situação é favorável. Pesquisa recente em Minas, feita pelo PSB, mostrou Lula com 43% das intenções de voto contra 30% da soma dos demais.

As incógnitas são o Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e o centro-oeste. Por lá, região mais conservadora do país, observa-se um crescimento surpreendente da candidatura Lula.

Mesmo assim, a expectativa maior é de derrota do segundo turno. Mas, na opinião dos estrategistas, evita-se o pior dos mundos: entrar em uma frente de esquerda, ser derrotado e perder a base social.

Resumo

No último Xadrez apresentei todos os riscos da candidatura Lula. Neste, os argumentos em favor da sua manutenção. O PT segue a lógica normal da sobrevivência partidária e de seu projeto de país.

O leitor que pese os argumentos de lado a lado e tire suas conclusões.

Ciro, para o seu próprio bem, deveria parar de dar entrevistas.

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/ciro-para-o-seu-proprio-bem-deveria-parar-de-dar-entrevistas-por-carlos-fernandes/>

Carlos Fernandes - 25 de julho de 2018

Ciro Gomes. Foto: Divulgação/Twitter

Existe um ditado muito empregado nos profundos rincões nordestinos que diz que “*bem fala quem bem cala*”. Cearense que é, **Ciro Gomes** deveria dar mais ouvidos à sabedoria popular de seu povo.

Numa esclarecedora entrevista ao jornal Valor Econômico, **Ciro** mostrou, mais uma vez, que o seu discurso molda-se ao sabor da orientação de quem o está entrevistando.

Pela intensidade da dicotomia de pensamento, pode ser um caso único no mundo.

Se alguém comparasse com o que foi dito na sua palestra aos líderes sindicais há menos de uma semana, um leitor desavisado poderia jurar que se trata de dois candidatos de campos ideológicos frontalmente opostos.

Mas como a sua incontinência verbal já deixou de ser exatamente uma novidade desde eleições passadas, o que realmente assombra é o fato dele mesmo ainda não ter percebido o mal que isso causa invariavelmente às suas próprias campanhas.

Ciro continua fazendo as mesmíssimas coisas, e como tal, colherá, por óbvio, os mesmíssimos resultados.

Só que dessa vez a coisa ainda é pior.

Após levar um “passa moleque” do “Centrão”, Ciro, gratuitamente, volta a metralhar o PT num jornal do grupo Globo.

Parece ainda não ter percebido que essa mesma direita já mostrou que, além de não confiar nele, já possui candidato constituído, o santo Geraldo Alckmin.

Ainda que de esquerda não seja, é indiscutivelmente na esquerda a sua única e remotíssima possibilidade de chegar ao segundo turno.

Atirar contra o Partido dos Trabalhadores nesse momento, inclusive afirmando que Lula, de seu cárcere, estaria “orientando” Valdemar Costa Neto, é das mais cabais provas de inabilidade política já demonstrada até o momento.

Só para se ter ideia do abismo que separa o estilo Ciro Gomes de fazer política com a real possibilidade da tão alardeada “unidade das esquerdas”, basta mencionar que ao mesmo tempo em que o ex-governador do Ceará detonava a “burocracia petista”, Fernando Haddad – coordenador da campanha de Lula e integrante dessa suposta “burocracia petista” – em entrevista ao El País dizia que mantinha “*excelentes relações*” com Ciro e que tem “*muito respeito e admiração pelos Ferreira Gomes*”.

São formas honestas, sinceras, legais e legítimas de se construir e preservar pontes. Ciro, com a sua truculência, dinamita-as.

Haddad, inclusive, não descartou uma aliança com Ciro Gomes. Questionado, afirmou que essa hipótese não teria “morrido na praia”, mas apenas continuava parada “na ilha”.

Dado o fato de que o PT terá inquestionavelmente um candidato, o que Haddad pode ter dito, sem dizer, é que se de fato Ciro quiser uma verdadeira união da

esquerda, o posto de vice na candidatura que está à frente de todas as pesquisas poderia lhe ser oferecido.

Seria, inclusive, a forma mais segura e garantida do candidato do PDT subir a rampa do Palácio do Planalto no dia 1 de janeiro de 2019.

Caso prefira se manter no comando de seu Titanic, convém economizar na sua verborragia se não quiser ver aprofundar os seus índices nas pesquisas eleitorais.

Só para lembrar, em 15 de abril, segundo o Datafolha, Ciro pontuava inexpressivos 5%. Dois meses depois, em 28 de junho, o Ibope o trazia com míseros 4%.

Para evitar a colisão com o iceberg de ser um mero erro estatístico, seria interessante falar menos e ouvir mais os ruidosos avisos emitidos pelos números.

Novo Crowdfunding -A

III PESQUISAS

26 DE JULHO DE 2018, 11H28

Pesquisa CUT/Vox Populi: Com 41%, Lula segue disparado e seria eleito no primeiro turno

<https://www.marica.rj.gov.br/2018/07/13/prefeitura-entrega-ceo-e-clinica-de-ortodontia/>

A soma de todos os demais candidatos atinge 29%: Bolsonaro, 12%; Ciro Gomes, 5%; Marina Silva, 4%; Geraldo Alckmin, 4%; Manuela D'Ávila, 1%; Álvaro Dias, 1%; outros, 2%



(foto: Ricardo Stuckert)

Por Redação

Apesar de estar preso há mais de 100 dias na sede da Polícia Federal, em Curitiba, o ex-presidente Lula atingiu 41%, continua disparado nas intenções de voto e seria eleito no primeiro turno, caso as eleições fossem hoje, segundo nova rodada de pesquisa CUT/Vox Populi, realizada entre os dias 18 e 20 de julho. Nas simulações de segundo turno, Lula também derrotaria qualquer adversário por ampla margem de votos. As informações são da [CUT](#).

Pesquisa estimulada

No cenário estimulado, quando os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados, as intenções de voto em Lula aumentaram para 41% contra 39% registrado em maio.

Já a soma de todos os outros adversários alcançou 29%, segundo o levantamento, divulgado nesta quinta-feira (26).

No segundo lugar, com praticamente um terço das intenções de votos de Lula, está o deputado Jair Bolsonaro (PSL), que se manteve com 12%; seguido por Ciro Gomes (PDT), que alcançou 5%. Marina Silva (Rede) caiu de 6% para 4%, empatando com Geraldo Alckmin (PSDB), que também registrou apenas 4%.

Manuela D'Ávila (PC do B) e Álvaro Dias (Podemos) têm cada um 1% das intenções de votos. Os entrevistados que disseram que irão votar em outros candidatos são 2%. O percentual dos que não vão votar em ninguém, brancos e nulos totalizou 18% e não sabem ou não responderam, 12%.

Nordeste

Na região Nordeste, o ex-presidente Lula tem 58% das intenções de votos, contra 8% de Ciro, seguido por Bolsonaro, com 7%. Alckmin aparece com 3% e Marina caiu de 6% para 2%. Os demais não pontuaram.

Aumentam as intenções de votos no Sul

No Sul, aumentaram de 31% para 34% as intenções de voto em Lula. Em segundo lugar aparece Bolsonaro, com 19%, seguido por Álvaro Dias, que caiu de 10% para 5%, empatando com Ciro Gomes (5%). Marina e Alckmin também aparecem empatados com 4% cada. Manuela tem 1% e outros 4%.

No Sudeste, Lula tem 33% das intenções de voto contra 12% de Bolsonaro. O candidato tucano, Geraldo Alckmin, apesar de governar São Paulo por quase 14 anos, aparece com apenas 6% das intenções de votos na região. Marina tem 4%; Ciro 2%; Manuela e Álvaro Dias 1% cada; e outros 3%. O percentual dos que não vão votar em ninguém, brancos e nulos atingiu o maior índice no Sudeste, sendo a opção de 25% dos entrevistados.

Centro-Oeste e Norte

Nessas duas regiões, Lula também é o preferido pelo eleitorado e tem 39% das intenções de votos. Em segundo lugar aparece Bolsonaro com 17%, seguido por Marina (8%); Ciro (6%); Alckmin (2%); Álvaro Dias (1%); e outros (1%).

Cenário espontâneo

Na pesquisa espontânea, Lula também está bem na frente dos demais candidatos.

O ex-presidente passou de 34% para 37% das intenções de votos. Bolsonaro se manteve em segundo lugar, com 10%; Ciro tem 3%; Alckmin caiu de 3% para 2% e segue empatado com Marina Silva (2%) e com o ex-presidente FHC, citado por 2% dos entrevistados.

Joaquim Barbosa, Sergio Moro, Aécio Neves, Eduardo Jorge e Álvaro Dias aparecem com 1% das intenções de voto cada.

Os que disseram que vão votar em outros candidatos alcançaram 3%.

Ninguém, brancos e nulos 18% e não sabem ou não responderam 18%.

Segundo turno

Nas simulações de segundo turno, Lula derrotaria todos os adversários com tranquilidade.

O ex-presidente tem 50% das intenções de votos contra 16% de Bolsonaro (em maio Lula tinha 47% e Bolsonaro 16%).

Lula também ganharia com folga da candidata da rede com 50% dos votos contra 12% de Marina (em maio o placar era de 45% contra 14%).

Contra Ciro, o resultado é semelhante. Lula tem 50% das intenções de voto e o candidato do PDT apenas 11%.

Já quando o adversário é Alckmin, o ex-presidente Lula passa dos 50% para 52% das intenções de votos contra apenas 10% do candidato tucano (em maio, Lula tinha 47% contra 11% de Alckmin).

A pesquisa CUT/Vox Populi foi realizada com brasileiros de mais de 16 anos, residentes em áreas urbanas e rurais, de todos os estados e do Distrito Federal, em capitais, regiões metropolitanas e no interior, de todos os estratos socioeconômicos.

Foram ouvidas 2.000 pessoas, em entrevistas feitas em 121 municípios.

Estratificação por cotas de sexo, idade, escolaridade e renda. A margem de erro é de 2,2 %, estimada em um intervalo de confiança de 95%.

[Confira aqui a íntegra da pesquisa:](#)

um sistema político sem povo

Por Ceci Juruá – Economista RJ

Decididamente assistimos, por ocasião destas eleições de 2018, o ato final de divórcio entre o povo e as cúpulas dos partidos que, em conjunto, formam o sistema político brasileiro.

Por isto não há chapas completas, nenhuma, para as eleições presidenciais. Os atuais candidatos à presidência da República ainda estão desprovidos do companheiro indispensável, aquele que poderá ocupar o cargo de vice-presidente da República. Tampouco para a governança dos estados. E paira ainda a indefinição sobre quem serão os candidatos a senador em vários dos estados brasileiro.

Em São Paulo, um ex-governador e membro da cúpula do PSDB paulista acusava, em outubro de 2017, o atual candidato a governador -

"" Ele promove licitações e o Tribunal de Contas constata que em todas as licitações – e a última foi de varrição, que inclusive foi cancelada a licitação –,

todos os editais já estão pré-determinados para as empresas que vão ganhar", acusa. "Esse é o homem que se diz puro, limpo, gestor, que não tem nada a ver com políticos. Ele é político sim, mas dos piores políticos que já tivemos aqui em São Paulo", diz Goldman. "" (in RBA, acessado nesta data, 27-07-2018)

Este vídeo está circulando na rede, os dois contendores continuam a não se entender. No PSDB de São Paulo !

A lição que se pode tirar do atual momento político é que os partidos, as dezenas de partidos políticos, não representam mais segmento algum da população brasileira. São agrupamento de pessoas que, simplesmente, disputam o poder de Estado, cada uma com objetivos próprios, desconectados da sociedade.

Porque não tem mais representatividade social, e porque seus membros representam indivíduos e grupos restritos, não há como resolver as divergências internas. Estão esfacelados! Sendo assim, se esta hipótese se comprovar, os partidos são, hoje, atores coletivos sem condição legítima de governar o conjunto ou parcelas da sociedade brasileira.

Como o povo brasileiro é inteligente, tem bom senso, este povo nega-se a legitimar pelo voto o atual (não)sistema político, negação registrada na pesquisa Vox Populi divulgada hoje. 60% da população não quer votar, não vai votar, ou vai votar nulo, não tem candidato algum para eleições que devem se realizar no prazo aproximado de dois meses!!!

Isto não é novidade no cenário político do Brasil. Há noventa anos, realizavam-se, no estado de São Paulo, eleições que passaram à história como sendo "o bacanal da fraude", ápice histórico das eleições a bico de pena do Império e da República Velha. Esta história está contada no blog de Bernardo Schmidt, como reprodução do jornal O Patativa. Ver: <http://bernardoschmidt.blogspot.com/2011/08/as-eleicoes-municipais-de-sao-paulo-em.html>

Dali retiro o texto abaixo (grifos meus em amarelo):

Ouve-se, hoje, contudo, generalizado apelo em prol da democracia. Proclama-se, entretanto, a democracia mas não se a exercita. O êxito da democracia não está simplesmente no exercício do sufrágio eleitoral, por força de lei que garanta o recebimento livre do voto, a sua regular e rigorosa apuração, mas não impede as manobras com as quais se coarcta a liberdade moral do eleitor. O mal brasileiro não é, todavia, de natureza eleitoral. O mal de que o povo se queixa está na ação do partidarismo político, infiltrado na administração, corrompendo-a, obrigando governos, os mais intencionalmente dispostos a acertar, os mais intencionalmente honestos, a deixar de ser governos pela lei para se tornarem governos de “fiats” arbitrários. São os partidos políticos denominados, pelo próprio chefe e alto representante de um deles, “partidos trampolins do poder, partidos agências de colocação”, explorando o voto, abusando da rudimentar instrução e educação do meio, que contribuem para o mal nacional. Desses partidos não saem estadistas. Prevaecem, no seu seio, os verdadeiros agenciadores de empregos, os que não alcançam a realidade das cousas nem se apercebem da fatalidade dos movimentos sociais.

Qualquer um poderia aplicar este texto à interpretação do momento atual no Brasil. Democracia exige partidos políticos voltados para o bem comum, para a gestão dos interesses nacionais, para a defesa do território nacional e de suas riquezas naturais, para a melhoria das condições de vida de seu povo.

Não existem mais no Brasil partidos assim. Aptos a exercer o governo e a respeitar a soberania popular. O voto livre. O voto que elege preferências e prioridades de um governo democrático. Partidos com qualidades que o legitimem não existem entre nós há algumas décadas. O marco inicial do que pode ser considerado o início da decadência do sistema político brasileiro, talvez tenha sido o anúncio pelo Presidente da República do PND-Plano Nacional de Desestatização, em 1990, nos tres primeiros meses de governo, sem debate prévio com a sociedade. A população e o eleitorado não foram informados previamente, durante a campanha eleitoral, que havia um plano de tal envergadura.

Sabe-se lá com que astúcia da época, o fato é que o PND foi aprovado celeremente. E tres empresas estratégicas foram logo logo privatizadas. A CELMA, a CSN e a VALE DO RIO DOCE. Lá se foram, nos anos 1990, tres esteios da industrialização do século XX, a Siderurgica Nacional a Companhia

Vale do Rio Doce, duas realizações do governo Vargas, pontapé inicial na produção de aço a partir do minério de ferro abundante em território brasileiro. A CELMA, principal empresa de manutenção de motores de avião na América do Sul, foi repassada à GE, em leilão com um unico participante. Eu diria hoje que este foi um dos primeiros passos na direção da desnacionalização da EMBRAER !

Desde aqueles tempos - a virada dos anos 1980 para a década seguinte- nota-se a deterioração e o inicio da decadencia do sistema político, sinalizados pela falta de representatividade social dos partidos. Pela ausência de democracia interna, em todos os partidos políticos. Pelo não respeito às preferencias manifestadas pelo eleitor. Assim chegamos ao golpe de maio de 2016, que eliminou a soberania do voto direto e universal.

Mais incrível também é que se destruam empresas quase centenárias, sempre que genuinamente brasileiras, usando como argumento as ilicitudes comprovadas ou não de alguns proprietários ou diretores. Sem a consideração e análise dos efeitos perversos dessa destruição, sobre a economia e sobre a sociedade. No entanto, não se eliminam para fins de reconstrução os partidos políticos sobre cujos chefes e líderes do "clã" parem muitas suspeitas, muitas provas, muitas acusações, muitos inquéritos, etc.

Porque esse tratamento diferenciado? para as empresas brasileiras a guilhotina, para os partidos políticos o perdão, a anistia ?

-
Notícias, Informações e Debates sobre o Desenvolvimento do Brasil: -

www.desenvolvimentistas.com.br

27 DE JULHO DE 2018 BY PAULO FÁBIO DANTAS NETO

Rotas eleitorais para uma democracia em trânsito

<http://rodademocratica.com.br/2018/07/27/rotas-eleitorais-para-uma-democracia-em-transito/>



by Jeremy Fischer

Route Jaune,

Paulo Fábio Dantas Neto

Desde maio de 2017, quando houve a primeira tentativa de derrubar o governo Temer, o país entrou num ponto morto, apesar da pulsão de confronto que acomete aquelas facções da elite política onde estão vencedores ou vencidos que ainda não viraram a página do impeachment de 2016. O enredo da trama reiterativa do trauma beneficiou-se da instabilidade provocada pelas investidas da Lava Jato e de parte influente dos meios de comunicação contra o grupo político do Presidente e de fato conseguiu eclipsar o enredo da recuperação e da travessia, que durante seu primeiro ano o governo engatara com certo êxito. Mas a coalizão de veto não logrou substituir, no cotidiano dos brasileiros, a partitura da travessia pelas do dilúvio e do apocalipse. A marcha-a-ré também travou e aqui estamos, numa situação que avaliza a metáfora do ponto morto mas já no limiar do engate de uma marcha lenta para nova partida, com a chegada da fase decisiva dos acordos e desacordos eleitorais.

Institutos de pesquisa têm providenciado o argumento que ainda faz render a novela da “faxina” e do “golpe”. As performances de Lula e Bolsonaro são filhas da insistência de se submeter ao público do pré-jogo cenários de polarização e fragmentação radicais que já não correspondem aos movimentos reais que, fora dos dois nichos, se dirigem à contenção dos discursos e à busca de alianças eleitorais. Com a convergência que ora se consolida em torno do candidato do PSDB os institutos indutores serão induzidos a trocar o disco para sintonizarem a nova música. Assim, outubro vai se firmando no horizonte político como encontro esperado, que vale ponto, mesmo cheio de ressalvas e sobressaltos.

A pinguela balança mas não cai e a caravana vai passando. Não chega a ser um samba popular de partido alto nem a pista é avenida larga, mas o eleitor terá como cantar seu chorinho por ruas e ladeiras cujos paralelepípedos seguem inteiros e no lugar. Alguns serão retirados se – e somente se – o eleitor quiser e do modo que pregava Joaquim Nabuco: a nível e compasso, um a um, como foram colocados. A transição a algo novo, um novo cujos traços ainda são em boa parte ignorados, segue na marcha do método conservador, por isso irá além de outubro, mas não parece que será evitada.

Houve danos, há sequelas. O que poderia ser construção tornou-se resistência, devido a revezes impostos pela Lava-Jato ao sistema político e também à pouca virtú da elite política. Disparando fogo amigo e inimigo contra o governo ela agiu na contramão do entendimento e da moderação, virtudes da nossa tradição política que o governo procurava praticar. Por outro lado a elite política insistiu no cultivo do lado não virtuoso, patrimonialista, da mesma tradição, sem nesse caso se poder excetuar a facção governante, muito pelo contrário, a julgar pelo rol de novos residentes de Curitiba.

Os fogos amigos e inimigos partiram de atiradores situados muito além do previsível e proverbial populismo de Jair Bolsonaro. A oposição de esquerda alvejou, por exemplo, a Petrobras que seus ícones políticos já haviam alvejado quando eram governo e pediu, sem recato ou cerimônia, a volta da política antiga. O Presidente da Câmara, na greve dos caminhões, violou a matemática e, como em outros momentos, também a ética da responsabilidade, como se a desmoralização do governo pudesse servir de trampolim para um salto pessoal que poderia ser mortal para a instituição que preside. E o partido dos tucanos, de um modo geral, não se conduziu à altura do compromisso público que assumiu ao emprestar o peso da sua influência à viabilização do impeachment.

Tomo esses exemplos como representativos da atitude mais visível na elite política quanto ao destino do pacto que levou Temer ao governo. O conjunto revela padrão deficiente de interação política. Se escapamos de ardis dos amantes de esquinas e teremos eleições, elas decerto avaliarão esse padrão.

Talvez pela consciência desse fato tem havido correções de rota à medida em que se aproximam datas decisivas do calendário pré-eleitoral. Isso ocorre tanto no profissionalíssimo ambiente do chamado Centrão como no da articulação, ao mesmo tempo periférica e crucial, do chamado Polo democrático e reformista. Dois blocos de forças, ao tempo em que se unem e tornam competitivo o candidato tucano, iniciam uma competição interna à aliança. De um lado, quatro ou cinco partidos do Centrão ou a ele ligados (DEM, PP, PR, PRB e talvez SD) e do outro cinco do Polo (PSDB, PSD, PPS, PV, PTB). A hipótese de que alguns desses partidos transitem entre um bloco e outro faz parte do jogo. O árbitro central, desde a preliminar, será o candidato, mas o juiz de vídeo já será o eleitor. Em caso de vitória eleitoral, o campeonato seguirá até a montagem e exercício do governo. Aí o árbitro central recrutará mais auxiliares dentre aqueles que passarem pelo crivo eleitoral preliminar do árbitro de vídeo. Em caso de derrota, os juízes serão outros e não se sabe se o jogo também será.

Há ainda a considerar que antes do eleitor entrar em cena três outros jogadores, de variáveis relevos, ainda podem entrar nesse time dos sonhos do sistema político: o MDB, o PSB e o Podemos. Aqui não incluo a Rede, face ao seu perfil de estilingue e por mais motivos que serão comentados adiante.

O MDB poderá dar agora aos antigos aliados o apoio que lhe foi negado por eles a partir de 2017. Aliás, se o partido mantém um pré-candidato à parte, o governo não lava as mãos e já atuou para tirar o Centrão de Ciro e jogá-lo para Alckmin. Cedendo aos fatos o MDB poderá fazer o entendimento abrindo mão da primazia e reconhecendo a provisória posição de maior força do outro parceiro grande, no caso o PSDB. Esse último, fiel ao seu estilo, não cortejará o MDB em público para além das formalidades. Nem o PSDB nem o Centrão fazem, por ora, questão de passar recibo do apoio de um MDB com alta expertise em ser decisivo, sendo fiel da balança. Mas os tucanos sabem que sem aquela geni não consolidarão a posição predominante. O MDB, ainda virtual aliado, já é relevante sócio oculto e, a essa altura, ansioso para sair da posição de primeira vidraça.

Quanto ao PSB, as duas canoas em que pôs seus pés desde 2015 (a do impeachment e a do lulismo) parecem agora ser embarcações impróprias para levar o partido a um porto seguro. Se voltasse à primeira canoa, apoiando Alckmin, prestaria louvável serviço ao polo democrático e reformista que tenta levar o candidato a posição centrista, sem adernar à direita. Mas se arriscaria a perder suas posições eleitorais no nordeste, preço alto demais. Se ficar na segunda canoa pode prestar um serviço aos moderados do PT mas se arriscará, junto com eles, a ser tragado pelo abraço de afogado de Lula, que tentar interceptar a recepção dos socialistas a Ciro Gomes. Mas como o casco grosso dessa óbvia terceira canoa também parece ter furos, o partido pode até optar por não optar. O liberou geral já vigora e ninguém segura mais, haja ou não uma votação na cúpula ou até um candidato próprio.

A questão do Podemos é menos complexa. Entre a sua busca de vencer a cláusula de barreira por uma articulação nacional e o voo solo de Álvaro Dias a primeira tende a prevalecer, formalmente ou não. Sinal de que, em meio aos seus pesares, o sistema político produz regras que, no intuito de conservar a competitividade de atores tradicionais, acabam reforçando a institucionalização do sistema partidário contra scripts personalistas. Um bem público colateral, derivado de vícios privados gerais.

Se o time de Alckmin ganhar esses jogadores – mesmo pontual e oficiosamente, graças a liberou geral para dissonâncias estaduais no MDB e no PSB -, o arco político que viabilizou o impeachment estará politicamente recomposto, por mal traçadas linhas e ao preço de uma crise que se arrastou mais do que precisaria. O novo seria a troca de pilotos, saindo o MDB, entrando uma sociedade entre PSDB e Centrão. Possível implicação dessa troca é a criação, em 2019, caso Alckmin vença, de situação análoga à que em 2003 levou Lula, em busca de base parlamentar, a rejeitar o PMDB como aliado preferencial para montar o balcão varejista mais tarde conhecido como Mensalão. No Brasil pós-Lava Jato, se o PSDB não tiver repertório alternativo a esse varejo – repertório político, não bom mocismo udenista ou tecnocrático – poderá ter mais dificuldades do que teve o PT àquela época.

O êxito da aliança de Alckmin em fazer acordos pragmáticos com alguma convergência programática prevalecer sobre projetos eleitorais isolados depende do apetite prévio dos eleitores corresponder à intenção dos cozinheiros. A campanha terá que ser contundente na polêmica e eficaz nos bastidores para retirar clientes e fornecedores da mal assombrada cozinha que Bolsonaro abriu à sua direita.

Luta interna também já se dá na cozinha da esquerda, onde labutam difusores dos fantasmas de 64. Ali enfrentam-se os que prestam atenção nas nuvens para também rever as suas rotas e os que navegam naquelas, tentando que a realidade desista de si mesma em favor da narrativa catastrófica.

Exorcizando fantasmas

Se é para olhar pelo retrovisor, ponhamos colírio na memória. Com o golpe de 64 instalou-se, como se sabe, um regime autocrático que depôs, além do presidente, governadores e prefeitos; cassou mandatos parlamentares e, em certo momento, até fechou o Congresso; dissolveu partidos e cancelou eleições marcadas; censurou a imprensa, cerceou a liberdade de reunião e manifestação; reprimiu e interveio em sindicatos, entidades estudantis e outras organizações da sociedade civil; usou violência física para excluir ativistas da cena política. Um núcleo militar, com apoio político e empresarial, ditou atos institucionais que feriam a Constituição, em seguida a revogou, fabricou uma nova e incluiu, na carta fabricada, o conteúdo do mais extremo dos atos institucionais, o AI-5.

O que há de semelhante ao que se dá em nossos dias? Os contrastes prevalecem na comparação. Mas é preciso admitir que, como em 1964, a política está sendo bloqueada. Isso não costuma sair grátis.

Afasto qualquer determinismo que queira fazer da história uma ciência exata da repetição. Friso é que métodos e qualidade da ação política fazem diferença para levar a desfechos diversos situações semelhantes de alta polarização no sistema político. Em 64, apesar da polarização política contaminar parte da sociedade civil, o cidadão comum, quando pesquisado, queria moderação. Já em 84, a polarização radical se desfez quando elite política e sociedade civil entenderam-se em torno de uma solução democrática, em sintonia com o eleitorado. A diferença é que em 64 a elite política e parte da sociedade civil não souberam, ou não quiseram, ler o recado do seu eleitorado. Visitas ao passado são úteis, não para buscar fantasmas, mas para fazer cada qual, antes de somar sua voz aos impropérios do dia, ver se é diverso o recado dos cidadãos e cidadãs de hoje, ou se facções políticas e corporações em confronto estão querendo arrastá-los a uma contenda que não é sua, atormentando, oprimindo e mediocrizando seus cérebros com a exumação de uma metodologia política morta.

Assim como desfechos de situações de polarização extrema podem variar conforme a lucidez e a direção da ação política, a polarização extrema, ao se prolongar sem desfecho, pode tornar-se padrão de relacionamento político capaz não só de produzir uma crise política, como de levá-la a desfecho

semelhante ao que tiveram, em outros tempos, processos críticos diversos e até opostos ao atual.

A polarização hoje não chegou a ganhar a sociedade civil, mas já a afetou o bastante para ligarmos a luz amarela. Convergência entre sociedade civil e eleitorado tende a democratizar o estado, mas há sinais de coisa diversa: setores da sociedade civil mobilizados para conflitos em curso na sociedade política; conflitos entre corporações do Estado e o governo; entre as próprias corporações; entre algumas delas e os partidos; entre partidos, é claro; e entre facções internas aos partidos.

Se o extremismo se tornasse padrão para lidar com esses conflitos, pouco serviria a análise concluir que há mais diferenças que semelhanças entre a crise de hoje (que opõe a democratização da democracia à sua tutela por corporações ou personalidades messiânicas) e a de 64, que pôs o Brasil numa esquina entre democracia e ditadura. Ganhando asas, o extremismo, em vez de ser contido pela fortuna da tradição moderadora, removeria a tradição do caminho pondo a roda da fortuna a seu favor. Se democratas sinceros – todos, e em especial os que se situam na esquerda – indagarem-se a favor de quem haverá mudanças por força de extremismos, remeterão o cabo de guerra a um museu.

A convergência no método do desentendimento permitiria, a grupos políticos e sociais que prevalecessem no cabo de guerra, impor uma fórmula política antes que o eleitorado indicasse a sua. Por isso, embora tratar de eleições possa até parecer prosaico aos olhos de quem se liga em fantasmas ou tramas de terror, é de eleições que tratarei agora.

Opções de rota política e cenários de segundo turno

Propus a ideia do ponto morto para negar que estamos numa esquina entre democracia e ditadura. Agora proponho a de uma rotatória na avenida, indicando 4 distintas rotas, a partir das eleições. Elas não resultam da genética política de pré-candidaturas. Para enxergá-las é preciso sair do fulanismo. A rotatória é onde agora estão as candidaturas e o eleitorado. Antes e durante o primeiro turno as candidaturas trafegarão, em vaivém, pela rotatória. Só quando o eleitorado escolher as que irão ao segundo turno saberemos que rotas ainda se poderá seguir e quais as que estarão descartadas.

Rota A: retomada do script institucional da Carta de 88 que foi, em geral, seguido de 1993 a 2013: amplo pluralismo político, significativa participação eleitoral, competição e alternância partidárias; crescente controle social de políticas públicas; balizamento institucional de atores políticos; controle mútuo e equilibrado entre os poderes da república; ampla liberdade de expressão. Nesse ambiente institucional cabem inflexões de política econômica em sentidos mais ou menos liberal, com maior ou menor contenção do estado; afirma-se o caráter laico do estado no trato com a cultura e direitos individuais; induz e promove uma mentalidade cosmopolita, tolerante e democrática na sociedade.

Rota B: derivação liberal conservadora à direita, do script de 88, na linha de restringir, em nome da ordem, da segurança e/ou conservação de certas

tradições, o espaço para inovações ampliadoras da participação política; de dar mais poder a instituições de controle, a molde do que Dahl chamou de “quase guardiania”; de restringir a capacidade de resposta do sistema a questões como defesa do ambiente, da diversidade cultural e sexual, da equidade entre gêneros e etnias; de arrefecer o combate institucional a discriminações e o reconhecimento de novos direitos sociais.

Rota C: derivação iliberal à esquerda, do script de 88, no sentido de acentuar linhas de reformismo social pela via estatal, desenvolvimentismo, redução de desigualdades, afirmação de direitos sociais e identitários. Apelo a formas de democracia direta para reduzir a centralidade da representação política, ou a vias plebiscitárias que concentrem, no Executivo, poderes derivados da representação.

Rota D: Retorno a um ponto inicial, mais estreito, da avenida da democracia, onde o trânsito pode ficar truncado por uma polarização extremada entre populismos/nacionalismos de diversos matizes e um liberalismo de forte viés elitista, termos característicos do contencioso ideológico do pré-64 e do seu imediato pós até 68, quando, em vez de se debater qualidade da democracia e da república, como se faz hoje, pregava-se ordem ou movimento; conservação ou reformas sociais, revolução ou reação.

A depender do sentido do voto no primeiro turno, as quatro rotas podem se combinar em seis cenários de segundo turno. Deles, o que vejo como, digamos, o mais virtuoso dentre os possíveis, é um segundo turno em que as duas candidaturas apontem à rota A. Nosso retrovisor se posicionaria em 2013, quando o país parou na rótula, para retomar a direção em geral seguida desde o pós-Collor.

Esse cenário benigno não é imediatamente visível, dado o clima de radicalização. Um Alckmin reciclado ao centro contra um Ciro lacônico ou um PT paz e amor não é no momento o mais provável por dois motivos: primeiro a presumida força do Centrão, que empurra Alckmin para a rota B. Se por essa rota poderá se celebrar o esvaziamento de Bolsonaro, é preciso ver o preço a ser pago por isso. O Centrão afastou-se do capitão por ter afinidade com outra pauta econômica e por afinidade do candidato com o discurso faxineiro. Mas leva a Alckmin a agenda social e cultural regressiva que compartilha com o capitão. Segundo complicador é Lula, que oscila entre ser o grande eleitor ou o anticandidato. Se prevalecerem o humor do preso e o pathos da fera acuada, a solução da ambiguidade dependerá, em parte, do desempenho de Alckmin. Se o tucano continuar patinando ou crescer pouco, o grande eleitor de Curitiba se animará com as chances de vitória do seu indicado. Se Alckmin decolar o anticandidato rifará qualquer indicado e se manterá na cena tentando melar o jogo.

Pelo que se supõe ser a cabeça de quem se fez e se crê mito, o pessimismo da razão manda contar com um PT em guerra até o fim do seu próprio mundo. Mas como em política há lugar também para o otimismo da vontade, não descartemos de todo que o político por vocação se imponha ao messias e em vez de celebrar o sermão da montanha ou evocar Canudos, Lula reze pela cartilha da

responsabilidade política e libere seu PT para ir às urnas, seja para encorpar a candidatura de Ciro, hoje eleitoralmente mais viável do que a de qualquer petista, seja para ter candidato próprio, com menos ressentimento e rancor. Nessa eventualidade, somada à da centro direita esvaziar o capitão populista sem herdar seu discurso e agenda, há a chance do segundo turno ocorrer dentro da Rota A.

Porém, possibilidade maior é a rota A disputar o segundo turno contra alguma das outras opções de rota (derivações do script da Carta de 88, à direita, ou à esquerda e o retorno ao marco zero). Dependendo de quem seja o outro contendor saberemos qual a outra rota possível de, nesse segundo cenário, ser votada no segundo turno. Esse cenário admite variações: poderemos ter A de Alckmin x C de Ciro (que também pode piscar para D); ou A de Alckmin x D de Bolsonaro (que também pode se deter na B); e a configuração de um petista ou um Ciro centristas em A contra um Bolsonaro em D.

O realismo manda ainda considerar como possível a Rota A ficar fora do segundo turno. Nesse caso poderão abrir-se outros cenários, todos mais complicados. Num deles – segundo turno entre as rotas B (derivação à direita) e C (derivação à esquerda) – estaríamos, depois de outubro, a meio caminho entre a continuidade e a ruptura do fio da democracia da Carta de 1988. Pensar em quem nesse caso apontaria à rota B leva-nos de novo a um Alckmin, agora em linha com o figurino da centro direita conservadora, capaz de esvaziar a candidatura mais radical de Bolsonaro. Já para ser a candidatura proponente da rota C ninguém se apresenta hoje melhor posicionado do que, outra vez, Ciro Gomes, desde que esteja acertado com o PT e também à vontade com o eleitorado lulista dos grotões.

Um quarto e um quinto cenários de rotas em disputa no segundo turno trariam potencial um pouco maior de ruptura do fio. Uma disputa entre as rotas B e D poderia se dar entre um Alckmin mais conservador contra um Ciro mais ousado no apelo populista, exumando a memória do primeiro Brizola, como já ensaiou fazer em discurso logo após a frustração de sua corte ao DEM e ao Centrão. Seria bastante arriscado para o script da Carta de 88, porém risco ainda maior traria o quinto cenário, de um confronto entre C e D, com Ciro sendo a opção menos radical e Bolsonaro um pós Lacerda.

Por fim, um sexto cenário supera todos os demais no potencial de esgarçar o fio da democracia de 88 e fazê-la regredir aos marcos de uma democracia populista. Seria, como anunciam profetas do apocalipse, um segundo turno entre dois contendores que proponham o retorno a esse marco zero (rota D), uma confrontação direta entre dois populismos, envernizados por retóricas de esquerda e de direita. Essa é a praia lacerdistas de Bolsonaro: bater-se com o lulopetismo na versão gramatical de Gleisi Hoffman. Duelo que Lula talvez aceite para tentar fugir de um naufrágio no seco, em Curitiba.

Dois fatores contribuem para que esse sexto cenário, embora improvável, esteja entre os possíveis: o desgaste do governo Temer, que deixa de ser eixo principal da aglutinação centrista e o isolamento da oposição de esquerda, sem discurso positivo e engessada pela miragem da candidatura de Lula. Daí que Gleisi e

Bolsonaros não deixarão de ligar o pisca-pisca à rota D, semeando o sexto cenário.

Além e aquém das rotas

Para falar também em Marina Silva, penso que tende a parar na rotatória durante o primeiro turno, esperando ser içada pelo seu eleitorado cativo para pousar numa avenida mais larga, por onde possa fluir alguma democracia nova. Como a maioria dos eleitores não gosta ou não pode andar nessas nuvens, ela pode repetir votações expressivas, mas tende, no segundo turno, a ser eleitora de peso, não mais concorrente. Não foi incluída na simulação das rotas e dos cenários – na qual vários incluídos estão abaixo dela em pesquisas – porque segue sendo outsider e, por isso, imprevisível. Se chegar ao segundo turno será porque o primeiro turno já terá tirado a política brasileira da rotatória para viver um pós. A rotatória foi a premissa da simulação, que só naquela tem sentido. Além dela e com Marina, a República de 88 chegaria ao segundo turno como fio desencapado, via enigmática de enfrentamento dos fantasmas que a rondam. Sua chance nessa batalha seria a de uma virtude nova, antevista pela intuição, se impor como solução após a desclassificação da política real, passando a depender, para se tornar nova realidade, da fortuna da interação posterior de atores políticos (novos?) que definiriam regras de jogo também novas.

No mundo imaginado dessa democracia nova, reiteradamente pregada em tempos de Lava-Jato, Marina Silva encontraria, a lhe fazer contraponto, alguém menos votado, mas politicamente situado, como Guilherme Boulos. Ele representa o que de mais emblemático há na esquerda iliberal no Brasil. Talvez represente seu futuro, mais que o PT, ente hoje distópico de quem o PSOL herdou o passado. Inspirado no marco zero da atual democracia, marco aquém da rotatória de 1984/88, esse partido adotou (ao que se diz por sugestão de Lula) um candidato capaz de ser crítico de Ciro Gomes, se o eleitorado puser Ciro no segundo turno como o condutor na rota C; ou superego do PT moderado, na hipótese desse partido parar o retrovisor em 2013 e tentar refazer seu pacto de convivência tensa com a rota A. Boulos só não tem conexão com a rota B. Essa curiosa flexibilidade num radical pode sinalizar virtude política além, ou só irrelevância eleitora de um aquém. A conferir.

É razoável manter a metáfora da rotatória como a zona de conforto ainda possível. Mesmo pela rota D, a mais regressiva e perigosa, o cenário não seria uma esquina que poderia levar à supressão da democracia política. Bom não confundi-lo com a ruptura pela direita de 1964. Ruptura que também foi alimentada por visões golpistas à esquerda, avessas à democracia “burguesa”, como as que animariam a luta armada contra a ditadura. O fio partido em 1964 levou décadas até se recompor, noutra patamar, em 1988. Com olhos abertos deixemos os mortos em paz e acionemos o pensamento para o desafio que se põe hoje aos democratas vivos, à esquerda, à direita e ao centro: o de relaxar o cabo de guerra e voltar a tecer o fio que nos permite caminhar, diferentes, divergentes, porém juntos, como sociedade civil e como povo civilizado, ancorado num estado democrático de direito.



Paulo Fábio Dantas Neto
Cientista político, professor da UFBA.
[Veja os posts de Paulo Fábio Dantas Neto](#)

20 DE JULHO DE 2018, 18H41

Lulismo ou Lulismos: impasse ou um novo capítulo?

Patrícia Valim escreve: “Cabe à esquerda a tarefa de construir a igualdade em todos os tempos e em quaisquer condições históricas.

Por Patrícia Valim - <https://www.revistaforum.com.br/lulismo-ou-lulismos-impasse-ou-um-novo-capitulo/>



Foto: Ricardo Stuckert/Instituto Lula

Há alguns anos, o cientista político André Singer cunhou o termo “Lulismo” para dar conta do modelo político-econômico implementado no Brasil desde o início do século 21, com a eleição do Presidente Lula após 2006. Lulismo, para Singer, é um conjunto de políticas públicas voltadas para a população de baixíssima renda, que envolve: Bolsa Família, aumento do salário mínimo, crédito

consignado, Luz para Todos, Minha Casa, Minha Vida, regularização de terras quilombolas, cisternas no semi-árido nordestino – só para citar algumas. Para Singer, o Lulismo é o resultado da combinação entre esse conjunto de políticas e a manutenção da estabilidade institucional, a chamada governabilidade, por meio de um reformismo fraco que não é o abandono das demandas da classe trabalhadora, muito menos traição, e sim a “diluição” do “reformismo forte” do petismo de outrora.

Nessa formulação, o reformismo diluído do Lulismo evita a todo custo o confronto com a burguesia, optando por políticas que, na aparência, não afetam quaisquer interesses estabelecidos. Tal opção não se deve, principalmente, ao jeito matreiro e ao pendor acomodaticio do ex-presidente, como a imprensa gosta de afirmar desde Lula foi eleito presidente. É fruto, por um lado, da chantagem que os proprietários fizeram nas campanhas presidenciais do PT, desde a ameaça pública de desinvestimento em 1989 até a elevação exagerada do câmbio em 2002. Nesse processo: Lula decidiu que não se deve mexer com o capital. Por outro lado, a diluição do reformismo reflete a compreensão de que o maior contingente do eleitorado brasileiro – o “subproletariado”, segundo o conceito que André Singer busca na obra de Paul Singer – deseja um Estado ativo no combate à pobreza, mas que não põe em risco a manutenção da “ordem”.

PUBLICIDADE

Seja como for, foi a sensibilidade de Lula para o programa dessa camada (um Estado atuando em favor dos mais pobres, sem confrontar a ordem) que permitiu o realinhamento eleitoral de 2006, quando o presidente trocou parte do eleitorado petista tradicional, baseado nas classes médias urbanas mais escolarizadas, pela massa de subproletários, conforme os dados expressivos das eleições de 2006 e 2010. O subproletariado é, evidentemente, o protagonista do Lulismo, tendo encontrado quem realize por ele seu programa. O proletariado seria beneficiado objetivamente com a redução do exército industrial de reserva, o que

lhe colocaria em condições mais vantajosas nas disputas salariais. E as classes médias, a partir de então, aparecem como as antagonistas, perdendo tanto o sentimento subjetivo de distinção social, que a distância em relação aos mais pobres concedia, quanto as vantagens objetivas advindas do acesso a uma multidão de pessoas dispostas ao subemprego.

A partir da análise de André Singer, o conceito de “Lulismo” foi ganhando outros contornos críticos, sobretudo após as “manifestações de 2013”. Para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o “Lulismo” expressa um apelo aos pobres e uma prática de conciliação geral das classes; para Francisco de Oliveira, trata-se de uma “funcionalização da pobreza” para manter a exploração; para Véléz Rodríguez, é uma variante do populismo e uma prática patrimonialista de uso do Estado para fins políticos.

Em *Lulismo, Carisma Pop e Cultura Anticrítica*, o psicanalista Tales Ab’Saber sustenta que o corpo de Lula tem uma dimensão simbólica: ele próprio é a encarnação do pacto social que deu governabilidade ao seu governo. Para Ab’Saber, depois de se aproveitar de crises do mensalão para “se livrar” de quadros importantes do PT que ambicionavam a sua sucessão – tais como José Dirceu, Genuíno e Antônio Palocci -, Lula exerceu o poder plenamente. E desenvolveu uma política a favor dos extremos da sociedade, os milionários e os muito pobres. Para estes últimos, concedeu bolsas sociais, de no máximo 200 reais, a quase 13 milhões de famílias, introduzindo-as num universo mais amplo de consumo. Tais bolsas não ultrapassaram o custo total de 1% do Produto Interno Bruto. Mas, aos que vivem de rendas financeiras, em 2009 Lula destinou 5,4% do PIB apenas em serviços dos juros da dívida pública. No ano seguinte, os juros e a rolagem da dívida consumiram 45% do orçamento da União, 635 bilhões de reais. Com isso, diz Ab’Saber, o presidente “cooptou amplamente os muitíssimos ricos”.

O padrão de crescimento no Lulismo foi distributivo, pelo menos até 2012. Isso fica evidente na criação de empregos (21 milhões de empregos criados nos anos 2000, contra 11 milhões nos anos noventa), sua concentração no segmento de baixos salários (90% dos novos empregos pagavam até 1,5 salário mínimo, em contraste com 51% nos anos noventa), e a formalização do mercado de trabalho (80% dos novos empregos no setor formal, que passou de 45% para 51% da força de trabalho). O desemprego caiu especialmente entre os trabalhadores de baixa renda. Após uma década de estagnação, os salários reais cresceram 4,2% ao ano entre 2003 e 2012, e o salário mínimo cresceu 72% entre 2005 e 2012, impactando tanto o mercado de trabalho quanto as transferências federais. A renda dos 10% mais pobres cresceu 6,3% ao ano entre 2001 e 2011, enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu apenas 1,4% ao ano. A pobreza declinou fortemente, e a distribuição melhorou: o coeficiente de Gini caiu de 0,60 no início do milênio para 0,53 em 2012 – Paes de Barros, Grosner and Mascarenhas (2012, p.15), Pomar (2013, p.42) e a pesquisa mensal de emprego do IBGE. Como se pode constatar, Lula não só não cooptou os muitíssimos ricos, como essa política distributiva despertou o ódio deles.

PUBLICIDADE

Em um artigo intitulado “Os impasses do Lulismo”, publicado na Carta Capital, em janeiro de 2013, Vladimir Safatle afirma que o Lulismo consistiu na transformação do Estado em indutor de processos de ascensão por meio da consolidação de sistemas de proteção social, do aumento real do salário mínimo e incentivo ao consumo. Na outra ponta do processo, segundo Safatle, o governo Lula autocompreendeu-se como estimulador da reconstrução do empresariado nacional em seus desejos de globalização. Para tanto, a função do BNDES como grande financiador do capitalismo nacional consolidou-se de vez.

No campo político, Safatle afirma que o Lulismo se baseou, por um lado, na transformação de grandes alianças heteróclitas em única condição possível de

“governabilidade”, retirando da pauta dos debates políticos toda e qualquer modificação estrutural nos modos de gestão do poder. Por outro lado, o Lulismo ainda referendou um modo de gestão de conflitos políticos que encontra suas raízes brasileiras na Era Vargas: trata-se da transposição dos conflitos entre setores da sociedade civil para o interior do Estado. De acordo com seus críticos, a ação bifronte do Lulismo resultou na anestesia da oposição. À direita, PSDB e DEM ficaram sem ter o que falar: a pregação deles se dirigiu às classes médias, que, se não se aproveitaram diretamente de bolsas sociais e juros estratosféricos, beneficiaram-se da melhoria geral dos indicadores econômicos. À esquerda, houve a agregação ao Planalto das centrais sindicais e o crescimento de fundos de pensão, que passaram a gerir parte significativa dos investimentos estatais e se associaram a grupos privados. Integraram aquilo que o sociólogo Francisco de Oliveira chamou de “nova classe” e desmobilizaram a militância radical. Vejamos.

Os dados produzidos pelo Dieese permitem pensar que, pelo menos desde 2004, há uma conjuntura de recuperação da atividade sindical grevista (Boito Jr. & Marcelino, 2010, Boito 2017). Os últimos anos de governo de FHC foram especialmente difíceis para os trabalhadores: o número de greves baixou a 298 em 2002 (Dieese, 2006). De 2004 em diante, começa a subir até atingir a quantidade impressionante – para o Brasil – de 2050 greves em 2013. Esse número ultrapassou o pico da década de 1980, que foi de 1773 greves no ano de 1989. Na conjuntura desse recente período de greves mais ofensivas – ou seja, greves que avançam sobre os lucros das empresas ou os recursos do Estado por meio de conquista de melhorais salariais, maior participação nos lucros e resultados e novos benefícios de contrato e condições de trabalho –, a média anual de greves da década foi de 609 (esse número indica quase duas greves por dia do ano). Comparada à média da década de 1990, novecentas greves anuais, a média da década de 2000 é menor (Marcelino, 2017).

No entanto, vários autores chamam atenção para um novo ciclo de greves com características próprias em vários aspectos. Em 2003, primeiro ano de governo do presidente Lula, dos acordos coletivos aos quais o Dieese teve acesso, apenas 18,8% deles tiveram reajuste acima da inflação. A maioria dos acordos salariais daquele ano, 58,4%, suportou perdas reais; apenas 22,8% das categorias profissionais conseguiram fazer com que seus salários não incorporassem arrocho salarial. Observados os anos seguintes a 2003, vemos claramente uma melhora das condições salariais dos trabalhadores brasileiros formalmente contratados no mercado de trabalho e sindicalmente representados, de sorte que em 2012, 95% dos acordos salariais firmados foram acima do índice de inflação (Marcelino, 2017).

No período que vai de 2003 até 2015 (Boito Jr. e Saad-Filho, 2016), parte considerável das greves foi realizada pelos setores próximos aos governos (metalúrgicos e bancários, por exemplo) dos quais saíram grande parcela dos 1300 cargos ocupados por sindicalistas (CUT, CTB, INTERSINDICAL, FORÇA SINDICAL). São os setores tradicionais do sindicalismo brasileiro os responsáveis pela deflagração da maioria das greves no período, sobretudo as chamadas “greves selvagens” das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, implementado por Dilma) – e categorias de ingresso recente no mercado de trabalho formal – com vínculos precários de emprego e baixa remuneração, como aponta Linhares (2015) – foram responsáveis por parte minoritária das greves no período e não são suficientes para dizer que o “precariado” se voltou contra os governos do PT, conforme analisa Braga (2016). As greves não são um indicador seguro de insatisfação com o governo; assim como a luta por melhores salários também não (Boito Jr., Saad-Filho, Marcelino). Nesse sentido, a tese sobre a cooptação e o transformismo das direções sindicais não se sustenta diante da movimentação sindical acima; a tese de que a CUT era governo (Cardoso, 2014) também não explica os problemas

enfrentados pelos trabalhadores ao longo dos governos do PT. Cardoso afirma que a CUT chegou ao poder com um “grupo de novas elites, de extração popular, com lastro no trabalho e aptas para gerenciar o capitalismo”.

Como se teve oportunidade de demonstrar, nos governos de Lula e Dilma, (1) o sindicalismo era um interlocutor legítimo; (2) a repressão sobre ele foi muito menor que em períodos anteriores; (3) houve associação entre centrais sindicais e setores patronais em torno de políticas de desenvolvimento (queda na taxa de juros, especialmente); (4) não houve, nesse período, greves gerais contra a política econômica e social do governo – houve um dia Nacional de Luta, em julho de 2013 -; (5) os setores mais ativos do ponto de vista das greves foram aqueles que tinham parte de suas lideranças em cargos de segundo e terceiro escalão do governo ou de empresas estatais ou semi-estatais. Ou seja, a posição superior dessas lideranças na luta política não intimidou a luta reivindicativa das bases, até porque setores que tradicionalmente eram pouco afeitos à atividade grevista encontraram espaço para ela nessa nova conjuntura e não por um sentimento geral de descontentamento com o governo, mas sobretudo por uma percepção de melhoria das condições de luta.

Tais condições favoráveis à classe trabalhadora explicam em parte o ódio da classe dominante e suas frações ao Lula e ao PT. Mas não explicam tudo, pois ainda que o Lulismo nos termos formulados por André Singer tenha feito a opção pelo não conflito: suas políticas públicas que compuseram o projeto petista para o Brasil – o de integração nacional e o fim do Brasil profundo – acabaram acirrando os ânimos de classe, pois diminuiram sensivelmente as assimetrias regionais, econômicas, sociais, culturais e políticas entre o norte/nordeste e o centro/sul.

Além disso, cabe saber: por que a classe média brasileira tomou o rumo político supostamente contrário aos seus próprios interesses materiais e, de lambuja, levou o Brasil a uma crise sem precedentes? A chamada “classe média”

brasileira que vai surgir no final dos anos 30 é formada, no mínimo, por três diferentes grupos e imaginar que ela toda tem uma mesma mentalidade de origem não parece um pressuposto empiricamente sustentável. Entretanto, o pacto que descreve Mills para as sociedades industrializadas (no caso os EUA) já era presente no Brasil desde meados do XVIII. José Murilo de Carvalho mostra que a nobreza brasileira nunca foi nobreza hereditária, dependendo da boa vontade da coroa portuguesa primeiro, e depois do imperador para fazer com que o filho de um Barão, fosse também Barão. É claro que essa “boa vontade” tinha seu preço. A submissão das elites urbanas, ideológica e socialmente, aos desígnios da monarquia é característica que só se rompe no Brasil na última década do século XIX. Nossos estratos médios, pois, sempre se colocaram na função social que Mills descreve: como um guardião da desigualdade social visto como privilégio aos que tem “mérito” (HORTA & VALIM, 2017).

Nossa classe média prefere manter símbolos de superioridade do que receber possibilidades de ascensão econômica. São aqueles grupos que compram carros com valores muito mais altos no Brasil do que no resto do mundo (chamado de “preço Brasil”) e que só são praticados aqui mesmo. Porque o carro, o celular, a casa na praia ou a mobília da sala não valem o seu “valor de uso”, mas são medidas por um referencial de diferenciação social que é a gênese da própria classe média brasileira. Ela não empreende porque não lhe interessa o lucro do trabalho, mas ela busca financiamentos maiores do que poderia pagar por itens que sejam demonstradores de sua diferenciação. Lembremos o recuo do empresariado nacional ante a política de desoneração do governo Dilma e a opção fácil e rápida pelo rentismo. Escolhe locais na cidade para frequentar em função da diferenciação que ele pode oferecer. E, portanto, isto não é fruto de um racismo (embora o elemento de cor certamente esteja presente) mas é resultado do pacto social urbano brasileiro existente desde o século XIX. O negro

sofre mais, mas o nordestino, o proletário ou aquele que não tem “berço” também não é aceito no grupo (HORTA & VALIM), 2017.

Neste sentido, o que fez o Lulismo que desgostou tanto a este grupo? E porque ele não se revolta com Temer e a destruição do país? A verdade é que diante deste pensamento, Lula é mais perigoso que Temer. Lula, por diminuir a diferença relativa entre os proletários e as nossas frações de classe e por fazer com que os espaços geográficos e institucionais começassem a ser partilhados. Desta forma, o governo Lula obriga que os privilégios de acesso aos bens públicos começassem a ser diminuídos, com um número cada vez maior daqueles que “não têm sua posição meritocrática na sociedade”, entrando em universidades, exigindo seus direitos serem respeitados pela polícia ou invadindo áreas que não eram de seu espaço social (HORTA & VALIM, 2017).

Além disso e justamente por tudo isso que é preciso considerar que a narrativa que a classe média do centro-sul faz do Lulismo não se estende para o resto do país e nem para as periferias do próprio centro-sul. Por isso, seria interessante pensarmos se o Lulismo é o mesmo em todas as regiões do país e para todas as classes. Vejamos a região nordeste.

Lulismo ou Lulismos?

Lula é um sertanejo que virou um operário líder sindical, e isso explica muito sobre o Lulismo e o movimento político de Lula nos dois mandatos, com destaque para a sua imensa capacidade de negociação e conciliação forjadas nas lutas do chão da fábrica e nas ruas. O Lulismo é a tradução dessas disposições num programa político. Limitado, adaptativo, mas marcado por um genuíno desejo de responder às premências mais gritantes da população mais pobre nos marcos da histórica balconização do Estado (patrimonialismo). Por isso, um dos aspectos mais criticados do Lulismo é o personalismo. Há uma série de situações da vida cotidiana que a maioria dos políticos e dos analistas

políticos que vem da classe média não conhece, e esta sensibilidade vem mais fácil para quem viveu essa situação – de maneira que Lula tem mais legitimidade para falar em nome desta fração de classe do que qualquer outro presidente que esse país já teve.

André Singer destacou recentemente um elemento de carisma no Lulismo, entendido na definição de Weber como aquela situação em que você atribui a uma determinada pessoa características tão especiais que só essa pessoa vai fazer tal coisa, porque ela é dotada de características únicas, excepcionais, sobretudo no Nordeste e para os nordestinos. Mas o elemento predominante do Lulismo é a adesão a um projeto político encarnado apenas pelo presidente Lula ou por quem ele indicar? E que projeto é esse? Vejamos os dados em relação ao Nordeste, disponibilizados pela Fundação Perseu Abramo.

Crescimento e desenvolvimento econômico e social

Entre 2003 e 2013, o Nordeste teve índice de crescimento de 4,1% ao ano, enquanto o País ficou na marca de 3,3%, de acordo com o Banco Central. Só no ano de 2012, por exemplo, a economia local cresceu o triplo da brasileira. Em 2014, a região passou a ser a segunda maior em consumo, atrás apenas do Sudeste, e corresponde a 13,8% da economia nacional. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2012, o nordestino teve o maior ganho de renda entre todas as regiões, o que fez com a participação da base da pirâmide social caísse 66% para 45%. Tudo isso fez com que a classe média deixasse de representar apenas 28% da população nordestina em 2002, para ser 45% em 2012. As ações dos governos petistas para a região também geraram empregos. Em 2002, apenas cinco milhões de nordestinos tinham emprego formal. Já em 2013, esse número passou para quase nove milhões.

Inclusão social

Em 2002, quando o presidente Lula foi eleito, mais de 21,4 milhões de nordestinos viviam em situação de pobreza. Em 2012, esse número caiu para 9,6 milhões, segundo estudo da [Fundação Perseu Abramo](#), com base em dados do [IBGE](#). Outro dado que corrobora com isso é a pesquisa divulgada no Fórum Brasil Regional, em junho deste 2015, que mostra que o Nordeste responde por 61% na redução da pobreza no País entre 2003 e 2013. Região historicamente esquecida pelo poder público, o Nordeste chegou a ter 66% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, antes dos governos do PT. Por isso, não se pode negar a importância do programa [Bolsa Família](#) para a região, que chegou a ter mais de 35 milhões de pessoas e 7 milhões de famílias beneficiadas pelo maior programa de transferência de renda do mundo. Nos tempos de Lula e Dilma, antes dos cortes do governo golpista no programa, o Bolsa Família provocava um efeito multiplicador de R\$ 2,40 sobre o consumo final das famílias, beneficiando setores como comércio e serviços, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Além disso, o levantamento mostrava que cada R\$1,00 investido no programa gera um retorno de R\$ 1,78 para a economia. Com a política de transferência de renda com contrapartida dos governos petistas, as taxas de mortalidade infantil caíram e as de alfabetização, aumentaram. Ao refletir a melhora do índice registrado em todo o Brasil, o Nordeste teve a maior redução no número de crianças mortas na primeira infância, de 58,6%, em 10 anos, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Educação

A educação também não ficou de fora dessa revolução no Nordeste. Em 2000, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Nordeste tinha 413.709 universitários. Em 2012, esse número saltou para 1.434.825. O número de cursos de doutorado e mestrado também cresceu 33% entre 2010 e 2012 no Nordeste. Com isso, a região

ultrapassou o Sul e passou a segunda com maior número de [estudantes](#) do [ensino superior](#) – 20% do total –, atrás apenas do Sudeste. Sete das 18 universidades criadas nas gestões petistas estão no Nordeste. E cada uma mantém unidades em mais de um município, beneficiando 28 cidades.

Combate à seca

Apenas quando o Partido dos Trabalhadores chegou à Presidência da República que ações concretas para afastar o fantasma da seca no Nordeste foram realmente levadas a cabo. Com a [Transposição do Rio São Francisco](#), Lula e Dilma levaram água ao semiárido nordestino, impactando diretamente a vida de 12 milhões pessoas. A transposição foi iniciada e levada até 86,3% de conclusão pelas gestões petistas no governo federal. Uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento ([PAC](#)) nos governos petistas e maior empreendimento hídrico brasileiro, a integração do São Francisco vai garantir abastecimento em 390 municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Vale lembrar que, para combater a seca no Nordeste, os governos do PT não fizeram apenas a transposição. Instalaram 1,2 milhão de cisternas para consumo humano, pelo o Programa Água para Todos, garantindo água a 22 milhões de sertanejos. E para acabar com a exclusão elétrica no Brasil e levar acesso à eletricidade de forma gratuita, o governo Lula criou o programa [Luz para Todos](#). Apenas no Nordeste, o programa já tinha atendido, até 2015, mais de 1,5 milhão de famílias, beneficiando cerca de 7,5 milhões de pessoas.

Conclusões

Como se vê, Lula não foi preso ao arrepio da lei porque seu projeto de nação – de integração nacional e o fim do Brasil profundo – não comportava o acirramento dos conflitos e precisava do presidencialismo de coalizão para efetivá-lo. Lula foi perseguido, devassado e preso ao arrepio da lei porque pela

primeira vez na história desse país as políticas públicas destinadas ao norte e ao nordeste de fato combateram as desigualdades e diminuíram as diversas assimetrias em relação às demais regiões, fazendo com que depois de séculos nordestinos e nordestinas não fossem obrigados a ir para o centro sul para o subemprego e a superexploração.

Isso não é pouca coisa quando recordamos que a tónica do núcleo golpista (FIESP, GRANDE IMPRENSA, JUDICIÁRIO) era o combate à corrupção comprovada à exaustão entre os caçadores de corruptos. A questão do Golpe de 2016 sempre foi outra, caso contrário o governo Temer já teria caído. Por que, aliás, ainda não caiu e ao que tudo indica não irá cair? Temer representa a certeza de uma sociedade desigual, fundamentalmente desigual. Em que cada grupo “sabe o seu espaço”. E, ainda que Temer empobreça o país e diminua os ganhos que eventualmente esta classe média tenha, se ele o fizer de forma desigual será aceito. Se as classes baixas caírem ao limite da fome e não representarem problema para as hierarquias sociais, a classe média se adaptará à nova realidade econômica imposta por Temer (HORTA & VALIM, 2017).

Eles queriam “o país deles de volta”. Este sentimento foi canalizado pelos interesses internos e internacionais, numa briga cada vez mais clara entre liberais internacionalistas, fascistas e grupos corruptos que lutam pela sua própria existência. Os três, entretanto, concordam que a sociedade é – e deve continuar sendo – desigual. Fundamentalmente desigual. O ódio é a qualquer ideia de igualdade de direitos, e a diminuição das desigualdades sociais será combatida violentamente. E a corrupção é apenas uma das ferramentas que dispõem estes grupos para fazer as coisas “voltarem ao normal, ao seu devido lugar” (HORTA & VALIM, 2017).

Cabe à esquerda a tarefa de construir a igualdade em todos os tempos e em quaisquer condições históricas. Para tanto, é preciso considerar que os Lulismos não se encerram na figura do Presidente Lula e não esgotaram com a prisão

dele, mas ao contrário: os Lulismos são os maiores passivos dos governos petistas, são experiências de um conjunto de políticas públicas que deram certo e, justamente, por isso são as variáveis determinantes das candidaturas de esquerda e de direita nas eleições de 2018. Prova disso é que Lula ou qualquer pessoa que ele indicar em 2018 vai para o segundo turno. Além disso, a direita e o centro-direita não conseguem emplacar uma campanha enquanto seus candidatos não se comprometerem em continuar o legado dos governos petistas.

É que com os Lulismos nos últimos treze anos, a população não é mais a mesma: passou por um processo de formação ampla e irrestrita e sabe perfeitamente que o Golpe de 2016 ocorreu em razão dessa formação que a classe dominante e suas frações abominam e parte da esquerda segue fingindo que isso não aconteceu. Vida longa aos Lulismos em 2018!

Leia o Artigo

Entenda a origem e a trajetória do 'Centrão', que hoje apoia

Alckmin

por Miguel Martins — publicado 23/07/2018 13h50, última modificação 26/07/2018 20h18

Desde 1987, grupos suprapartidários com viés fisiológico serviram de base ao PMDB, ao PSDB e ao PT

<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-origem-e-a-trajetoria-do-centrao-que-hoje-apoia-alckmin> Gilberto Marques / A2img



O atual "centrão" que apoia Alckmin é integrado pelo DEM de Rodrigo Maia

O [alinhamento recente](#) de partidos como o PP, o PRB, o PR e o DEM à pré-candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) à Presidência trouxe novamente à tona o conceito de "centrão", termo frequentemente utilizado na nossa trajetória política e que já denominou composições políticas bastante distintas.

Muitos argumentam que este bloco não tem nada de "centro", mas seria apenas um arranjo de partidos com viés de direita. Ao se julgar a trajetória deles nas últimas eleições presidenciais, o que os une é menos a roupagem ideológica e mais o fisiologismo, com exceção feita ao DEM, sigla alinhada ao projeto do PSDB desde a primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, quando ainda se chamava PFL.

Leia

também:

[E atenção, lá vai o "Centrão"](#)

[A desavergonhada barganha do "Centrão" em troca de apoio eleitoral](#)

A identificação histórica do DEM/PFL com os tucanos é uma exceção no bloco. Outras legendas como o PR, o PP e o PRB apoiaram a eleição de Dilma em 2014, e mantiveram sua veia governista no Congresso ao apoiar majoritariamente a ascensão de Michel Temer ao poder. Hoje, apostam em Alckmin, mas chegaram a flertar com Ciro Gomes, do PDT. Fica claro que ideologia não é a prioridade dessas legendas.

O termo "centrão" começou a ser utilizado durante a Assembleia Constituinte de 1987. Assim como o atual, era um grupo suprapartidário com perfil de centro e de direita que uniu-se para apoiar o então presidente [José Sarney](#). O objetivo era

combater as propostas mais progressistas na redação da nova Constituição.

O grupo era comandado pelo PFL e pelo PMDB de Sarney. Integravam ainda o bloco o PL, futuro PR, o Partido Democrático Social, sucessor da legenda da ditadura ARENA, o PTB e o Partido Democrata Cristão.

Embora o termo "Centrão" não tenha sido usado com tanta frequência nos governos petistas como atualmente é empregado, vez ou outra a mídia o utilizava para tratar de um bloco suprapartidário com viés fisiológico. Em 2006, matérias afirmavam que Lula ensaiava a criação de um "novo centrão", ao garantir o apoio de partidos que protagonizaram a crise do "mensalão", entre eles o PP, o PL e o PTB, inflados pela entrada do PMDB como eixo central de governabilidade.

O termo não foi empregado com frequência durante os governos de Dilma, embora a aliança com o PMDB e outros partidos mais fisiológicos também tenha sido a regra de suas gestões.

Um dos mais governistas dos integrantes do atual "centrão" é o PRB, que participou de três coligações lideradas pelo PT. Em 2006, a legenda ligada à Igreja Universal apoiou a reeleição de Lula. Nos dois pleitos presidenciais seguintes, participou das duas campanhas vencedoras de Dilma Rousseff.

Decisivo para o apoio a Alckmin, o PR, formado a partir do antigo Partido Liberal e do Prona, parece carregar a "alma" do "centrão". Apoiou todas as candidaturas favoritas e vencedoras desde a eleição de FHC, quando a legenda ainda era o Partido Liberal, fundado em 1985. Após participar da base do governo tucano, o PL participou da coligação de Lula em sua primeira vitória, tendo inclusive indicado o vice-presidente José Alencar para a chapa do petista.

Curioso que hoje o PR, antigo PL, indique para vice de Alckmin justamente o filho de José Alencar, Josué Alencar. Empresário como o pai, ele já teve seu nome sondado pelo PT como um possível aliado para as eleições deste ano.

Em 2005, José Alencar deixou o PL para filiar-se ao PRB, criado em 2003. Foi novamente vice de Lula. Nas eleições de 2006, o partido do cacique [Valdemar Costa Neto](#), condenado pelo "mensalão" do PT, não apoiou formalmente o PT, mas também não migrou para a oposição. A legenda foi rebatizada no fim daquele ano de Partido da República. Em 2014, ele voltaria a se coligar com o PT.

Outro partido importante do atual "centrão", o PP também já esteve com os petistas. Em 1998, quando ainda se chamava PPB, o partido apoiou formalmente FHC. Quatro anos depois, aliou-se a Ciro Gomes no primeiro turno, e com o tucano José Serra no segundo. Em 2003, rebatizou-se de PP.

No primeiro mandato de Lula, o PP participou da base do governo. A partir de 2011, passou a fazer parte da gestão de Dilma e apoiou formalmente a petista em 2014.

Antigos aliados do PT, o PP e o PRB apoiaram formalmente o impeachment de Dilma. A exceção foi o PR, cuja Executiva Nacional decidiu pela orientação contrário ao afastamento. Ainda assim, a legenda de Valdemar Costa Neto votou majoritariamente a favor da saída de Dilma. Foram 26 votos favoráveis ao impeachment e 10 contrários.

Com a ascensão de Temer, o bloco ganhou contornos ainda mais conservadores, até pela liderança de quadros do DEM como [Rodrigo Maia](#), presidente da Câmara, e ACM Neto, prefeito de Salvador. Para os demistas, a escolha por Alckmin faz sentido ao se considerar a trajetória do partido em eleições presidenciais. Por outro lado, o resto do bloco mostra que pode mudar de lado conforme o sabor dos ventos.

A aliança com Alckmin promete algumas vantagens ao bloco. A provável presidência da Câmara e do Senado em uma eventual vitória do tucano, além da vice-presidência, são alguns dos cargos prometidos. Por outro lado, o presidenciável do PSDB terá de lidar com questionamentos relacionados à corrupção, pois os caciques dos "centrão" respondem a ao menos 13 inquéritos por corrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes contra a administração pública.

Uma derrota do tucano nas eleições pode até mesmo reanimar o grupo a buscar uma nova saída fisiológica. A se julgar pela trajetória recente dessas legendas, a situação é sempre mais confortável que a oposição.

Cupons e Ofertas

[Economize e fique na moda com a C&A](#)

[Descontos em artigos esportivos na Centauro](#)

[Livros e Eletrônicos em promoção na Saraiva](#)

[Decoração com descontos na Mobly](#)

[Maquiagem com descontos no Boticário](#)

[Economize em perfumes e maquiagem com a Sephora](#)

[Roupas e acessórios em promoção na Zattini](#)

Parte dos jovens ataca direitos humanos sem ter ideia do que isso seja
Leonardo Sakamoto 28/07/2018 15:47 Compartilhe Imprimir Comunicar erro A
vereadora Marielle Franco e o motoris... - Veja mais em
<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/07/28/parte-dos-jovens-ataca-direitos-humanos-sem-ter-ideia-do-que-isso-seja/?cmpid=copiaecola>

**SERÁ QUE O BRASIL TEM JEITO?
EU ACHO QUE NÃO.**

[Silvestre Gorgulho](#) compartilhou uma [publicação](#). - FB 29 JULHO 2018

Sinceramente, eu acho que o Brasil não tem mais jeito. Além desta nota do [Carlos Marchi](#) e da matéria da revista Piauí, tenho outras duas coisas que me intrigam:

1) O desperdício à custa do dinheiro público. Exemplos têm muitos. Mas não entra na minha cabeça que um presidente do Senado (Eunício Oliveira) e o presidente da Câmara (Cesar Maia) tem que viajar para o exterior durante uma semana porque o Presidente da República está no exterior e ambos líderes do Legislativo precisam estar fora do país para não ficarem inelegíveis. Burocracia burra e do desperdício. Quem pagou a passagem de primeira classe e as diárias da viagem do senhor Eunício e do senhor Maia?

2) Sabe porque os candidatos este ano têm poucos dias de campanha? Simples, como tem pouco dinheiro, vão se eleger a maioria dos mesmos senadores e

deputados que já tem os nomes conhecidos na praça. A renovação política, por mais que o povo queira, não vai acontecer. Serão eleitos pelo menos uns 75% da bancada atual.

Como dizia doutor Ulysses, "pior do que esta Legislatura só a próxima".

Carlos Marchi

O ministro Dias Toffoli recebe um mensalão de R\$ 100 mil, pago pelo escritório de advocacia de sua mulher Roberta Rangel.

Não é um escritório de renome, é apenas mediano, mas fatura muito mais do que a gente pensava, pelo que se vê.

Toffoli era um dos sócios do escritório mas supostamente o deixou depois da nomeação.

Dos R\$ 100 mil, que são depositados numa conta conjunta com a mulher, Toffoli paga pensão de R\$ 50 mil mensais a sua ex-mulher.

Nascem daí muitas perguntas.

- 1) Como é que alguém que ganha R\$ 39,2 mil mensais aceita pagar uma pensão de R\$ 50 mil à ex-mulher?
- 2) Será que Toffoli deixou mesmo o escritório ou continua como sócio oculto?
- 3) Este mensalão de R\$ 100 mil representa pró-labore fora da curva? É lavagem de dinheiro?
- 4) Será por isso tudo que Toffoli não se declara impedido em votações que envolvem o PT e a Lavajato?
- 5) Será que o ministro declara o mensalão ao imposto de renda?

Detalhe: o Estadão foi ouvir o ministro sobre a acusação. Ele disse que não iria se manifestar.

Brasil: um país sem futuro

Ao se estudar a história particular de cada país se verá uma variedade de situações e de circunstâncias que aproximam algumas e distanciam outras. Uma dessas situações diz respeito ao fato de que alguns países são inovadores, conseguem superar as condicionalidades de um passado difícil e se modernizam com igualdade, justiça e progresso, enquanto que outros não conseguem se desenvolver e permanecem prisioneiros das determinações do passado e se tornam cativos da desigualdade, das injustiças e do atraso. O Brasil, certamente, é do segundo tipo. Aqui o passado determina o presente e bloqueia o futuro e os mortos governam os vivos.

O mais provável é que existam muitas razões para o triunfo do atraso e das determinações do passado no Brasil. Aqui, apontar-se-á apenas uma: o problema da fundação, da gênese. Maquiavel, ao estudar o grande historiador de Roma antiga, Tito Lívio, assevera que as repúblicas mal fundadas tendem a permanecer extraviadas ao longo dos séculos, como que buscando um caminho na escuridão, e procuram encontrá-lo através da promulgação de um cipoal infundável de leis, pensando que estas podem consertar a realidade, mas que sequer entram em vigor. As décadas e os séculos passam sem que esta república encontre a sua verdade, sem que o povo esteja ao abrigo das misérias humanas e sem que a justiça, a igualdade e a liberdade sejam frutos acessíveis para a generalidade das pessoas.

Ainda de acordo com Maquiavel, com base em Tito Lívio, as repúblicas bem fundadas são aquelas que nascem de um ato de terror fundante, no qual, o arbítrio dos mais fortes é passado no fio da espada para fundar a validade da lei originária, alicerçada nos princípios da igualdade e da justiça. De tempos em tempos, esse ato precisa ser renovado com a punição exemplar daqueles que tentam violar ou corromper estes princípios. Sem este ato, os mais fortes não terão freios e exercerão o arbítrio, a dominação e a violência sobre os mais fracos.

Maquiavel vê atos de terror fundante exemplares em Moisés, quando desceu do monte Sinai e mandou passar no fio da espada 22.200 homens por terem implantado a desordem; em Ciro, ao se revoltar contra os medas e fundar o império Persa e em Rômulo, ao matar Remo para garantir a fundação e a segurança de Roma. Modernamente podemos ver esses atos nas Guerras de Independência e de Secessão dos americanos, na Revolução Francesa, na Revolução Cubana e assim por diante.

Na história do Brasil, o poder político e suas formas constitucionais e jurídicas sempre foram produtos do trabalho usurpador das elites econômicas e políticas e expressão de seus interesses. Em nenhum momento dos processos fundantes desse poder o povo foi partícipe enquanto sujeito e sempre teve seus interesses e direitos excluídos dos arranjos legais e constitucionais que se efetivaram ao longo do tempo. Notadamente, a Independência se revestiu de uma

transformação perpetrada por segmentos que representavam os interesses da metrópole e a Proclamação da República assumiu o caráter de um golpe do qual, o povo, bestializado, nos termos de Aristides Lobo, não participou e sequer compreendeu o seu significado.

No Brasil, o povo nunca foi soberano, a lei nunca foi igual, a democracia nunca existiu para a grande maioria das pessoas pobres. As tentativas de refundar o fundar o Brasil, primeiro com Getúlio Vargas e, depois, com Lula, foram atacadas pela ação corrosiva das elites, por guerras políticas sem escrúpulos e sem quartel, pela violência, pela traição e por golpes que visaram perpetuar a ordem da dominação do passado, manter o presente do povo na miséria e interditar o futuro.

Se o Brasil é um país sem presente por conta de todos os males que assolam o povo - desemprego, falta acesso aos serviços de saúde, falta de educação, salários baixos, falta de cultura e de lazer, pobreza, preconceitos, falta de direitos, violência etc. - os dados da Revisão 2018 da Projeção da População do Brasil, divulgados na semana passada pelo IBGE, confirmam que o país não terá futuro.

O presente do Brasil é trágico, sem dúvida. Mas o seu futuro poderá ser ainda mais trágico. O país está envelhecendo de forma mais rápida do que se pensava. Em 2039, o número de pessoas com mais de 65 anos será superior ao número de crianças e jovens com menos de 15 anos. Em 2060, uma de cada 4 pessoas terá mais de 65 anos.

O problema é que o bônus demográfico evaporou: os jovens de hoje envelhecerão sem oportunidades, sem emprego, sem qualificação, sem poupança e, provavelmente, uma previdência razoável. Serão velhos, pobres e sem assistência e sem direitos. Os jovens de hoje e o sistema de trabalho de hoje não estão nem bancando sequer a previdência de hoje. O Brasil ocupa o sétimo lugar entre os países que mais matam jovens no mundo. Em todos os sentidos, o Brasil está queimando, dissipando, o seu futuro. Os jovens mesmo estão dominados pela ideologia do consumo. Não poupam e não se previnem. Não imaginam que amanhã poderão cair e que ninguém lhes dará a mão para se levantarem.

O Brasil está envelhecendo sem a infraestrutura adequada para o progresso e sem a infraestrutura para a velhice. As cidades, os transportes, o sistema de saúde, o sistema previdenciário, a mobilidade urbana, as estruturas de comércio, nada está preparado para um país com forte presença de pessoas idosas. Sequer níveis satisfatórios de saneamento básico existem.

O pior de tudo é que, a partir do golpe, o Brasil está andando para trás. O governo e o Congresso golpistas estão empenhados em destruir políticas e programas que vinham contribuindo com a redução da pobreza e com a sustentabilidade ambiental. Governo e Congresso estão dominados por grupos criminosos, a exemplo do agronegócio, grupo que não tem nenhuma consideração com a dignidade humana e com a sustentabilidade ambiental, com o futuro dos brasileiros e com os brasileiros do futuro.

As diferenças entre ricos e pobres se tornam cada vez mais abissais, tenebrosas, terríveis. As exclusões históricas, de raça, de gênero etc., se aprofundam e políticas inclusivas, ou são extintas ou têm os recursos calcinados. Se as pessoas pobres já não tinham acesso a hospitais, hoje não têm acesso a médicos. Vivem doentes e morrem sem atendimento. Estamos entre os países mais violentos e desiguais do mundo. O Brasil está sob a égide de elites econômicas e políticas criminosas, perversas, cruéis.

Um dos poucos brasileiros que tem a força, a coragem e a sensibilidade para bloquear esse processo de destruição do presente e do futuro do Brasil está preso em Curitiba. Os interesses que prenderam Lula e que querem impedir que ele seja candidato à presidência da República são os interesses que massacram o povo, que espezinham a sua dignidade, que deceparam o seu presente e o seu futuro.

O povo precisa alimentar um temor terrível dessa monstruosidade que está sendo feita contra ele. Este temor, que deve ser o temor pela vida desgraçada que leva à morte, precisa despertar a clarividência da razão. Da razão que ilumina e que desperta a consciência de que não há motivo para não lutar. Aliás, de que o principal motivo da vida, agora, é lutar. E aqueles que têm consciência precisam fazer apelos por corações irados, por organizações de irados, pela força de gente irada. As lideranças precisam fazer apelos pela indignação e pela fúria. É preciso organizar a fúria. Não dá para tratar com bons modos uma elite que trata o povo com brutalidade.

Os métodos tradicionais de luta não comportam mais a urgência de um agir mais contundente e corajoso. A vastidão da tragédia do povo brasileiro deve ser o metro das novas lutas. E que essas lutas, entre outras coisas, sejam capazes de arrancar Lula dos calabouços de Curitiba. É preciso consolidar a ideia de que se não querem deixar que o governo legitimamente eleito de Lula dê ao povo o que é direito seu, o povo tem o direito de buscar o que é seu com suas próprias mãos.

Aldo Fornazieri - Professor da Escola de Sociologia e Política (FESPSP).

No Roda Viva, Bolsonaro se revelou um desqualificado — ou seja, exatamente

o que seus eleitores querem. Por Kiko Nogueira

Kiko Nogueira - 31 de julho de 2018

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/no-roda-viva-bolsonaro-se-revelou-um-desqualificado-ou-seja-exatamente-o-que-seus-eleitores-querem-por-kiko-nogueira/>



Thaís Oyama resumiu o Roda Viva de Bolsonaro

Num dos momentos mais constrangedores de um Roda Viva constrangedor, Bernardo Mello Franco questionou Jair Bolsonaro sobre sua medíocre atividade parlamentar.

— Em 28 anos de Congresso, o senhor só apresentou 170 e poucos projetos, disse Bernardo.

— Quinheiros e poucos, corrigiu o candidato.

— Não, foram 176 projetos.

— Tudo bem, 170 e poucos, encerrou o cidadão.

JB usa a mentira tanto quanto os políticos tradicionais que critica.

Ele foi o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro em 2014, com 464 mil votos.

Em seu sétimo mandato, Bolsonaro está na Câmara desde 1991. Quando chegou a Brasília, atendia aos interesses dos militares.

Mais recentemente, passou a incluir qualquer coisa em sua agenda, desde que renda assunto nas redes sociais entre seus seguidores de extrema direita.

Também anda se travestindo de “liberal” para ver se engana o “mercado”.

A tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro é uma oportunidade excelente para saber: o que Jair fez pela segurança de sua terra? Quais suas propostas nesse sentido? Ao longo de mais de duas décadas, o que ele conseguiu implementar para tornar o cotidiano do carioca menos apavorante?

Resposta: nada.

Jair é um fanfarrão especializado em tagarelar e angariar apoio e eventual adoração de otários fascistoides com soluções incríveis como castração química de estupradores, pena de morte, fim das cotas e distribuição de armas para a população.

Volta e meia põe um nióbio ou um grafeno no meio. Na hora de legislar, de trabalhar, um fiasco.

Apresentou projetos de lei, de lei complementar, de decreto de legislativo e propostas de emenda à Constituição (PECs).

Apenas dois foram aprovados: o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de informática e a autorização para o uso da chamada “pílula do câncer”, a fosfoetanolamina sintética.

A primeira emenda de sua autoria, aprovada em 2015, determina a impressão de votos das urnas eletrônicas.

Ele se defende dizendo que “tão importante quanto apresentar propostas, é rejeitá-las”.

Assim tenta vender o peixe de que acabou com o “kit gay”, material didático contra a homofobia vetado na gestão de Dilma Rousseff, em 2011.

Bolsonaro é um populista desmiolado, limítrofe e despreparado.

Como seu eleitorado é feito de gente como ele, o que o sujeito precisa é apenas repetir a retórica do “bandido bom é bandido morto” e mais algumas patacoadas sobre a ditadura.

Não é necessário que ele trabalhe em Brasília pelo estado e a cidade que o elegeram. Basta vomitar ódio e ignorância por aí.

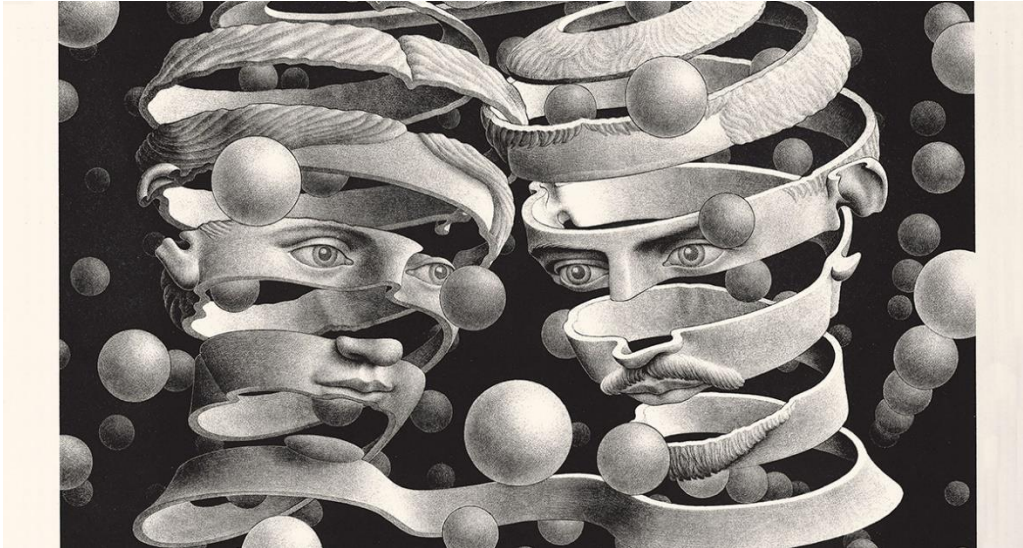
O Bolsonaro que emergiu do Roda Viva não é de extrema direita, mas de extrema estupidez. E o brasileiro não terá um “posto Ipiranga” para recorrer.

A justiça hoje em quatro paradoxos

1.  Além da Leitura 30 de julho de 2018

<https://revistacult.uol.com.br/home/a-justica-hoje-em-quatro-paradoxos/>

MARCELO SEMER é juiz de Direito e escritor. Mestre em Direito Penal pela USP, é também membro e ex-presidente da [Associação Juizes para a Democracia](#).



“Bond of Union” de M.C. Escher, 1956 (Museu Herakleidon, Atenas)

Não é fácil lembrar-se de um momento em que a credibilidade do Judiciário estivesse tão arranhada quanto agora. A falta de confiança generalizada e uma avaliação negativa de forma assim persistente. Paradoxalmente, todavia, vivemos um dos momentos de maior demanda à Justiça, seja pelo extraordinário volume de ações que ingressam diariamente, seja pela competência cada vez mais ampliada dos pedidos, levando a judicialização ao patamar nunca antes na história –a começar pela própria incumbência de substituir nada menos do que o eleitor.

Essa inusitada contradição lembra a historietta que Woody Allen conta em *Noiva Neurótica, Noiva Nervosa* (Annie Hall, 1977), sobre duas idosas residentes em um asilo. A primeira diz algo como: nossa, é muito ruim a comida daqui não é mesmo? A outra responde: e o pior é que é pouca....

Algo mais ou menos similar acontece hoje com o Judiciário: não obstante as críticas se avolumem, expandem também as suas competências. E não só devido à sua própria intromissão na vida política. Dado o princípio da inércia, juízes não procedem de ofício, não há judicialização da política que não tivesse antes sido pleiteada por algumas das partes.

Antoine Garapon, juiz francês e um importante pensador do Direito, deu pistas sobre o assunto quando lançou seu mais famoso livro, *Guardião das promessas – Juez ydemocracia na versão espanhola* (1997). Muito do diagnóstico sobre a excessiva judicialização que via na França, em 1996, cai como uma luva para o momento atual do Brasil:

“A virada judicial da vida política – primeiro fenômeno – vê na justiça o último refúgio de um ideal democrático desencantado.”

“O ativismo judicial, que é o sintoma mais aparente, nada mais é do que o fragmento de um mecanismo complexo que envolve o enfraquecimento do Estado ...”

“O juiz aparece como um recurso contra a implosão de sociedades democráticas que não conseguem controlar de outra maneira a complexidade e diversidade que elas geram.”

“A mídia, sob o pretexto de garantir a máxima transparência, pode privar os cidadãos de garantias mínimas – como a presunção de inocência – para manter a ilusão de uma democracia direta.”

“(…) políticos (…) usam a justiça para enfraquecer seus adversários.”

“O jornalismo de investigação se transformou em um jornalismo de delação. São todos denunciando todos.”

A ideia central que desenvolve é a expectativa de que os juízes certamente iriam angariar uma enorme descrença quando o papel de guardião de promessas, no que haviam sido artificialmente investidos, se revelasse ineficaz. Mas, acrescento, o sonho de fama, poder ou prestígio dificilmente os faria evitar esse percurso.

E aqui reside um segundo paradoxo, um pouco menos perceptível, mas nem por isso menos real. Embora à primeira vista, a extensa amplitude das competências possa indicar que se pavimenta um caminho para a tão temível ditadura dos juízes, o que se revela por trás disso é, na verdade, um esvaziamento de poder. É o que se pode denominar protagonismo submisso.

Sim, certos juízes se transformaram em celebridades. Visitam camarotes oficiais e festas de smoking. Outros se intrometem nas escolhas próprias da administração. Sentenças são criadas em lacunas estratégicas e leis são interpretadas ao bom gosto da voz das ruas, como convém aos arautos da popularidade. Mas a força maior do Judiciário não reside na ausculta da opinião pública, no apoio popular. Este é um grilhão para o juiz, não um par de asas.

O que confere poder ao juiz é justamente a capacidade de interpretar a Constituição e de [ser o garante dos direitos fundamentais](#), à revelia, muitas vezes, do gosto popular. No modelo do constitucionalismo democrático, as maiorias também estão submetidas à defesa dos direitos fundamentais, mesmo e principalmente quando não concordem com eles. [O juiz com poder não é aquele que condena com lastro no apoio popular](#) ou o que é saudado pela multidão em júbilo; mas o que decide apesar das multidões ou mesmo contra elas.

A Constituição lhe garante poder; as maiorias lhe fazem refém. O juiz que sempre condena, porque isso agrada, só agrada quando condena. Ele não tem poder, ao revés, está condenado a condenar. É réu de si mesmo.

Esse protagonismo dos juízes, portanto, não é apenas submisso –é também suicida. Cavam a própria sepultura ao levar a decisão judicial aos píncaros da glória onde, afinal de contas, em dado momento, alguém há de se aperceber que ela já não é mais tão necessária assim.

O modelo democrático que nos impusemos na transição da ditadura de 1964-1985 está calcado em quatro importantes pilares: as garantias do estado liberal,

da qual não só não abrimos mão, como incrementamos (da liberdade de ir e vir à proibição peremptória da censura); as mecânicas próprias do Estado social, em especial o compromisso com a redução das desigualdades (direitos à educação, saúde, moradia); a concepção democrática, calcada na preservação da dignidade humana em um estado antropocêntrico (direitos fundamentais não submetidos à regra das maiorias); a supremacia dos direitos humanos sobre a soberania, com o reconhecimento da normativa internacional de tratados e convenções.

Para garantir a efetividade dessa plêiade de direitos, o constituinte previu dois mecanismos básicos: a-) as cláusulas pétreas, impedindo que mesmo os futuros legisladores pudessem revogá-los e; b-) a inafastabilidade do Judiciário para apreciação de qualquer lesão ou ameaça, com o quê o juiz assume o papel de verdadeiro garante desses direitos.

Mas eis que aqui impõe-se um terceiro paradoxo, que é, na verdade, bem conhecido na longa trajetória institucional brasileira: [a combinação da legislação liberal com a prática autoritária](#). Mais especificamente, no caso, um amplo instrumental de direitos humanos conferido aos agentes que são, seguidamente, desestimulados a usá-lo.

Nem falo aqui da violência dos agentes do Estado propriamente dita, que consegue ser [de maior dimensão na democracia do que fora na própria ditadura](#), que a empregou ostensiva e desavergonhadamente. Altíssimos índices de violência policial, por exemplo, quase sempre associada à pobreza e ao racismo. Mas sim do papel dos juízes, os garantes dos direitos sem os quais a Constituição não é muito mais do que, como dizem os chineses, um tigre de papel.

Mesmo os tímidos avanços do STF, no estreito hiato de tempo que podemos falar sobre eles, pouco penetraram na maioria dos tribunais brasileiros que, não raro, se fecham às suas próprias e consolidadas jurisprudências. Enquanto a sociedade viu a redemocratização tomar conta das instituições, após o fim dos anos de chumbo, esta jamais chegou ao campo do Judiciário, que ainda se rege com base em um entulho autoritário de 1979. Preserva-se a tradição nobiliárquica e a ideia da cidadania censitária –só quem possui título de desembargador pode votar nas suas eleições internas. O controle ideológico nunca saiu de moda, e tem sido cada vez mais utilizado para soterrar a ideia de magistrados cidadãos. E até mesmo decisões judiciais, em especial aquelas que afirmam direitos humanos, tem sido motivo para perseguição, repreensão ou censura.

Não há o que estranhar então, se de garantes da liberdade nos tornemos meros zeladores da ordem, agentes censores da moral, e, a depender do desejo de muitos, alguma espécie qualquer de polícia togada.

No último quarto de século, vários foram os esforços para tirar a magistratura deste atraso institucional. A criação de um órgão externo de controle, a adaptação de mecanismos de gestão para os atrasos longevos, a abertura das sessões administrativas tradicionalmente secretas. Os avanços foram tímidos e

também se acomodaram diante de um corporativismo que só fez aguçar nestes tempos.

Mas as inclinações garantistas, justamente aquelas que expressam todo o arcabouço de direitos previsto pela Constituição, são vistas ainda com estranhamento, quando não preconceito dentro dos tribunais. Seus protagonistas ostentam o status de disfuncionais, quando detém, por exemplo, a jurisdição criminal.

Mas eis que agora o tempo nos trouxe o último dos paradoxos.

O Judiciário tanto vem demorando para se adequar ao modelo democrático que agora talvez nem precise mais. É o próprio modelo que está derretendo.

Um a um os pilares vão sendo corroídos.

Lá se foi o estado liberal e suas liberdades públicas, com o direito penal severo que brotou da constituição cidadã e o processo que virou garantia de punição, mesmo quando não condena. O estado de polícia assume o lugar do garantismo que, a bem da verdade, foi sem nunca ter sido. Certamente não repetiremos práticas nazistas como a polícia que se sobrepõe ao juiz, mas podemos dizer o mesmo dos juízes que assumem papéis da polícia?

A PEC do teto de gastos suspendeu o estado social por pelo menos vinte anos, de modo que o compromisso constitucional de redução de desigualdades vai ficar esperando mais um pouco, o que não parece preocupar em excesso o Judiciário, salvo com relação à intranquilidade de seus próprios vencimentos – há anos pendurados em uma medida de urgência processual.

A trava “objetiva” em que se pretendeu prender os magistrados com medo da política (como se ela tivesse estado ausente em algum momento), é hoje a mesma que a onda regressiva quer impor aos professores sob o bordão reacionário da “escola sem partido”, a pedagogia do opressor.

Como assinala Eugenio Raul Zaffaroni em Poder judiciário: crise, acertos e desacertos (1995), “o perfil público do juiz asséptico [sem ideologia] implica um terrível manejo autoritário da imagem pública da justiça e, ao mesmo tempo, uma fortíssima deterioração da identidade pessoal dos juízes (...) ao pretender que o juiz como pessoa possa ser neutro, por dotes pessoais que o situam acima dos conflitos humanos, associa-se à sua imagem pública um componente sobre-humano, ou divino, que obviamente não é mais do que um produto de manipulação...”. Lembra, ainda, Zaffaroni sobre o ministro da Justiça de Mussolini: “Rocco não pretendia uma magistratura fascista, senão uma magistratura “apolítica”.

A censura volta a passos largos. A tutela da moral já cobra pedágio dentro de museus. Mas é bem ver que a maioria de jornais não impressos, dos livros apreendidos ou espetáculos interditados provieram mesmo é de decisões judiciais.

E até o poder militar vai se fazendo cada vez mais presente nos escaninhos dessa esvaziada democracia, abarcando funções impróprias de segurança

pública. No Rio de Janeiro, juízes fizeram um manifesto de apoio à intervenção, até porque ordem, disciplina e hierarquia nunca foram mesmo produtos em falta no armazém judicial.

Fracasso de público e crítica, o Judiciário parece estar, todavia, em dia com os novos rumos que a política institucional está tomando. E sim, este é um paradoxo ainda mais assustador.~

Roda Viva expõe o perigo de um país de milhões de Bolsonaros. Por Ricardo Kotscho

Publicado por

Larissa Bernardes

-

31 de julho de 2018

Publicado no Balaio do Kotscho - RICARDO KOTSCHO

Foram tantas as boçalidades proferidas por este ex-militar bronco e inculto no programa Roda Viva de segunda-feira que fica até difícil escolher uma só para abrir esta matéria sobre a entrevista de Jair Bolsonaro, o candidato das trevas.

Minha filha Mariana, também jornalista, me mandou essa:

“Se você, por exemplo, aumentar o número de empregos no Brasil a tendência de alguém procurar um hospital diminui...”.

Como assim? Quem trabalha não fica doente, pergunta a Mariana, que conclui:

“Pior do que os absurdos dele é ter quem acredite e concorde”.

PUBLICIDADE

É verdade. O maior problema político do Brasil hoje não é ter um tipo como Bolsonaro favorito nas pesquisas presidenciais sem o nome de Lula.

O grande perigo de um brutal retrocesso está nos milhões de Bolsonaros que o apoiam e declaram voto nele porque pensam como ele, este projeto de nazista tupiniquim.

Por isso, o grande mérito dos jornalistas entrevistadores do último Roda Viva da série com os presidenciáveis foi expor a exótica figura durante uma hora e meia em rede nacional de televisão para que ninguém depois diga que foi enganado.

Além das barbaridades que falou sobre direitos humanos, as agressões contra pessoas da maior dignidade, como o ex-ministro da Justiça José Gregori, a ofensa à família de Vladimir Herzog ao colocar em dúvida seu assassinato no DOI-CODI, o que mais me chamou a atenção na entrevista foi a total incapacidade dele de juntar duas frases com sentido e não conseguir responder nem às perguntas mais simples, sem nenhum compromisso com a lógica ou com o país.

Debochado e leviano, Bolsonaro seria reprovado em qualquer exame psicotécnico de admissão num emprego.

Para ninguém pensar que estou exagerando (vale a pena ver a integra do programa no site da TV Cultura), vou reproduzir só um trecho do diálogo de surdos entre o candidato e a repórter Maria Cristina Fernandes, do jornal Valor:

MCF: Qual a sua proposta para que a mortalidade infantil deixe de subir?

JB: Quando se fala em mortalidade infantil, isso tem a ver com os prematuros. É muito mais fácil um prematuro morrer do que um bebê que cumpriu uma gestação normalmente. Medidas preventivas de saúde...

MCF: Isso não tem muito mais a ver com saneamento básico?

JB: Tem um mar de problemas (...) Muita gestante não dá bola para a sua saúde bucal ou não faz os exames do seu sistema urinário com frequência.(...) Agora, eu vou dar a missão. Quem for para o ministério da Saúde, tem que realmente cuidar da saúde e não da doença, prioritariamente.

MCF: E como o senhor vai fazer isso reduzindo os gastos?

JB: O que acontece... Não só a Inglaterra... Você, você, você vai conjugar também com desburocratização, desregulamentação... Que é o inferno da vida de quem quer empreender no Brasil. Quem quer ser patrão no Brasil em sã consciência?

MCF: Eu tô falando de saúde, deputado.

JB Você falou de economia... Como vai reduzir impostos e vai entender economia (???) Se você, por exemplo, aumentar o número de empregos no Brasil, a tendência de alguém procurar hospital vai diminuir.

Dá para acreditar no que ele respondeu quando a pergunta foi sobre saúde pública?

Foi assim o programa inteiro: ele não entendia as perguntas e respondia qualquer coisa sem se importar com a veracidade dos fatos e números citados, chutando para todo lado.

Pode ser o tema que for, ele usa os mesmos jargões que repete nos discursos gritados em cima de carros de som nos aeroportos por onde passa.

O que mais me assusta é encontrar cada vez mais gente que fala e pensa como ele, numa mistura explosiva de desinformação e má fé, mesmo pessoas com curso superior e bom padrão de vida.

Nesta campanha eleitoral, pior do que tudo, estamos criando uma legião de Bolsonaros que vieram para ficar, cheios de certezas, verdadeiras hordas de seguidores fanáticos que se caracterizam pela violência e ignorância.

Foi a eles que o candidato se dirigiu no Roda Viva, sem dar a menor satisfação aos jornalistas e ao público em casa, o resto do eleitorado que não professa a sua fé num trabuco para resolver todos os problemas nacionais.

É impossível resumir num post todas as sandices, estultices, mentiras e canalhices que ele foi capaz de proferir, às vezes rindo dele mesmo, como se estivesse falando com um bando de retardados.

Bolsonaro tornou-se a melhor expressão do que sobrou da Operação Lava Jato deflagrada para acabar com o antigo "sistema político corrupto e viciado" para pregar a renovação nas eleições de 2018.

O personagem para encarnar o novo que encontraram é esse deputado profissional de sete mandatos, que se apresenta como o Trump nativo contra “tudo isso que está aí”.

Lançado por um partido nanico, sem alianças nem tempo de TV, sem qualquer programa de governo, candidato do “eu sozinho contra o mundo”, aquele que manda perguntar no Posto Ipiranga (seu assessor Paulo Guedes, um ultraliberal guru do ex-capitão nacionalista e estatista) quando não sabe as respostas.

Estamos bem de candidato favorito, o homem que tem entre 17 e 19% nas pesquisas de intenção de voto a 70 dias da eleição.

O que já está péssimo, sempre pode piorar. Preparem-se.

E vida que segue.

3.COLUNA DO TIMM – Julho 2018

UNANIMIDADE... (?). Me incluam fora desta lista...

Paulo Timm – Especial para REPORTER INDEPENDENTE

Há muito tempo não via tamanha unanimidade de pensamentos no país, contrariando aquela máxima de Pinheiro Machado de que “ideias não são metais que se fundem”. Todo mundo grita contra a decisão do STF, sublinhando decepção diante das vacilações de sua Presidente, semana passada, ao transferir para o Congresso a avaliação dos casos de julgamento de parlamentares. Lava mãos.... Contudo, desconfio das unanimidades. Esquerda, direita, jornalistas “clássicos”, juristas eméritos, até militares da linha dura

que clamam pela intervenção militar, juntos? Desconfio também do excesso de adjetivos na crônica nacional, sem o substantivo aprofundamento que os ampare, seja dos princípios do liberalismo ou da crítica que o estigmatiza. No Brasil escandalizamo-nos com a corrupção, com a concentração de renda, com o suposto populismo, ou alegado autoritarismo, mas pouco se discute, como faz no resto do mundo, sobre a natureza e perspectivas de própria democracia. Há algo de errado aí...

Então, eu me lembro do meu filósofo de cabeceira : A UNANIMIDADE É BURRA.

Lembro-me, porque fui testemunha, daqueles dias tortuosos de 1968 quando delirávamos com a defesa de Mário Covas, na CÂMARA DOS DEPUTADOS, em defesa do mandato do Marcito Moreira Alves, ameaçado de julgamento porque havia feito um discurso candente contra os militares. Ficaram, estes, tão melindrados que, afinal, no fatídico dia 13 de dezembro daquele ano decretaram o AI-5, preâmbulo dos Anos de Chumbo, tão ao gosto dos bolosonaros...

Continuo, pois, como bom mineiro que nunca fui, onde sempre estive: Defendendo, civilmente, a supremacia do SUPREMO como árbitro derradeiro no sistema de poderes independentes - o que erra por último, segundo R.Barbosa, citado por Celso de Mello - , mas também, a inviolabilidade do mandato parlamentar, a partir do conceito rousseuiano de soberania popular. Minha maior crítica é, em primeiro lugar, ao esvaziamento do CONGRESSO como fonte de Poder, à mercê de um Executivo podre, de um federalismo de ocasião, com raízes em 1977, de um bicameralismo retórico, oneroso e inútil e da judicialização da política que lhe dá sequência. E por que não condenar a morosidade do SUPREMO no julgamento de políticos, independentemente de autorização para tanto? E por que não condenar essa jaboticaba do foro privilegiado que transforma o SUPREMO em Foro de julgamento de batedores de carteira? E por que não se discute, a fundo, a Reforma do Judiciário com a descartelização do bacharelismo que lhe acompanha desde o Império? Qual outra corporação profissional no país tem tantos privilégios junto às cortes do que os advogados com sua excelsa OAB, pérola do corporativismo? Quando acabaremos com as decisões monocráticas de juízes sobre processos que deveriam ser julgados por um coletivo, com a participação da sociedade civil, para evitar o viés pessoal?

E last but not least_ Quando voltaremos às ruas para desempatar o imbroglío em que estamos metidos e paramos de assinar manifestos na INTERNET de protesto contra a indesejável situação do país?

Como dizia o imortal poeta condoreiro: A PRAÇA É DO POVO COMO O CÉU É DO CONDOR. É O LUGAR ONDE A LIBERDADE CRIA ASAS EM SEU CALOR. Vamos para a rua, "ONDE MORA O ACONTECIMENTO"..., antes que algum aventureiro, com armas na mão, o faça.

O velho e o novo. Os velhos e os jovens.

Paulo Timm – A FOLHA, Torres RS

“Sem atrito dialético, paciência argumentativa e mediação política, o futuro fica em suspenso.”

<http://ano-zero.com/qualidade-da-democracia/>

Marco Aurélio Nogueira - 25 de outubro de 2016 - A QUALIDADE DA DEMOCRACIA TEM A VER COM VOCÊ

“Os jovens, incrivelmente, não lideram mais vanguarda alguma. Pelo contrário, lideram a retaguarda, o atraso, o anacronismo. O frei Luiz Carlos Susin, teólogo de 68 anos e admirador do papa Francisco, costuma dizer que a geração dele transgrediu tanto que, para muitos jovens de hoje, a forma mais genuína de transgredir é retrocedendo. Faz sentido.”

Paulo Germano, publicada por **GaúchaZH**, 15-06-2018

Li, recentemente, depoimento de um brasileiro recém chegado à Londres, no qual observa algo, no mínimo, surpreendente. Por todos os cantos da cidade, pelos quais transitava, via algum tipo de manifestação popular. Uns contra o BREXIT, outros a favor de ilegais, outros contra tentativas de mudança no invejável sistema de saúde pública do Reino Unido. Em todos eles, relata o viajante, percebia uma forte predominância de mulheres idosas e poucos jovens. Daí sua reflexão sobre o que está acontecendo com o mundo quando os jovens se retraem e os mais velhos é que saem às ruas para fazer da democracia algo mais além do voto: O protesto. Uma resposta seria o efeito “Maio de 1968”. A geração que passou por aquela década – e aquele ano - , de grandes transformações em todos os campos, começando pelo pequeno passo sobre o solo lunar – “um grande salto para a humanidade” no rumo das estrelas - até a revolução sexual , promovida pela pílula, não envelhece. Morre, por certo, ainda distante da imortalidade, mas sem pranto, à vista da percepção de ter vivido e gozado um dos momentos mais libertários da civilização. Nem a conservadora Igreja de Roma escapou do vendaval. O Concílio Vaticano II, sob João XXIII, assim se definiu:

“A Igreja sempre se opôs a erros, muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor as necessidades de hoje mostrando a validez da sua doutrina do que renovando condenações”.

Aquele, foi, enfim, um tempo de afirmação da autonomia das consciências, ainda movida pelos ideais da razão iluminista, sobre a tradição. Uma renovação, em sentido amplo, naquilo que um filósofo marxista contemporâneo denomina verdadeiro “acontecimento”. Os jovens, aparentemente, comandavam o espetáculo, para espanto de seus pais e avós ainda desconfiados com tamanhas liberalidades.

Passaram-se 50 anos e muitas daquelas liberdades refugiaram-se na vida estritamente privada: Cuidados de si, para si mesmo. O que parecia um novo umbral da História, congelou-se como conquistas meramente individuais de gerações mi-mi-mi , lamurientas,

EM VEZ DE RESMUNGAR

<http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/191539/em-vez-de-resmungar-ou-lastimar-va-atras-daquilo-q.htm>

O grande avanço tecnológico, de outra parte, sublinhou a importância da eficiência tópica, como categoria de meios, sobre reflexões mais abrangentes sobre os sentidos últimos da existência e da História. Com seu extremo dinamismo instaurou o império da novidade, confundindo-o com o novo, sempre mais arriscado e incerto

- <http://marcoanoqueira.blogspot.com.br/2014/09/novo-novidade-renovacao.html> - .

As mudanças levaram às últimas consequências a afirmação do “ente” como pé de página do “ser”, no rastro do fim da metafísica de Heidegger. Constituímos, todos, mas sobretudo as novas gerações, como elos de uma cadeia inevitável de realidades provisórias: fazemos investimentos na nossa educação, saúde e aparência física como um meio de sobreviver melhor no mundo do consumo, fazemos poupança para um futuro pessoal mais seguro, atravessamos diversas relações amorosas até nos fixarmos num parceiro, por um período de tempo, odiamos tudo o que se refere ao público, ao humano e ao Estado.

"A crise do humanismo em nossa época tem, sem dúvida, sua fonte na experiência da ineficácia humana posta em acusação pela própria abundância de nossos meios de agir e pela extensão de nossas ambições. No mundo, em que as coisas estão em seu lugar, em que os olhos, as mãos e os pés sabem encontrá-las, em que a ciência prolonga a topografia da percepção e da práxis, mesmo ao transfigurar seu espaço; nos lugares onde se localizam cidades e campos que os humanos habitam, ordenando-se, segundo diversos conjuntos, entre os entes; em toda essa realidade 'correta', o contra-senso dos vastos empreendimentos frustrados - em que a política e técnica resultam na negação dos projetos que os norteiam - mostra a inconsistência do homem, juguete de suas obras. Os mortos que ficaram sem sepultura nas guerras e os campos de extermínio afixam a ideia de uma morte sem amanhã e tornam tragicômica a preocupação para consigo mesmo e ilusórias tanto a pretensão do animal rationale a um lugar privilegiado no cosmos, como a capacidade de dominar e de integrar a totalidade do ser numa consciência de si."

(E. Levinas cit por Grégori Elias Laitano, FB 21 jun 2018)

Fiquei alarmado, outro dia, ao contestar o discurso governamental da crise da Previdência, reafirmando a lógica de se iniciar a análise da matéria a partir do compromisso ético das novas gerações frente às passadas, as quais, com seu trabalho, muitas vezes pesado, sob condições sociais e legais adversas, haviam contribuído para elevar a produtividade do sistema econômico permitindo elevação cada vez maior da renda e dos salários. Replica um jovem: - “Eu quero que meu avô morra, se ele não foi capaz de investir no seu futuro...” Oressa, os tempos eram outros. Senão dourados, marcados pela ideia de que se algo escapasse aos olhos dos homens, não escaparia ao olhar dos deuses. Da eternidade, na Cidade de Deus, onde repousa o insignificante bem que, só por persistência, sobreviveu à luta contra o gigantesco mal terreno.

Leio, a propósito, outra notícia igualmente estarrecedora: Os jovens seminaristas odeiam o discurso de tolerância do Papa Francisco

- <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580009-os-jovens-que-nao-gostam-do-papa-francisco> . Lamentável. Querem o retorno aos tempos anteriores ao Concílio Vaticano II: Dogmas, sob o acicate das mortificações
- <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577687-as-novas-velhas-faces-do-conservadorismo-catolico> . Jovens são também, no Brasil, os eleitores de candidatos tradicionalistas e autoritários às eleições presidenciais
- <https://oglobo.globo.com/brasil/entenda-que-sustenta-pensamento-de-jovens-de-16-24-anos-que-votam-em-bolsonaro-22721699> .

Seria o caso de se perguntar: - Não estarão os nossos jovens confundindo o novo com mera novidade, sem se dar conta de que nem tudo que é velho é ruim e nem tudo o que é novidade é necessariamente novo? Um historiador americano Tony Judt antecipou em seus livros tudo isso e tenta explicá-lo à luz da perda de memória dos mais jovens. Eles dizem que tudo deu errado, sem se dar conta de que usufruem um mundo melhor do que os avós e sem saber como isso tudo aconteceu graças à Política. Apostam que o Brasil não deu certo e dizem que querem emigrar, sem se darem conta que saímos de um fazendão escravocrata de café em 1989, com pouco mais de 10 milhões de almas, para uma das *players* mais sofisticadas do mundo, com mais de 200 milhões de brasileiros. Será que tudo foi obra do acaso? Ora, até sabemos que as mudanças ocorrem também em razão de acidentes aleatórios, mas, mais das vezes, na História, elas são frutos do engenho e arte daqueles que fizeram da herança a matéria prima da civilização. Vamos com calma... Mas, se minha geração “protestante” está morrendo sem herdeiros, do que será feito o futuro? De avatares desmemoriados? Meu Deus! O Brasil não cabe em Portugal. Dai-me Senhor, mais alguns anos para tentar explicar ao mundo que somos feitos de estórias, não átomos, como queria Eduardo Galeano. E para pensar, transgredir e protestar, segundo o decálogo proposto por Marco Aurélio Nogueira:

PENSANDO OS PROTESTOS DOS DIAS DE HOJE- DECÁLOGO

Marco Aurelio Nogueira . Cientista Político – S.Paulo - UMESP

1 – PROTESTAR É DEMONSTRAR VOZ E PODER

2 – PROTESTAR É BUSCAR CONSENSOS

3 – PROTESTAR SEMPRE IMPORTA

4 – PROTESTAR É EMPREGAR O BOM SENSO

5 – PROTESTAR É UMA VIRTUDE

6 – PROTESTAR É DEFENDER SUA AUTONOMIA

7 – PROTESTAR É CUIDAR DE SI

8 – PROTESTAR É SEGUIR ALGUMA ORDEM

9 – PROTESTAR É ESSENCIAL, MAS COM MODERAÇÃO

10 – PROTESTAR NÃO É AUTORITARISMO DISFARÇADO

Nós e Eles

Paulo Timm – A FOLHA, Torres e REPORTER INDEPENDENTE, BSB

Há um poema de Fernando Pessoa que gosto muito e sempre me vem à cabeça, musicada pelos saudosos “Secos e Molhados” - https://www.youtube.com/watch?v=77sTm6g_7so , que começa assim:

Não, não diga nada/Supor o que dirá a tua boca/É dizê-lo já...

Assim começo porque o caro leitor, já acostumado com esta crônica política, talvez pense que vou, com o título acima, voltar à disputa entre coxinhas e mortadelas. Nada disso. O “nós e eles”, hoje, refere-se a nós – brasileiros – e eles, os americanos. No fundo, há até certa correlação, aqui também, entre coxinhas e mortadelas, já que nela subsiste uma ideia de que os primeiros são mais ricos do os segundos. O inconsciente me trai. Mas a conjuntura nacional está tão insossa, à luz do brilho da seleção da COPA, que é melhor diversificar. Antes, porém, sou obrigado, pelo ofício a relatar sucintamente o que diz a última Pesquisa Eleitoral, do PODER 360, realizada de 25 a 29 de junho:

DataPoder360: a 3 meses da eleição, Bolsonaro é líder e ‘não voto’ tem 42%

<https://www.poder360.com.br/datapoder360/datapoder360-a-3-meses-da-eleicao-bolsonaro-e-lider-e-nao-voto-tem-42/>

42% dos eleitores ainda não têm candidato a 3 meses da eleição

Sem Lula, Bolsonaro vai de 18% a 21%, Vence todos no 2º. turno

Em alta: brancos, nulos e indecisos

Haddad (PT) tem 6%; Alckmin, 8%

Bolsonaro vence todos no 2º turno

Ciro Gomes fica com 12% a 13% e tem a preferência de petistas se Lula não concorrer

Potencial de voto em Lula é de 35%, mas rejeição é de 62%

Isso posto, tirem suas conclusões e vamos ao norte. Muitas diferenças nos separam, além da posição no globo. Os americanos são anglo-saxões, herdeiros de uma cultura marcada pela forte resistência às invasões do Império Romano na Antiguidade e pela Reforma Religiosa na entrada da modernidade, como mostrou num livro clássico – O Espelho de Próspero - Richard Morse. Outro

americano, um pouco mais tarde, Samuel Huntington, no seu famoso “O Choque das Civilizações”, sugere, também que toda a América Latina , como o Oriente Médio e China, constitui um bloco cultural substancialmente distinto do anglo-saxão. Dificilmente nos uniremos. Simplificando, dir-se-ia que estes são mais práticos diante do utilitarismo individualista e nós, mais sensíveis ao humanismo. Resultado assinalado por Morte: Para um americano o continente latino-americano, sobre o qual olha com desdém, é um caso atávico de subdesenvolvimento. Para nós, os Estados Unidos, um caso irrecuperável do salto da barbárie à decadência, sem passar pela civilização..

A reflexão me vem ao caso depois de ver o documentário A GUERRA DO VIETNAME, na Netflix. Tendo vivido o tempo daquele conflito e, já na época – entre \961 e 1973 - , percebido os descaminhos dos Estados Unidos, só agora, neste filme, pude ver a profundidade, não só dos crimes de guerra praticados, como a quantidade de mentiras governamentais que os sustentaram. Espantoso. Não deixem de ver. Com todas as barbaridades que temos assistido nos nossos Governos, não creio que jamais faríamos algo similar. Vide as ações de nossas forças armadas à serviço da ONU no Haiti. Lá temos, hoje, uma vibrante torcida pelo Brasil na Copa.

Outra fonte atual de avaliação dos Estados Unidos é o livro recém lançado “ IRMÃOS O KENNEDY – o jeito americano de fazer política ” , de David Talbot.: [http://blogdomarinoboeira.sul21.com.br/.../Irmaos-A-Historia-](http://blogdomarinoboeira.sul21.com.br/.../Irmaos-A-Historia-...)

...

O livro se centra na saga da família Kennedy, John, Presidente, e Robert, candidato, ambos assassinados mas demonstra os bastidores de violência e conspiração reinantes na vida americana..

Somados a tantos outros fatos, livros, filmes e documentários recentes sobre os Estados Unidos somos obrigados a aceitar a ideia de que nosso parentesco é mais geográfico do que cultural. Não por acaso o bordão de Trump é “America Firs”, que ecoa aos mais velhos a velha “Deutschand uber alles”, de Hitler. Somos nacionalistas, por certo, mas, vítimas, talvez, do velho latinismo o situamos no contexto da humana idade. Deus nos guarde do jeitinho que somos.

DOMINGO INCRUENTO MAS TENSO

**Paulo Timm – A FOLHA, Torres – REPORTER
INDEPENDENTE, BSB**

Domingo, 8 de julho de 2018, um dia gelado no sul do Brasil, seco no Centro Oeste, molhado no Norte e Nordeste, sem sangue nas ruas, porém, triste para a história de todos nós: A Justiça se engasgou diante do deferimento, por um desembargador de plantão no TRF 4 - Rogério Favreto - , de pedido de habeas corpus para Lula, prontamente contestado pelo Juiz - em férias - Sérgio Moro, de instância menor, ratificado por outro desembargador- João Pedro Gebran Neto - , de nível equivalente ao primeiro, o qual reitera, por mais duas vezes sua decisão. Se alguém ainda tinha dúvidas de que a polarização política chegara ao Poder Judiciário, acabou-se. Lá estava ela, explícita, em decisões conflitantes. Pra variar: Contra x A favor... A imprensa se alvoroça. Os petistas deliram com a expectativa da soltura de Lula. A Polícia Federal hesita entre soltar ou não soltar, não sem, certamente, consultar o hoje Ministro da Segurança Pública, a quem está subordinada. Os especialistas se sucedem em opiniões divergentes quanto ao conflito.. Os políticos calam diante do inusitado. A opinião pública se divide em busca do princípio do fundamento e não apenas opiniões. Enfim, já no fim da tarde, o Presidente do TRF 4, desembargador Thompson Flores, desqualifica o plantonista que deflagrou o imbróglio e, com ou sem competência, mantém Lula preso. Nos dias que se seguiram as autoridades superiores do mundo jurídico – Procuradoria Geral da União e Superior Tribunal de Justiça - se manifestam, ratificando a decisão de Moro e de Thompson Flores e pedindo a abertura de inquérito para apurar eventuais responsabilidades do desembargador Rogério Favreto, tendo em vista seus notórios vínculos com o PT. O Estado vence. Pacificada a Justiça, o Leviatã se aquieta mas o assunto continua rolando na Sociedade Civil . As redes abundam acusações de todos contra todos. O domingo incruento, mas pungente, entra para a História. O quê dizer disso tudo?

Primeiro, o óbvio: Estamos numa nave à deriva, comandante desmoralizado, suspeita de motim à bordo, incêndios localizados no convés e uma única esperança no “Terra à Vista!”, em outubro próximo. Alguns, entretanto, dizem que as eleições são apenas uma hipótese, eis que nem se sabe direito quem são as coligações e candidatos. São os incendiários.

Depois, as circunstâncias pois que determinantes na vida dos homens em sociedade. Elas se circunscrevem num Estado de origem imperial-absolutista que, numa manhã tão longínqua no tempo, como da pequena população que a comungava - pouco mais de 3 milhões de pessoas, quase metade escrava, sem almas - no dia 7 de setembro de 1822, fez-se independente da Mãe Pátria. José Bonifácio, Patriarca da Independência sabia disso: - *Temos um Estado, falta a Sociedade*. Dele as primeiras iniciativas para a construção das bases sociais para o exercício da cidadania. Ainda não as cumprimos. Cem milhões de brasileiros ganham até 1 Salário Mínimo, sendo que metade deles, abaixo de meio mínimo, 10 milhões na linha de pobreza e fome. Mesmo o direito generalizado ao voto é coisa muito recente neste país, posterior a 1988. Consumo de massas, que constitui a essência do desenvolvimento nos países centrais, gerando um grande colchão de classe média, nem pensar. Nossa classe média está restrita ao número de contribuintes do Imposto de Renda: 27 milhões, que somados aos sonegadores chaga a um quarto da população do país. Neste contexto abundam as excelências, sobre os quais os Poderes Judiciário, alimentado pelo bacharelismo, e o Legislativo, nutrido pelo

coronelismo, navega, ontem o Rio de Janeiro, hoje Brasília. Com este contexto tentamos construir uma democracia. Não é fácil. O Estado, aqui, nem se dá ao luxo de ser de exceção. É apenas aquilo que nele e por ele se revela: Senhorial.

Finalmente, os fatos do domingo: Todos erraram e continuam errando.

É evidente, até para o Pateta, que houve uma concertação dos peticionários do habeas corpus a favor do Lula com o Juiz de Plantão, com fortes ligações com o PT. Não sei se isso fere a lei, mas fere o bom senso moral. Sou, particularmente, favorável à soltura do Lula, como de vários outros presos por condenação em segunda instância, mas não porque seja pré-candidato, mas porque há um princípio constitucional que garante a defesa em liberdade até o trânsito em julgado. Mudam tanta coisa no Congresso, por que não mudam isso...!? De resto, não existe, legalmente, a figura legal do pré candidato, a justificar a novidade do feito, apenas a do candidato. Até eu, mísero e desconhecido mortal, posso me arvorar a condição de pré candidato, seja a Presidente, Governador, Senador ou Deputado. Sem Convenção e registro de candidatura, só farofa. Este mesmo habeas corpus, aliás, deve ser apresentado oportunamente. Daí creio que terá sucesso.

Mas errou também o Juiz de Plantão. Eis o que diz um insuspeito jurisconsulto, simpático ao PT, Fabio Konder Comparato: *Na opinião do jurista, porém, na guerra jurídica de domingo, "dos dois lados houve incorreções". O desembargador plantonista Rogério Favreto, "em princípio, não tinha imparcialidade". "Ele trabalhou com o PT e no governo do PT." O argumento de que havia um fato novo, Lula ser candidato, não se cristalizou juridicamente, diz. "A candidatura não havia sido oficializada."*

Errou também Sérgio Moro, embora aparentemente citado, indevidamente, pelo Desembargador Favreto, pois, ainda segundo Comparato, *é considerado um princípio básico de direito que a participação de um juiz em um dado processo se esgota ao proferir a sentença.*

Errou, duplamente, o Presidente do TRF 4, Dr. Thompson, antes que tudo pela morosidade em se fazer presente à concorrência positiva entre Favreto e Gebran, mas por não a ter levado imediatamente à instância superior, que seria o STJ, este, sim, competente para sustar o Alvará de Soltura de Lula.

Estão errando, finalmente, tanto a Procuradora Geral da República, quanto a Presidente do STJ ao condenar o Desembargador Favreto e exaltar o Juiz Moro, pois ambos erraram e deviam merecer igual tratamento. Aqui, os vestígios do Estado Senhorial. Aos amigos, tudo, aos inimigos, a Lei...

Errou por último, pois é sempre o último a errar, o Supremo, através da Nota melosa de sua Presidente Carmen Lúcia, principal responsável pela harmonia e lisura interna da Casa da Justiça e que, lamentavelmente, fracassou neste mister. Vide recente pugilato entre Gilmar Mendes e Barroso nas suas angelicais asas.

Enfim, vamos em frente, em meio ao nevoeiro, confiantes no grito da gávea:
Terra à Vista!!!!

POBRE BRASIL

Especial A FOLHA, Torres, 20 julho

Crivella, disse alguém, passou dos limites. Trump, no encontro com Putin, também. Temer já começou fora destes limites. E Bolsonaro, o que dizer?

Fico sabendo, por comentaristas políticos, que ele - Jair Bolsonaro - tem a maior preferência dos eleitores nas pesquisas ditas espontâneas. Ele está na frente, até do Lula. Espontânea é aquela pergunta tipo bala perdida, em que o pesquisador cai do céu e indaga ao despreocupado transeunte em quem ele votará para Presidente, sem qualquer cartela com nomes sugeridos. Dá Bolsonaro. Lula ganha dele só no caso da escolha contra a apresentação dos nomes dos candidatos. Sem isso, Bolsonaro é campeão. Isso significa que Bolsonaro, como foi o Trump nos Estados Unidos, é um postulante viável, apesar de ter todo mundo, ou quase todo mundo, de bom senso contra ele, principalmente a Mídia.

Aí pergunto ao Benedito Tadeu, Cientista Político, militante histórico do PT, quem são os eleitores do Bolsonaro (?) e descubro que é a classe média: Jovens, com nível de renda médio e boa escolaridade. E não se diga que a classe média não conta em eleições. Conta, sim, pois tem um manancial de cerca de 50 milhões de pessoas, ¼ da população brasileira, bem situada socialmente e com grande capacidade de “fazer amigos e influenciar as pessoas”. Então me pergunto: E essa gente não têm bom senso, pois acabei de dizer que Bolsonaro tem a rejeição do bom senso? Pois bem, eis a questão, sempre colocada pelo Sociólogo P. Baia, do Rio de Janeiro: Voto é afeto, não razão. Argumentos são importantes no longo prazo na organização dos Partidos e confirmação de lideranças fiéis ao seu ideário. Nas eleições, sobretudo de voto obrigatório, não sem o apoio de alguns elementos objetivos, como um mínimo de recursos, estrutura partidária, articulação social e tempo de televisão, ganha quem conquista corações e mentes. Essa conquista não tem nenhum parentesco com a verdade, ainda mais nestes tempos de pós-verdade. Tudo depende de como a narrativa do candidato cola na percepção do eleitor. Eliane Brum, no EL PAÍS desta semana, trata disso com rara agudeza. Ela dá a este processo o novo nome de auto-verdade, aquilo que nada tem a ver com a realidade mas que se parece com aquilo que o eleitor entende como verdade. Hoje, por exemplo, os

eleitores brasileiros estão convencidos que o grande problema do país é a corrupção, com a qual Partidos e políticos estariam irremediavelmente comprometidos. Ai de quem tente mostrar, com estatísticas de ONU ou da Fundação Getúlio Vargas, que perdemos 30% da safra agrícola no desperdício da insuficiente logística ou de que o buraco de PETROBRÁS foi provocado muito mais por resultados de gestão do que pelos malfeitos processados pela Lavajato. *Nunca!, dizem os incautos. O problema do Brasil é o roubo, são os políticos, foi o PT, o Lula, a Mãe Joana! Aí entra o Bolsonaro e chuta em gol, como fez o Doria nas eleições em São Paulo. O Brasil precisa de ordem e gestão, não de políticos!*

Bolsonaro, enfim, conseguiu ficar à margem da polarização ideológica que tomou conta do país depois de 2014. Em lugar de tomar partido de coxinhas e mortadelas, ele criou o seu próprio polo de aglutinação com um discurso contra tudo e contra todos. Discurso, aliás, rústico, direto e até debochado, igualzinho ao que predomina nas redes sociais. Ele, aliás, é comprovadamente o candidato que melhor usa as redes, às quais estão “ligados” os jovens. Fala, a propósito, como eles, demolindo, ainda que conservadoramente, instituições, sem nada propor, porque é tão ignorante quanto os milionários influenciadores digitais ou incendiários apresentadores de programas televisivos vespertinos.

E daí? Quem se importa com a verdadeira verdade? Segue o barco.

Na verdade, a história se repete, cada vez mais farsesca: Janio, em 1960, Collor em 1989, Bolsonaro, talvez, em 2018. Todos iguais, à cata de eleitores sensíveis à retórica da corrupção. Lembro que JK aparecia na Mídia, quando Presidente, como a sétima maior fortuna do mundo. Com provas e contraprovas. Puro barbarismo, posteriormente desmentido pelo Jorn. Sebastião Nery. Mas alimentou a campanha da vassourinha: VARRE, VARRE VASSOURINHA!!!!. Eleito, num momento de porre da UDN, Janio duraria sete meses no Governo. Collor durou dois anos e pico. Também ia acabar com a corrupção da Nova República e de quebra dar um tiro na inflação. Reduziu tudo ao confisco da Poupança.

Me pergunto, agora, se Bolsonaro, for eleito, quanto tempo durará...? E o que inventará? Ou o que nos legará? Pobre Brasil.

Chegamos ao fundo do poço.

Expressam, todos os candidatos, um dos grandes problemas da democracia, ao abrir-se, indistintamente, a qualquer cidadão: O despreparo, para não dizer ignorância dos eleitos, quando não portadores de má consciência ou simples doença mental.

Esperava-se, com a República, que os PARTIDOS cumprissem a função de qualificar e selecionar os candidatos ao exercício da representação, numa espécie de compensação às perdas da formação dos príncipes, tal como Alexandre, discípulo de Aristóteles. Falharam os Partidos, no mundo inteiro. Ninguém aguenta mais o modelo que aí está.

Precisamos de outro modelo, não só de REPRESENTAÇÃO como de ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO numa nova era das comunicações. O que temos aí era oportuno e conveniente no final do século

XVIII...Nossos netos merecem algo mais adequado aos novos tempos.

Na verdade, chegamos ao fundo do poço.

Expressam, todos os candidatos, um dos grandes problemas da democracia, ao abrir-se, indistintamente, a qualquer cidadão: O despreparo, para não dizer ignorância dos governantes, quando não portadores de má consciência ou simples doença mental.

Esperava-se que os PARTIDOS cumprissem a função de qualificar e selecionar os candidatos ao exercício da representação, numa espécie de compensação às perdas da formação dos príncipes, tal como Alexandre, discípulo de Aristóteles. Falharam os Partidos, no mundo inteiro.

O MUNDO NÃO AGUENTA MAIS!!!!!!!!!!!!

Precisamos de outro modelo, não só de REPRESENTAÇÃO como de ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO numa nova era das comunicações. O que temos aí era oportuno e conveniente no final do século XVIII...Nossos netos merecem algo mais adequado aos novos tempos.

CENÁRIO ELEITORAL INCERTO MAS FIRMANDO-SE

Paulo Timm – Especial para A FOLHA, Torres RS – Julho,27

Alckmin abocanhou oito partidos, tempo de TV, estrutura e capilaridade em todo o País. Isso garante sua eleição? Ricardo Pires, Brasília, DF

"O Lula vai entregar o poder ao PSDB. É a única forma de sobreviver politicamente. Na oposição, preso, e com a esquerda travada pela hóstia do Lula Livre; quem não a engolir será crucificado como apóstata.

Minha tolerância com o caudilhismo petista se esgotou. Hoje, depois da unidade formal da direita, o PT dissipa sua história sob a forma de implícita colaboração para a continuidade da plutocracia paulista".

Wanderley Guilherme dos Santos

A política, dizia um velho político mineiro, é como uma nuvem. A gente olha, lá está ela. Dá uma piscada d'olhos, volta a cabeça pro céu e já ela não está mais. Um pintor clássico, do Renascimento holandês, Vermeer, autor do célebre "A moça do brinco de pérolas", transformado num dos mais belos filmes que vi, registrou, também, o multicolorido das nuvens. Brancas, como a Política, só a primeira vista. Fixando bem o olhar e dependendo da hora do dia há nuvens

brancas, negras, azuladas, avermelhadas, irisadas e outras tantas. Pois assim foi na semana passada. A conjuntura eleitoral ganhou novos rumos. Paradoxalmente, contrariando o que parecia uma novidade, a emergência do outsider Bolsonaro, começa a ceder lugar ao confronto PT x PSDB. Quem diria...?

Vejamos:

O ex- Governador de São Paulo, Alckmin, até aqui pouco convincente para eleitores e analistas, ganhou relevo com o apoio do vacilante “Centrão”, um conjunto de Partidos relativamente pequenos mas com forte presença na Câmara dos Deputados. Não se tem notícia, ainda, das repercussões disso nas preferências eleitorais, mas é certo que Alckmin ganhou o maior tempo na propaganda eleitoral dentre todos os candidatos e poucos duvidam do poder desta mídia no processo eleitoral. Isso muscula a figura do ex-governador e o coloca, novamente, no campo das possibilidades de ir para o segundo turno. Falta, ainda, a definição do MDB, empacado na imaginária candidatura do ex Ministro da Fazenda, Meirelles, que, se aderir a Alckmin lhe robusteceria ainda mais. Mas há riscos na campanha de Alckmin, como observa Marco Antônio Teixeira, Cientista Político, da Fundação Getúlio Vargas: “O risco para Alckmin é ser visto como candidato governista e comprometido com o centrão, grupo político que vai tensionar sua campanha como fez Paulinho da força na questão do imposto sindical.” Outro risco seria a debilidade dos candidatos do PSDB ao Governo nos Estados e Distrito Federal.

Quanto ao PT, persiste a dúvida se Lula será efetivamente candidato ou se conseguirá ungir, a tempo de transferir seus votos, um novo “poste” para representá-lo. Ainda assim, forçoso reconhecer que Lula tem franca preferência naqueles que já fizeram sua escolha para a Presidência, embora , também, da mais alta rejeição. Haddad, ex Prefeito de São Paulo, um dos prováveis substitutos do manancial lulista, já pousa de candidato e apresenta, até, os pontos básicos do seu Programa, no qual há que se destacar, como diferença específica da Era Lula-Petista, maior rigor no enfrentamento à dominação financeira. Longe, pois, do “Manifesto aos Brasileiros” que, em 2002, abriu o sistema para a tolerância com o próprio Lula. Confidentes de Haddad não escondem a ideia dele num tratamento de choque que consistiria na nacionalização dos bancos privados, ainda que em caráter provisório, com vistas à queda ainda maior dos juros com a consequente liberação de valiosos recursos fiscais para a retomada dos investimentos públicos. Outro provável substituto de Lula seria o ex-Governador Wagner, da Bahia, de origem sindicalista e mais próximo das velhas tradições políticas nacionais: patrimonialista e corporativa. Sobre sua visão de Governo, ainda há mais dúvidas do que insinuações. Sabe-se, porém, que tem maior intimidade com a “Casa”.

Bolsonaro, Ciro e Marina mantêm seu rumo em marcha solo, já demonstrando algum cansaço. Fracassaram nas tentativas de somar, na escolha de um Vice que pudesse somar, seja eleitoralmente, seja em tempo de televisão. Janaína, a musa do impeachment de Dilma, não passa de uma piada ao lado de Bolsonaro,

digna de compaixão. . Aldo Rebello, ex-PCdoB, hoje alhures, pode, ainda reforçar Ciro ou, pasmem, até o próprio Alckmin. Nada tem, porém, a oferecer, senão sua vivência pessoal como ex Presidente da UNE e passagem por vários Ministérios. Meirelles também tem vocação de Vice, no caso talvez, mais de Alckmin do que qualquer outro, mas não sai do mesmo lugar, o zero apenas. De Marina, nada se ouve falar. Ela terá muito pouco tempo de televisão e, seguramente, derreterá ao longo da campanha, como já fez antes, por falta de presença no cenário das articulações. Virou estátua em vida. Inacessível. Pétreo. Uma pena. Se fosse mais ágil e explícita em posições e negociações poderia encorpar alguma alternativa.

A poucos dias da data fatal para registro de candidaturas e a poucas semanas do início da propaganda eleitoral nos meios de comunicação, o cenário vai voltando ao velho leito da grande disputa dos últimos anos: PSDB x PT. Como diria o velho Lupicínio Rodrigues: - *Quem há de dizer/ Que quem vocês estão vendo...*O mundo é um jogo de espelhos. A vida um eterno retorno. Depois de toda a encenação, como aliás eu sempre aqui registrei, à despeito da Lavajato, voltamos à velha política, com os mesmos Partidos, os mesmos processos, até os mesmos protagonistas ou seus representantes.

Sintetizando, na feliz concisão de M.A. Teixeira

Marco Antonio Carvalho Teixeira

Rápidas pitadas:

- 1) *Só um fato pode sacudir completamente o cenário político: o retorno de Joaquim Barbosa à disputa. O PSB tem feito esforços;*
 - 2) *O lugar de vice na candidatura Alckmin é agora disputado por dois: Aldo Rebelo (ex-pc do B agora no solidariedade) e Flávio Rocha (PRB). São nomes defendidos por partidos do chamado centrão;*
 - 3) *Bolsonaro continua a deriva na busca de um aliado;*
 - 4) *A candidatura Lula padece da incerteza jurídica;*
 - 5) *Ciro Gomes precisa deixar de ser Ciro, ele queimou pontes a esquerda e a direita. Precisa falar menos e nomear interlocutores com bom transito político;*
 - 6) *Marina continua navegando sem muita clareza mas com força eleitoral.*
-

A QUESTÃO ENVELHECIMENTO

Paulo Timm – julho 2018

Muito alvoroço sobre a divulgação dos dados sobre Expectativa de Vida dos

brasileiros, hoje de 76 anos. Eu, que moro em Santa Catarina, onde este número sobe para 79, fico feliz: Tenho uma expectativa de cinco anos mais de vida. Afinal, sou branco, escolarizado e ilustre membro da classe média tradicional. Vivo bem e pago, ao lado de mais 47 milhões de concidadãos um bom Plano de Saúde. Até há pouco morava do outro lado da fronteira RS/SC mas atravessei o Rio Mampituba e vim morar do lado catarinense justamente para me abrigar neste patamar, mais alto do que o do RS...Na verdade, minha geração virou os anos 1950 e, desde então, vem se “beneficiando” do aumento da expectativa de vida, graças, dentre outras coisas ao avanço da medicina e, last but not least, o fato de que somos ainda herdeiros de uma legislação previdenciária generosa de um Estado Providencial. Fosse, entretanto, negro/pardo, pouco escolarizado e morador de uma periferia das grandes capitais brasileiras, já teria morrido aos 54 anos, pois esta é a média nestes lugares. Dentre as razões de tamanha diferença entre expectativas de vida das classes de renda mais alta e classes e regiões mais pobres está o verdadeiro genocídio de jovens negros, vítimas da violência, mas mesmo os adultos mais pobres são também afetados pela falta de acesso à saúde, como se pode ver nas matérias abaixo, evidenciando que devemos, no Brasil, nos preocupar mais com o que mata do que com quem envelhece:

: https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/07/23/As-causas-de-morte-no-Brasil-em-2016-segundo-o-SUS?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#Echobox=1532387332

Um país que mata- <https://www.nexojournal.com.br/especial/2018/04/12/Um-pa%C3%ADs-que-mata>

Brincadeiras e advertências à parte, minha observação sobre o tal ônus do envelhecimento é sempre eminentemente crítica e subordinada à valores.

Não existe nenhum problema com o envelhecimento da população. A questão crucial é a produtividade econômica, também esquecida no raciocínio malthusiano no SÉCULO XIX. Naquela época pensava-se que o crescimento de alimentos jamais alcançaria o crescimento geométrico da população. Bobagem. Cresceu e multiplicou-se, mais do que a população. Se há fome no mundo, isso decorre da falta de renda, não de produto físico. Coisas do “mercado” – e do mercador, o pior deles o economista conservador.

O capitalismo, tal como previu Marx no Manifesto Comunista de 1848, revoluciona permanentemente tudo: Da natureza, passando pelas "relações de produção", às "forças produtivas". Resultado: AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, que se expressa pelo aumento da população no globo, em consequência da globalização e , associado à isso, graças à mobilização político-ideológica dos trabalhadores e ao desenvolvimento institucional do Estado no sentido de

aborver maior representatividade destes apontando para a melhoria das condições de vida de grandes massas. Isso, aliás, deslocou a luta de classes das barricadas para o processo político eleitoral.

Enquanto, pois, houver aumento da produtividade, democracia e abertura do Estado como instrumento de consagração de DIREITOS HUMANOS, inclusive ambientais, não há nenhuma catástrofe à vista. A população do mundo, passou de 1,2 bilhão em 1900 para 7 bilhões no ano 2000. Algo espetacular e inédito na história da humanidade. Claro que há lacunas neste processo, sejam no hiato NORTE-SUL, seja na brutal concentração de renda nas últimas décadas, seja no estreitamento dos processos democráticos em várias partes do mundo, sobretudo pela obsessão do NEOLIBERALISMO e do NEOFASCISMO. Isso leva muitos a defenderem a inviabilidade da democracia com o capitalismo. Ainda assim, este raciocínio não oblitera a questão técnica fundamental: PRODUTIVIDADE. Desde que se mantenha um certo crescimento da produtividade mundial e, conseqüentemente do Produto - PIB per capita - isso significa que HAVERÁ PIB e, portanto, RECURSOS FISCAIS para administrar o processo social numa sociedade complexa e necessariamente regulada. Poderemos chegar ao PARADOXO DE TUGAN BARANOWSKI que nos ensinava Paul Sweezy: Um só capitalista e um só trabalhador, ambos movendo a roda da economia do mundo numa sociedade ultra tecnológica. Não poderão eles repartir a imensa renda auferida entre os dois, apenas. Imperioso que o Estado arbitre a redistribuição, não só por razões humanísticas, como para gerar o nível de consumo correspondente ao PLENO EMPREGO de apenas dois entes sociais ativos. Ou seja, a questão não reside na relação trabalhadores ativos x trabalhadores inativos (por idade, deficiência física ou deficiência do mercado de trabalho), mas na produtividade dos primeiros e no papel do Estado como regulador. Mas isso, claro, seria SOCIALISMO, um absurdo maiúsculo para obcecados neoliberais que tratam isso como ideologia e proclamam aos quatro ventos, como novidade, as máximas de Thatcher – “*There is no alternative* (TINA) – e Reagan – “O Estado é o problema, não a solução”. Se fossem moços cantaria pra eles uma velha canção do saudoso Lupicínio Rodrigues: “Esses moços, pobres moços...”. Lamentavelmente, não é o caso, começando pelo candidato do MDB, H. Meirelles, seguido de perto pelo seu concorrente Alkmin, do PSDB, todos ao abrigo do Programa de Temer: “Uma ponte para o futuro”. Ponte pênsil, solta, sem fundamentos nem éticos, nem técnicos. Pura ideologia.

Centrão, a "bactéria" que o PSDB rejeitou e agora abraça

por André Barrocal — publicado 30/07/2018 00h20, última modificação 30/07/2018 - <https://www.cartacapital.com.br/revista/1014/centrao-a-bacteria-que-o-psdb-rejeitou-e-agora-abraca>

Intervenção do Palácio do Planalto foi decisiva para jogar o bloco fisiológico no colo do tucano. Havia quem preferisse se aliar a Ciro

Beto Barata/PR

A intervenção do Palácio do Planalto foi decisiva para jogar o bloco fisiológico no colo do tucano. Havia quem preferisse se aliar a Ciro Gomes

Em julho de 2016, o deputado Rodrigo Maia, do DEM, era eleito presidente da Câmara, cargo vago havia dois meses, devido ao afastamento judicial de Eduardo Cunha, do MDB. O então líder tucano na Casa, Antonio Imbassahy, pregava a necessidade de se aproveitar o embalo para cassar Cunha – quanta ingratidão com o parceiro de *impeachment*... – e desconfigurar uma certa força política existente por ali. “O [Centrão](#) é visto como uma bactéria dentro da Câmara”, dizia.

O tempo passou, Cunha foi cassado, Imbassahy assumiu por um tempo a chefia da articulação política do governo Michel Temer, não eliminou a “bactéria”, perdeu o posto por obra do tal Centrão e agora vê o presidenciável do seu PSDB, Geraldo Alckmin, contrair o germe.

Após flertar com competidores diferentes em uma desavergonhada barganha, e de noivar com o tucano uma semana antes, o Centrão subiu ao altar ao lado do ex-governador paulista em uma cerimônia, na quinta-feira 26, em Brasília. Os noivos da poligâmica união com Alckmin são o DEM de Rodrigo Maia, o PP do senador Ciro Nogueira, o PR do ex-deputado Valdemar Costa Neto, o Solidariedade do sindicalista Paulinho da Força e o PRB do bispo Macedo.

Quando sua candidatura for oficializada pelo PSDB, em 4 de agosto, o tucano terá a maior aliança. Ao menos dez partidos, todos fiéis a Temer. Antes da “bactéria”, Alckmin havia atraído o PTB de Roberto Jefferson, o PSD de Gilberto Kassab, o PPS de Roberto Freire e o PV de Sarney Filho. Tem tudo para encarnar o *establishment* na eleição, ou seja, o poder econômico, “mercado” à frente, e o velho sistema político.

Leia

também:

[No Brasil radicalizado, crítica a privilégios aproxima opositos](#)
[A desavergonhada barganha do “Centrão” em troca de apoio eleitoral](#)

Establishment destinado à derrota, como Hillary Clinton, em 2016, nos Estados Unidos, na avaliação da consultoria global Eurasia. Terá sido essa a razão de o

empresário Josué Gomes da Silva, da Coteminas e do PR, ter fugido do posto de vice na chapa?

Montar a mega-aliança é uma espécie de “agora ou nunca” para o tucano em sua segunda tentativa de chegar ao Palácio do Planalto. Ele está estacionado nas pesquisas na faixa dos 5%, não tem carisma e precisa superar um rival direitista mais popular, o [reacionário Jair Bolsonaro](#). Pela idade, 65 anos, ainda poderia concorrer de novo, mas quem garante que sobreviverá politicamente em caso de nova derrota?

Para contornar as dificuldades, apostou tudo nesse tipo de apoio, a fim de contar com o maior espaço na propaganda eleitoral de rádio e tevê que vai ao ar de 31 de agosto a 4 de outubro.

Ao justificar o matrimônio com a “bactéria”, o médico de Pindamonhangaba diz que “todos os partidos estão fragilizados, inclusive o meu”, daí a necessidade de coligações, até para governar em caso de vitória. E minimiza o risco de contaminação. “Ninguém vai votar em partido, vai votar em melhor programa, na melhor proposta”, comentou no [programa Roda Viva, da TV Cultura](#), em uma entrevista amistosa, em nada parecida com o mesmo programa que submeteu a presidenciável do PCdoB, Manuela D’Ávila, a um pau de arara.

Curvado ao Centrão e afins, Alckmin entrega-se àquela direita fisiológica que manda no País mesmo sem voto. Ninguém na turma lança candidato a presidente há tempos, pois teria pouca chance, caso se apresentasse à nação com a própria cara e as próprias ideias – “ideias” é uma palavra inadequada para descrever o desejo de deixar tudo como está.

Sua especialidade é exercer o poder de forma subterrânea, por meio da Câmara, aonde se chega com menos esforço. Em 2014, o último deputado eleito por um partido do Centrão em São Paulo, maior colégio eleitoral, teve 80 mil votos: Vinicius Carvalho, do PRB.

Com sua tropa de deputados, o Centrão faz do Planalto um refém. Sem cargos e dinheiro para obras, não aprova nada. E, se o governo fizer jogo duro, revida com CPIs, crises e até *impeachment*, destino de Dilma Rousseff. Em um debate, em junho, com advogados de grandes empresas, o economista Delfim Netto previu que o próximo presidente corre o risco de degola, pois o sistema político

nacional “foi feito para manter o poder dos donos dos partidos, e as reformas políticas dos últimos anos não mudaram nada de importante”.

O atual Centrão é cria de Eduardo Cunha, hoje presidiário. Alçado a líder do MDB na Câmara, em fevereiro de 2013, viveu às turras com Dilma por fazer *lobby* a favor de empresas em votações de interesse do Planalto. Em março de 2014, juntou MDB, PR, PSC, PTB, PP e PROS em um Bloco. Até então governista, o grupo aliou-se à oposição e foi à guerra contra a petista.

Num dia, criou uma comissão de deputados para ir à Holanda saber mais sobre denúncias de que uma empresa de lá, a SBM Offshore, havia subornado dirigentes da Petrobras. No outro, convocou uma penca de ministros para dar explicações. PR, PP e Solidariedade formavam o Bloco, agora sustentam o Centrão. O PTB também era e aderiu à canoa de Alckmin, embora sem se unir diretamente à “bactéria”.

Como líder do MDB e presidente da Câmara, Eduardo Cunha encampou duas medidas que fortaleceram os deputados para peitar o Planalto. Em julho de 2013, os parlamentares definiram um novo rito de votação de vetos presidenciais em leis. Os vetos costumavam ficar esquecidos num canto, por isso se fixou um prazo de 30 dias para seu exame. Na prática, a última palavra, antes do Planalto, passou ao Legislativo.

A outra medida obrigou o governo a gastar parte da receita anual com obras incluídas individualmente pelos congressistas na lei orçamentária. O chamado orçamento impositivo tira o governo uma arma de tutela da base aliada. Era esse o objetivo do projeto apresentado em 2000 pelo falecido senador baiano Antonio Carlos Magalhães, do DEM, hoje uma sigla do Centrão, ao brigar com o então presidente FHC. A proposta, segundo ACM, buscava “minimizar o viés” favorável ao governo em assuntos orçamentários, coibir “a ditadura do Poder Executivo”.

A aprovação do orçamento impositivo, em fevereiro de 2015, foi uma das primeiras medidas de Cunha no comando da Câmara. Havia sido eleito para o cargo naquele mês, graças a esse tipo de promessa, com a qual cimentara o Bloco/Centrão em 2014 – sem falar na grana de empresas que arrumou para os seguidores fazerem campanha. Cunha triunfou numa disputa contra um

candidato do Planalto, o petista Arlindo Chinaglia, e outro da oposição da época, Júlio Delgado, do PSB. E em primeiro turno, sem precisar negociar com rivais. Em um jantar, no fim de 2015, na casa do deputado Newton Cardoso Júnior, do MDB mineiro, comentaria, sem saber que era gravado, que “não ter dependido do PT e da oposição permitiu ao PMDB esse protagonismo político, nos deu a liberdade para fazer o que estamos fazendo”. Ou seja, dar as cartas em Brasília. Cunha levou a limites extremos a tomada do poder por deputados conservadores e fisiológicos, mas não inventou a prática no Brasil. Se alguém merece o título de patrono, é um finado, Roberto Cardoso Alves, deputado da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

Fazendeiro e advogado, “Robertão” era do PMDB e estava injuriado com os rumos progressistas da Constituinte. Culpava a ação de dois peemedebistas, o comandante da Assembleia, Ulysses Guimarães, e o líder do partido, Mario Covas, e a omissão de um terceiro, José Sarney, presidente da República. No *Globo* de 15 de novembro de 1987, comentou: “No instante em que foi constatada a presença da esquerda em postos-chave da Constituinte, começou a surgir uma preocupação mais ou menos generalizada”.

Ele organizou um bloco partidário, arrastou Sarney para a arena e conseguiu alterar as regras de votação da Constituição, de modo a atrapalhar avanços progressistas. O grupo tinha setores do PMDB, PFL, PDS, PTB e PL. O bloco autodenominou-se, advinha? Centrão.

O Centrão daqueles tempos nada tinha de “centro” político, posição entendida como a oscilar entre esquerda e direita, conforme o tema. Como o de agora, 30 anos depois, também não tem, na opinião de Renato Janine Ribeiro, professor de Ética e Filosofia Política na USP. Sem surpresas.

O DNA de ambos é quase igual. O DEM de hoje é o PFL da Constituinte, o PP nasceu do PDS, o PR era o PL, siglas do [Centrão modelo 2018](#). “Centro é o pseudônimo da direita envergonhada”, diz Janine Ribeiro. “Centrão é o pseudônimo afrontoso da direita exclusivamente fisiológica.”

“Centro” é como o PSDB e alguns aliados espalhados por certas siglas têm se autodenominado, na tentativa de encontrar um espaço na eleição para enfrentar

Bolsonaro, extremista da direita, e o campo progressista. Caracterização tucana a incluir MDB, PPS, PV, PTB e os presidenciáveis Marina Silva e Alvaro Dias. Colaborador antigo do PSDB, o economista neoliberal Arminio Fraga deu uma entrevista, em maio, a *O Estado de S. Paulo* na qual criticava o partido, apesar de declarar voto em Alckmin, e disparava: “O Centro é uma gororoba que, no fundo, é conservadora de maneira muito primitiva. É o conservadorismo para manter poder e dinheiro. Não tem valor”.

Se acha isso do dito Centro, dá para imaginar a alegria de Fraga ao ver seu candidato abraçado ao Centrão. Terá reagido como o histriônico historiador Marco Antonio Villa, antipetista da gema e simpatizante do tucanato? “Ninguém ali é de centro, é todo mundo de direita”, “são quadrilhas”, “saqueadores do Erário”.

Entre os concorrentes de Alckmin, sobrou pancada. Para Dias, do Podemos, o Centrão é um “monstro que deve ser combatido”. Bolsonaro disse que o tucano uniu “a escória da política brasileira”. Puro despeito de quem flertou com parte da turma e ficou a ver navios. A incógnita Marina Silva, da Rede, acha que o Centrão capturou Alckmin como fez com Dilma e Temer. O progressista Guilherme Boulos, do PSOL, afirmou que “ninguém que se aliar com eles poderá oferecer algo novo ao País”.

Ciro Gomes, outro progressista, cortejou o Centrão, depois atribuiu a falta de acordo à ajuda divina. “O único cimento do Centrão é tentar imitar o MDB, pressionando juntos para dividir o butim separados. A chave para um possível entendimento com eles é jamais dar a eles organicidade. Alckmin comete esse erro mortal”, declarou o candidato pedetista ao *Valor*.

No meio da “bactéria” havia quem preferisse a sigla mais ligada ao Nordeste, como o DEM e o PP. O jeitão demasiado paulista de Alckmin atrapalha, avaliam lideranças desses partidos. Neste caso, o Palácio do Planalto foi decisivo. Não que houvesse entusiasmo pelo ex-governador paulista, que foge da ligação com Temer como o diabo da cruz. É bronca com a volta e meia chama o presidente e o MDB de “quadrilha”.

Em uma mensagem por celular a deputados emedebistas e a Henrique Meirelles, o presidenciável do partido, Carlos Marun, chefe da articulação política do governo, escreveu: “A atitude de Alckmin nas denúncias (da PGR contra o presidente) o torna não merecedor do nosso apoio. Ajudamos a sua candidatura, é verdade, ao vetarmos o apoio do Centrão ao débil mental do Ciro Gomes. Este apoio foi para os tucanos, mas isto não é de todo ruim. Sabemos que a tucanidade de Alckmin não o faz o candidato para o agora”.

Para Ciro, o PSDB “é o novo MDB”. Ou seria uma volta às origens? O PSDB surgiu há 30 anos em parte porque alguns emedebistas estavam contrariados com a derrota interna sofrida para o Centrão fisiológico na Constituinte. “Robertão”, por exemplo, dizia que “é dando que se recebe”, franciscana confissão do “toma lá dá cá” com o governo, e não por acaso foi ministro de José Sarney.

No livro *Imobilismo em Movimento*, de 2013, o filósofo e cientista político Marcos Nobre, da Unicamp e do Cebrap, batiza de “peemedebismo” esse *modus operandi* de captura do governo a partir do Congresso por siglas conservadoras e clientelistas, resistentes a mudanças sociais, econômicas e políticas. Por esse conceito, o Centrão é um grande MDB. Daí que, se o PSDB saiu da costela do MDB, entregar-se três décadas depois ao Centrão é revisitar o colo materno.

Aliás, os vínculos do tucanato com o peemedebismo fazem parte da paisagem. Sérgio Machado foi senador pelo PSDB de 1995 a 2003, inclusive líder da bancada. Quando Lula assumiu a faixa de FHC, em 2003, entrou no MDB para ficar mais perto do poder. Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro de 2003 a 2010, condenado a mais de 100 anos de cadeia, trocou o MDB pelo PSDB quando houve a cisão e elegeu-se deputado estadual tucano por três vezes. Na campanha de 2014, levou o MDB do Rio a apoiar Aécio Neves, apesar de, oficialmente, os emedebistas estarem com Dilma.

Eduardo Paes, prefeito do Rio pelo MDB de 2009 a 2016, tinha sido deputado federal pelo PSDB e abrigou tucanos na equipe. A professora Claudia Costin foi sua secretária de Educação, cargo ocupado por ela no governo paulista de Alckmin. A economista neoliberal Maria Sílvia Bastos Marques comandou a empresa municipal carioca que organizou a Olimpíada de 2016. No governo Temer, ela dirigiu o BNDES por indicação do PSDB.

Apostar tudo nas velhas máquinas partidárias fisiológicas para gerar votos é o que resta a Alckmin numa eleição em que o PSDB não poderá recorrer a feitos econômicos nem ao discurso moralista. No primeiro caso, as realizações do governo Temer, do qual os tucanos são sócios desde o primeiro dia, descredenciam qualquer defesa das medidas aplicadas.

No ano passado, o PIB cresceu 1%. Após a [greve dos caminhoneiros de maio](#), a FGV de São Paulo calcula que o PIB do segundo trimestre recuou 1%. O “mercado”, consultado semanalmente pelo Banco Central, prevê que a economia avançará 1,5% em 2018. Em junho, o mercado de trabalho, já com desemprego alto, voltou ao vermelho: 661 vagas formais foram fechadas.

No campo moral, além dos rolos judiciais de Aécio Neves e José Serra, Alckmin tem os seus próprios problemas. Foi intimado pelo Ministério Público a depor, em 15 de agosto, véspera do início oficial da campanha, sobre a acusação de delatores da Odebrecht de que ele, codinome “Santo” nas planilhas de propina da empreiteira, teria recebido 10 milhões de reais em grana suja nas eleições de 2010 e 2014.

Um colaborador antigo e um ex-secretário em São Paulo, Laurence Casagrande Lourenço, está preso desde junho e acaba de ser indiciado pela Polícia Federal e denunciado pelo MP à Justiça devido à suspeita de fraudes no Rodoanel. .

Uma delação recém-homologada de ex-funcionários da OAS também aponta desvios no Rodoanel, prenúncio de mais apuros para Alckmin. A CCR, controladora de estradas paulistas privatizadas, negocia um acordo de leniência com o MP para contar sobre os 5 milhões de reais em caixa 2 doados ao tucano. Com a aliança costurada, Alckmin deverá ocupar 40% da duração do horário eleitoral gratuito de rádio e tevê. Esse canhão de marketing conseguirá seduzir o eleitor? Na campanha de 2006, o tucano tinha até mais tempo (46%) e perdeu para Lula.

No PSDB, há quem desconfie da força da propaganda televisiva em uma disputa com eleitores desencantados, revoltados, desempregados. O secretário-geral do partido, o mineiro Marcus Pestana, tem lembrado que a campanha para prefeito de Belo Horizonte há dois anos foi vencida por um *outsider*, Alexandre Kalil, do nanico PHS, com uma propaganda televisiva de uns poucos segundos

no primeiro turno e muito empenho na internet. Exatamente como fará Bolsonaro, o rival a ser batido pelo PSDB à direita.

Petista dos mais chegados a Lula, o ex-ministro Gilberto Carvalho acha que Alckmin subirá um pouco nas pesquisas a partir de agora (o tucano tem uns 5%), puxado pelos cabos eleitorais de sua arca partidária, mas permanecerá a incerteza sobre o patamar de resistência de Bolsonaro, hoje com 15%. “Se ele resistir e não cair muito, vai ser uma guerra na direita. Aí a gente precisa estar preparado para tudo. Até para não ter eleição.”

A metamorfose e a unidade difícil

29 de julho de 2018 Marco Aurélio Nogueira - <https://marcoanogueira.pro/a-metamorfose-e-a-unidade-dificil/>

A unidade dos democratas avança com dificuldades. Não segue linha reta, seu caminho é repleto de curvas e acidentes. Seus problemas de afirmação fazem com que se transfira para um tempo indeterminado o alcance de melhores patamares de coesão social. Ela mira a superação da fragmentação, mas a fragmentação conspira contra ela.

As principais articulações hoje em curso são eleitorais, haja vista as que envolvem o chamado “centrão”, cortejado por todos e agora associado a Geraldo Alckmin. Coligações são concebidas com os olhos no tempo de propaganda e na “repartição do poder”. **São pragmáticas, tentando ser realistas.** Diz-se que na mesa estão não somente cargos, mas também uma preocupação com a “governabilidade” do futuro presidente. O quanto será assim não se sabe.

O fundamental não é tratado com seriedade.

Refiro-me à necessidade de instituir um campo democrático que leve em conta as eleições mas não se esgote nelas, comprometendo-se a qualificar a vida política, a ser um vetor programático de reorganização e governo da sociedade.

A renovação política é indispensável. O país não aguenta mais conviver com um sistema político – com seus partidos, sua cultura e suas práticas – que não acompanhou as mudanças que afetaram a estrutura da economia, a sociedade, o modo de vida. As mudanças trouxeram problemas novos sem que os antigos tenham sido resolvidos, formando assim um compósito desafiador.

Ainda não se compreendeu bem o quanto há de novidade no mundo atual. Como escreveu Ulrich Beck em seu livro póstumo, não se trata de um mundo forjado pelas mudanças típicas da modernidade capitalista, mas de um mundo que nasceu sob o signo da metamorfose: uma alteração na natureza da existência humana, no modo de estar no mundo, de imaginar e fazer política, de viver a vida.

Evidentemente, nem tudo está se metamorfoseando. Muitas mudanças são, na verdade, reprodução da ordem existente, ajustes dentro do sistema. Mas o importante é compreender o que foge da mera reposição, aquilo que transfigura e cria novas formas, práticas e expectativas. As lógicas do “novo” e do “velho” se entrecruzam, ampliando os problemas e os desafios, mas também abrindo outras perspectivas.

Há um turbilhão pela frente. Precisamos resolver os problemas crônicos de nossa formação e administrar a metamorfose que desponta numa sociedade em que parece faltar a instância decisiva, a política. Sem melhor articulação, mais democracia e coesão, educação e inovação, o futuro ficará travado. Precisamos descomprimir a sociedade, reduzir as polarizações artificiais, ir além da reiteração discursiva esquerda vs. direita. Não podemos nos entregar aos reptos “identitários”. Se continuarmos insistindo na lógica “nós” contra “eles” correremos o risco de retroceder.

Se isso é minimamente razoável, como então pensar em avançar sem ajustes e adaptações, sem reformas nas estruturas e nas instituições, do mercado ao Estado? Necessitamos de uma reeducação geral, para aprendermos a lidar com aquilo que é incerto e ainda não decodificamos.

O ritmo da mudança não é uniforme: muda-se mais depressa nas bases do que nas cúpulas, mais rápido na vida social do que na vida política. Homens e mulheres têm sua vida sendo alterada, mas não sabem disso e não conseguem extrair disso todos os desdobramentos e exigências. A visão do mundo conserva muitos de seus pedaços presos a imagens tradicionais, que se dissolvem lentamente. O modo de produção transforma-se com rapidez, em silêncio mas sempre com dor e sofrimento, impulsionado pela revolução técnico-científica e pela globalização do capitalismo. Arrasta consigo as relações sociais e o trabalho, e por essa via invade e reorganiza a vida familiar, os valores e as atitudes, o modo de agir, pensar e sentir.

O plano estatal, porém, resiste, entre outras coisas porque nele estão encastelados os interesses mais bem organizados, que se protegem e tentam bloquear as mudanças que lhes roubam o chão. São interesses que se enraízam em tradições provenientes de um passado que se repõe, embora esteja questionado pela vida. Um passado que identifica, fornece uma linguagem, legítima práticas e condutas. O sistema político é parte disso, e sua resistência à mudança pode impressionar, mas é compreensível.

A sociedade que se metamorfoseia esbarra assim em uma estrutura de interesses que controla o Estado e dificulta o acesso à política pela população mais sintonizada com a contemporaneidade. O novo é forçado a negociar as regras do jogo com o velho, numa pendência que pode se estender por um longo tempo. O Brasil é um caso exemplar.

É por isso que os candidatos que se querem avançados são levados a se aliar aos setores atrasados. Precisam deles e não podem empreender alguma mudança substantiva se não conseguirem dirigir e integrar aqueles setores. Em certa medida, o que é mais atrasado — mais fisiológico ou aprisionado a um antigo modo de agir politicamente — impõe-se ao que é mais adiantado, “chantageando-o” e obrigando-o a ralentar a marcha. Faz isso porque tem força,

fazendo-se presente nas articulações congressuais e nas composições ministeriais das últimas décadas, em todos os governos.

É por isso, também, que o grito de “renovação” ecoa, mas não se traduz politicamente. O Congresso Nacional – visto com desconfiança pela população – não mudará sua composição nas próximas eleições. Os candidatos presidenciais, por sua vez, flertam com o passado, com o mundo que se dissolve e fornece votos, uns vociferando autoritarismo contra a democracia e se oferecendo como salvadores da Pátria, outros tentando abrir uma brecha na muralha.

A “velha” política mostra que é uma das faces ativas da política realmente existente. Não sairá de cena de um dia para outro.

Um campo democrático generoso e renovador é uma construção complexa. O fato de privilegiar mais o futuro do que o imediato não o torna sedutor para fins eleitorais. A disposição de agir como uma força – uma ideia, uma causa, uma época – que atraia os democratas que se encontram espalhados, articulando-os e os unificando, colide com as conveniências e as vaidades dos que, em princípio, deveriam ser seus maiores animadores. O campo democrático precisa questionar os partidos e os procedimentos políticos, mas não tem como se dissociar deles.

Além do mais, sua mensagem não chega aos jovens, que são o dínamo da vida, e não chega porque sua música toca num tom para o qual os ouvidos jovens ainda não foram treinados.

A ideia unitária, em suma, precisa de tempo para frutificar, e o mundo metamorfoseado está marcado pela urgência. Mesmo assim, é dela que algum oxigênio poderá ser extraído e injetado na vida política nacional. Talvez não vença no curto prazo, mas tem todo o futuro a seu dispor.

Publicado em O Estado de S. Paulo, 28/07/2018, p. A2.

Eleonora de Lucena, hoje, na FSP. Também, como Vladimir Safatle, a jornalista vê e desenha o quadro que nos aguarda caso as eleições se realizem como preconizadas pelo estabelecimento: sem Lula. Oportuna sua recordação de agosto de 1954, que pode se repetir a qualquer momento. Leitura obrigatória, compartilhamento idem.

AGOSTO

Eleonora de Lucena

Com cabos de vassoura, paralelepípedos e barras de ferro, o grupo avançou pela rua e parou em frente a uma loja de carros importados. Entraram quebrando tudo: vitrines, para-choques, estofados.

Uma centena de metros antes, tinham atacado uma cervejaria estrangeira. A raiva explodira e deixava um rastro de destruição. Inconformados, incrédulos, desesperados percorriam a cidade. Uns berravam; outros choravam.

Era o que meu avô contava daquele agosto. Pelo rádio, a "Carta Testamento" trouxe a denúncia sobre o complô promovido por grupos internacionais e seus aliados internos. Expôs ataques à Petrobras, à Eletrobras e às leis trabalhistas.

Isso em 1954.

A morte de Getúlio Vargas adiou o golpe por dez anos, costumam apontar os historiadores. Pois cá estamos, em 2018, no meio de um golpe que ainda tenta derrotar a Petrobras, a Eletrobras, as leis trabalhistas. Além delas, outras conquistas de muitas décadas estão na mira: a Embraer, o SUS, o BNDES, os programas sociais, a educação universal.

Marielle e Anderson são assassinados. Violência e preconceito crescem. A mortalidade infantil aumenta. O desemprego, o desassossego e a desesperança campeiam. O retrocesso civilizatório é amplo, geral e irrestrito. Cotidianamente, a democracia e a soberania são enxovalhadas.

De costas para tudo isso, uma parte do empresariado não tem constrangimento em flertar e apoiar um candidato que defende o assassinato de pobres. Ignorando princípios básicos da civilização pós-iluminista, promovem encontros de olho apenas nos seus rendimentos de curto prazo.

Herdeiros de grandes nomes da burguesia se alinham a arrivistas para cortejar quem quer que diga defender os seus ganhos. A direita —que gosta de ser chamada de centro e que alimenta o fascismo— reza para que o tempo de TV seja a salvação da lavoura, da sua lavoura, claro.

Há uma complicação inexorável para a direita: o voto universal. Coisa que os alardeados mercados não cansam de dizer que causa "tumulto", "incerteza", "imprevisibilidade". Para eles, seria melhor que não houvesse eleição.

Assim, seguiria, sem maiores percalços, o ataque aos fundos públicos, ao Estado. E a entrega de patrimônio construído por décadas. E o alinhamento subserviente ao Norte.

Ocorre que o líder nas pesquisas está preso. Um processo questionado por renomados juristas é instrumento para deixá-lo de fora da disputa —que poderia vencer até em primeiro turno.

A direita finge que Lula não existe, que é carta fora do baralho, que deve abandonar o jogo e indicar um substituto. Já quando ele foi preso, obituários encheram páginas e páginas, decretando o fim de um mito.

Mas, até agora, a maior parcela dos eleitores está com ele. Votar em um preso, nessa conjuntura, significa um protesto, uma revolta silenciosa, uma forma de derrubar, pela via eleitoral e legal, a malta que saqueia o país e seus cidadãos. Nada a ver com letargia. É uma ideia de futuro que move os eleitores.

O que ninguém sabe é o que vai acontecer se Lula não estiver na urna em 7 de outubro. Ou se os votos dados a ele forem cassados pela Justiça. As eleições serão consideradas legítimas? É certo que um dos objetivos da direita sempre foi afastar o povo da urna. A ideia do voto não obrigatório é uma face desse antigo projeto.

É possível que a exclusão de Lula da eleição coloque a própria democracia em risco ainda maior. Os golpistas, que jogam o país no precipício, têm poucas semanas para sacramentar sua estratégia. Já os defensores da democracia precisam se unificar em torno da sua: Lula livre! E candidato.

Eleonora de Lucena
Jornalista, ex-editora-executiva da Folha (2000-2010) e copresidente do serviço
jornalístico TUTAMÉIA (tutameia.jor.br)
